UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO
VARIANTE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

AVALIAR O IMPACTO DAS NOVAS MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA OFERTA LOCAL DOS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

(Anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007)

O CASO DO CONCELHO DE GAVIÃO

Paulo Manuel Alfaiate Pires

Dissertação apresentada para obtenção do grau de

Mestre em Educação

Orientador: **Professor Doutor José Carlos Bravo Nico**

Évora 2007

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO
VARIANTE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

AVALIAR O IMPACTO DAS NOVAS MEDIDAS DE POLÍTICA EDUCATIVA PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA OFERTA LOCAL DOS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

(Anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007)

O CASO DO CONCELHO DE GAVIÃO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
164761

Paulo Manuel Alfaiate Pires

Dissertação apresentada para obtenção do grau de

Mestre em Educação

Orientador: **Professor Doutor José Carlos Bravo Nico**

Évora 2007

" Aprender não se consegue pelo preço inevitável da felicidade. Com efeito, pode-se aprender e ser feliz. Direi mesmo que a aprendizagem autêntica, a aprendizagem perfeita, é em si mesma um processo de felicidade".

Manuel Patrício

" Aprendizagem sempre foi, entre muitas outras coisas, um poderoso instrumento de adaptação dos indivíduos e dos grupos às circunstâncias específicas de cada território e de cada momento das respectivas existências".

José Bravo Nico

Às Gentes e às Terras do Concelho de Gavião

Agradecimentos

Depois um período de três anos, com alguns interregnos de percurso, e com um ritmo mais intenso nos últimos dois meses, invade-nos a sensação de termos alcançado uma das principais etapas desta investida – o caso do relatório do nosso projecto de investigação.

Uma dupla sensação, caracterizada por momentos de felicidade e de ansiedade. Felizes por termos conseguido cumprir um dos objectivos definidos na nossa problemática, ansiosos por não sermos capazes, todavia, de identificar uma das principais variáveis deste processo, precisamente aquela que se prende com o saber se algum dia teremos possibilidade de retribuir, da mesma forma, a todos aqueles que connosco colaboraram ao longo desta caminhada, directa e indirectamente.

Também por essa razão, não podemos nem queremos deixar de prestar aqui o nosso agradecimento:

Ao nosso orientador, Prof. Doutor José Bravo Nico, o nosso distinto agradecimento, pelo apoio e motivação que sempre nos dedicou, mas acima de tudo por ter querido ser nosso amigo. Há palavras e gestos que nunca se esquecem...

Ao Senhor Director Regional de Educação do Alentejo, Prof. Doutor José Verdasca, pela colaboração prestada ao nível das condições de trabalho que nos permitiram finalizar esta Dissertação;

À Lurdes Nico, pelas palavras amigas e de incentivo que continuadamente nos dirigiu, factor indispensável a quem decide investir num projecto desta natureza;

À Célia Martins e aos seus pais (Alzira e José Martins) pela amizade demonstrada;

Ao João Lopes, pelo apoio que nos dispensou ao nível da resolução dos problemas informáticos que, ao longo deste percurso, foram surgindo;

A todos os colegas e amigos, de entre os quais destaco: Maria José Ferreira; Miguel Baptista; Rosinda Martins; Paulo Mota; José Painha; Teresa Cravo; Inácio Santos e Luísa Carvalho, pelos manifestos de afecto e companheirismo e por toda a colaboração prestada, principalmente na última fase desta "missão";

À nossa filha, por ter conseguido provar, uma vez mais, que é uma criança especial, da qual gostamos muito e que para nós está acima de todos os bens, materiais e imateriais, com um pedido de desculpas pelas notas musicais que não tocou e pelas brincadeiras que não viveu;

À nossa esposa, companheira de uma vida, pelo imprescindível apoio (a todos os níveis) sempre presente em todos os bons e menos bons momentos da nossa vida, e neste em particular;

Aos nossos pais, pelos princípios educacionais que nos facultaram, desde a nossa infância até à idade adulta;

Finalmente agradecemos a todos os que, embora não estejam referidos de forma personalizada (dirigentes das instituições inquiridas, Párocos, pessoas singulares, entre outros), contribuíram com as suas informações, pela paciência e tempo que nos dispensaram, dando-nos a conhecer as suas experiências, pessoais e colectivas.

A todos, o nosso reconhecido Obrigado.

Contem sempre com a nossa Amizade.

Resumo

Tendo como principal fio condutor a pergunta de partida *(Qual o impacto das novas medidas de política educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na oferta local dos ambientes de aprendizagem?)* procuramos encontrar uma resposta para a problemática na qual se centra esta investigação. A partir desta questão inicial delineámos o corpo da dissertação em duas partes: a primeira referente ao enquadramento teórico e a segunda respeitante ao estudo empírico.

No âmbito do enquadramento teórico, procedemos a uma reflexão cruzada entre educação e território, no sentido de perceber as suas potenciais (inter) ligações, bem como à análise de alguns dos normativos que dão suporte legal a esta problemática, finalizando com a apresentação do campo de estudo.

Ao nível do estudo empírico, seguimos uma metodologia partilhada (qualitativa/ quantitativa), apoiada essencialmente numa aproximação conceptual ao estudo de caso. Os dados recolhidos, por meio de inquérito por questionários aplicados, permitiram-nos conceber várias leituras do território: Cartografia Institucional do Concelho de Gavião e Cartografia Educacional do Concelho de Gavião referente aos anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007, respectivamente, dado o estudo ter decorrido ao longo de um período de três anos lectivos. Da análise dos dados disponíveis, centramos as nossas conclusões em, pelo menos, duas dimensões totalmente opostas. Por um lado, o novo paradigma de "escola a tempo inteiro" assume, actualmente, neste território um papel preponderante, devolvendo aos ambientes formais de educação uma clara liderança no que concerne à quantidade e diversidade de aprendizagens desenvolvidas; por outro, assistimos a um claro abandono das aprendizagens realizadas em espaços não formais, as quais eram dirigidas quase exclusivamente às faixas etárias mais avançadas, que agora vêm as várias possibilidades de aprender, o que quer que seja, como uma oportunidade cada vez mais distante.

Face à problemática em estudo, a nossa dissertação termina com a formulação das sugestões e recomendações que nos parecem mais oportunas.

ABSTRACT

IMPACT EVALUATION OF THE NEW EDUCATIONAL POLITICS AND RULES, IN FIRST LEVEL (6-10 YEARS OLD) AND ADULT EDUCATION, IN LOCAL OFFERS INTO LEARNING CONTEXTS

The main question of this work is: "Which is the impact of new rules of education politics and rules, in first level (6-10years old) and adult education, in local offers into learning contexts?", we look for an answer to this problematic which is the matter of our research.

Through out this question, this essay was divided into two parts: the first one refers the theoretic frame, and the second one is about the empiric study.

On the theoretic frame, we made a profound consideration between education and district, in order to understand its potentials (inter) connections, as well as the analysis of some normatives, which legally supports this problematic, ending with a presentation of the subject.

On the empiric study, our approach is a mix methodology (qualitative and quantitative one) mainly supported on the concept of the "case study". Data collected by inquiry and questionnaire, allowed us to realize several knowledge of the municipality: Institutional Cartography of Gavião's Municipality and Educational Cartography of Gavião's Municipality, it refers to the academic years 2004-2005 and 2006-2007, because the study was done during those two years. From data analyses, we centred our conclusions into, at least, two opposite ways. On one hand, a new paradigm of "full time school" (from 9:00am to 5:30pm) claims, actually, in this municipality an important rule, it restores in the formal educational environment a great control, concerning the quantity and diversity of developed learning, on the other hand, we saw a destitution of developed learning on no formal environment, which were almost exclusively direct to the elder one, now this population felt learning possibilities rather far away. Our essay ends with some suggestions and recommendations which seams to us proper into this context.

Índice Geral

Introdução 1

Parte I – Enquadramento Teórico 5

Capítulo 1 – Educação e Território: que (inter) ligações? 7

1.1. Educação (breve abordagem reflexiva) 9

1.2. Aprendizagem 18

1.3. Educação Não Formal e Educação Informal 22

1.5. Educação de Adultos 27

1.6. Currículo 31

1.8. Educação e Municípios 38

1.9. Desenvolvimento Local em Portugal 47

1.10. Território, Desenvolvimento Local e Educação 50

Capítulo 2 – Educação, Território e Municípios: Da Lei de Bases do Sistema Educativo à Actualidade 53

2.1. Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) 55

2.2. Educação Pré-Escolar 60

2.2.1. Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro 60

2.2.2. Lei nº147/97, de 11 de Junho 61

2.3. Ensino Básico 62

2.3.1. Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº4-A/2001, de 28 de Fevereiro e Decreto-Lei nº209/2002, de 17 de Outubro 62

2.3.2. Despacho nº 14753/2005 (2ª série), de 26 de Março 63

2.3.3. Despacho nº12591/2006, de 16 de Junho 64

2.3.4. Despacho nº 19575/2006, de 25 de Setembro 65

2.4. Educação de Adultos 66

2.4.1. Decreto-Lei nº74/91, de 9 de Fevereiro 66

2.4.2. Despacho nº37/SEEBS/93, de 15 de Setembro 66

2.4.3. Despacho conjunto nº1083/2000, de 20 de Novembro 67

2.4.4. Despacho conjunto nº262/2001, de 22 de Março 68

2.4.5. Portaria nº1082-A/2001, 5 de Setembro 68

2.4.6. Despacho conjunto nº 24/2005, 10 de Janeiro 68

2.4.7. Despacho nº15187/2006, de 14 de Julho 69

2.4.8. Despacho nº 17342/2006, de 28 de Agosto 69

2.4.9. Despacho nº20846/2006, de 13 de Outubro 69

2.4.10. Portaria nº86/2007, de 12 de Janeiro 69

2.5. Organização e Administração Educativa 70

2.5.1. Decreto-Lei nº 115-A/98, 4 de Maio, alterado pela Lei nº24/99, de 22 de Abril 70

2.5.2. Despacho nº 16795/2005, de 3 de Agosto 71

2.6. Políticas de Juventude 72
2.6.1. Portaria nº201/2001, de 13 de Março 72
2.7. Políticas Sociais 72
2.7.1. Lei nº147/99, de 1 de Setembro 72
2.7.2. Lei nº13/2003, de 21 de Maio 72
2.7.3. Despacho nº22251/2005 (2ª série), de 25 de Outubro 73
2.8. Instrumentos Locais de Política Educativa 73
2.8.1. Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro 73

Capítulo 3 – O Município de Gavião 77

3.1. Contextualização territorial 79
3.2. Distribuição Geográfica das Freguesias 80
3.3. Caracterização Demográfica 81
3.4. Distribuição da População 97
3.5. Actividades Económicas 102
3.6. Análise Social 107
3.7. Carta Educativa do Município de Gavião 110
3.8. Agenda 21 Local – contexto internacional 111
3.8.1. Agenda 21 Local do Município de Gavião 115
3.9. Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gavião 116

PARTE II – A INVESTIGAÇÃO 119

Capítulo 4 – Enquadramento Metodológico 121

4.1. Percurso Metodológico – A Escolha de um Paradigma 123
4.1.1. Estudos de Caso versus Estudos de Caso Comparativos: aproximação conceptual 124
4.1.2. Identificação do Problema 125
4.1.3. Objectivos da Investigação 126
4.1.4. Questões Orientadoras da Investigação 127
4.2. O Contexto Territorial 127
4.3. O Universo Considerado – População Alvo da Investigação 128
4.4. Selecção da Amostra 129
4.5. Métodos e técnicas de Recolha de Dados: Instrumentação da Investigação 130
4.5.1. Inquérito por Questionário Aplicado 131
4.5.2. Sistematização dos Dados Recolhidos 135

Capítulo 5 – Análise e Interpretação dos Dados 137

5.1. Dados relativos à análise e interpretação dos questionários 139
5.2. Classificação Institucional por Freguesias 140
5.2.1. Freguesia de Atalaia 140
5.2.2. Freguesia de Belver 141

5.2.3. Freguesia de Comenda 143
5.2.4. Freguesia de Gavião 144
5.2.5. Freguesia de Margem 145
5.3. Cartografia Institucional do Concelho de Gavião: anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007 146
5.3.1. Instituições identificadas 146
5.3.2. Natureza jurídica 147
5.3.3. Fundação 149
5.3.4. Número de associados 151
5.3.5. Áreas de intervenção 152
5.3.6. Funcionamento 154
5.3.7. Abertura ao público 155
5.3.8. Horário de funcionamento 156
5.3.9. Assembleias 158
5.3.10. Reuniões de Direcção 158
5.3.11. Actas 159
5.3.12. Contabilidade 160
5.3.13. Plano de Actividades 161
5.3.14. Orçamento 162
5.3.15. Relatório de Actividades 163
5.3.16. Relatório de Contas 164
5.3.17. Projectos de Investimentos 165
5.3.18. Projectos de Formação 166
5.3.19. Actividades pontuais 167
5.3.20. Perfil Institucional (Tipo de Actividades) 168
5.4. Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Específicas): ano lectivo de 2004-2005 170
5.4.1. Responsabilidade organizacional 170
5.4.2. Responsabilidade técnica 171
5.4.3. Frequência 172
5.4.4. Local 174
5.4.5. Horário 176
5.4.6. Duração 178
5.4.7. Número de pessoas 179
5.4.8. Faixa etária (idades) 180
5.4.9. Certificação 182
5.4.10. Parcerias existentes 183
5.4.11. Financiamento 186
5.4.12. Pagamento 187
5.4.13. Relevância 188

5.4.14. Avaliação 189
5.5. Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Específicas): ano lectivo de 2006-2007 191
5.5.1. Responsabilidade organizacional 191
5.5.2. Responsabilidade técnica 192
5.5.3 Frequência 193
5.5.4. Local 195
5.5.5. Horário 197
5.5.6. Duração 199
5.5.7. Número de pessoas 200
5.5.8. Faixa etária (idades) 201
5.5.9. Certificação 203
5.5.10. Parcerias existentes 205
5.5.11. Financiamento 207
5.5.12. Pagamento 208
5.5.13. Relevância 209
5.5.14. Avaliação 210
5.6. Síntese comparativa da realidade 212
5.6.1. Cartografia Institucional do Concelho de Gavião: anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007 210
5.6.2. Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Especificas): anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007 210

Capítulo 6 – Considerações Finais 225
6.1. Conclusões 227
6.1.1. Nível descritivo 227
6.1.2. Nível crítico da estrutura da investigação 228
6.1.3. Nível crítico da instrumentalidade da investigação 230
6.1.4 Nível crítico para o investigador 232
6.2 Sugestões e recomendações 233
6.3 Pistas para futuras investigações 234

Bibliografia 237

Legislação Consultada 245

Anexo 1 – Registo da Caracterização Institucional (ano lectivo de 2004-2005) .. 249

Anexo 2 – Registo da Caracterização Institucional (ano lectivo de 2006-2007) .. 291

Anexo 3 – Registo da Caracterização das Actividades de Aprendizagem (ano lectivo de 2004-2005) 331

Anexo 4 – Registo da Caracterização das Actividades de Aprendizagem (ano lectivo de 2006-2007) **343**

Anexo 5 – Ficha de Registo **355**

Anexo 6 – Questionário Institucional I **359**

Anexo 7 – Questionário Institucional II **363**

Anexo 8 – Carta Educativa do Gavião **371**

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Evolução dos efectivos populacionais na sub-região do Alto Alentejo 88
Tabela 2 – Evolução dos efectivos populacionais no município de Gavião 88
Tabela 3 – Evolução dos índices-resumo na sub-região do Alto Alentejo 91
Tabela 4 – Evolução dos índices-resumo no município de Gavião 91
Tabela 5 – Índices-resumo, por freguesia, em 2001 93
Tabela 6 – Evolução da população, por lugares e freguesias 98
Tabela 7 – Evolução da distribuição da população, segundo a dimensão dos lugares 101
Tabela 8 – Área, densidade populacional e distribuição da população residente na sub-região do Alto Alentejo e no município de Gavião 102
Tabela 9 – Evolução da distribuição da população activa segundo o sector de actividade, por freguesias. 104
Tabela 10 – Evolução da distribuição da população residente do sector terciário, por freguesias 106
Tabela 11 – Empresas com sede na região 106
Tabela 12 – Empresas com sede na região: Indústria transformadora 107
Tabela 13 – Classificação institucional da freguesia de Atalaia 140
Tabela 14 – Classificação Institucional da freguesia de Belver 142
Tabela 15 – Classificação institucional da freguesia de Comenda 143
Tabela 16 – Classificação Institucional da freguesia de Gavião 144
Tabela 17 – Classificação Institucional da freguesia de Margem 145
Tabela 18 – Nº total de instituições identificadas nas freguesias 147
Tabela 19 – Instituições identificadas nas freguesias: natureza jurídica 149
Tabela 20 – Instituições identificadas nas freguesias: fundação 151
Tabela 21 – Instituições identificadas nas freguesias: número de associados 151
Tabela 22 – Instituições identificadas nas freguesias: áreas de intervenção 154
Tabela 23 – Instituições identificadas nas freguesias: funcionamento 155
Tabela 24 – Instituições identificadas nas freguesias: abertura ao público 156
Tabela 25 – Instituições identificadas nas freguesias: horário de funcionamento 157

Tabela 26 – Instituições identificadas nas freguesias: assembleias 158
Tabela 27 – Instituições identificadas nas freguesias: reuniões de Direcção 159
Tabela 28 – Instituições identificadas nas freguesias: actas 160
Tabela 29 – Instituições identificadas nas freguesias: contabilidade 161
Tabela 30 – Instituições identificadas nas freguesias: plano de actividades 162
Tabela 31 – Instituições identificadas nas freguesias: orçamento 163
Tabela 32 – Instituições identificadas nas freguesias: relatório de actividades 164
Tabela 33 – Instituições identificadas nas freguesias: relatório de contas 164
Tabela 34 – Instituições identificadas nas freguesias: Investimentos 165
Tabela 35 – Instituições identificadas nas freguesias: formação 166
Tabela 36 – Instituições identificadas nas freguesias: actividades pontuais 167
Tabela 37 – Instituições sem aprendizagens específicas 168
Tabela 38 – Instituições com aprendizagens específicas 169
Tabela 39 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade organizacional 170
Tabela 40 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade técnica 172
Tabela 41 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: frequência 173
Tabela 42 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: local 175
Tabela 43 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: horário 177
Tabela 44 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: duração 179
Tabela 45 – Actividades com aprendizagens específicas: número de pessoas 180
Tabela 46 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: faixa etária (idades) ... 181
Tabela 47 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: certificação 183
Tabela 48 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: parcerias existentes ... 185
Tabela 49 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: financiamento 186
Tabela 50 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: pagamento 188
Tabela 51 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: relevância 189
Tabela 52 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: avaliação 190
Tabela 53 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade organizacional 191
Tabela 54 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade técnica 193
Tabela 55 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: frequência 195
Tabela 56 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: local 196
Tabela 57 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: horário 198
Tabela 58 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: duração 200
Tabela 59 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: número de pessoas ... 201
Tabela 60 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: faixa etária (idades) ... 203
Tabela 61 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: certificação 204

Tabela 62 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: parcerias existentes ... 206
Tabela 63 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: financiamento ... 207
Tabela 64 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: pagamento ... 209
Tabela 65 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: relevância ... 210
Tabela 66 – Actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: avaliação ... 211
Tabela 67 – Tipologia organizacional dos ambientes de aprendizagem ... 217
Tabela 68 – Tipologia organizacional dos ambientes de aprendizagem ... 218

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população residente no município de Gavião ... 82
Gráfico 2 – Evolução da população residente nas freguesias do município de Gavião ... 83
Gráfico 3 – Evolução da variação da população, por freguesias ... 84
Gráfico 4 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural (1960-2001) ... 85
Gráfico 5 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural (1990-2001) ... 86
Gráfico 6 – Evolução da natalidade, por freguesias ... 87
Gráfico 7 – Estrutura etária da população, por freguesias, em 2001 ... 90
Gráfico 8 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1960 ... 94
Gráfico 9 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1970 ... 95
Gráfico 10 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1981 ... 95
Gráfico 11 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1991 ... 96
Gráfico 12 – Pirâmide etária do município de Gavião – 2001 ... 96
Gráfico 13 – População activa segundo o sector de actividade, em 1991 ... 103
Gráfico 14 – População activa segundo o sector de actividade, em 2001 ... 103
Gráfico 15 – População residente, segundo o nível de ensino atingido e sexo ... 108
Gráfico 16 – População residente, por freguesia, segundo o nível de ensino atingido ... 109
Gráfico 17 – Nº total de instituições identificadas no concelho ... 146
Gráfico 18 – Instituições identificadas no concelho: áreas de intervenção ... 152
Gráfico 19 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 170
Gráfico 20 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 171
Gráfico 21 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 172
Gráfico 22 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 174
Gráfico 23 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 178
Gráfico 24 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 179
Gráfico 25 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 180
Gráfico 26 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 182
Gráfico 27 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 187
Gráfico 28 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho ... 190

Gráfico 29 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 191
Gráfico 30 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 192
Gráfico 31 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 194
Gráfico 32 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 195
Gráfico 33 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 199
Gráfico 34 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 200
Gráfico 35 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 202
Gráfico 36 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 203
Gráfico 37 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 208
Gráfico 38 – Actividades com aprendizagens especificas no concelho 211

Índice de Mapas

Mapa 1 – Enquadramento do município de Gavião nas NUTS II e III 79
Mapa 2 – Distribuição geográfica das freguesias do concelho de Gavião 80
Mapa 3 – Enquadramento geográfico da freguesia de Atalaia 141
Mapa 4 – Enquadramento geográfico da freguesia de Belver 142
Mapa 5 – Enquadramento geográfico da freguesia de Comenda 143
Mapa 6 – Enquadramento geográfico da freguesia de Gavião 144
Mapa 7 – Enquadramento geográfico da freguesia de Margem 145

Introdução

As motivações que nos levaram a optar pelo presente estudo definem-se, fundamentalmente, por razões de cariz pessoal e profissional.

Por um lado, a nossa ligação ao mundo associativo leva-nos a acreditar que o papel desempenhado pelas estruturas não formais presentes nos territórios, nomeadamente no meio rural, não pode ser esquecido quando falamos do fenómeno educativo. Por outro, a nossa participação enquanto actores locais de promoção educativa e formativa e a sua tradução no contexto territorial em causa.

Também não podemos deixar de referir a empatia que sentimos pela linha de investigação seguida pelo nosso orientador, com a qual nos identificamos desde o primeiro momento.

Por último, justificamos a pertinência com que encaramos esta temática pelo cargo que actualmente exercemos no âmbito da Coordenação Educativa do Alto Alentejo (estrutura descentralizada da Direcção Regional de Educação do Alentejo, no âmbito do Distrito de Portalegre), cabendo-nos, entre outras, a função de acompanhamento e coordenação das actuais politicas educativas, junto das escolas e agrupamentos de escolas, numa forte (inter) ligação com as autarquias locais e outros parceiros educativos.

Pelas razões atrás expostas, a problemática deste estudo consubstancia-se na seguinte pergunta de partida: *Qual o impacto das novas medidas de política educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na oferta local dos ambientes de aprendizagem?*

Constituem objectivos da presente investigação:

1. Caracterizar o *território educativo* do concelho de Gavião, no que concerne à quantidade e qualidade dos ambientes (formais, não formais e informais) onde se praticam actividades que conduzam a

aprendizagens específicas, no período que compreende os anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007;

2. Caracterizar as aprendizagens específicas existentes e relacioná-las com a quantidade e diversidade de ambientes formais, não formais e informais onde estas se desenvolvem;

3. Relacionar a oferta local de ambientes de aprendizagem, no período de 2004-2005 e 2006-2007, com as novas medidas de política educativa para o 1° Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos;

4. Avaliar o impacto das novas medidas de política educativa para o 1° Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na oferta local de ambientes de aprendizagem.

O corpo desta dissertação estrutura-se ao longo de seis capítulos.

No primeiro capítulo, procedemos a algumas reflexões, na tentativa de enquadrar vários conceitos, por nós considerados fundamentais para a presente investigação, como por exemplo: educação formal; educação não formal; educação informal; educação de adultos; currículo; educação e municípios; desenvolvimento local em Portugal; território, desenvolvimento local e educação, no sentido de percebermos as suas potenciais (inter) ligações.

No segundo capítulo, abordamos os principais eixos estruturantes de alguns dos normativos que dão suporte legal à problemática em estudo, apresentados por áreas temáticas.

Ao nível do terceiro capítulo, procuramos fazer a apresentação do campo que serviu de palco a este estudo – o caso do concelho de Gavião.

O quarto capítulo dá-nos uma visão geral do percurso metodológico seguido, mais concretamente no que diz respeito aos procedimentos de pesquisa

adoptados, os instrumentos utilizados, bem como as estratégias definidas para a recolha de dados.

O quinto capítulo reporta-se à interpretação dos dados disponíveis, sistematizados em várias leituras do território: Cartografia Institucional do Concelho de Gavião e Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Específicas), referentes aos anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007, respectivamente; bem como à síntese comparativa dessa realidade.

No sexto e último capítulo pretendemos transmitir uma visão conclusiva desta investigação, assim como formular um conjunto de sugestões, recomendações e pistas para futuras investigações, tidas por nós como oportunas, face à problemática abordada.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – Educação e Território: que (inter) ligações?

1.1. Educação (breve abordagem reflexiva)

O conceito de educação possui vários significados, o que dificulta a sua definição. Com efeito, o termo educação é como um poliedro de muitas faces. Chamamos educação, de facto, a coisas tão variadas como: a actuação do educador relativamente ao seu educando; a qualidade de uma pessoa que foi educada; o sistema escolar de um país; o comportamento segundo as normas de urbanidade; o nível de instrução de uma população; a formação da força de trabalho; o desenvolvimento pessoal quando orientado; a transmissão cultural no seio de uma sociedade; etc. Assim, pode dizer-se que a palavra educação assume uma dimensão pessoal, social, relacional, cultural, política, artística, existencial, económica, psicológica, jurídica, afectiva, institucional, histórica, laboral, ética e comercial. Sendo tudo isto, a Educação assume-se como um termo em que os diferentes sentidos têm algo em comum, algo que os une e que justifica que a todos eles se aplique a mesma palavra.

Analisando o significado do termo educação verifica-se que ele designa a acção de educar e é por vezes também o resultado dessa acção. Consiste em exercer uma acção sobre o educando, para que ele atinja o desenvolvimento pleno, ou seja, promover sucessivas modificações no educando para que ele fique preparado para a vida na sociedade, de que é membro. Este processo implica sempre colaboração e intencionalidade, já que se desenvolve com seres inteligentes e livres. Intencionalidade porque a acção do educador visa um fim, colaboração porque a mesma só será eficaz se se verificar uma reacção por parte dos indivíduos.

Por outro lado, se nos debruçarmos sobre a história da educação verificamos que se exaltou durante muito tempo a parte racional do Homem, chegando-se ao extremo de o definir unicamente como inteligência, o que levou ao surgimento de um conceito que favorecia apenas a educação da mente, sobrevalorizando-se a memória mas reduzindo-se a mesma a um mero exercício de decorar.

O Homem, como ser consciente, deseja efectuar uma caminhada de liberdade e perfeição. O ser humano constitui o sujeito transcendente de todo o processo educativo e a autonomia de cada um é a consequência directa do percurso de formação da personalidade humana. Todo o sistema educativo apoia-se em determinados princípios filosóficos da ideia de Homem. O grande centro da educação é o educando, enquanto entidade digna e valiosa, ao serviço do qual se ordena o processo educativo.

Actualmente, a concepção que temos de Homem leva-nos a um novo conceito de educação – uma educação mais personalizada. Esta não se reduz à transmissão de conhecimentos mas abarca a pessoa como um todo, devendo ser uma educação integral, que responda às necessidades de cada um, desenvolvendo todas as suas faculdades.

O conceito de educação teve uma enorme evolução ao longo dos últimos trinta anos. Da educação entendida como "escolar" (até aos anos 50) passou-se à educação de adultos e desta à educação permanente, nos anos 70, quando se concluiu que a educação deve ser um processo contínuo. Esta nova abordagem está em perfeita sintonia com o desenvolvimento humano, em que o Homem deixa de estar sujeito aos projectos traçados por outros e é convidado a ser o autor dos seus próprios projectos, passando a ser sujeito activo no processo educativo. A verdade surge de uma procura de cada um, o Homem aprende a conhecer-se e a delinear o seu projecto existencial. Neste novo conceito deixa de ser o professor o protagonista, o que detém o saber, e passa a ser o aluno o centro de todo o processo. Por sua vez o professor passa a definir-se como aquele que acompanha e questiona. O professor não é responsável por conduzir o processo educativo, mas sim por criar condições ao aluno para que ele se torne capaz de marcar o seu rumo.

Neste sentido, o conceito de educação não estabelece princípios para se saber se será mais positivo para o educando tomar como norma a natureza ou a cultura, se há-de ser maior ou menor a iniciativa que se deve deixar ao aluno, se devemos reprimir algo nele, se devemos deixar de manipular totalmente, ou até que ponto devemos ser tolerantes com o seu egocentrismo.

Numa altura em que as crianças e os jovens passam cada vez mais tempo na escola e menos com a família, em que a família mais alargada e as relações de vizinhança desapareceram, o professor assume um papel insubstituível e as competências pessoais para a prática pedagógica começam a ser determinantes na sua formação. Torna-se imprescindível que o professor seja a ponte entre o mundo dos valores e da técnica e o educando. O professor deve possuir uma consciente visão do mundo, construída com base na ciência, na filosofia, na religião e também no saber do senso comum. Actualmente, esta necessidade da profissão docente torna-se evidente dado o avanço do mundo e a sua modernização, o que trouxe, sem dúvida, novas competências à educação e em particular ao professor.

Muitos autores da área da pedagogia apoiam esta perspectiva, há já alguns anos. Como exemplo, pode apontar-se M. Patrício (1993) que defende uma prática pedagógica com base na relação inter-pessoal, tendo em vista a formação plena do Homem, considerando sempre a sua individualidade.

A educação transforma-se assim num processo de aperfeiçoamento no qual o sujeito deverá atingir níveis superiores de existência. Para isso, é necessário um conhecimento exacto do sujeito, nomeadamente a sua possibilidade e necessidade de ser educado, para que saibamos o que podemos e devemos fazer com ele. Assim, os fins são em função não apenas de exigências objectivas mas também da natureza do sujeito, pois dela depende o que esperamos dele. A educação deve preocupar-se com a adequação do sujeito aos fins, devendo definir um esquema básico dessa relação.

Tomando como referência o domínio da pedagogia, temos duas vertentes do vocábulo educação, são elas "acção" e "efeito de educar". Por educação como acção, entende-se a actividade de educar tendo em vista produzir nas pessoas efeitos educacionais. Por educação como efeito entendem-se as consequências ou resultados de educar. O primeiro liga-se ao "fazer" e o segundo a um "facto", ou seja, um fenómeno que pertence à realidade objectiva, sendo que a pedagogia se ocupa da educação como "acção" e as ciências da educação do "facto".

Segundo J. Cabanas (2002: 54), as definições de educação podem dividir-se em *"formais"* e *"reais ou materiais"*. As primeiras dizem respeito à sua estrutura genérica, mas sem especificar no que consiste programaticamente a actividade concreta de educar. Por outro lado, as definições *"reais"* são aquelas que indicam o que se está a fazer com o indivíduo e em que sentido se pretende orientá-lo.

No que concerne a definições *"formais"*, encontramos J. Castañé (cit. J. Cabanas, 2002: 56) que define educação como *" (...) desenvolvimento intencional de aperfeiçoamento"* e V. Garcia Hoz (cit. J. Cabanas, 2002: 56) que vê a educação como *"(...) aperfeiçoamento intencional das potencialidades especificamente humanas"*. São definições formalmente exactas, mas que não indicam o que entende por perfeição humana e como esta ocorre no indivíduo.

Nesta linha, a Liga Internacional da Educação Nova define educação da seguinte forma: *"a educação consiste em favorecer um desenvolvimento tão completo quanto possível das aptidões de cada pessoa, quer enquanto indivíduo, quer como membro de uma sociedade regida pela solidariedade. A educação é inseparável da evolução social, constituindo uma das forças que a determinam"*, (cit. J. Cabanas, 2002: 57).

Já para J. Dewey (cit. J. Cabanas, 2002: 57), *"(...) educação é uma constante reorganização ou reconstrução da experiência"*. Para Dewey, o pensamento é instrumento de crescimento, transformação e aperfeiçoamento da realidade, defendendo a investigação como forma de atingir o conhecimento. Parte-se do problema para chegar à solução, a qual gera novos problemas, que por sua vez exigem novas soluções. Esta doutrina reveste-se de particular importância pedagógica, na medida em que a identificação do conhecimento através da investigação implica a adopção de metodologias activas no âmbito da educação. Trata-se, pois, de aprender fazendo o próprio conhecimento, bem como a própria aprendizagem.

As grandes linhas da teoria de Dewey compreendem a exigência de uma educação activa, de uma educação aberta a todos os domínios da experiência humana, a exigência de uma educação democrática, porque só a democracia

demonstra a necessidade de o homem ter uma actividade expansiva e criadora, exigindo uma educação verdadeiramente eficaz, ou seja, aquela que realmente o aperfeiçoa. Como fragilidades desta teoria, M. Patrício (1993: 85) aponta sobretudo a sua *" (...) concepção do homem, da consciência, da pessoa e do espírito"*.

Quanto às definições *"reais ou materiais"*, eis alguns exemplos. Como referia Platão, educação é "*a formação que desde a infância exercita o Homem na virtude e lhe inspira o vivo desejo de chegar a ser um cidadão perfeito capaz de governar e de ser governado de acordo com a recta justiça"* (cit. J. Cabanas, 2002: 57).

Para Kant (cit. J. Cabanas, 2002: 57) a educação humana *"é a educação da personalidade, a educação de um ser que trabalha livremente, que se basta a si próprio e que é um membro da sociedade"*. Estas definições foram construídas com base na filosofia pessoal dos seus autores. Eles expressam no que consiste realmente a educação e no modo como o ser humano será influenciado por ela.

Numa vertente relacionada com o idealismo encontramos Fröbel (cit. J. Cabanas, 2002: 57), para quem *"educar é fazer com que a Natureza se vá ajudando, suave e lentamente, a si mesma, limitando-se o indivíduo a reconhecer que as circunstâncias ambientais apoiam o trabalho da Natureza"*.

Pelo contrário, H. Key e o naturalismo (cit. J. Cabanas, 2002: 57) definem educação como sendo o *"desenvolvimento espontâneo de uma mera factualidade vital"*. A concepção naturalista da educação é a base de muitas correntes pedagógicas contemporâneas. Esta corrente tem início no séc. XVIII mas é actualmente adoptada em muitos ambientes como sinal de progressismo. Ideias como: autogestão escolar; possibilidade de opção nos estudos; não repressão das crianças; diminuição do protagonismo do professor no ensino; organização das aulas segundo os interesses dos alunos; o mito de aprendizagem sem esforço e muitos outros aspectos da educação de hoje são a base da Pedagogia naturalista.

Na definição de W. Dilthey (cit. J. Cabanas, 2002: 57) entende-se uma atitude mais espiritualista, educação é a *"actividade planeada mediante a qual os adultos procuram formar a vida anímica dos seres em desenvolvimento. (...) Formar é toda a actividade que produz a perfeição dos processos de uma alma. Formação é todo o tipo de aperfeiçoamento dessa alma"*.

Desde os anos 70 que diversos autores sentiram necessidade de clarificar o conceito de educação, muitas vezes considerado semelhante a termos como: aprendizagem; conhecimento; compreensão; instrução; ensino; formação.

J. Esteve (cit. J. Cabanas, 2002: 58) desenvolveu investigações sobre o tema, não conseguindo chegar às conclusões esperadas, nomeadamente, não chegou a um acordo sobre se educação é ou não um termo valorativo, sobre se existe um só conceito de educação ou vários, ou ainda sobre a relação entre educação e preparação para o mercado de trabalho.

Dois filósofos da linguagem, Peters & Wilson (cit. J. Cabanas, 2002: 59), desenvolveram também investigações partindo dos mesmos dados linguísticos e utilizando métodos analíticos equivalentes, tendo chegado a descrições bastante distintas do termo educação.

W. Gallie (cit. J. Cabanas, 2002: 59), explica que existem conceitos sobre os quais não se encontra uma única definição e que são aqueles para os quais existem diversas utilizações na linguagem. Assim, e já que cada uma das utilizações se baseia em pontos de vista bem definidos, a discussão sobre o significado do termo é inevitável. O mesmo autor refere *"que um conceito, para ser essencialmente contestável, tem de reunir estas cinco condições: tem de ser de tipo valorativo, fazendo referência a algum valor; tem de possuir um carácter internamente complexo, devendo esta complexidade poder reduzir-se a um conjunto de aspectos ordenados segundo uma hierarquia de importância; o emprego do conceito tem de variar se as circunstâncias variarem; quem o utiliza tem de saber que existem também outras acepções, mas que, não obstante, existe um modelo originário do sentido do conceito que se impõe aos restantes; a última condição é que exista a crença racional de que a discussão (na qual cada*

defensor de um dado sentido pretende demonstrar a sua razão) contribuirá para a clarificação do conceito."

Assim sendo, o termo educação torna-se num conceito polémico, uma vez que admite diferentes concepções e muitas vezes as mesmas são contraditórias, dependendo dos fins educacionais que se pretendem, possuindo problemas estruturais e funcionais, sendo o principal o de saber se ao educar temos de salvaguardar as tendências, necessidades e manifestações do educando, ou se pelo contrário, temos de corrigir ou superar submetendo-o a valores e normas.

Esta será uma questão que nunca esteve nem estará encerrada. Apesar da sua aparente subvalorização a questão educativa acaba por estar sempre presente, surgindo logo que alguma crise se faz sentir.

De acordo com a afirmação de J. Castañé (cit. J. Cabanas, 2002: 53) *"saber com profundidade e exactidão o que é educação, implicaria não apenas defini-la segundo certos princípios essenciais, como também ver de que modo se realiza e é condicionada historicamente e como influencia a história num contexto sóciocultural concreto".*

As muitas tentativas efectuadas para definir o termo educação, levam a concluir que todas elas se revelaram insuficientes, dado que muitas vezes se confundem com os seus propósitos e com o que se designa por *"processo educativo".*

Na opinião de D. Justino (2005: 17), *"O propósito da educação é o de capacitar as novas gerações para aceitar e vencer os desafios colocados pelas sociedades em que se inserem, de uma forma autónoma, livre, responsável e cooperativa."* O que nos leva a afirmar que os propósitos variam em função da sociedade, da sua cultura, do seu tempo e das suas aspirações.

Do mesmo modo, pode concluir-se que a educação não está limitada à escola nem às instituições que formalmente a concretizam, nem a um período específico do desenvolvimento do ser humano. Podemos aqui abordar duas

expressões amplamente conhecidas e que vão ao encontro desta ideia, nomeadamente no que respeita à realidade portuguesa. *"Mais educação"*, através do aumento da cobertura e do tempo dedicado à educação formal e inicial. Atribuição de maior valor social à escolarização que se traduza num acrescido empenhamento por parte dos diferentes actores sociais, concretizando a ideia de educação e formação ao longo da vida. *"Melhor educação"*, entendida como a forma eficiente como se promovem as capacidades das novas gerações em função das finalidades sociais e culturais que se propõem atingir.

A educação tem por missão, em todo o mundo, estabelecer vínculos sociais com origem em referências comuns, entre as pessoas. Neste sentido, um dos seus objectivos visa o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social. *"Define-se como um veículo de culturas e de valores, como construção dum espaço de socialização, e como caminho de preparação dum projecto comum"* (J. Delors, 1996: 45).

Actualmente, os sistemas educativos encontram-se submetidos a uma série de tensões, decorrentes de sociedades ameaçadas pela desorganização e ruptura de laços sociais, uma vez que se trata de respeitar a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, mantendo, no entanto, a necessidade de homogeneidade que implica a utilização de regras comuns. Neste âmbito, a educação enfrenta grandes desafios: por um lado é acusada de estar na origem de muitas exclusões sociais; por outro lado, é a ela que se faz apelo para restabelecer regras de vida colectiva.

Na perspectiva da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI *"(...) é no seio dos sistemas educativos que se forjam as competências e aptidões que farão com que cada um possa continuar a aprender"* (1996: 103).

Defende, ainda, esta Comissão, que haja uma complementaridade entre a educação formal e a informal. Neste sentido, os sistemas educativos devem adaptar-se às novas exigências, repensando e ligando entre si as várias etapas do processo, de modo a organizar as transições e a diversificar os percursos educativos.

J. Dewey (2002: 15) considerou, ainda, que a necessidade de aprender e ensinar desempenham um papel fundamental na sobrevivência das várias sociedades. Contudo, e segundo o autor atrás referido, não podemos deixar que a noção de educação seja limitada a um plano formal ou escolar. As escolas são, com efeito, um local fundamental para a educação dos jovens, mas esta não se reduz apenas a elas.

Há vinte e cinco anos atrás, o *relatório Faure* (cit. R. Carneiro, 2001: 47) propôs a ideia de *"aprender a ser"*, conceito que se mantém, todavia, central nos desafios da educação dos dias de hoje, ainda que os actuais percursos da sociedade e as profundas mudanças ocorridas a todos os níveis, obriguem a ter uma visão mais ampla das políticas e estratégias na educação, para além da meramente funcional. A educação é vista como um instrumento de crescimento económico, podendo actuar também como alavanca da confiança social e de valores partilhados. Deve apelar à necessidade de responder a novas fontes de informação, à diversidade nos conteúdos de multimédia, a novos meios de aprender numa sociedade em rede, ou seja, promover o gosto de aprender em todas as épocas da vida, devendo, igualmente, estabelecer uma ligação entre conhecimento e aptidões, aprendizagem e competências.

A educação pode ajudar-nos, assim, a compreender a nossa existência e a prepararmo-nos para a mudança e para as decisões sobre o futuro. Hoje, a educação é encarada como essencial para a coesão social, para o desenvolvimento económico, para a competitividade sustentável para o progresso humano, assim como para a construção da paz mundial.

Actualmente, é amplamente reconhecida a importância do papel de cada indivíduo na sociedade em que se insere, bem como, a sua responsabilidade pela construção da mesma. Esta responsabilidade ultrapassa a formação moral e cívica, implicando cada vez mais, o domínio de competências e aptidões muito vastas e profundas. Só assim se consegue dar resposta à permanente evolução e mudança a que estamos expostos, no mundo actual. Será este o grande desafio da educação, formar homens que apliquem na prática os seus saberes, com competência e ao mesmo tempo que não ponham de lado as suas raízes. Coloca-

se em paralelo a inovação e a tradição, cidadãos capazes de inovar permanentemente sem desprezarem as suas tradições mais ancestrais, capazes de reflectir sobre os seus actos, capazes de encontrar soluções que resolvam os desafios do presente, caminhando para a consolidação do futuro, capazes de perante a vastidão imensa de informação a seleccionarem automaticamente, contribuindo, também, para a sua cultura pessoal. A educação deve, pois, fornecer a cada indivíduo, a capacidade de desenvolver todas as suas potencialidades: aprendendo a viver em sociedade; a ser consciente; responsável.

Por tudo isto, podemos estar perante um conceito que conduzirá a uma maior articulação entre Educação e Formação, à avaliação permanente e pública das escolas, ao aprofundamento do papel da comunidade e autarquias locais na educação do seu território, a uma cada vez maior autonomia das escolas, a uma maior cooperação entre escola do Estado e escolas particulares e cooperativas, a uma necessidade emergente de modernização da Administração Educativa, à necessidade de um maior planeamento e gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, e ainda à melhoria e ordenamento da rede escolar.

1.2. Aprendizagem

" (...) Aprender é talvez a actividade mais banal, aquela que praticamos mais correctamente".

J. Berbaum (1992: 25)

Para o autor supracitado, aprender permite responder a um impulso, a um desejo de mudança que corresponde a uma necessidade de aplicar e aumentar as potencialidades que fazem parte de nós próprios. Assim, a aprendizagem aparece como um meio de satisfazer uma necessidade, que não se satisfaz através de uma acção imediata.

Nesse sentido, a educação promove o desenvolvimento integral do indivíduo, levando à aprendizagem de determinados conhecimentos e à aquisição e desenvolvimento de determinadas competências, necessárias à vida em

sociedade. Torna-se, por isso, necessário, clarificar o que se entende por "desenvolvimento" e por "aprendizagem".

O desenvolvimento pode ser considerado o processo através do qual as pessoas, a partir das estruturas disponíveis em cada momento, se apropriam da cultura do grupo social no qual se inserem.

Para Piaget (cit. J. Berbaum, 1993: 43), existem quatro factores que contribuem para o desenvolvimento dos conhecimentos:

- A hereditariedade, que se prolonga na maturação;
- O meio físico, correspondente à experiência com os objectos;
- O meio social, que intervém pela transmissão dos saberes culturais e pelas relações interpessoais;
- A equilibração, que intervém em relação com os factores anteriores, mas que possui as suas próprias leis de organização e de evolução.

As investigações de Piaget (cit. J. Berbaum, 1993: 44) incidiram principalmente no estudo da evolução dos conhecimentos em função da idade (maturação) e mostram a relação entre as respostas dadas pelo sujeito a situações materiais e sociais e o seu estádio de desenvolvimento mental. Os sujeitos definem os esquemas mentais em função dos objectos a que são aplicados, construindo novos esquemas sempre que uma nova situação já não permite o reajustamento necessário.

O desenvolvimento do indivíduo deve-se às interacções sociais estabelecidas entre ele próprio e os agentes que consigo interagem. Assim, na perspectiva desenvolvimentista de Piaget (cit. J. Berbaum, 1993: 81-83), a aprendizagem é um processo de construção individual, através do qual o indivíduo constrói a sua própria interpretação pessoal da cultura em que está inserido. Aprender significa, por isso, fazer uma interpretação pessoal da realidade, complementada pela respectiva interacção pessoal.

Daí, resulta que os processos de aprendizagem não são uma mera acumulação de conhecimentos, mas uma construção individual que implica

mudanças qualitativas e de complexidade crescente, nas estruturas e esquemas mentais.

Os colaboradores de Piaget afirmaram que *"Na maioria dos casos os resultados das aprendizagens estão directamente ligados ao nível que cada sujeito tinha à partida, de modo que a ordem hierárquica (dos sujeitos classificados em função do seu estádio de desenvolvimento) se mantém; mas, depois da aprendizagem, o desvio dessa ordem acentua-se. Os sujeitos mais avançados tiram, portanto, mais proveito dos exercícios e das informações de que dispõem, de maneira idêntica durante as aprendizagens"* (cit. J. Berbaum, 1993: 44-45). Isto significa que para favorecer a aprendizagem deverá existir um encontro entre a organização dos esquemas mentais do sujeito e as situações com as quais é confrontado.

As teorias desenvolvidas por Piaget e por Vygotsky (cit. A. Fontes & O. Freixo, 2004: 16), colocam a ênfase na importância da interacção entre o meio externo (social) e a criança. Enquanto Piaget realça o aspecto psicossocial, Vygotsky enfatiza a importância do contexto sociocultural no significado atribuído às actividades do indivíduo.

Segundo A. Fontes & O. Freixo (2004: 16-17), Vygotsky considera que ambiente e indivíduos interagem constantemente, acrescentando que este autor considera a aquisição e desenvolvimento do conhecimento como um processo onde as funções psicológicas do homem são mediadas pela cultura. Sendo assim, Vygotsky atribui à escola um papel muito importante na construção do conhecimento *"(...) a interacção do indivíduo com o contexto sociocultural promove a aprendizagem e esta é que conduz ao desenvolvimento"*.

Por outro lado, a teoria construtivista, defendida por D. Ausubel (2003), explica os processos da aprendizagem partindo do pressuposto que *"todos nós construímos a nossa própria concepção do mundo em que vivemos a partir da reflexão sobre as nossas próprias experiências"*. Segundo este autor, as aprendizagens do indivíduo estão organizadas em conjuntos hierarquizados de conhecimentos. Quando se recebe uma nova informação tenta-se inclui-la nesses

conjuntos. Se o indivíduo conseguir realizar esse processo com sucesso ocorre uma "aprendizagem significativa". Se as novas informações não encontrarem o seu conjunto estamos perante uma "aprendizagem por recepção". Os dois tipos de aprendizagem formam um processo contínuo, já que o conhecimento adquirido na aprendizagem por recepção vai, gradualmente, permitindo o encaixe de novos conhecimentos.

D. Ausubel (2003: 4) identifica, entre outros, dois tipos de aprendizagens: **significativa por recepção** (o indivíduo recebe conhecimentos e consegue relacioná-los com os conhecimentos da estrutura cognitiva que já tem); **significativa por descoberta** (o indivíduo chega ao conhecimento por si só e consegue relacioná-lo com os conhecimentos anteriormente adquiridos). Para o autor anteriormente referido, deve incentivar-se a "aprendizagem significativa", sendo esta uma aprendizagem integral e relacionada. Aprender envolve produzir mudanças nos conceitos prévios.

Ainda para este autor, a aquisição e retenção de conhecimentos está restringida aos contextos de instrução formais das escolas e universidades, onde professores e alunos interagem com vista a este fim, sendo este o melhor âmbito para a utilização e melhoramento sistemáticos da *aprendizagem por recepção* e de *aprendizagem por retenção significativa* (D. Ausubel, 2003: 4). A aquisição e retenção de conhecimentos são actividades profundas e de toda a vida, tornando-se essenciais para o desempenho competente das tarefas quotidianas. Ainda assim, podem ocorrer processos psicológicos idênticos subjacentes à aquisição e retenção formais de conhecimento, de modo informal, através da leitura, da televisão, do discurso oral intelectual, entre outros.

Segundo J. Libâneo (1998), existem três modelos de aprendizagem: a **aprendizagem informal** que é de carácter espontâneo não intencional, não institucional, desenvolvida em ambientes informais; a **aprendizagem não formal**, que possui carácter intencional, com um grau mínimo de organização, que ocorre fora do ambiente escolar convencional, mas com certa formalidade; a **aprendizagem formal**, caracterizada por ser estruturada, organizada e planeada com carácter intencional e realiza-se em instituições de ensino convencional.

Por essa razão, a variedade de modalidades educativas que a sociedade possui, não permite reduzir o sistema educativo ao sistema de ensino das escolas, existindo, actualmente, instituições que exercem um papel muito importante ao nível do sistema do sistema educativo e da comunidade.

Os ambientes formais e não formais dificilmente se autonomizam um do outro, uma vez que os alunos são seres culturais com actividades em várias áreas, havendo cada vez mais uma intercepção entre elas.

Reflectiremos, agora, um pouco mais sobre os conceitos de educação não formal e educação informal.

1.3. Educação Não Formal e Educação Informal

Tendo em conta o mundo global em que vivemos, C. Silvestre (2003) defende que a educação, para além do contexto escolar, passando pela autoformação através de meios postos à disposição dos indivíduos (como é caso da Internet) não deve deixar de lado a ideia de que estes se devem educar/ formar em comunhão com os outros. Este autor defende, igualmente, que se devem rever os ideias que preconizam a educação e formação do ser humano, incluindo neles novas formas e contextos com vista a atingir o bem-estar do homem.

Para C. Silvestre (2003: 48), *"(...) a educação/ formação integral do homem não acontece nem se aprende só na escola/ sistema escolar (educação formal). Vai-se processando na e ao longo da vida de uma forma permanente (através também da educação não formal e educação informal)".*

M. Rodrigues (cit. C. Silvestre, 2003: 48), enquadrada na mesma perspectiva, afirma que *"(...) a oferta de recursos humanos num país não provém apenas do seu sistema formal de ensino".* Deixa de se pensar na educação/ formação apenas como momentos instituídos e organizados, inscrevendo-se em momentos mais alargados em que qualquer lugar ou pessoa contribuem para essa educação/ formação.

M. Lesne (C. Silvestre, 2003: 48), refere ainda que *"(...) a literatura pedagógica já admite que a educação [formação] de um individuo é um processo que se desenrola ao longo da sua vida, mesmo quando a formação social a que ele pertence se não encarrega dela de forma organizada, pelo próprio jogo de interacções que ele mantém com o seu meio natural e social."*

Ainda nesta perspectiva e transmitindo a ideia de continuidade do processo educativo, Faure (cit. C. Silvestre, 2003: 50) defende que *"De uma forma consciente ou não, o homem sempre se instruiu, educou e formou ao longo da sua vida e de uma forma permanente, quer pela influência do meio, quer pelos efeitos das suas experiências, das concepções da vida e conteúdos do saber e que vão modelando os seus comportamentos (...)".*

Para A. Hamadache (cit. C. Silvestre, 2003: 50), *"(...) foram as insuficiências e as imperfeições do sistema escolar do tipo clássico que suscitaram um crescente interesse pelas formas não escolares da educação/ formação enquanto complemento ou até mesmo substituto da escola ."*

Os conceitos de educação não formal e educação informal pretendem designar o amplo e heterogéneo leque de processos educativos não escolares, surgindo quando se verificou que a escola:

> *- Não é a única detentora do saber nem a única fonte legítima de aprendizagem;*
> *- Não é o depósito exclusivo do conhecimento, o local onde se preparam as pessoas – cidadãos para a vida;*
> *- Não responde às necessidades do indivíduo; sente crescentes dificuldades em responder a uma procura cada vez mais premente e diversificada* (C. Silvestre, 2003: 50-51).

Na definição de educação não formal preconizada pela Comissão da Reforma do Sistema Educativo de 1988 (cit. C. Silvestre, 2003: 52), pode ler-se: *"a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e de locais e à flexibilidade na adaptação*

dos conceitos de aprendizagem a cada grupo concreto." A mesma Comissão referindo-se à educação informal define-a como aquela que *"abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida de cada indivíduo, constituindo um «processo permanente» e não organizado"* (cit. C. Silvestre, 2003: 52).

Na opinião de R. Canário (cit. C. Cavaco, 2002: 29) o nível não formal é caracterizado *" (...) pela flexibilidade de horários, programas e locais, baseado geralmente no voluntariado, em que está presente a preocupação de construir situações educativas «à medida» de contextos e públicos singulares."*

No tipo de ambientes de aprendizagem a que o autor anterior implicitamente se refere, os objectivos centram-se na socialização do indivíduo, residindo a diferença nos meios e na forma de os atingir, ou seja, estamos perante contextos educativos menos burocráticos e menos hierarquizados.

Como exemplo, temos várias estruturas organizacionais, nomeadamente: Centros Culturais, Recreativos e Desportivos; Associações Juvenis e Centros de Desenvolvimento Comunitário, entre outros, os quais normalmente dirigem as suas actividades a faixas etárias muito diversificadas.

No âmbito da educação não formal, podem apontar-se, entre outras, duas funções, nomeadamente:

1- Função de substituição (substituir total ou parcialmente a família, vigilância, aliviar disfunções escolares, acolhimento);

2- Função de complementaridade (criar espaços de socialização, formar através do lazer, facilitar o desenvolvimento de projectos, cultivar e implementar diversidade).

Conceitos como educação não formal ou aprendizagem ao longo da vida devem, hoje, fazer parte do novo conceito de educação. A escola não pode isolar-se, deve estar aberta à comunidade, deve estar em sintonia com ela, sendo, por isso, necessário uma maior interacção entre a educação formal e os agentes

educativos que desenvolvem processos de educação não formal, não devendo os dois conceitos serem considerados concorrentes, mas sim complementares, actuando no sentido do enriquecimento do processo educativo e proporcionando melhores condições de aprendizagem.

Aqui, o associativismo[1] desempenha um papel importante na medida em que se trata de uma das vias que contribui para a transformação e melhoria da sociedade, assumindo-se como um espaço de vivências pessoais e colectivas e transmissão de valores (solidariedade, justiça, fraternidade, responsabilidade, educação para a paz, educação para o ambiente, formação de um espírito crítico, etc.) ou ainda como um espaço onde os jovens podem reforçar o seu desenvolvimento pessoal, partilhar experiências, responsabilidades e desafios.

O termo educação informal aparece relacionado com educação formal e educação não formal, encontrando-se, por vezes, sobreposto à modalidade de educação não formal, outras vezes o prefixo "in" tem um sentido pejorativo.

C. Cavaco (2002: 29), ao falar da educação informal, refere tratar-se de " *(...) acções que não têm, normalmente, finalidade educativa mas apresentam efeitos educativos."* Nesta perspectiva, e na linha de pensamento de T. Bernet e A. Pain (cit. C. Cavaco, 2002: 29), educação informal apresenta-se na continuidade de educação formal e não formal.

---

[1] Associação é uma " *(...) organização formal em que grupos de pessoas, na base de interesses comuns ou recíprocos, cooperam de forma estável para alcançarem certos objectivos previamente definidos"* Quitério, (cit. Revista ESES, 2001: 95), sem que o seu objectivo principal seja o lucro. Considera-se organização formal dado que (...) " *o sistema de normas por que se rege, e cada uma das normas em particular, são expressão de formas idealizadas de acção e relação socialmente instituídas"* Quitério (cit. Revista ESES, 2001: 95), derivando a sua principal intervenção da interacção existente entre os seus membros. Do ponto de vista legal, são instituições livres e voluntárias, possuindo uma divisão interna, ao nível das tarefas e procedimentos, estipulados nos respectivos estatutos.

UNIVERSIDADE

Na opinião de R. Canário (cit. C. Cavaco, 2002: 29), educação informal" *(...) corresponde a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que não conscientes, nem intencionais, por parte dos destinatários, correspondendo a situações pouco estruturadas e organizadas".*

A educação informal é, pois, uma modalidade educativa não organizada, intencional ou não e que é designada de educativa em consequência dos seus efeitos na alteração dos conhecimentos, comportamentos e atitudes dos indivíduos, aos quais se encontram associados processos de aprendizagem e formação através da experiência, que possibilitam a aquisição de saberes e que têm origem na vida das pessoas.

A educação informal dá-se ao longo da vida, numa diversidade de contextos e também nas situações de educação formal e não formal. Podemos dizer que as três modalidades de educação formal, não formal e informal são complementares, ou seja, nenhuma destas modalidades pode, isoladamente, responder às necessidades de formação dos indivíduos.

A educação informal apresenta um conjunto de características que a distingue da educação formal. Os processos educativos ocorrem, normalmente, fora das estruturas formalizadas, não havendo, por isso, um conteúdo definido, nem um programa preestabelecido. Também não são exigidos pré-requisitos aos sujeitos, centrando-se o foco na acção e não na aprendizagem. O indivíduo tem aqui um papel decisivo no processo, não havendo, por parte de quem exerce a função educativa, o devido reconhecimento social.

A educação informal não tem subjacente um processo contínuo e permanente. A experiência concretiza a educação informal, apresentando um carácter local, resultante do contacto com uma situação concreta, num determinado contexto. De acordo com C. Cavaco (2002: 39), o saber experiencial compreende dimensões como saber, saber-fazer e saber-ser. Quando o indivíduo incorpora o saber experiencial no seu comportamento está a atribuir valor educativo às mensagens, às situações e às vivências.

1.5. Educação de Adultos

De acordo com A. Osorio (2005: 217), *"A educação de pessoas adultas, como conjunto de teorias, estratégias e modelos organizativos, teve uma origem comum – o advento da sociedade industrial"*, tendo visto as suas primeiras experiências nos finais do séc. XVIII e ao longo do séc. XIX.

As mudanças político-sociais, o desenvolvimento e a consolidação dos sistemas educativos, assim como a as transformações cientificas e tecnológicas da primeira metade do séc. XX, conduziram à necessidade de olhar para a educação de adultos, assumindo esta, com o tempo, diferentes expressões (educação popular, formação profissional, formação contínua, educação cívica).

Hely (cit. A. Osorio, 2005: 220), produziu uma ampla reflexão sobre este tema, defendendo a ideia de que as mudanças ocorridas na sociedade em meados do séc. XX tornaram clara a ideia de que educação de adultos é um processo permanente. Foi a prática da acção educativa, por parte da sociedade, que conduziu a uma reflexão sobre um conjunto de intervenções formativas que ultrapassam o espaço escolar.

As conferências internacionais realizadas em vários países, sob a alçada da UNESCO, vieram protagonizar um papel importante na história da educação de adultos, das quais destacamos a conferência geral de Nairobi, em 1976, e a conferência internacional de Hamburgo, em 1997, das quais saíram duas definições do conceito de educação de adultos. Segundo A. Osorio (2005: 60), ambas coincidem nas ideias básicas, afirmando que:

a) *O processo de educação de adultos é algo organizado, que tem uma clara intenção de produzir uma aprendizagem, qualquer que seja o seu conteúdo, nível e método (...);*

b) *É possível desenvolver as situações desta aprendizagem nos contextos tanto «formais como informais» (declaração de Nairobi) ou «formais ou não» (a declaração de Hamburgo explicita, posteriormente, no final que a educação de adultos compreende «a educação formal e a educação permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal»);*

c) *A finalidade desta aprendizagem é «desenvolver as suas capacidades, ampliar os seus conhecimentos e melhorar as suas qualificações e comportamentos» (...)";*

d) *Com a intenção de alcançar o seu desenvolvimento pessoal pleno e a participação no desenvolvimento social, económico e cultural, independente e equilibrado (ou nos termos mais sintéticos de Hamburgo: «atender às suas próprias necessidades e às da sociedade»).*

Ao longo dos anos, a perspectiva sobre a educação de adultos alargou-se deixando de ser centrada nos processos de alfabetização, encarada como uma compensação, passando a enquadrar-se numa perspectiva de educação permanente.

Foi também afirmada, não só a relação entre a educação de adultos e os processos formais de educação, mas também a sua relação com os não formais e informais, no sentido do desenvolvimento de capacidades, ampliação de conhecimentos e melhoria de qualificações na perspectiva de um desenvolvimento pessoal pleno e de uma maior participação no desenvolvimento social, económico e cultural.

P. Legrand (cit. A. Osorio, 2005: 18), ao aprofundar o estudo acerca da educação permanente considera que se trata de integrar a educação de adultos num sistema que se dedique à aprendizagem permanente, integrando, segundo o autor, duas vertentes: por um lado, uma série de aprendizagens com origem no passado e que se vão ampliando sem interrupções ao longo da vida; por outro lado, uma série de aprendizagens para além das escolares que ocorrem fora das instituições tradicionais.

Para J. Sarramona (cit. A. Osorio, 2005: 52), *"o conceito de educação de adultos é mais restritivo do que o de educação permanente (...)".*

Já na opinião de G. Weil (cit. A. Osorio, 2005: 52), *"(...) a formação contínua de adultos representa exclusivamente uma etapa na implantação progressiva da educação permanente."*

Em Portugal, a educação de adultos foi pautada por uma série de políticas educativas descontínuas, a partir de 1974, que revelaram a total ausência de um fio condutor entre elas.

As orientações, neste domínio, foram mudando com frequência, interrompendo ou abandonando certas políticas para dar lugar a outras e assim sucessivamente.

O regime democrático viria a sentir necessidade de reinventar políticas educativas de adultos, tendo em conta os níveis de analfabetismo da população portuguesa.

A categoria "educação de adultos" desapareceu do discurso político, tornando-se no sector mais crítico e problemático do sistema de educação ao longo da vida, em Portugal.

Duas lógicas distintas viriam a adquirir protagonismo: por um lado, a lógica do controlo social, com orientações escolarizantes, com o controlo directo da política e da administração da educação, o que resultou na redução da educação de adultos; por outro lado, a lógica da modernização económica e da mão-de-obra qualificada centrada em orientações "vocacionalistas".

Segundo L. Lima (cit. R. Canário & B. Cabrito, 2005: 35) *"A formação técnico – profissional para a competitividade revela-se impotente face à dimensão dos problemas de educação de base de adultos, e tanto mais quanto se manifesta resistente à sua articulação com os universos típicos da educação de adultos e da educação popular, a partir de projectos educativos mais amplos que, compreendendo-a no seu interior, lhe confiram sentido educativo e cívico em termos substantivos e, mesmo, lhe assegurem condições de maior eficácia formativa".*

Se olharmos para a história, vemos que em Portugal existiram variados tipos de mobilizações populares que em tudo se assemelharam com intervenções típicas da "educação popular", embora silenciadas durante o Estado Novo, a partir

das quais emergiram muitas associações populares. Já desde meados do século XIX, com o regime republicano, o associativismo veio a ser alargado a grupos cénicos, bibliotecas, orfeões, bandas de música, entre outros, tratando-se de bons exemplos de "instrução popular" e de modos de alfabetização.

Mais tarde, na década de 70, vários actores e instituições assumiram um papel muito importante, incidindo sobre acções de alfabetização, projectos de animação cultural e sócio – educativa e actividades de educação de base de adultos, mas todas estas acções denotaram a carência de um fio condutor pré definido e orientador.

Na segunda metade dos anos 80, as questões relativas à educação de adultos foram colocadas de parte, em detrimento de alguns princípios, tais como: a modernização económica e de infra-estruturas, a eficácia da gestão pública e privada, entre outros.

Para R. Canário (1997: 42), a educação de adultos foi reduzida à dimensão de ensino recorrente, na tentativa de acolher os jovens que fracassam ou abandonam precocemente a escola.

Ainda de acordo com J. Leitão (2002: 75), é hoje muito valorizada a ideia de que *"(...) o crescimento da pessoa no que se refere à aquisição de competências, dos saberes e conhecimentos necessários a viver num mundo complexo em acelerada mudança já não tem lugar num único tempo e num único espaço como se aceitava no passado."*

Às sociedades actuais é colocado hoje o desafio de aceitar que a aprendizagem tem lugar permanentemente e ao longo da vida, em diferentes tempos e locais. O modelo concebido para os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA) teve em consideração estes pressupostos, no sentido de dotar os adultos activos de conhecimentos e competências que lhes permitam a melhoria das qualificações profissionais, facilitando a diversificação de itinerários formativos, partindo do reconhecimento e validação das competências antes adquiridas. A perspectiva de que todos os momentos de vida se traduzem em

situações de aprendizagem traduziu-se numa aposta pelos cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA), onde a formação mais académica e a formação profissional aparecem interligadas. Os saberes académicos não são vistos numa perspectiva escolarizante, mas antes, todos os saberes são contextualizados, as experiências e os saberes já adquiridos são valorizados e reconhecidos e a avaliação é centrada nos recursos e na reflexão pessoal dos sujeitos, ao mesmo tempo que se propõem adquirir outras competências, que vão do domínio profissional aos saberes aplicáveis ao seu quotidiano.

Esta perspectiva de educação/formação desenvolve-se não apenas nos contextos formais, mas também nos não formais e informais.

1.6. Currículo

Iniciamos o estudo sintético das definições de currículo, abordando o conceito etimologicamente, *" (...) o radical do vocábulo currículo deriva do verbo latino currere que transportava a ideia de caminho, trajectória, itinerário, remetendo para noções de sequencialidade e totalidade"* (Pacheco *et al*, 1999: 12).

Provavelmente, o conceito de currículo aparece nos Estados Unidos num livro escrito por Bobbit em 1918, no seu discurso o currículo aparece como *" (...) a especificação precisa dos objectivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados "* (T. Silva, 2000: 11).

Mais tarde, e exprimindo uma insatisfação crescente, por se tratar de uma visão demasiado tecnocrática, foi desencadeada uma reconceptualização do conceito.

Surge então uma nova perspectiva, que não reconhece a estruturação do currículo em disciplinas ou matérias, pondo ênfase na experiência, nos significados subjectivos. Este modo de encarar o currículo destaca o carácter situacional, singular, único e concreto da experiência vivida.

"É como actividade que o currículo deve ser compreendido – uma actividade que não se limita à nossa vida escolar, educacional, mas à nossa vida inteira" (T. Silva, 2000:43).

Na perspectiva de P. Freire (cit. T. Silva, 2000: 61) *" (...) todos os sujeitos estão activamente envolvidos no acto de conhecimento"* e afirma *" (...) o acto pedagógico não consiste em simplesmente "comunicar o mundo". Em vez disso educador e educandos criam, dialogicamente, um conhecimento do mundo."*

Os estudos sobre currículo foram variando. De acordo com J. Costa *et al.* (2004: 5), o seu campo de intervenção centra-se:

- *Nos objectivos e no ensino de conteúdos disciplinares;*
- *No desenvolvimento de competências e atitudes no educando;*
- *Na formação secundária e a sua articulação com o prosseguimento de estudos e o mercado de trabalho;*
- *Nas questões do ensino básico e educação pré-escolar;*
- *No quadro teórico – conceptual do desenvolvimento curricular;*
- *Nos aspectos operatórios e pragmáticos;*
- *No espaço sala de aula;*
- *Na articulação com o contexto organizacional comunitário, local e regional.*

Referindo-se à variedade de definições de currículo, Machado e Gonçalves (cit. J. Costa *et al* 2004: 80), afirmam que, entre as mais antigas, o currículo é referido como sendo um plano de estudos, acrescentando que, apesar desta concepção ter sido bastante criticada, o seu campo se ter alargado e ter havido um grande distanciamento da ideia original de currículo, continua a ser a mais comum.

A. Ribeiro (1995: 11) encontra três concepções diferentes para definir o currículo. Numa primeira, designa *" (...) currículo como elenco e sequência de matérias ou disciplinas propostas para todo o sistema escolar, [...], visando a graduação dos alunos nesse sistema..."*. Nesta perspectiva, encontramos mais

uma vez o sentido de *"plano de estudos"*, que é elaborado antes do processo ensino-aprendizagem, assumindo um carácter prescritivo.

Numa segunda concepção, vulgarizada por certos sistemas educativos, o termo currículo definiu-se como *" (...) programa de ensino num determinado nível ou área de estudos do sistema escolar"*. Neste sentido, o currículo exprime-se através de uma listagem de temas, obedecendo a uma determinada organização ou sequência, por área ou disciplina, sendo por vezes acompanhada de sugestões metodológicas.

Uma terceira e última perspectiva traduz-se numa junção equilibrada das duas anteriores, em que o currículo é identificado como *" (...) conjunto estruturado de matérias e de programas de ensino num determinado nível de escolaridade..."*.

Todavia, A. Ribeiro (1995: 13,14) apresenta ainda quatro *concepções típicas*[2], muito representativas da análise do conceito de currículo, onde se salientam elementos comuns e diferenciadores:

> 1-*"O conjunto de todas as experiências que o aluno adquire, sob a orientação da escola"* (Foshay, 1969:275);
> 2-*"O currículo engloba todas as experiências de aprendizagem proporcionadas pela escola"* (Saylor, 1966:5);
> 3-*"O currículo é o modelo organizado do programa educacional da escola e descreve a matéria, o método e a ordem do ensino – o que, como e quando se ensina"* (Phenix, 1958:57);
> 4-"*O currículo é uma série estruturada de resultados de aprendizagem que se têm em vista. O currículo prescreve (ou, pelo menos, antecipa) os resultados do ensino; não prescreve os meios"* (Johnson, 1977:6).

De acordo com este autor, na primeira e segunda definições acentua-se a *"dimensão real e actual do currículo"*, apresentando-o em termos de experiências

[2] Expressão adoptada por A. Ribeiro (1995: 13).

educativas e aprendizagens dos alunos, não sendo, por isso, visto como planificação do processo ensino-aprendizagem, mas como um conjunto de aprendizagens ou experiências formativas vividas pelos alunos, englobando todas as actividades de aprendizagem proporcionadas na escola, quer sejam intencionadas pela escola ou decorram da própria organização e ingredientes da vida escolar.

Ainda seguindo a linha de pensamento de A. Ribeiro (1995), esta concepção é de tal modo abrangente que a distinção entre actividades curriculares e extracurriculares perde sentido, anulando também a diferença entre currículo formal e informal.

Em contraposição estão a terceira e quarta definições, apresentadas atrás, que entendem o currículo como o que se planeia ensinar, o que se pretende que os alunos aprendam.

De acordo com o analisado, o currículo pode ser entendido como um conjunto de experiências educativas organizadas pela escola ou sob a orientação directa desta. Neste sentido, a oposição entre actividades curriculares e extracurriculares ou de enriquecimento curricular tende a desaparecer, uma vez que todas elas representam meios directos ou indirectos para a formação integral dos educandos, visando a sua realização pessoal e social.

Pode, também, estabelecer-se uma distinção, ainda que simples, entre **currículo formal e informal** e de algum modo entre experiências curriculares e extracurriculares, que poderá traduzir-se na diferença entre o que consta no horário lectivo dos alunos e no que nele não figura.

Intrinsecamente o contraste exprime-se entre o que é formalmente planeado para promover aprendizagens explicitamente definidas e as actividades (clubes, desporto escolar, etc.) que não se orientam por intenções explícitas de aprendizagem planificada e sistemática, todavia deve haver uma unidade do programa educativo em que ambas se devem inserir. Neste sentido, o desejável é que haja um conceito amplo de currículo, em que estejam incluídas matérias de

estudo, actividades de complemento curricular, outras experiências informais e em que se reconheça a distinção entre todas estes aspectos.

Uma concepção, mais alargada, de currículo, afirma: *" (...) ele representa um conjunto de diferentes modos de pensar e investigar a realidade e experiência humana, privilegiando-se, assim, o desenvolvimento de capacidades e processos intelectuais – significativamente representados nessas disciplinas do saber – não importando tanto as conclusões a que se chegou, como o modo de gerir e validar tais resultados"* J. Costa *et al* (cit. A. Ribeiro, 2004: 81).

Esta abordagem refere o currículo como um conjunto de experiências educativas, englobando todas as actividades de aprendizagem proporcionadas na escola, quer aquelas que são planeadas pela escola, quer as que advêm dos vários aspectos da vida escolar, considerando que o currículo não envolve apenas as intenções, mas também as práticas resultantes da intervenção dos diversos participantes no processo de decisão.

Assim, falar de currículo, valorizando o seu processo de construção como algo que é capaz de se adaptar às especificidades de cada escola, significa conceptualizá-lo como um projecto, construído e assumido por todos os actores educativos.

Nesta linha, Zabalza (cit. J. Costa *et al*, 2004: 82) encara currículo como um projecto educativo, estabelecendo uma interligação entre o nível da teoria curricular e o nível da tarefa educativa a desenvolver em cada escola (projecto curricular de escola).

De acordo com a mesma perspectiva, encontramos Alonso (cit. J. Costa *et al*, 2004: 82), o qual afirma que *"O currículo enquanto projecto, consubstancia as opções da escola [...] acerca da selecção e organização da cultura e da formação que considera imprescindível oferecer aos seus alunos através da organização de experiências de aprendizagem significativas que possibilitem uma educação de qualidade para todos."*

Este conceito apresenta uma vertente de inovação: as decisões estão centradas, cada vez mais, na escola, nos professores e na própria sala de aula e são ao mesmo tempo reguladas pelas características dos alunos, da escola e do meio envolvente.

Sendo assim, torna-se impossível, actualmente, pensar o currículo simplesmente através de conceitos técnicos, como os de ensino e eficácia ou categorias psicológicas como aprendizagem e desenvolvimento ou ainda como lista de conteúdos. Nesta lógica, o currículo pode e deve ser visto sob vários prismas, determinando estes a sua verdadeira utilidade.

O currículo deve igualmente ser compreendido através de uma análise das relações de poder, nas quais este está envolvido, apesar das novas teorias considerarem o poder descentralizado, não estando unicamente no Estado, mas sim disseminado por toda a rede social. Neste sentido, o processo de gestão curricular desenvolve-se em diferentes níveis, de forma dinâmica e interactiva, ajustando-se ao currículo nacional, à realidade onde se vai desenvolver, consubstanciado no conjunto de ofertas educativas que a escola considera imprescindível proporcionar aos seus alunos.

Deste modo, a construção do Projecto Curricular de Escola e do Projecto Curricular de Turma, em articulação com o Projecto Educativo dos Agrupamentos de Escolas ou escolas não agrupadas, deve interpretar os objectivos, conteúdos e competências do currículo nacional, de modo a promover aprendizagens significativas nos alunos, tendo sempre em conta os recursos de cada contexto e mobilizando-os para o efeito.

Em Portugal, nos últimos anos, o enfoque é colocado cada vez mais ao nível da gestão curricular e sua articulação com questões de organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino. Na prática, as escolas começam a ser entendidas como organizações com autonomia, onde educadores e educandos possam assumir posturas de intervenção e criatividade, as quais se devem traduzir em projectos que sejam do seu interesse e do interesse local.

Com a publicação do Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio, muitas escolas foram integradas em agrupamentos verticais, o que levou à necessidade de encarar o currículo de forma articulada com diferentes níveis educativos, sedeados num espaço comum. Assim, surge a gestão curricular situada no cruzamento entre currículo e desenvolvimento curricular, patente na evolução do sistema educativo, deslocando os centros de decisão da Administração Central para as escolas, enquanto centros de gestão educativa contextualizados, fazendo com que o protagonismo da gestão curricular se centre na acção das escolas e na acção dos professores.

Por outro lado, o Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, aponta a escola como *"espaço privilegiado de educação para a cidadania"*, atribuindo-lhe, mais uma vez, grandes responsabilidades e uma maior margem de decisão nas diversas componentes do currículo. A concretização desta *"autonomia"* deve ser feita através da concepção e desenvolvimento dos projectos curriculares de escola e de turma. Também o papel do professor é focado neste normativo legal como sendo um gestor e decisor do currículo, tentando encontrar respostas adequadas aos alunos e ao contexto em que estes se inserem.

Poder-se-á, assim, enfatizar a valorização da diversidade, quer ao nível das estratégias, quer das metodologias de ensino, bem como a necessidade de o professor instituir uma nova relação com os seus pares.

Por outro lado, coloca-se ênfase no aluno e na sua formação global, criando situações de ensino-aprendizagem que constituam experiências significativas, atribuindo ao aluno um papel activo na construção e desenvolvimento dos seus saberes.

Esta *"reorganização curricular"*, traduzida pelo Decreto-Leinº6/2001, de 18 de Janeiro, veio pôr de lado a visão tradicional de currículo, como um conjunto de normas a cumprir de modo uniforme em todas as salas de aula e trazer a possibilidade de adequação do currículo nacional a cada sala de aula. Esta reorganização concebe o currículo numa perspectiva de ciclo e de

desenvolvimento de competências que vão para além das aprendizagens e dos conhecimentos, mas que incorporam as capacidades, as atitudes e os valores.

Desta forma, o conceito de currículo não fica confinado a saberes disciplinares, mas valoriza saberes relacionais, afectivos e atitudinais.

1.8. Educação e Municípios

A participação dos municípios na educação foi considerada como um elemento integrante na territorialização da política educativa levada a efeito pelo Estado. Pretendia-se envolver os municípios na consecução de objectivos ligados à educação. Mas esse envolvimento dependeu do modo de organização e gestão do sistema educativo dos diferentes países. Em Portugal, e olhando a história, verifica-se que o liberalismo português tinha uma visão muito restritiva de município quer quanto à sua representação política quer quanto à sua autonomia em relação ao poder central, o que produzia consequências na intervenção dos municípios na educação. Como afirma o historiador C. Oliveira (A. Fernandes, cit. J. Costa *et al*, 2004: p. 36) *"o liberalismo português instaurou uma administração local centralista e hierarquizada que visa o controlo efectivo do território nacional e das comunidades locais pelo Terreiro do Paço".*

Para autores como J. Gaudin (A. Fernandes, cit. J. Costa *et al*, 2004: p. 36), o que está subjacente a esta centralização é a ideia de que os concelhos e as comunidades locais representam interesses privados que têm de ser tutelados pelo Estado-Nação, o qual representa o interesse geral.

Assim, quando se trata de questões nacionais, como é o caso da educação, os municípios eram apenas os mandatários para executar as determinações centrais e nunca uma autoridade com autonomia local. É nesta perspectiva que enquadramos Portugal, até há pouco tempo.

Desde a constituição liberal de 1822, os municípios tinham a atribuição de *"cuidar das escolas das primeiras letras e de outros estabelecimentos de educação que foram pagos por rendimentos públicos"* (art. 223º). Tratava-se de

envolver os municípios, utilizando os seus recursos para a tarefa nacional de expandir o ensino primário a toda a população. Esta tarefa nunca foi totalmente assumida devido à escassez de recursos, ao desinteresse e à resistência local quer de professores quer de autarcas.

Durante a II República efectuaram-se alterações que reflectiram um novo enquadramento dos municípios na organização política do país, restaurando a autonomia municipal na Constituição e reforçando as suas receitas com a Lei das Finanças Locais, o que levou à alteração do comportamento municipal na educação. Também o contexto político e social conduziu a uma participação mais activa na educação por parte das Câmaras Municipais. Segundo A. Fernandes (cit. J. Costa *et al*, 2004: p. 37), a participação dos municípios na administração e gestão da educação foi-se alargando, num percurso que passou por três fases:

- *Serviço periférico de apoio à educação infantil e básica obrigatória;*
- *Um parceiro privado com uma função supletiva em relação ao sistema educativo público;*
- *Um participante público na promoção e coordenação local da política educativa.*

De acordo com o autor, a primeira fase vai desde 1976 (1ª eleição municipal) a 1986 (promulgação da LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo). Nesta fase, as atribuições locais mantêm-se as mesmas de épocas anteriores. A lei de 1984 (Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março) definiu novos encargos municipais para o sector da educação, concretamente no que diz respeito a construções, equipamentos e manutenção das escolas do *ensino primário*, havendo novas responsabilidades na *educação infantil*, nos transportes escolares, na ocupação de tempos livres, na acção social escolar e nos equipamentos da *educação de adultos*. Tudo se concentra na parte financeira e não na gestão de projectos educativos. Foi sem dúvida a Lei de Bases do Sistema Educativo, o marco que suscitou movimentos no sentido de um maior envolvimento municipal na educação.

A segunda fase inicia-se com a LBSE. O papel educativo dos municípios começa a ser alterado, o que se torna patente em várias disposições da referida lei. Trata-se de novas áreas que não estavam suficientemente cobertas pelo sistema educativo público (educação pré-escolar, formação profissional, educação especial, ocupação de tempos livres), onde o Estado não tinha capacidade nem considerava prioritário investir. A criação das escolas profissionais de educação tecnológica, profissional e artística através de parcerias foi a forma mais marcante da intervenção dos municípios. Outra mudança importante foi o **reconhecimento dos municípios como parceiros sociais na definição e gestão da política educativa nacional e local**, passando a participar, através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), no Conselho Nacional de Educação, criado em 1987 e no Conselho Consultivo das Escolas Básicas e Secundárias a partir de 1989.

Também a Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE) procurou dar aos municípios um papel interventivo na educação, elaborando duas propostas que foram retomadas mais tarde: os **Conselhos Locais de Educação**, onde os municípios faziam parte da coordenação e viam a sua participação na direcção dos jardins-de-infância e escolas básicas e secundárias. A lei situa os municípios no mesmo plano de empresas, associações, cooperativas, instituições de solidariedade social, ou seja, como se fosse um participante privado no processo educativo.

A terceira fase da definição do papel dos municípios na educação inicia-se em 1995, com tomada de posse do XIII Governo Constitucional. Tratava-se de reforçar o papel dos municípios como parceiros educativos locais, sendo-lhes solicitada, entre outras, a sua participação no apoio à promoção do sucesso educativo das escolas situadas nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (1996). Os municípios vêem igualmente reforçado o seu papel na expansão da rede de educação infantil, através da abertura de jardins-de-infância e finalmente, em 1998, passam a integrar as respectivas Assembleias de Escola, primeiro a título experimental (1991) e mais tarde generalizado a todas as escolas públicas.

A principal inovação dá-se com a criação dos **Conselho Local de Educação**, de iniciativa municipal, com funções consultivas e de coordenação local das políticas educativas com outras políticas sociais. Assim, os municípios deixam de ser considerados como parceiros privados, passando a assumir-se como parte integrante da administração da educação pública. Surge, então, o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, em que o Conselho Local de Educação passa a denominar-se Conselho Municipal de Educação e em que os municípios têm a função de elaborar a carta educativa concelhia, além de poder negociar contratos de autonomia, promover medidas de desenvolvimento educativo e elaborar projectos educativos municipais. Dá-se assim uma aproximação aos municípios do Norte da Europa, que desde sempre tiveram um papel activo e determinante na expansão da educação escolar.

Desde 1974 que se discute a participação municipal na educação, bem como o seu papel na gestão das escolas, tendo-se acentuado esta discussão a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo. Existem várias disposições legais que apontam para a participação dos municípios em áreas educativas que antes eram reservadas ao Estado. No entanto, as díspares interpretações neste campo conduzem a práticas que nada reflectem a desejável relação entre escolas/ municípios e Governo, ainda envolvida em incompreensões.

Com a mudança política de Abril de 1974 e depois de consolidada a Constituição de 1976, assiste-se ao renascimento dos municípios, enquanto expoentes máximos da democracia local. Este renascimento traz consigo a eleição dos seus órgãos por sufrágio universal, o alargamento das suas competências, o princípio do controlo jurisdicional e sobretudo o aumento das suas receitas através de taxas e impostos locais e da sua participação no orçamento do Estado. A figura do administrador desaparece e os governadores civis deixam de intervir na vida municipal, a não ser em situações excepcionais. Este novo quadro leva a que os municípios possam investir em sectores antes impensáveis, o que muda grandemente a imagem das Câmaras Municipais perante as populações. Estas deixam de ser vistas como um mero prolongamento do governo para passarem a ser encaradas como portadoras de anseios e

aspirações próprias e consequentemente legítimas representantes das populações perante o poder central.

Os municípios passam a investir na educação, situação que só em 1984 passou a estar prevista na lei, com a transferência de novas atribuições educativas para as autarquias (Decreto-Lei 77/94, de 9 de Março).

Acrescente-se que já antes havia esforços nesse domínio, fruto das pressões dos munícipes, sobretudo na recuperação de edifícios para a educação pré-escolar e primária, equipamento e materiais escolares, apoios à educação de adultos, actividades de ocupação de tempos livres, bibliotecas municipais, cursos de formação e alfabetização.

Antes do 25 de Abril a situação dos municípios era degradante. Com o aumento das receitas houve um novo folgo, no entanto as carências ao nível dos serviços básicos era enorme. Por outro lado, os quadros técnicos municipais eram mínimos ou inexistentes, o que ajuda a contextualizar o esforço das autarquias no domínio da educação.

Verifica-se, não obstante as limitações assinaladas, uma enorme diferença entre o município actual e os seus antecessores, situando-se o único ponto comum na área territorial que se tem mantido sem alterações, tudo o resto são diferenças. Deixam de ser unidades organizacionais espalhadas pelo território nacional ao serviço do Estado, sem autonomia e sem recursos próprios, para se tornarem em unidades autónomas administrativamente e com meios financeiros, podendo desenvolver políticas locais próprias, incluindo o domínio da educação.

Ultrapassada a questão da resolução de carências básicas dos concelhos, que absorveram grande parte das receitas concelhias, na fase inicial da história dos municípios pós 25 de Abril, existe agora a disponibilização de mais recursos para a educação e cultura, passando estas a ser as prioridades nos projectos camarários. Torna-se assim, previsível que o futuro nos traga municípios mais sensíveis às questões culturais e educativas, havendo maior investimento nestas

áreas. Pode, então o município actual assumir maior intervenção na educação substituindo o poder central?

Devemos reconhecer o avanço da legislação portuguesa no que se refere ao papel dos municípios na educação, de um simples financiador obrigatório da educação básica, os municípios passaram a ser parceiros e finalmente agentes activos da educação local. Esta mudança partiu do Estado, que deixou de ser centralista e autoritário, mas também, é fundamental que se diga, das autarquias nas quais ocorreram muitas mudanças (a começar pelo perfil do autarca).

Os municípios portugueses estão actualmente muito mais sensíveis a abertos a questões da educação e dispõem também de mais meios para poder pôr em prática esta sensibilidade. Para ilustrar o que atrás foi dito podem dar-se alguns exemplos: renovação da rede de escolas do 1° ciclo e abertura de salas de jardins-de-infância; a criação de parques desportivos, de bibliotecas municipais e de centros culturais; os apoios à educação permanente; as semanas culturais e visitas de estudo; as actividades de enriquecimento curricular e de projectos educativos patrocinados pelos municípios. Alguns municípios criaram mesmo departamentos de educação e em alguns casos equipas de professores a trabalharem com as escolas do concelho.

Torna-se também importante verificar a mudança no relacionamento entre municípios e governo e municípios e professores, já que estas eram relações problemáticas em tempos passados. Houve sempre tensões entre autarquias e governo relativamente à questão da educação, por se transferirem competências sem a consequente transferência de verbas adequadas às novas responsabilidades. A ANMP teve aqui um papel importante como mediador entre as duas partes.

Também a relação entre municípios e professores não foi sempre pacífica. A intervenção dos municípios na educação foi recebida com resistência por parte dos professores, temerosos da perda da sua autonomia profissional. O tempo veio desmentir esses temores e existe actualmente um relacionamento de colaboração em actividades e projectos.

É nesta multiplicidade de facetas que os municípios têm actuado, sendo executores de políticas governamentais e, ao mesmo tempo, promotores de iniciativas locais que nos conduzem à emergência de uma política educativa local. Pode-se igualmente afirmar que não existe progresso sem uma população devidamente educada, o que implica o desenvolvimento de competências, de experiências e a aquisição de um certo número de conhecimentos e valores capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e sobretudo para a transformação dos quadros de vida actuais.

Os municípios deverão promover as políticas educativas locais, que incluem a educação formal e não formal, a cultura, as fontes de informação e a descoberta da realidade existente no seu território.

Em seguida, abordaremos alguns aspectos concretos da intervenção educativa autárquica:

- *EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR* – esta área constitui uma das principais áreas de interesse dos municípios no período pós-25 de Abril. Era uma área carenciada e que foi reconhecida como pilar para o desenvolvimento da educação em Portugal. Foi a Lei nº 5/77, de 1 de Fevereiro, que criou o sistema público de educação pré-escolar e determinou o envolvimento dos municípios no sistema, embora com responsabilidade do Estado. Actualmente, os municípios são responsáveis pela construção, conservação e manutenção dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar, tendo também responsabilidades na criação de prolongamentos de horário em função das necessidades da família. Estas funções foram definidas com a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro) e sua regulamentação. Outra questão em que os municípios também intervieram fortemente foi na contratação de pessoal não docente que lhes permitisse assegurar o funcionamento dos jardins-de-infância. Há também casos de municípios que efectuaram contratação de pessoal docente para a educação pré-escolar, o que sai fora das suas competências legais.

- *OS PROJECTOS EDUCATIVOS* – o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março, atribui aos municípios a responsabilidade de apoiarem actividades

complementares ou extracurriculares no ensino básico[3], nomeadamente nos domínios da acção social escolar e da ocupação dos tempos livres. Este Decreto-Lei pôs em marcha inúmeros contributos das autarquias para a aprendizagem dos estudantes, no âmbito dos seus territórios, através de apoios a projectos curriculares e/ou mesmo a projectos educativos que os municípios propuseram às escolas, ou seja, *"acções educativas concretas direccionadas para as escolas, com objectivos específicos definidos, que encerram uma permanente actividade formativa, orientada no sentido de contribuir para o desenvolvimento global da personalidade dos alunos, o apoio às práticas pedagógicas dos professores, o progresso social e a democratização da sociedade"*, como afirma G. Guedes (Pinhal, cit. J. Costa *et al*, 2004: p.51). Estes projectos tornaram-se um veículo de entrada das autarquias no domínio do currículo, tornando-se excepção face ao papel meramente logístico e operacional que é atribuído normalmente aos municípios nesta área. Por outro lado, há municípios que têm desenvolvido projectos educativos conjuntos com as escolas e outras instituições educativas o que favorece, sem dúvida, as aprendizagens dos alunos.

- *ENSINO PROFISSIONAL* – esta intervenção não é tão comum como as anteriormente referidas. Não é uma obrigação legal, embora essa possibilidade esteja prevista na lei. O envolvimento nesta área pode implicar investimentos que nem sempre os municípios têm capacidade de suportar. Mesmo assim, existem autarquias que estão envolvidas na criação de escolas profissionais, acentuando a sua contribuição para o desenvolvimento económico e cultural das suas comunidades.

- *AS CARTAS EDUCATIVAS* – a elaboração dos Planos Directores Municipais prevista desde a década de 90 contempla também, desde 2003 (Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro), a redacção da carta educativa. Este é um instrumento que deve planear o desenvolvimento educativo concelhio, dando à Câmara Municipal um importante papel na concepção do sistema educativo local, embora todas as decisões tenham de ser confirmadas pela administração central.

[3] Este apoio encontra-se hoje consolidado através do Despacho 12591/2006 de 16 de Junho, a partir do qual a esmagadora maioria dos municípios portugueses se constituiu como entidade promotora das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

- *O CONSELHO LOCAL/ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO* – muitos municípios foram pioneiros na implementação deste órgão, mesmo antes destes estarem previstos na lei, tal como se passou com a carta educativa.

Relativamente às competências associadas à concepção e planeamento do sistema educativo local, onde se inclui a criação dos conselhos municipais de educação e a elaboração da carta educativa, verifica-se que muitos municípios, como atrás se referiu, já exerciam intervenção envolvendo-se no planeamento de estratégias para o desenvolvimento educativo, existindo também uma grande parte que só mais tarde começaram a dar os primeiros passos com grande dificuldade e hesitação.

Aqui se inclui também a participação nas Assembleias de Escola e na constituição dos agrupamentos de escolas, o que favorecia a intervenção directa na gestão dos estabelecimentos, nomeadamente nos projectos educativos, plano de actividades e orçamentos. Constata-se, no entanto, que neste domínio as autarquias preferem manter-se afastadas, pois eles constituem um espaço tradicionalmente reservado aos professores.

No que se refere às competências de construção e gestão de equipamentos e serviços, ou seja, a mais antiga das competências dos municípios, estes são responsáveis exclusivos pela construção, apetrechamento e manutenção das escolas do 1° ciclo do ensino básico e jardins-de-infância públicos, prevendo o alargamento ao resto do ensino básico, embora em partilha com a administração central.

Verifica-se aqui a maior fatia orçamental das autarquias, dado a degradação dos edifícios herdados do Estado e a implementação da rede pré-escolar que está ainda atrasada.

Finalmente, e quanto à competência do apoio aos alunos, às famílias a aos estabelecimentos de educação e ensino, encontramos neste campo a acção social escolar (obrigatória por lei), os transportes escolares, o serviço de apoio às famílias das crianças dos jardins-de-infância, através dos prolongamentos de

horário, o que implica a contratação de funcionários e o fornecimento de refeições. Os montantes de comparticipação estão fixados por lei, no entanto muitos municípios ultrapassam esses valores.

A actividade educacional dos municípios não se esgota no exercício das suas competências legais. A visão alargada das suas obrigações para com as populações e a tentativa de superar todas as dificuldades que se vão apresentando, leva a que haja intervenção em áreas que não estão legisladas, o que Pinhal (cit. J. Costa *et al*, 2004: p. 57) designa por "*não-competências*". Como exemplos aponta-se os projectos sócio-educativos que os municípios desenvolvem e oferecem às escolas, a concessão de bolsas de estudo aos estudantes do ensino secundário, profissional e superior, entre outros. Tudo isto assume extrema importância e denota a preocupação das autarquias na formação dos alunos e na realidade do sistema educativo local.

Aponta-se, cada vez mais, para a intervenção dos municípios no combate à exclusão social, ao insucesso escolar e à iliteracia funcional. Estes têm um papel fundamental na formação profissional de jovens e adultos, na formação cívica das populações, actividades que não vêm expressas na lei mas que constituem obrigações morais e que se podem inserir numa política educativa do município. Pode aplicar-se aqui a expressão *"território educativo"* em que se elabora um projecto educativo local com a intervenção das autarquias, das organizações escolares e não-escolares.

1.9. Desenvolvimento Local em Portugal

" (...) O desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro. É aquilo a que se chama frequentemente a "cultura de desenvolvimento"; a situação atingida por uma população ao sentir-se ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de melhoria integrando as dimensões de espaço e de tempo e para, enfim, abranger com esses projectos finalidades de desenvolvimento global-

pessoal como colectivo económico, cultural, sociopolítico" A. Melo e P. Soares (cit. R. Canário, 2000: 65).

A história do Desenvolvimento Local nasce nos anos 80. No entanto, verifica-se a existência de antecedentes que, de algum modo, podem ser considerados como precursores deste movimento, os quais, dada a sua relevância, tentaremos aqui abordar, ainda de forma relativamente sucinta.

Em primeiro lugar, podemos referir as iniciativas comunitárias (de comunidade local) que foram realizadas em vários pontos do país rural. Neste âmbito, fizeram-se as primeiras tentativas para superar a visão exclusivamente agrícola das comunidades rurais, tentando-se fazer frente ao fenómeno da emigração crescente e à perda de actividades económicas que pudessem vir a pôr em risco o sustento futuro dessas zonas. Essas tentativas foram desenvolvidas na base da educação, reflexão e animação. Como exemplo, podemos referir iniciativas, não muito formais, levadas a cabo em associações de carácter cultural e outras, no sentido de consciencializar o cidadão para o seu envolvimento em pequenos projectos de desenvolvimento da comunidade.

Nesta procura de referências para o emergir do conceito de Desenvolvimento Local, não podemos deixar de referir o 25 de Abril de 1974, com o desencadear de processos e iniciativas sociais, sempre com a perspectiva de despertar as pessoas e as comunidades para as suas necessidades, os seus direitos, obrigações e capacidades próprias.

Cruzando todos estes processos que vinham desde os anos 60/70 do século passado, iam surgindo várias iniciativas, como o combate ao analfabetismo, o que gerou uma participação local muito alargada, em particular das pessoas menos jovens das comunidades rurais e urbanas que queriam aprender a ter acesso à informação, por exemplo.

De acordo com J. Albino (2004: 12), todas estas intervenções fazem com que três aspectos venham a ser essenciais na conceptualização de Desenvolvimento Local:

1- A participação e emancipação social;

2- A incidência privilegiada no local de vivência;

3-A preocupação de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Nos primórdios do Desenvolvimento Local estão claramente as Autarquias Locais da época pós 25 de Abril, pelo que não podemos ignorar o seu papel na resposta às necessidades básicas das populações locais. Elas constituem as primeiras entidades que recebem e tentam responder às reivindicações locais, apelando a uma maior ou menor participação das comunidades locais.

Dos variadíssimos processos com vista ao Desenvolvimento Local vamos referir, como exemplo, dada a sua pertinência na reflexão que aqui fazemos e a sua proximidade em termos geográficos (referentes ao distrito de Portalegre), o *"Projecto de Escolas Rurais"* concebido, em 1990, com o objectivo de combater o isolamento das escolas e comunidades rurais por via de um trabalho de rede e de comunicação sócio- cultural das localidades de inserção das escolas.

Outro exemplo, também do distrito atrás referido, é o Museu Rural de Alpalhão (Nisa), criado igualmente a partir de uma iniciativa do Instituto das Comunidades Educativas (ICE). Este instituto tendeu a transformar-se numa rede de processos, de base territorial, desenvolvidos em torno de iniciativas locais, onde a escola intervém como dinamizadora e espaço de aprendizagem de âmbito comunitário.

Destacamos, ainda, a Educação de Infância Itinerante e a rede de Centros de Recursos, ainda que pudéssemos exemplificar esta dinâmica através de muitas outras iniciativas.

No que se refere a políticas Europeias, salienta-se a criação da iniciativa comunitária LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) que, a partir de 1991, veio responder a um conjunto de propostas e reivindicações a nível Europeu. Este programa foi dirigido por organizações motivadas para o desenvolvimento rural. Deste modo, muitas Associações Socio-

Profissionais, Autarquias e Associações Sócio-Culturais, entre outras, despertaram para a possibilidade de conceber, dirigir e avaliar um conjunto de iniciativas vocacionadas e pensadas um determinado território.

1.10. Território, Desenvolvimento Local e Educação

O território é cada vez mais um espaço de sentido alargado que, entre as suas fronteiras, pode aliar aquilo que é próprio da sua população, a cultura que aí se protagoniza, à forma como se organizam socialmente. Assim, " *(...) no intercâmbio gerado pela conjugação destes elementos, vai-se prefigurando uma rede, que traduz novas possibilidades de (re) criação e inovação, por sua vez, perceptíveis em novos interesses e reivindicações, outros gostos e outros valores e na procura constante de alternativas diversas*" (Vilaça e Guerra, 2000: 89).

Para F. Ferreira (J. Formosinho *et al*, 1999: 211), a reflexão sobre território educativo é feita na perspectiva do local " *(...) entendido como o palco da manifestação quotidiana da acção social. É o contexto da acção e da legitimação dos actores e das suas práticas (...)*".

Também conceitos como parcerias, partenariado, contrato, redes e outros têm sido utilizados para descrever e interpretar o fenómeno de territorialização das políticas educativas uma vez que, de acordo com R. Canário (1997: 43), *"A territorialização da acção educativa está, hoje, no centro dos debates sobre as actuais políticas educativas"*.

Muitos actores locais têm vindo a desencadear inúmeras experiências de territorialização educativa. Mas, como defende Charlot & Beillerot (cit. R. Canário, 1997: 43) " *(...) as políticas educativas não podem apenas ser "deduzidas", é necessário que sejam "construídas" com a participação dos actores locais."*

Deve, por isso, existir uma articulação de interesses, de recursos e de acções, ao mesmo tempo que nela devem intervir vários parceiros: famílias, associações culturais e desportivas, autarquias, entre outros, agindo de modo

global na acção educativa e fazendo parte integrante das estratégias de desenvolvimento local.

No que concerne às zonas rurais, como aquela que é objecto do nosso estudo, o processo educativo deverá estar intimamente ligado ao desenvolvimento local desse território. Essa acção educativa reveste-se, assim, de um papel decisivo quanto ao seu contributo para o desenvolvimento desses meios, na medida em que o processo de desenvolvimento coincide com o processo de aprendizagem.

Para A. Amiguinho *et al.* (1994: 49), *"O desenvolvimento local como consequência de ser visto à luz de outro paradigma e porque o próprio conceito de desenvolvimento tem integrado novas dimensões, é, assim, encarado numa perspectiva multidimensional apelando a metodologias que façam da participação dos actores locais o eixo central de intervenção."*

Vista nesta perspectiva, a participação dos actores locais pode transformar o trabalho que uma comunidade realiza sobre si própria, aprendendo a conhecer-se e a transformar-se, deixando de depender exclusivamente do exterior e aproveitando os recursos internos, onde cada indivíduo poderá tirar partido desta intervenção activa através do aumento da sua formação pessoal.

Assim, o desenvolvimento local perspectiva-se como processo educativo a nível local, acentuando a tónica nos processos de aprendizagem, valorizando os conhecimentos experienciais e a interacção colectiva na resolução de problemas locais, tal como nos refere R. Canário (2000:67), *"Fazer da educação um eixo estruturante do desenvolvimento local e transformar o desenvolvimento local num processo educativo são duas faces de políticas integradas de desenvolvimento, referidas a um território encarado como espaço físico, social e cultural."*

Inverter a situação de "despovoamento" das zonas rurais implica o envolvimento e a participação dos interessados, a partir da descoberta das potencialidades da sua localidade e do que isso poderá trazer ao seu futuro. É neste contexto que os ambientes de educação não formal e informal não podem

nem devem ser subestimadas, pois elas desempenham um papel fundamental nas nossas aprendizagens mais significativas. Nesta perspectiva, torna-se imprescindível o papel das instituições educativas não escolares (associações culturais, bandas filarmónicas...), como também o papel das instituições cuja vocação não é a educativa, como autarquias, empresas, etc. O investimento na educação não formal e informal pode mesmo ser decisivo para o desenvolvimento local.

Actualmente, assiste-se a um emergir da educação escolar, como uma das vertentes fundamentais das políticas de desenvolvimento local, baseada nos recursos endógenos, implicando metodologias de carácter participativo. Partindo deste carácter participativo podemos caracterizar este conceito como um processo de aprendizagem colectiva, que de um ponto de vista pedagógico se resume na valorização das experiências dos alunos e dos seus saberes, concluindo-se que, de acordo com R. Canário (2005: 157), *"Nem a educação se esgota nas organizações escolares, nem os problemas da escola podem ser resolvidos pensando, exclusivamente, em termos de educação escolar"*.

Nesta óptica, deixa de se pensar isoladamente em problemas como o analfabetismo, articulando-se, ao nível de um território, políticas de intervenção integrada e que envolvem o sistema escolar, a educação de adultos, a inserção profissional dos jovens, a criação de emprego, a educação não formal, entre outros. Tudo isto deve passar por uma acção concertada de diferentes parceiros a nível local: escolas, autarquias, associações locais, centros de formação profissional, etc.

Capítulo 2 – Educação, Território e Municípios:

Da Lei de Bases do Sistema Educativo à Actualidade

Dado que o principal propósito deste estudo é avaliar o impacto das novas medidas de política educativa para 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos nos ambientes de aprendizagem de um determinado território – concelho de Gavião, iremos proceder à identificação dos principais eixos estruturantes dos normativos legais que nos parecem mais pertinentes para o estudo em causa, organizados em torno de áreas temáticas.

Considerando que a calendarização deste estudo se estende por um período de dois anos (Fevereiro de 2005 e 2007, respectivamente), entendemos que a escolha da legislação por nós efectuada não poderia deixar de contemplar os normativos que se encontravam em vigor aquando do início desta investigação.

Pareceu-nos igualmente oportuno desenvolver esta análise a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), na medida em que esta representa o ponto de partida de todo o enquadramento legal por nós seleccionado. De resto, este aspecto encontra-se devidamente referenciado no artigo 59º desta Lei, ao referir-se à legislação complementar a publicar futuramente, condição determinante para a exequibilidade da própria LBSE.

2.1. Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)

A partir de 1980 fizeram-se vários esforços para dotar o país de uma Lei de Bases relacionada com a educação, na tentativa de estabelecer e clarificar a organização do sistema educativo, procurando evitar a tomada de medidas avulsas, o que culminou com a aprovação desta Lei.

No Artigo 3º, *" princípios organizativos"*, destacamos três princípios, por reflectirem a preocupação em modernizar o currículo e os programas, articular mais correctamente os vários elementos do sistema e tentar encontrar formas de tornar a escola num espaço de sucesso educativo. Assim, pode ler-se:

b) Contribuir para realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;

h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência.

Esta Lei contempla três níveis de educação: pré-escolar, escolar e extra-escolar, alargando a escolaridade básica para 9 anos.

No que se refere à educação pré-escolar, determina os objectivos para a educação das crianças antes da escolaridade obrigatória, no sentido de conjuntamente com a família, se favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança. No artigo 5º, destacamos:

a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;

e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;

f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica.

No que se refere ao ensino básico, artigo 7º, destaca-se o seguinte:

b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente interrelacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;

c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;

i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;

l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos.

Projecta-se, assim, a escola como um espaço capaz de fornecer a cada indivíduo a capacidade de desenvolver todas as suas potencialidades, incentivando-se a descoberta de aptidões para certos domínios, nomeadamente os artísticos. Coloca-se em paralelo, a *"cultura escolar"* e aquilo que cada um traz do seu quotidiano, atribuindo relevância ao meio em que cada indivíduo se insere. Introduz-se a possibilidade de aprendizagem de uma língua estrangeira. Perspectiva-se a necessidade de formar cidadãos que procurem actualizar constantemente os seus conhecimentos, podendo vislumbrar-se, neste ponto a questão da aprendizagem ao longo da vida.

Uma das modalidades especiais da educação escolar é, de acordo com esta lei, a formação profissional. No artigo 19º refere-se:

3- A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados;

5- A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados;

6- O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:

a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário.

Está presente neste ponto o princípio da democraticidade, no que respeita à ocupação profissional. A formação profissional abrange os indivíduos que não tenham concluído a escolaridade obrigatória na idade limite desta e ainda, os indivíduos que pretendam o aperfeiçoamento ou reconversão profissionais, o que leva ao incremento da oferta dos cursos de educação e formação, nas escolas. A criação de escolas profissionais (Decreto-Lei nº26/89 de 21 de Janeiro) vem favorecer a organização de escolas profissionais que possibilitem a inserção e a ligação ao meio local.

Outra modalidade especial da educação escolar é o Ensino Recorrente, constituindo-se como segunda oportunidade, destinado a um público específico e garantindo um direito consignado na Constituição da República Portuguesa:

> *2- Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.*

Esta modalidade de ensino torna-se, assim, essencial tendo em conta os baixos índices de escolarização e literacia do nosso país:

> *1- Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.*

A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização, aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e iniciação ou aperfeiçoamento profissional, podendo abarcar múltiplas iniciativas de natureza formal ou não formal. Trata-se de introduzir no sistema uma visão de educação permanente, ao longo da vida. No artigo 23º refere-se:

> *1- A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.*

2- A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.

3-São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

a)Eliminar o analfabetismo literal e funcional;

b)Contribuir para efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;

c)Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida comunidade;

f)Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

Refere-se, ainda:

5- Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais...

Neste último ponto, faz-se referência a iniciativas que não partam do Estado, mas que o mesmo deve apoiar, abrindo a escola à participação da comunidade.

No artigo 47º, aponta-se para uma coabitação e empregabilidade dos saberes, centrando o processo ensino-aprendizgem num currículo articulado e que desenvolva harmoniosamente todas as potencialidades dos alunos:

1- A organização curricular da educação terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

7- O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares do ensino básico e secundário

contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

É, ainda, referida a ocupação de tempos livres e o desporto escolar, no artigo 48º, o que vislumbra a introdução de actividades desportivas e de enriquecimento curricular, no Plano Anual de actividades da Escola:

1- As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

No ponto 2 faz-se alusão a actividades de complemento curricular de âmbito desportivo, cultural e cívico e dá-se ênfase ao desporto e aos valores inerentes à prática desportiva:

2- Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

5- O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

2.2. Educação Pré-Escolar

2.2.1. Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro

A Lei-quadro da Educação Pré-Escolar cria, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo, o ordenamento jurídico da Educação Pré-Escolar. Destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, sendo complementar à acção da família, com a qual deve ser estabelecida uma estreita colaboração, de modo a favorecer o desenvolvimento

harmonioso da criança. Visa igualmente a contribuição activa do Estado para a oferta de ensino pré-escolar. Prevê-se o envolvimento directo das famílias na direcção dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, dando parecer sobre o horário de funcionamento e na cooperação em actividades educativas de animação e entretenimento, com a supervisão da direcção pedagógica.

Nesta Lei, o Governo declara atribuir às autarquias locais, através de decreto-lei, a sua participação na concretização dos objectivos referidos, bem como a parcial dependência do seu funcionamento, em conjunto com a administração central.

Entre os vários princípios de organização a que os estabelecimentos de ensino pré-escolar ficam sujeitos, destaca-se:

e) Apoiar actividades de animação pedagógica.

São também criadas duas modalidades da educação pré-escolar: a educação de infância itinerante e a animação infantil comunitária.

2.2.2. Lei nº147/97, de 11 de Junho

Este Decreto-Lei vem ampliar e desenvolver a rede de educação pré-escolar, através de investimentos do Estado, das autarquias e apoio financeiro às iniciativas sociais e privadas. Visa eliminar descriminações, criando uma rede nacional de educação pré-escolar.

2.3. Ensino Básico

2.3.1. Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº4-A/2001, de 28 de Fevereiro e Decreto-Lei nº209/2002, de 17 de Outubro

Este Decreto estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico, enunciando como grande objectivo a *«...garantia de uma educação de base para todos, entendendo-a como início de um processo de educação e formação ao longo da vida...»*.

Como forma de concretizar este objectivo, procede-se à reorganização curricular do ensino básico, reforçando a articulação entre os três ciclos, quer no plano curricular quer na organização dos processos de acompanhamento e indução, sem perda das respectivas identidades e objectivos, promovendo uma maior qualidade das aprendizagens.

Neste Decreto-Lei são criadas, também, três novas áreas curriculares não disciplinares (Formação Cívica, Estudo Acompanhado e Área de Projecto), bem como, o ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço das domínios da língua materna e da matemática.

Como forma de garantir o sucesso destes objectivos afirma-se *«...a necessidade de ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular.»*

Assim, desenhou-se um modelo de gestão flexível do currículo, ao qual aderiram várias escolas, que procuraram encontrar respostas adequadas aos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham.

Estes projectos pretendem levar as escolas a assumir maior capacidade de decisão, relativamente ao desenvolvimento e gestão do currículo, bem como, uma maior responsabilidade nas ofertas educativas.

Já em 1998, o Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico, publicado pelo Ministério da Educação, enumerava alguns aspectos importantes, a ter em conta na reorganização curricular: educação para a cidadania, como área transversal a todas as áreas curriculares, experiências de aprendizagem diversificadas envolvendo directamente os alunos e actividades de apoio ao estudo.

O Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, vem estabelecer princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico, contemplando também, avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Refere no seu Artigo 7º, ponto 1 *«As escolas do 1º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral».*

Este Decreto-Lei aponta para a introdução, nos Projectos Educativos das escolas, de actividades de enriquecimento curricular de carácter facultativo e de natureza lúdica e cultural (de âmbito desportivo, artístico, científico e tecnológico) e com ligação ao meio em que a escola se insere.

2.3.2. Despacho nº 14753/2005 (2ª série), de 26 de Março

Este Despacho introduz a obrigatoriedade do Sistema Educativo português recuperar atrasos, nomeadamente, no que se refere à formação das futuras gerações na sua vertente *"plurilingue e pluricultural"*, procurando dotá-lo de competências fundamentais que aumentam a competitividade dos trabalhadores e da economia portuguesa e ainda, a mobilidade de pessoas dentro da União Europeia.

Neste sentido, é criado o programa de generalização do ensino de Inglês nos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico, como oferta extracurricular gratuita, para permitir desenvolver competências e o interesse por esta língua ao longo da vida. Pretende-se envolver as autarquias, as associações de pais, entre outros para dar resposta diversificadas, em função das necessidades locais.

Tendo como objectivo acompanhar o programa de generalização do Inglês, é criada a Comissão de Operacionalização e Acompanhamento (COAP), a qual tem como principal missão monitorizar e avaliar sistematicamente as condições de funcionamento do programa.

2.3.3. Despacho nº12591/2006, de 16 de Junho

Dando mais um passo na implementação das novas políticas educativas e enquadrado, quer no disposto no Regime Geral de Educação pré-escolar em 1997 na Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro, quer no Decreto-lei nº6/2001 de 18 de Janeiro, surge o Despachonº12591/2006.

Este despacho surge na sequência do sucesso do programa de generalização do ensino do Inglês, nos 3º e 4º anos de escolaridade, implementado no ano lectivo 2005/2006.

As, designadas, Actividades de Enriquecimento Curricular surgem com a necessidade de garantir, na escola, a todos os alunos, o acesso gratuito a um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, ao mesmo tempo que se tornam uma prioridade do Governo no sentido de promover a articulação entre o funcionamento da escola e as necessidades das famílias. Consideram-se fundamentais as actividades de animação e apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no1º ciclo do ensino básico, para o desenvolvimento das crianças e o seu sucesso escolar, implementando-se, deste modo, o conceito de *"escola a tempo inteiro"*.

É afirmada a necessidade de *"...garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas."*

Na implementação e concretização deste novo conceito são envolvidas as autarquias, as associações de pais e instituições de solidariedade social, dando a possibilidade de serem promotoras de diversas actividades de enriquecimento curricular, dependendo de cada realidade.

São referidas as seguintes Actividades de Enriquecimento Curricular:

Actividade de Apoio ao Estudo;
Ensino do Inglês;
Ensino de outras línguas estrangeiras;
Actividade física e desportiva;
Ensino da música;
Outras expressões artísticas;
Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

São tornadas, de inclusão obrigatória no Plano Anual de Actividades de cada agrupamento, as actividades de Apoio ao Estudo e de Ensino do Inglês para os alunos do 3º e 4º anos de escolaridade.

2.3.4. Despacho nº 19575/2006, de 25 de Setembro

São determinados os tempos mínimos para a leccionação do programa do 1º ciclo, sendo do professor titular de turma a responsabilidade de os distribuir de forma equilibrada ao longo das 25 horas semanais e devendo registar, diariamente, o sumário das actividades desenvolvidas

2.4. Educação de Adultos

2.4.1. Decreto-Lei nº74/91, de 9 de Fevereiro

O Decreto-Lei nº74/91, de 9 de Fevereiro, estabelece o quadro geral da educação de adultos, relativamente às suas vertentes de ensino recorrente e educação extra-escolar.

O ensino recorrente é aquele que se destina a obter um certificado ou diploma equivalente ao obtido no ensino regular, como é referido no artigo 4º, deste Decreto-lei.

Destaca-se o seguinte objectivo: *"Assegurar uma escolaridade, de segunda oportunidade, aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional."*

A educação extra-escolar é entendida como um conjunto de actividades educativas e culturais de natureza sistemática e que se pode articular com o ensino recorrente e com o ensino regular, segundo o disposto no artigo 13º do mesmo decreto. São objectivos da educação extra-escolar:

a) Promover o desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências em substituição ou complemento da educação escolar;
b) Combater o analfabetismo literal e funcional;
c) Promover a ocupação criativa e formativa dos tempos livres.

2.4.2. Despacho nº37/SEEBS/93, de 15 de Setembro

Publica o regulamento que define a organização dos cursos de educação extra-escolar, como complemento ao Decreto-Lei nº74/91, de 9 de Fevereiro, no sentido de salvaguardar um bom funcionamento entre as duas modalidades (ensino recorrente e educação extra-escolar) e assegurar a sua coerência,

alertando para o facto de que a selecção das actividades deve obedecer a planos globais que coordenem e articulem as intervenções de cada uma das valências.

Estes cursos destinam-se a adultos com baixa escolaridade, que pela sua idade não podem frequentar o ensino regular. São finalidades específicas dos cursos de educação extra-escolar: a alfabetização; a actualização; a formação cultural; a formação cívica e a formação para o trabalho.

2.4.3. Despacho conjunto nº1083/2000, de 20 de Novembro

A integração de Portugal na União Europeia e o fenómeno da globalização comportam desafios à sociedade portuguesa, que emergem a necessidade de elevar os níveis de qualificação escolar e profissional dos adultos.

Torna-se necessário instituir o dever de aprender ao longo da vida, cada indivíduo ter tempo para consolidar e actualizar conhecimentos, potenciando a experiência vivida e desenvolvendo a autonomia individual.

Tendo subjacente esta filosofia, já posta em prática noutras sociedades da Europa, surge o Despacho conjunto dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade que prevê a constituição de cursos de educação e formação de adultos.

São enunciadas várias medidas, nomeadamente, o Plano Nacional de Emprego e outras, que contemplam estratégias para assegurar uma oferta de educação e formação que permita àqueles que abandonem a escola prematuramente, a obtenção de escolaridade em paralelo com uma qualificação profissional que favoreça desempenhos profissionais mais qualificados e abra perspectivas de aprendizagem ao longo da vida.

2.4.4. Despacho conjunto nº262/2001, de 22 de Março

Vem regulamentar e definir o regime de acesso aos apoios para implementar cursos de "reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida". Vem permitir a concepção e criação de uma rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Também a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) mostra a preocupação, cada vez maior de elevar os níveis de qualificação da população adulta.

A ANEFA dinamiza ofertas de educação e formação de adultos, destinadas a públicos com défice de qualificação escolar e profissional. Sendo estas ofertas baseadas em modelos inovadores de formação de adultos.

2.4.5. Portaria nº1082-A/2001, 5 de Setembro

Esta Portaria cria os designados Centros RVCC, no sentido de acolher e orientar os adultos maiores de 18 anos que não possuem o 9º ano de escolaridade, para que lhes possam ser reconhecidas, validadas e certificadas as competências adquiridas ao longo da vida, com vista à melhoria das seus níveis escolar e profissional.

2.4.6. Despacho conjunto nº 24/2005, 10 de Janeiro

É publicado, no sentido de introduzir mudanças nos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), depois de realizada uma avaliação a estes centros, feita pela *Intervenção Operacional da Educação*, em que se conclui ser necessário mudar no sentido de adequar os CRVCC às mudanças institucionais ocorridas e a consolidar o sistema RVCC e da rede de Centros que a suporta.

Aprova-se o regulamento que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da medida nº4, acção nº4.1, "Reconhecimento, Validação e Certificação de conhecimentos e competências adquiridos ao longo da vida".

2.4.7. Despacho nº15187/2006, de 14 de Julho

De modo a operacionalizar melhor os Centros RVCC e, segundo a lei, para *"eliminar constrangimentos"*, este despacho vem atribuir aos Presidentes dos Conselhos Executivos a função de nomear um vice-presidente ou assessor que coordene as ofertas formativas no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades, dando, ainda, a oportunidade de se atribuir de uma carga horária de 22 horas, em agrupamentos ou escolas onde funcione cursos de educação e formação de adultos (EFA).

2.4.8. Despacho nº 17342/2006, de 28 de Agosto

Aprova a forma de operacionalizar a coordenação dos cursos EFA e os CRVCC.

2.4.9. Despacho nº20846/2006, de 13 de Outubro

Este Despacho dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade cria novos Centros de Validação de Conhecimentos e Competências.

2.4.10. Portaria nº86/2007, de 12 de Janeiro

Esta Portaria dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade alarga ao nível secundário, o reconhecimento, validação e certificação de competências e expande a rede de centros, agora designados Centros Novas Oportunidades.

2.5. Organização e Administração Educativa

2.5.1. Decreto-Lei nº 115-A/98, 4 de Maio, alterado pela Lei nº24/99, de 22 de Abril

Este Decreto-Lei aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

As palavras "autonomia" e "descentralização" são centrais neste decreto, que pretende levar por diante a concretização da democratização da vida da escola, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público.

O desenvolvimento da autonomia das escolas, de acordo com o disposto implica entre outros aspectos, a construção de parcerias sócio-educativas que possam garantir a participação da sociedade civil, construindo a autonomia a partir da comunidade em que as escolas se inserem.

Este Decreto-Lei traz um novo modelo não uniforme de gestão e prevê a celebração de contratos de autonomia. É ainda dada relevância especial ao 1º Ciclo do Ensino Básico e aos Jardins-de-infância, integrando-os de pleno direito nos respectivos contextos organizacionais, mas salvaguardando a sua identidade própria, prevendo-se, também, desenvolver estratégias que permitam o agrupamento de escolas, resultante de dinâmicas locais, sendo para isso utilizados os levantamentos feitos nas cartas escolares concelhias, favorecendo-se, definitivamente, a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades.

No artigo 2º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio) prevê-se que os conselhos locais de educação sejam promovidos com base na iniciativa do município, mas com a participação de diversos agentes e que promovam medidas de apoio sócio-educativas, de organização de actividades de complemento curricular, de rede, de horários e transportes escolares.

No artigo 3º criam-se três instrumentos fundamentais no processo de autonomia das escolas: o Projecto Educativo como um documento de orientação educativa da escola, Plano Anual Actividades como um documento de planeamento e programação de actividades e o Regimento Interno onde se define o regime de funcionamento da escola.

No artigo 4º, ponto 2 referem-se vários aspectos relevantes e que conduzem à consecução dos princípios orientadores, salientando-se, entre outros, a integração comunitária (em que cada escola se insere numa realidade diferente), a iniciativa dos membros da comunidade educativa, a diversidade e flexibilidade de soluções, o gradualismo no processo de transferência de competências, a qualidade do serviço público prestado. São criados os agrupamentos de escolas, como unidades dotadas de órgãos próprios de administração e gestão, com vista a favorecer o percurso sequencial e articulado dos alunos, superar situações de isolamento, reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos e rentabilizar recursos.

2.5.2. Despacho nº 16795/2005, de 3 de Agosto

Este Despacho define os períodos de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino onde funciona a educação pré-escolar e o 1º ciclo. No ponto 3 refere-se:

> *Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se- ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17h e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias, com vista à oferta de actividades de animação e de apoio às famílias, bem como de enriquecimento curricular ou outras actividades extra-curriculares, de frequência facultativa por parte das crianças e alunos interessados.*

2.6. Políticas de Juventude

2.6.1. Portaria nº201/2001, de 13 de Março

Esta Portaria do Ministério da Juventude e do Desporto enquadra-se no princípio da ocupação saudável dos tempos livres, como contributo para a formação dos jovens, bem como para a promoção do contacto com a natureza e com o ambiente onde estão inseridos, nas suas vertentes histórica, cultural e social e ainda na tentativa de minorar os riscos a que os jovens estão expostos.

Tendo como base estes princípios, é criado o programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL), da responsabilidade do Instituto Português da Juventude. Este programa pretende orientar os jovens para o desempenho de actividades ocupacionais, promovendo hábitos de voluntariado e permitindo o contacto com actividades profissionais, contribuindo grandemente para o processo de educação não formal.

O OTL destina-se a jovens estudantes com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos e decorre segundo duas modalidades longa ou curta duração, sendo que em nenhum dos casos pode colidir com as actividades lectivas.

2.7. Políticas Sociais

2.7.1. Lei nº147/99, de 1 de Setembro

Vem aprovar a lei de protecção de crianças e jovens em risco. No seu artigo 3º, reorganiza as então designadas comissões de protecção de menores, passando a designar-se comissões de protecção de crianças e jovens

2.7.2. Lei nº13/2003, de 21 de Maio

Esta Lei revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei 19-A/96 de 29 de Agosto e cria o rendimento social de inserção. No seu artigo 18º

"Elaboração e Conteúdo do Programa de Inserção", no ponto 6, prevê-se que *"as acções do programa de inserção compreendam, nomeadamente"*:

a) *Aceitação de trabalho ou formação profissional;*
b) *Frequência do sistema educativo ou de aprendizagem...*
c) *Participação em programas de ocupação ou outros de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais, comunitárias ou ambientais..."*

2.7.3. Despacho nº22251/2005 (2ª série), de 25 de Outubro

Este Despacho surge para corrigir uma desigualdade existente entre os alunos do 1º ciclo e os alunos dos restantes ciclos do ensino básico e secundário, no que se refere ao acesso a refeições escolares.

Devido às alterações introduzidas na Escola, a vários níveis e nomeadamente no seu horário de funcionamento até às 17h30m, tendo em conta que o fornecimento de refeições escolares é um factor que pode influenciar positivamente as condições de aprendizagem das crianças, o Ministério da Educação aprova o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares ao 1º ciclo do Ensino Básico.

É, também, emitido o regulamento de acesso ao financiamento do referido programa, destacando-se a possibilidade de os municípios estabelecerem parcerias com os agrupamentos, associações de pais ou outras entidades que tenham condições de apresentar projectos nessa área, ficando os municípios responsáveis por controlar no local o funcionamento do serviço.

2.8. Instrumentos Locais de Política Educativa

2.8.1. Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro

"A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no

concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativo, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município" (Artigo 10º do Decreto-Lei nº7/2003).

A Lei 159/95, de 14 de Setembro transfere para o poder local, Câmaras Municipais, a responsabilidade pela elaboração da Carta Escolar, um documento pouco abrangente e que se tornava um mero levantamento dos edifícios escolares existentes em cada município, o que se constatou ser um mero procedimento formal.

O Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro vem, no âmbito da descentralização administrativa, transferir competências e atribuições da administração central para as autarquias locais, no que se refere à área da educação e do ensino não superior, com vista á obtenção de melhores índices de satisfação por parte das populações.

Este diploma legal regulamenta os objectivos, as competências, a composição, a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, podendo destacar-se, relativamente às competências, algumas, dada a sua pertinência relativamente ao estudo efectuado, de acordo com o artigo 4º:

> *a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego;*
> *e) Adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e alimentação;*
> *f) Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania.*

Altera-se a terminologia "Carta Escolar" para "Carta Educativa", passando a ser efectivamente da competência dos Conselhos Municipais de Educação a sua elaboração, como um documento de planeamento complementar ao Plano Director Municipal, tornando-se um instrumento de planeamento fundamental que apoia as decisões das autarquias, de acordo com as suas competências, como responsáveis pela educação e formação de um determinado território. Nelas se retrata a realidade existente, em termos de equipamentos educativos e sociais e tendo em conta os destinatários, devendo apontar, respostas que vão ao encontro das aspirações das populações.

Define, ainda, o ordenamento da rede educativa, com esta reorganização o Ministério da Educação visa melhorar as condições de aprendizagem do 1º Ciclo do Ensino Básico colocando em igualdade de circunstâncias todas as criança, independentemente do local onde frequentam a escola: facilitando a socialização entre as crianças, essencial para o seu desenvolvimento global e garantindo o acesso a mais e melhores meios, tentando pôr de parte as desigualdades entre alunos que provêm de meios socio-económicos diferentes.

Segundo dados recolhidos pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Educação (GIASE) existe uma relação directa entre a dimensão das escolas, o seu nível de isolamento e o sucesso escolar.

Capítulo 3 – O Município de Gavião

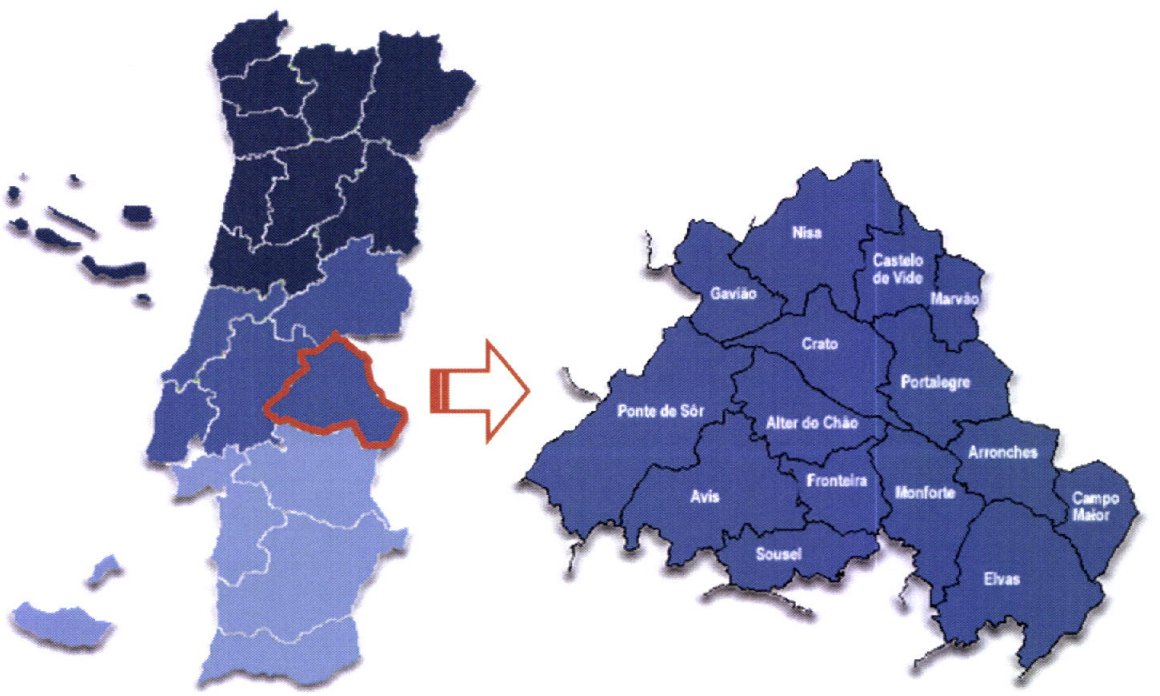
3.1. Contextualização territorial

O Município de Gavião encontra-se localizado na região Alentejo (NUT II), mais concretamente no Alto Alentejo (NUT III).

Situa-se numa zona de confluência entre a região do Alto Alentejo, a sub-região Pinhal Interior Sul (região Centro) e a sub-região do Médio Tejo (região de Lisboa e Vale do Tejo), sendo o concelho mais a norte dos 15 concelhos do Norte Alentejano (Distrito de Portalegre) – mapa 1.

Faz fronteira, a Norte, com o município de Mação (sub-região Pinhal Interior Sul), com os municípios de Crato e Ponte de Sor, a Sul, com Nisa (sub-região Alto Alentejo), a Este e Abrantes (sub-região Médio Tejo) a Oeste.

Mapa 1 – Enquadramento do município de Gavião nas NUTS II e III



3.2. Distribuição Geográfica das Freguesias

O município de Gavião ocupa uma superfície total de 293.547 Km², repartidos pelas suas cinco freguesias (Mapa 2): Atalaia (19.35 Km²); Belver (69.71 Km²); Comenda (89.85 Km²); Gavião (57.85 Km²) e Margem (56.79 Km²)

Mapa 2 – Distribuição geográfica das freguesias do concelho de Gavião

3.3. Caracterização Demográfica

A evolução do número de residentes no município de Gavião, desde 1864 até à actualidade, processou-se em duas fases distintas (Gráfico 1). Desta forma, entre 1864 e 1950, registou-se um aumento significativo, variando a população quase 124%, passando de 4922 para 11023 habitantes.

A partir da década de 50, a tendência inverteu-se e mantém-se até à actualidade. Assim, a diminuição da população começou a sentir-se entre 1950 e 1960, quando se registou uma quebra de 8%. A década seguinte (entre 1960 e 1970) foi aquela em que a diminuição foi mais sentida com uma diminuição de 23%. Nas décadas seguintes, embora a diminuição tenha sido menos acentuada, a variação manteve-se negativa com valores que oscilaram entre os 11 e 18%.

Esta diminuição do número de residentes no município de Gavião deveu-se, especialmente, a dois factores: às migrações de população (quer para outros países da Europa, quer para as áreas mais litorais do nosso país) que se fizeram sentir, principalmente, nas décadas de 50, 60 e princípios de 70 e à diminuição da natalidade que se acentuou cada vez mais neste período.

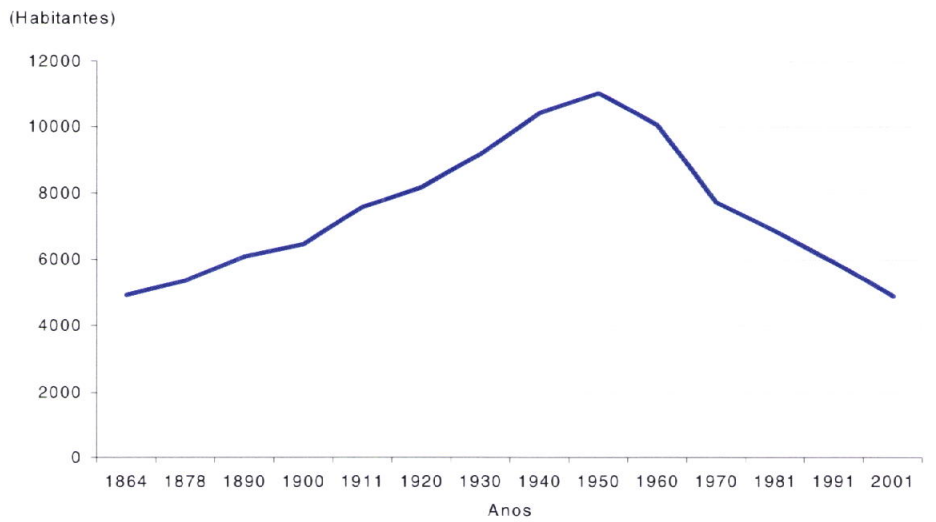
Com esta evolução negativa, que se registou nas últimas décadas, verifica-se que, actualmente, a população residente desceu a valores ainda inferiores aos que se registavam em 1864 (4922 habitantes, em 1864, e 4887 habitantes, em 2001).

Tal como sucedia a nível do município, também as freguesias registaram a mesma evolução da população em duas fases distintas. Assim, também a maioria das freguesias atravessou um período de crescimento entre 1864 e 1950, ano em que atingiram os valores de população mais elevados.

A única excepção foi mesmo a freguesia de Margem que registou o seu valor máximo de população apenas em 1960, sendo mesmo a única freguesia que cresceu no período entre 1950 e 1960.

A partir da década de 60, as freguesias registaram uma diminuição bastante visível com especial evidência em Belver que, no período entre 1950 e 2001, registou uma variação negativa de cerca de 70%, passando de 3017 para apenas 900 habitantes. A freguesia de Belver que, até 1970, tinha sido, juntamente com Gavião, uma das freguesias com mais população, com esta brusca redução da população, transformou-se apenas na quarta freguesia mais populosa do município.

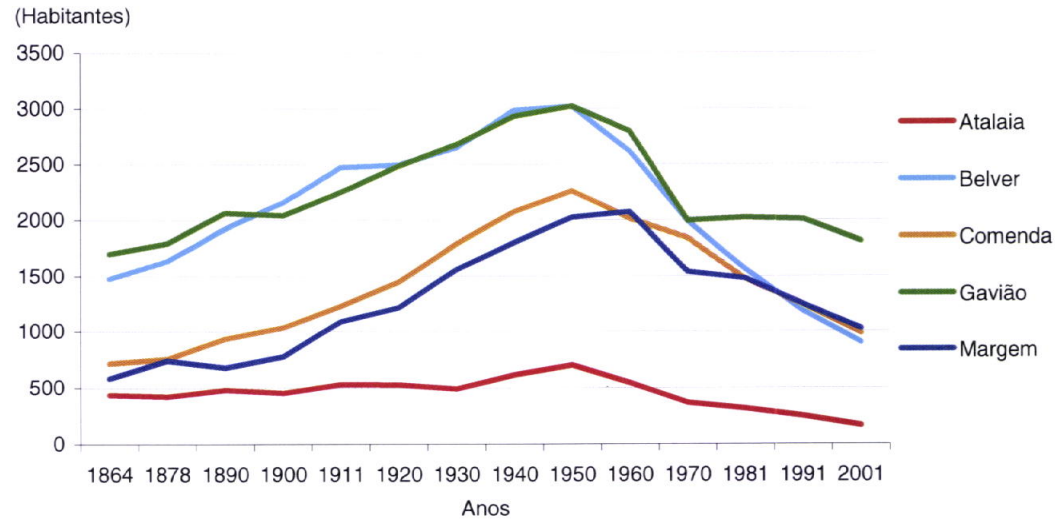
Gráfico 1 – Evolução da população residente no município de Gavião



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

A freguesia de Gavião foi a única freguesia que conseguiu no período após 1960 registar um aumento, ainda que ligeiro, da população. Este aumento registou-se entre 1970 e 1981 com um acréscimo de 26 habitantes, situação que pode estar ligada com o 25 de Abril de 1974 e o regresso dos retornados das antigas colónias (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução da população residente nas freguesias do município de Gavião



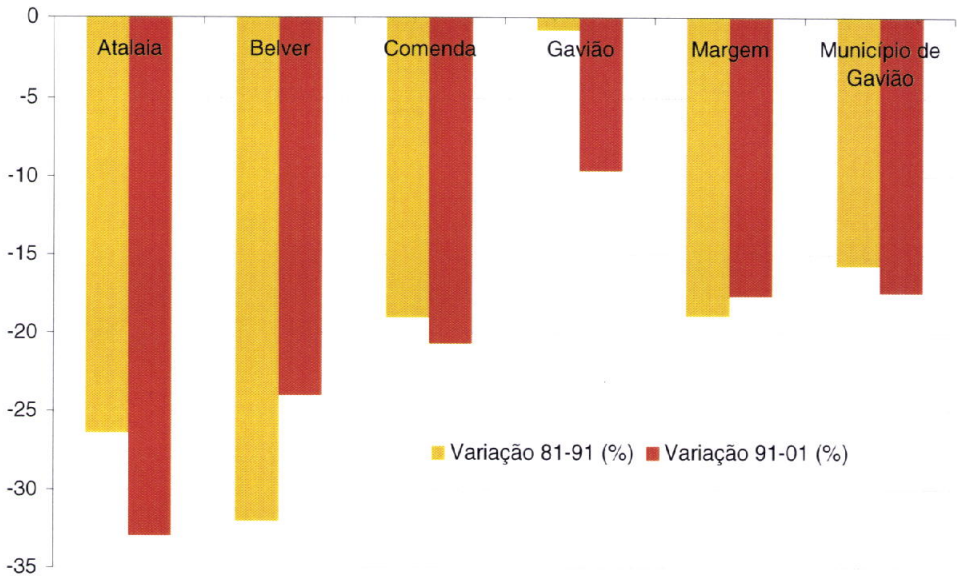
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

Analisando o Gráfico 3, que compara a variação da população nos períodos entre 1981-1991 e 1991-2001, verifica-se que em ambos os períodos a variação da população foi negativa. Em ambos os períodos foram as freguesias de Atalaia e Belver que registaram as descidas mais acentuadas no número de habitantes com valores superiores ou muito próximos dos -25%.

Comparando as variações do período 1981-91 e 1991-2001, verifica-se que, apenas em Belver e Margem, a diminuição foi menos acentuada no último período inter-censitário. No caso da freguesia de Gavião, que no período 1981-1991 registou uma variação inferior a 1% negativo, registou-se uma diminuição significativa da população para o período seguinte visto que a taxa de variação passou para valores muito próximos dos -10%.

Diversos factores influenciaram a forma como a natalidade e a mortalidade variaram desde a década de 60. A alteração de mentalidades e comportamentos sociais e avanços científicos foram alguns dos factores mais importantes das mudanças registadas.

Gráfico 3 – Evolução da variação da população, por freguesias



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

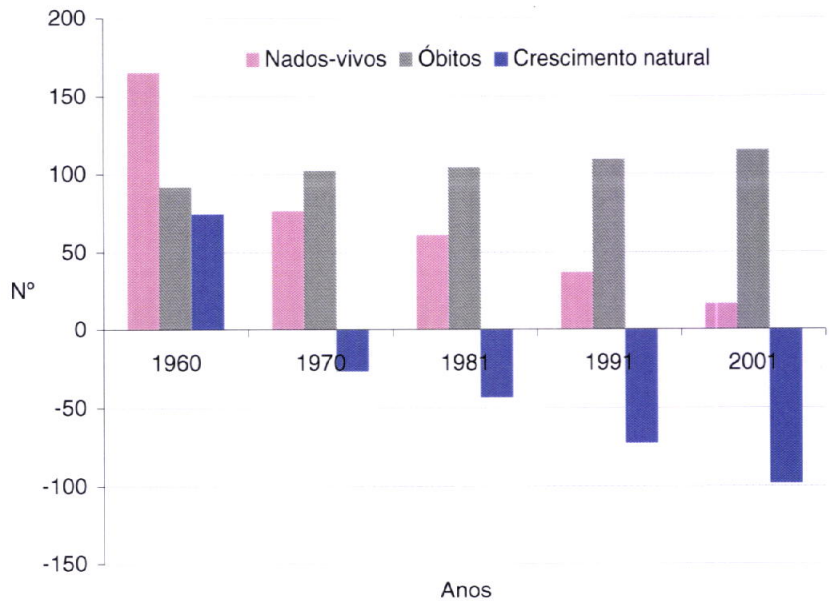
No caso da natalidade, situações como a entrada da mulher no mercado do trabalho, o prolongamento da idade escolar, os custos associados à educação de uma criança, a maior divulgação dos métodos contraceptivos e desenvolvimento do planeamento familiar contribuíram para que a natalidade diminuísse de forma gradual.

No que se refere à mortalidade, a melhoria dos cuidados médicos e os desenvolvimentos da medicina permitiram um aumento da esperança média de vida e tiveram, consequentemente, implicações ao nível do número de óbitos.

Estas mudanças ao nível da natalidade e da mortalidade produziram alterações no crescimento natural e no município de Gavião a situação não foi diferente (Gráfico 4). No período em análise, a natalidade decresceu rapidamente, sendo que em 1960 foi de 166 nados-vivos, enquanto que, em 2001, foi de apenas 17. Relativamente à mortalidade, esta aumentou lentamente passando de 92 óbitos, em 1960, para 115 óbitos, em 2001, devido ao acentuado número de idosos no município de Gavião.

Resultado das tendências inversas da natalidade e da mortalidade, o crescimento natural decresceu progressivamente e passou a ser negativo a partir de 1970. Em 1960, o crescimento natural foi ainda positivo com um crescimento de 74 habitantes. A partir dessa data o crescimento natural passou a ser negativo evoluindo dos -26, em 1970, para os - 98 indivíduos, em 2001.

Gráfico 4 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural (1960-2001)



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Estatísticas Demográficas 2001 (in Carta Educativa do Gavião)

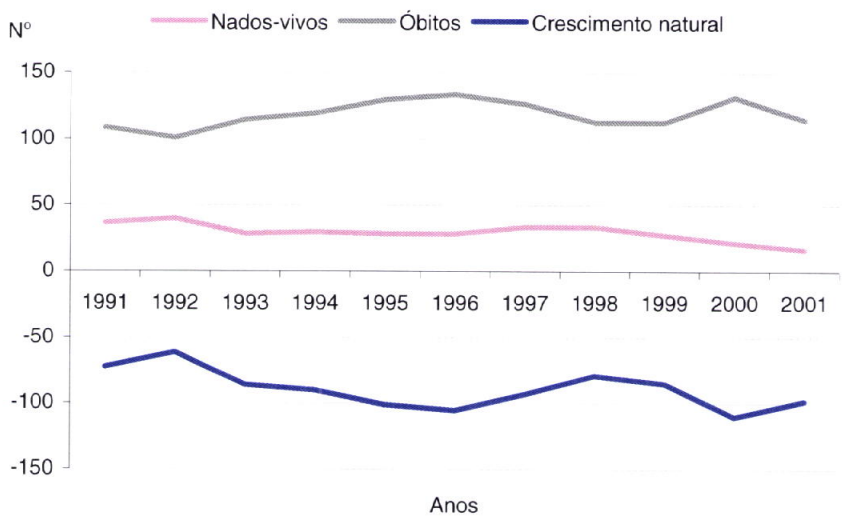
Analisando mais pormenorizadamente a evolução anual no período entre 1991 e 2001 (Gráfico 5) verifica-se que, tanto a natalidade, como a mortalidade, registaram diversas oscilações que influenciaram também a variação do crescimento natural.

No período em análise, o número de óbitos foi sempre superior à natalidade o que reflectiu um crescimento natural negativo. Desta forma, a natalidade, que apresentou uma tendência para diminuir, oscilou entre o máximo de 40 nados-vivos, em 1992, e os 17 nados-vivos que se registaram em 2001. Já a mortalidade teve uma evolução mais irregular, não se podendo indicar que tenha seguido uma

tendência. Assim, a mortalidade atingiu o seu valor mais reduzido, em 1992, com 101 óbitos e o seu valor mais elevado, em 1996, com 134 óbitos.

Devido a ser o resultado da diferença entre a natalidade e a mortalidade, o crescimento natural não seguiu uma tendência definida, em grande parte devido à oscilação constante dos valores da mortalidade. O crescimento natural teve o seu decréscimo menos significativo em 1992 quando foi de -61. O seu valor máximo ocorreu em 2000 quando o decréscimo foi de -110.

Gráfico 5 – Evolução da natalidade, mortalidade e crescimento natural (1990-2001)



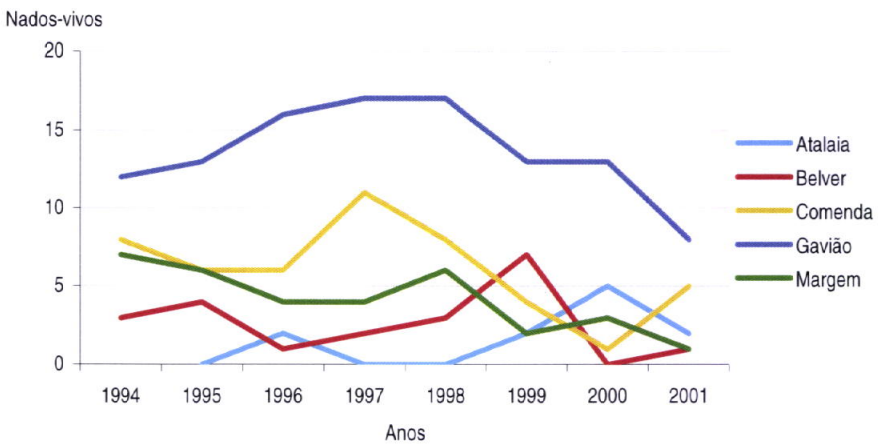
Fonte: INE – Estatísticas Demográficas (1991, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2000 e 2001)
INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

A análise da evolução da natalidade por freguesia (Gráfico 6) pode ser bastante importante para avaliar se existirão oscilações acentuadas no número de alunos que podem entrar, num determinado ano, para o pré-escolar ou para o 1º ciclo.

Entre 1994 e 1998 a taxa de natalidade na freguesia de Gavião, apesar dos valores serem sempre inferiores a 20 nados-vivos, registaram um aumento. No entanto, a partir dessa data, os valores dos nados-vivos passaram, gradualmente, de 17 nados-vivos em 1998 para apenas 8 em 2001.

Nas restantes freguesias, durante o período em análise, os valores de natalidade foram bastante reduzidos e sempre abaixo dos 10 nados-vivos por ano, com a excepção de Comenda em 1997 que registou 11 nados-vivos. Nos dois últimos anos (2000 e 2001), nestas freguesias os valores de nados-vivos foram sempre inferiores a 5.

Gráfico 6 – Evolução da natalidade, por freguesias



Fonte: INE – Estimativas Demográficas (1991, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2000, 01 e 02) (in Carta Educativa do Gavião)

As estruturas etárias da sub-região do Alto Alentejo e do município de Gavião reflectem as características e a intensidade dos fenómenos demográficos, nomeadamente natalidade, mortalidade e movimentos migratórios, observados num dado período.

Desde 1960 que a tendência tem sido para a diminuição dos efectivos populacionais nos grupos etários dos 0 – 14 e dos 15 – 64 anos ao passo que a população do grupo etário dos 65 e mais anos tem registado um aumento. Esta tendência verificou-se tanto na região do Alto Alentejo como no município do Gavião (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Evolução dos efectivos populacionais na sub-região do Alto Alentejo

Grupos etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)
0-14 anos	45650	24,2	15825	22,5	27963	19,6	21560	15,9	16882	13,3
15-64 anos	136883	72,6	45615	64,9	88852	62,2	86772	63,9	77060	60,7
65 e + anos	5949	3,3	8815	12,6	26090	18,3	27520	20,3	33083	26
Total	**188482**	**100**	**70255**	**100**	**142905**	**100**	**135852**	**100**	**127025**	**100**

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

Tabela 2 – Evolução dos efectivos populacionais no município de Gavião

Grupos etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)
0-14 anos	2280	22,7	1480	19,1	1082	15,8	659	11,1	445	9,1
15-64 anos	6538	65,1	5020	64,9	4061	59,3	3355	56,7	2530	51,8
65 e + anos	1231	12,2	1230	15,9	1707	24,9	1906	32,2	1912	39,1
Total	**10049**	**100**	**7730**	**100**	**6850**	**100**	**5920**	**100**	**4887**	**100**

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

A partir da década de 70, registou-se uma diminuição gradual dos efectivos populacionais no grupo dos 0-14 anos. Esta diminuição deve-se ao decréscimo da natalidade, referido anteriormente, provocado pela migração da população activa mais jovem e em idade fértil. Desta forma, em 1960, o Alto Alentejo tinha uma percentagem de 24,2% da população no grupo dos 0-14 anos, valor que reduziu gradualmente e, em 2001, era de apenas 13,3. O município de Gavião não fugiu à tendência da região em que se insere e, por isso, passou de 22,7% para apenas 9,1% de população neste grupo etário.

No que se refere ao grupo da população com mais de 65 anos, este sofreu, quer a nível da região, quer a nível do município, uma tendência para um crescimento rápido. Esta situação que se deveu, principalmente, ao aumento da esperança média de vida e dos cuidados de saúde e apoios sociais, levou a que as percentagens da população neste grupo tenham passado (entre 1960 e 2001) de 3,3% para 26% e de 12,2% para 39,1% no Alto Alentejo e no município do Gavião, respectivamente.

Esta situação de diminuição do número de jovens e aumento do número de idosos tem contribuído para um duplo envelhecimento (no topo e na base), muitas vezes visível nas pirâmides etárias. Note-se que, em 1991, em ambas as escalas de análise, o grupo etário dos 65 e mais anos ultrapassou o grupo etário dos 0-14 anos.

No grupo etário dos 15-64 anos ocorreu uma diminuição da população, devido aos movimentos migratórios que incidem, fundamentalmente, nos efectivos populacionais em idade activa (principalmente entre os 20 e os 40 anos), que buscam melhores condições de vida noutras regiões e países e que constituem precisamente o estrato da população que assegura a renovação das gerações.

A saída de efectivos em idade fértil contribuiu decisivamente para, a já referida, quebra da natalidade e vem acentuar o peso dos idosos no total da população. Embora o fluxo migratório tenha abrandado nas últimas décadas, os movimentos migratórios que ocorreram na década de 60 influenciaram de forma determinante toda a estrutura demográfica da região e do município.

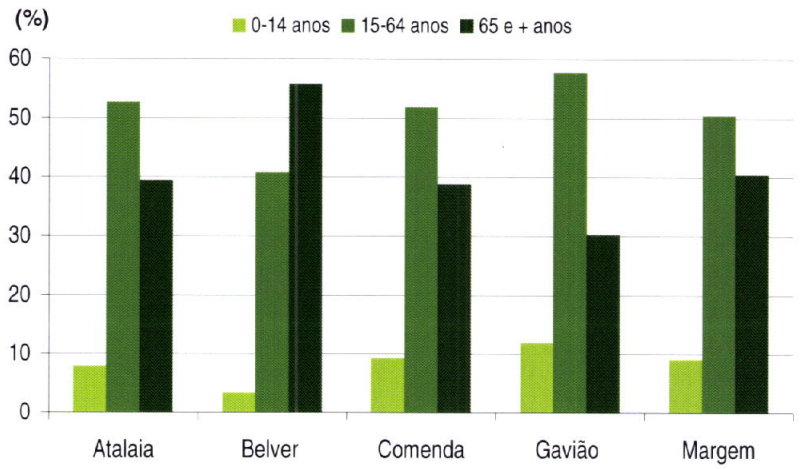
Através da análise do Gráfico 7, verifica-se que, tal como foi analisado a nível do município, em todas as freguesias a percentagem da população com mais de 65 anos é superior à população do grupo etário dos 0-14 anos.

Esta percentagem superior de população idosa em relação à população jovem tem causado e causará problemas cada vez mais graves, nomeadamente, a redução da população em idade activa. Esta situação é, particularmente, grave porque, à medida que a população idosa e os custos a ela associados aumentam, a população que suporta estes custos está progressivamente a diminuir.

A situação na freguesia de Belver é, claramente, a mais delicada pois a população idosa já é superior à população em idade activa (55,8% de idosos contra apenas 40,8% da população entre os 15-64 anos). Para além disso, é nesta freguesia que a percentagem de jovens dos 0-14 anos é mais reduzida, fazendo prever um agravamento da situação actual para o futuro.

Como sede de município e freguesia com maior atracção para a população, a freguesia de Gavião é a que apresenta a percentagem de jovens mais elevada de todo o município (11,96%) e a percentagem de idosos mais reduzida (30,26%).

Gráfico 7 – Estrutura etária da população, por freguesias, em 2001



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

A população estruturada por grupos etários permite calcular um conjunto de indicadores denominados de índices – resumo, nomeadamente, índice de juventude; índice de envelhecimento demográfico; índice de dependência de jovens; índice de dependência de idosos e índice dependência total (Tabela 3 e 4).

Analisando os valores obtidos nos diversos índices calculados, verifica-se que a evolução em ambas as escalas seguiram a mesma tendência mas, no entanto, as alterações fizeram sentir-se com intensidades diferentes.

Assim, em ambas as escalas de análise, o índice de juventude sofreu quebras assinaláveis devido à redução da natalidade e ao aumento do número de idosos. No entanto, a nível da região do Alto Alentejo essa quebra fez-se sentir mais dado que, em 1960, por cada 100 idosos existiam 767 jovens e, em 2001, passaram a existir apenas 51 jovens por cada 100 idosos. No município de Gavião, a redução deste índice foi também abrupta mas com valores menos

significativos. A esta escala de análise passou-se de 185 jovens por 100 idosos para 23 jovens por 100 idosos, no período entre 1960 e 2001.

Tabela 3 – Evolução dos índices-resumo na sub-região do Alto Alentejo

	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
1960	767,4	13	33,3	4,3	37,7
1970	179,5	55,7	34,7	19,3	54
1981	107,2	93,3	31,5	29,4	60,8
1991	78,3	127,6	24,8	31,7	64,8
2001	51	196	21,9	42,9	64,8

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

Tabela 4 – Evolução dos índices-resumo no município de Gavião

	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
1960	185,2	54,0	34,9	18,8	53,7
1970	120,3	83,1	29,5	24,5	54,0
1981	63,4	157,8	26,6	42,0	68,7
1991	34,6	289,2	19,6	56,8	76,5
2001	23,3	429,7	17,6	75,6	93,2

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

Em oposição ao que aconteceu com o índice de juventude, os índices de envelhecimento dispararam entre 1960 e 2001. Ao contrário do que sucedia no caso do índice de juventude, logicamente, este aumento foi mais acentuado no município de Gavião do que na região do Alto Alentejo. Assim, enquanto que ao nível do Alto Alentejo este índice passou de 13 para 196 idosos por cada 100 jovens, no município de Gavião passou de 54 para 430 idosos por cada 100 jovens.

Devido à diminuição do número de jovens registada, também o índice de dependência dos jovens diminuiu, pois os potenciais encargos da população activa com os jovens são cada vez mais reduzidos. Desta forma, a redução do índice de dependência dos jovens ocorreu em ambos os níveis de análise mas foi no município de Gavião que a diminuição foi mais visível. No Alto Alentejo existiam, em 1960, 33 jovens por cada 100 activos (15-64 anos) e, em 2001, 22 jovens por cada 100 activos. Já no caso do município de Gavião a diminuição foi de 35 para 18 jovens por cada 100 activos.

Por seu lado, o índice de dependência de idosos aumentou, tanto na região, como no município. Tal como sucedia com o índice de envelhecimento, o aumento foi mais sentido a nível do município que passou de 19 para 76 idosos por cada 100 pessoas em idade activa (15-64 anos).

O índice de dependência total sofreu um aumento no período em análise. Embora o índice de dependência dos jovens tenha diminuído, o aumento do índice de dependência de idosos foi superior e levou a que o índice total tivesse aumentado também. Assim, na região do Alto Alentejo, o índice de dependência total passou de 38 para 65 dependentes (grupos dos 0-14 e com mais de 65 anos) por cada 100 pessoas em idade activa (15-64 anos). Já no município a alteração foi de 19 para 76 dependentes por cada 100 activos.

Analisando os mesmos índices nas freguesias do município de Gavião, verifica-se que existem algumas disparidades entre elas (Tabela 5).

Como referido anteriormente a freguesia de Belver é a mais problemática nesta área. Assim, para cada 100 jovens existem 1619 idosos e para cada 100 idosos existem apenas 6 jovens. É esta freguesia que apresenta valores de dependência total mais elevados com a existência de mais dependentes do que activos: 145 dependentes (jovens e idosos) por cada 100 activos (15-64 anos).

A freguesia de Gavião apresenta a situação menos grave em termos de envelhecimento da população residente e possui o índice de dependência total mais baixo com 73 dependentes para cada 100 pessoas em idade activa.

As restantes freguesias apresentam, nestes índices, valores que demonstram a realidade existente no município de uma população cada vez mais envelhecida e com cada vez menos jovens.

Tabela 5 – Índices-resumo, por freguesia, em 2001

	Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
Atalaia	20,0	500,0	14,9	74,7	89,7
Belver	6,2	1619,4	8,4	136,8	145,2
Comenda	23,9	418,7	17,8	74,7	92,5
Gavião	39,5	253,0	20,7	52,4	73,1
Margem	22,4	446,2	18,0	80,1	98,1

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Através das várias pirâmides é possível visualizar melhor as referidas mudanças que ocorreram na estrutura etária da população, no município de Gavião, desde 1960 até 2001 (Gráficos 8 a 12).

Em 1960, a pirâmide apresentava uma forma triangular (mais larga na base e estreita no topo) que demonstra a existência de mais jovens do que idosos.

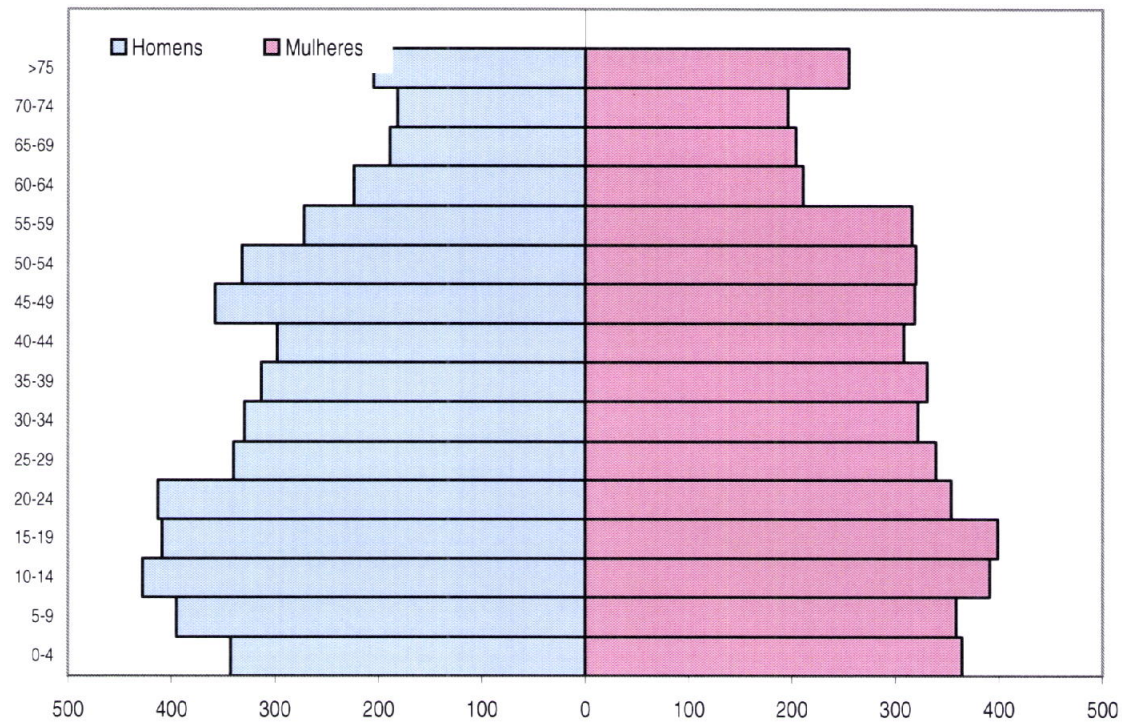
Nas décadas seguintes começaram a verificar-se diversas alterações. As principais alterações foram um estreitamento da base e um alargamento do topo que demonstra a diminuição dos jovens, devido à diminuição da natalidade, e o aumento do número de idosos, devido ao aumento da esperança média de vida.

A outra alteração que se nota nas pirâmides é o surgimento de reentrâncias em alguns grupos etários. Estas reentrâncias devem-se às migrações da população activa/em idade fértil, quer para o estrangeiro, quer para áreas litorais. Estas migrações têm grandes repercussões na pirâmide etária sendo, em grande parte, responsáveis pela diminuição da natalidade e redução do número de jovens.

Em 2001, a forma da pirâmide etária tinha-se alterado por completo. Assim, enquanto que, em 1960, a pirâmide possuía uma forma triangular, em 2001, a pirâmide possuía uma forma de "urna" traduzindo uma acentuada redução da base e um gradual alargamento do topo. A redução na base significa que existem cada vez menos jovens e, consequentemente, menos potenciais activos enquanto o alargamento do topo traduz o envelhecimento da população. Está assim

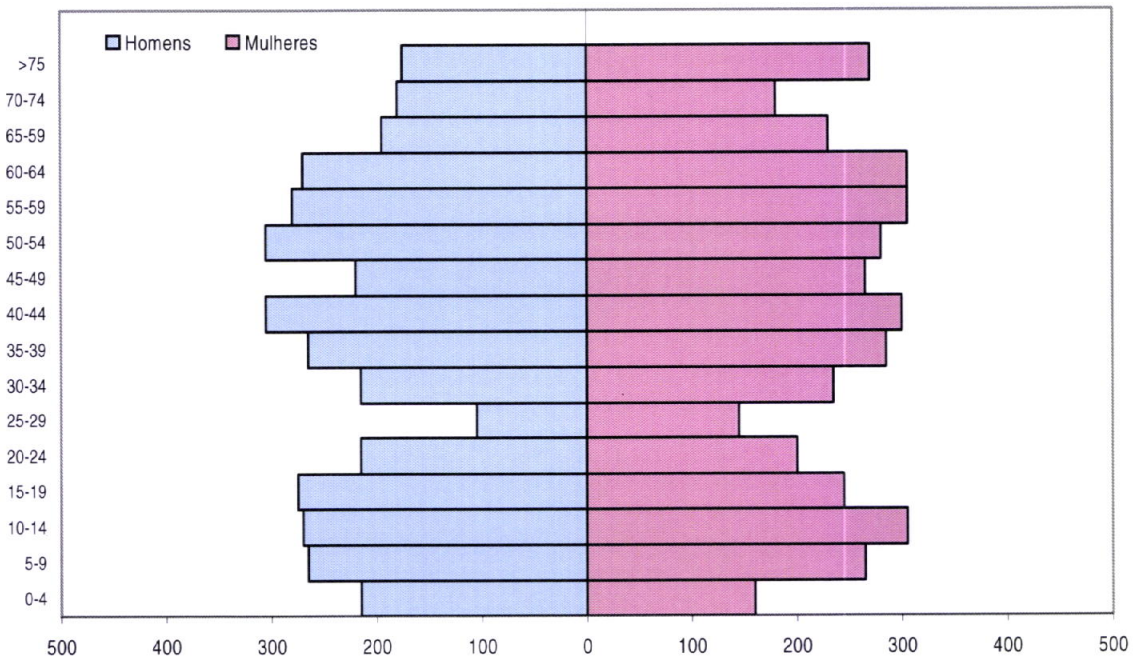
evidenciado o duplo envelhecimento da população que, por sua vez, tem graves consequências a médio/longo prazo como é o caso da não renovação das gerações e a contínua perda de população activa.

Gráfico 8 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1960



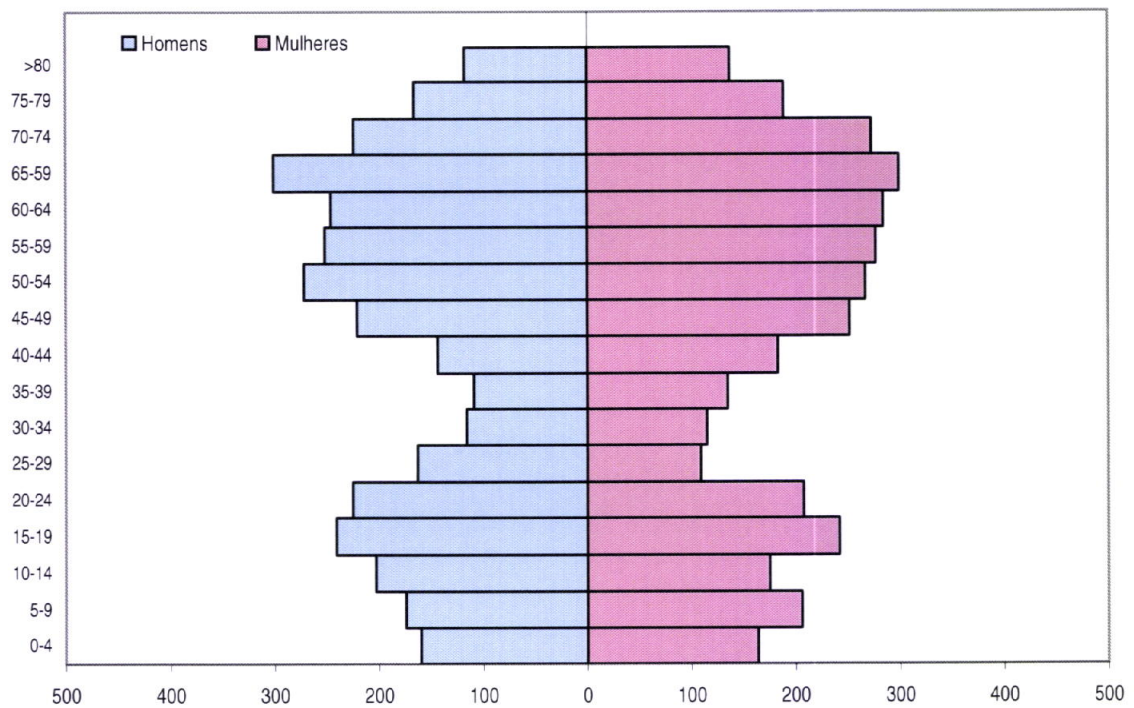
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Gráfico 9 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1970



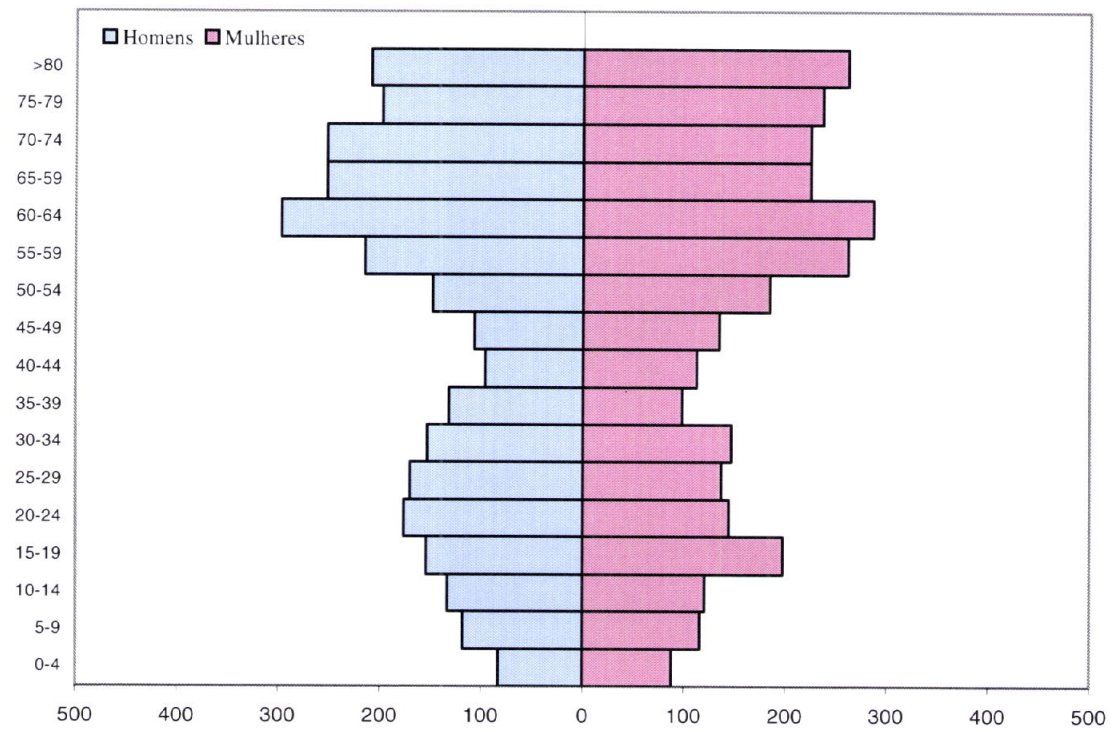
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Gráfico 10 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1981



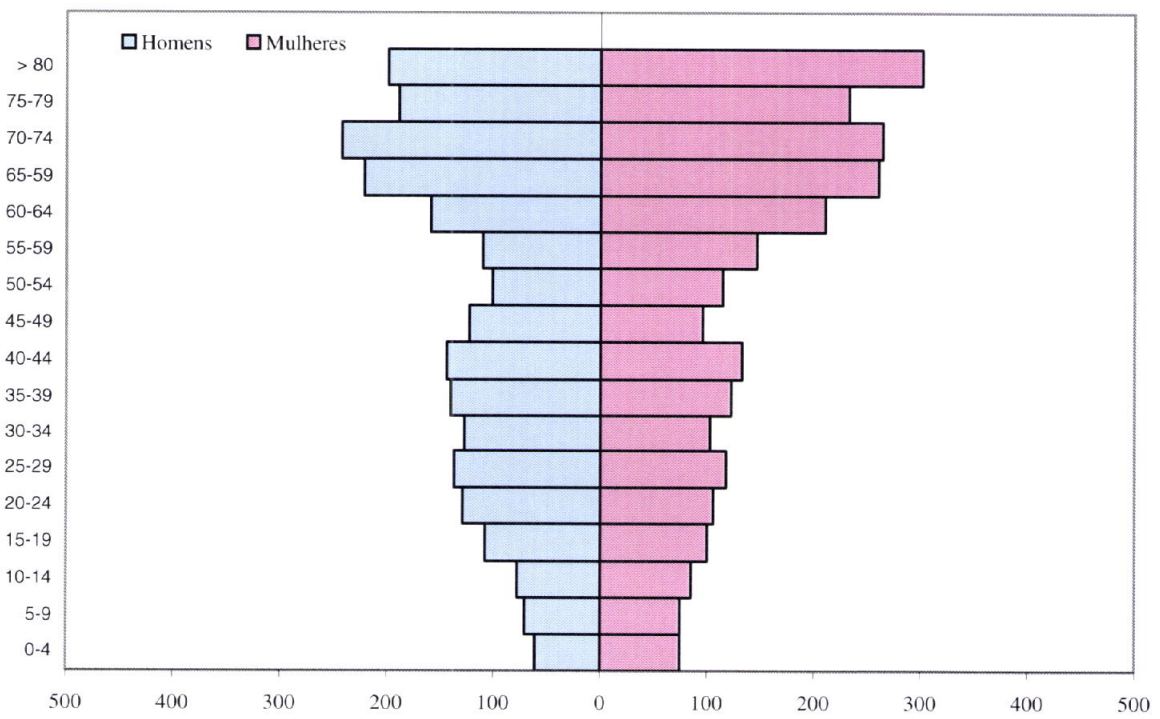
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Gráfico 11 – Pirâmide etária do município de Gavião – 1991



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Gráfico 12 – Pirâmide etária do município de Gavião – 2001



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

3.4. Distribuição da População

De um modo geral, a população residente diminuiu significativamente em todos os lugares e freguesias do município de Gavião (Tabela 6).

Tendo em conta a hierarquia dos aglomerados urbanos definida no Plano Director Municipal de Gavião (PDM), o lugar de Gavião (sede do município) é considerado de 1° nível concentrado maior número e diversidade de serviços, equipamentos e infra-estruturas e, por isso, apresenta também maior peso populacional. Assim sendo, a vila de Gavião conta com determinados serviços (educação, saúde, banca ...) e equipamentos (educação, desportivos, sociais ...) que acabam por incutir a fixação da população.

No 1° nível hierárquico surge a vila de Gavião que concentra, sensivelmente, 82% das 39 funções centrais analisadas, ou seja, possui um maior grau de diversidade, pois beneficia de um conjunto de funções centrais do sector público inerentes à sua função de centro administrativo

Comenda, Belver e Vale de Gaviões situam-se no 2° nível em termos de número e variedade de funções, na medida em que possuem algumas das funções inerentes às sedes de freguesia (Junta de Freguesia) e ainda alguns equipamentos: Escolas EB1 e/ou JI; Centros de dia, entre outros.

S. Bartolomeu, Vale da Feiteira, Ferraria e Atalaia enquadram-se no 3° nível hierárquico, com um grau inferior de satisfação, em termos de número e diversidade de funções centrais.

Os restantes lugares do município situam-se no último nível hierárquico, pois têm um peso funcional muito baixo, visto que apresentam uma reduzida variedade de funções, essencialmente, de utilização frequente, como cafés ou mercearias.

Como sede de município e freguesia, a vila de Gavião foi a que menos população perdeu entre 1960 e 2001 e é, actualmente, o único lugar que concentra mais de 1000 habitantes. Devido a ser a sede de município, a

concentração de serviços e equipamentos é mais elevada o que leva a que a população fixe residência nesta localidade.

Tal como foi referido anteriormente, a freguesia de Belver foi aquela que perdeu, nas 5 décadas em análise, mais de 1500 habitantes. Esta situação pode dever-se a diversos factores como uma diferenciação regional devido à localização da freguesia a Norte do Tejo, possuindo, por isso, um relevo mais acidentado e solos com menor aptidão agrícola devido ao sistema de exploração. Outra justificação para esta situação pode ser a diminuição da importância do transporte ferroviário que era muito importante para esta freguesia quer em termos de comunicação, quer em termos de emprego.

No que diz respeito à estrutura do povoamento, no município de Gavião, o povoamento é maioritariamente concentrado. Com a excepção da freguesia de Belver, onde apenas a sede de freguesia apresenta mais de 100 residentes, as freguesias apresentam um povoamento concentrado destacando-se a freguesia de Comenda, onde quase toda a população reside em lugares com mais de 100 habitantes (Castelo Cernado, Vale Feiteira e Ferraria com 634, 149 e 139 habitantes, respectivamente), e a freguesia de Gavião que possui o maior aglomerado populacional do município.

Tabela 6 – Evolução da população, por lugares e freguesias

	População residente				
	1960	**1970**	**1981**	**1991**	**2001**
Atalaia	**546**	**418**	**311**	**246**	**165**
Atalaia	523	418	307	239	159
Isolados	23		4	7	6
Belver	**2618**	**1871**	**1563**	**1184**	**900**
Alvisquer	202	153	107	82	47
Areia	118	111	98	71	46
Arriacha Cimeira	130	53	45	42	34
Arriacha Fundeira	98	57	47	38	31
Belver	714	562	451	376	295
Domingos da Vinha	254	178	133	109	86
Estação de Caminho de Ferro	9				
Furtado	123	80	62	32	26
Outeiro Cimeiro	66	42	35	27	23

Outeiro Fundeiro	144	107	68	61	42
Torre Cimeira	199	140	101	100	89
Torre Fundeira	304	236	222	160	95
Vale de Coelho	60	34	26	17	15
Vale de Pedro Dias	106	85	75	50	37
Vilar da Mó	66	33	31	19	12
Outros lugares	25				
	1960	1970	1981	1991	2001
Isolados			62		22
Comenda	**2011**	**1814**	**1475**	**1239**	**982**
Castelo Cernado	1182	1120	880	755	634
Ferraria	161	164	204	178	139
Monte da Ferraria	21				
Perna do Arneiro	18				
Pino Gordo	6				
Polvorão	55	40	12		
Polvorosas	73	17	4	5	3
Vale da Feiteira	291	357	283	214	149
Vale do Grou	3				
Vale de Junco	50	53	44	37	29
Vale de S. João	70	42	38	42	
Outros lugares					10
Isolados	81	21	10	8	18
Gavião	**2801**	**2006**	**2021**	**2006**	**1814**
Amieira Cova	337	304	275	221	158
Cadafaz	420	261	226	166	119
Degracia Cimeira	135	155	73	58	42
Degracia Fundeira	148		83	67	58
Gavião	1557	1227	1307	1431	1415
Margalha	17		30		
Quinta da Fonte dos Garfos	30		7		
Vale de Entrudo	16				
Isolados	141	59	20	63	22
Margem	**2073**	**1687**	**1480**	**1245**	**1026**
Moinho da Azinheira	10				
Moinho do Torrão	221	153	146	123	105
Monte Novo	140	99	97	74	56
Monte dos Pereiros	62	56	40	26	
Monte Velho	76	32	43	37	25
S. Bartolomeu	446	380	348	255	237
Vale de Bordalo	167	67	129	133	134
Vale do Gato	18	164			13

Vale de Gaviões	325	305	242	221	152
Vale da Madeira	151	88	126	124	114
Vale da Vinha	373	246	270	214	163
Isolados	75	97	39	38	27

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

Tendo em conta a distribuição da população segundo a dimensão dos lugares (Tabela 7), verifica-se que ocorreram algumas alterações. As maiores alterações registaram-se nos lugares com menos de 500 habitantes. Assim, os residentes em lugares isolados e em lugares entre os 100 e os 499 habitantes registaram decréscimos de importância, enquanto a importância dos lugares com menos de 100 habitantes aumentou.

Em 1960, os residentes em lugares isolados correspondiam a 3,19% da população total do município e, em 2001, representavam apenas 1,94%. No que se refere à população residente em lugares entre 100 e 499 habitantes, no período entre 1960 e 2001, esta passou de 48,75% para 39,37%. Tendências opostas apresentaram os lugares com menos de 100 habitantes que passaram de 8,46% para 16,76% da população residente no município.

Esta evolução demonstra, no caso da população residente em lugares isolados, uma tendência para um menor isolamento da população com o objectivo de ter um acesso mais fácil aos serviços básicos. Já no caso dos lugares entre os 100 e os 499 habitantes, a sua diminuição de importância demonstra que foram estes os mais afectados pela diminuição da população.

Actualmente, cerca de 42% da população residente no município encontra-se concentrada em apenas 2 lugares que possuem mais de 500 habitantes: Castelo Cernado e Gavião com 634 e 1415 habitantes, respectivamente.

Tabela 7 – Evolução da distribuição da população, segundo a dimensão dos lugares

	População				
Dimensão dos lugares	**1960**	**1970**	**1981**	**1991**	**2001**
Isolados	320	177	135	116	95
Menos de 100 Hab.	849	878	958	785	819
De 100 a 499 Hab.	4895	3414	3570	2833	1924
De 500 a 999 Hab.	1237	562	880	755	634
De 1000 a 1999 Hab.	2739	2347	1307	1431	1415

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

Analisando a densidade populacional da região do Alto Alentejo e do município do Gavião (Tabela 8), verifica-se que, desde 1981, em ambos os casos a tendência tem sido para uma diminuição da densidade, sendo que esta foi mais sentida no município. Assim, enquanto no Alto Alentejo a densidade populacional passou de 24 para 21 habitantes por km^2, no município a diminuição, no mesmo período foi de 23 para 17 habitantes por km^2.

Ao nível das freguesias mais uma vez se verifica a perda de população, pois todas as freguesias viram a sua densidade populacional diminuir, com destaque para a freguesia de Belver que perdeu, entre 1981 e 2001, 9 habitantes por km^2 (22 para 13 habitantes por km^2). A freguesia de Gavião, apesar de ter visto a sua densidade diminuir, manteve-se como a que possui maior densidade populacional, em 2001, com 31 habitantes por Km^2, situação resultante do facto de, administrativamente, a vila do Gavião ser a sede de município e, consequentemente, ter uma maior capacidade centralizadora. Pelo seu lado, a freguesia de Atalaia com apenas 9 habitantes por Km^2 demonstra a sua fraca capacidade de fixar a população.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Tabela 8 – Área, densidade populacional e distribuição da população residente na sub-região do Alto Alentejo e no município de Gavião

	Área (Km^2)	Densidade populacional (hab/km^2)			Distribuição da população		
		1981	1991	2001	1981	1991	2001
Alto Alentejo	**6066**	**24**	**21**	**21**	**142905**	**127877**	**127025**
Atalaia	19,345	16	13	9	311	246	165
Belver	69,708	22	17	13	1563	1184	900
Comenda	89,852	16	14	11	1475	1239	982
Gavião	57,848	35	35	31	2021	2006	1814
Margem	56,794	26	22	18	1480	1245	1026
Município de Gavião	**293,547**	**23**	**20**	**17**	**6850**	**5920**	**4887**

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

3.5. Actividades Económicas

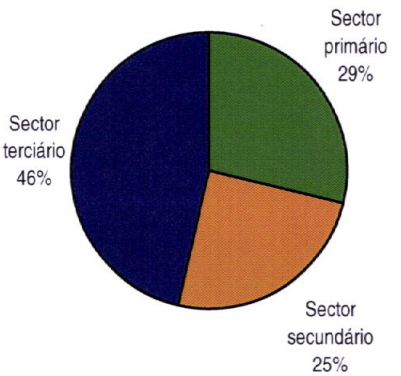
A análise comparativa dos dados dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, relativos à população residente por sectores de actividade, permitem verificar que, embora a população residente tenha diminuído, ocorreu um aumento relativo da população activa no município de Gavião. Em 1991, a população activa correspondia a 1583 habitantes, representava 26,7% do total da população, e em 2001 a população activa correspondia a 1447 habitantes, o que equivalia a 29,6% da população do município.

Analisando a distribuição dos activos pelos sectores de actividade (Gráficos 13 e 14) verifica-se que se registaram alterações significativas. No que se refere ao sector primário, ocorreu um decréscimo acentuado (22%) sendo que, em 1991, este sector ocupava 29% da população activa do município e, em 2001, apenas ocupava 7%.

Nos sectores secundário e terciário registaram-se aumentos na percentagem de activos dedicados a cada um deles. Desta forma, no sector secundário registou-se um ligeiro aumento na percentagem de activos afectos a este sector passando de 25 para 31% no período entre 1991 e 2001. O sector terciário foi o que registou um aumento mais significativo passando de 46% para 62%, em 2001.

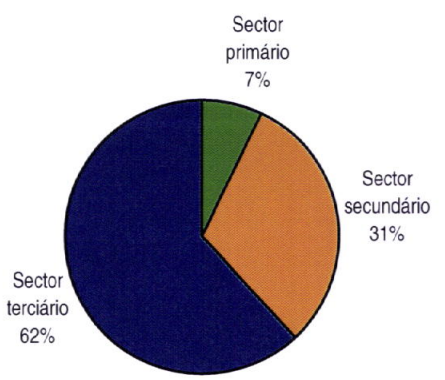
Em suma, apesar de alguma tradição agrícola, a tendência verificada no período inter-censitário foi para uma alteração significativa do ponto de vista económico perdendo a actividade agrícola cada vez mais importância e a vocação terciária a acentuar-se com uma concentração de comércio e serviços, principalmente ligadas ao apoio à 3ª idade.

Gráfico 13 – População activa segundo o sector de actividade, em 1991



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Gráfico 14 – População activa segundo o sector de actividade, em 2001



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

Analisando a distribuição da população activa, por sector de actividade, nas freguesias (Tabela 9), verifica-se que ocorreram diversas alterações no período entre 1991 e 2001.

Em todas as freguesias se verificou uma notória diminuição da população com actividade relacionada com o sector primário, com principal destaque para a freguesia de Margem que perdeu 132 activos neste sector.

Os activos em actividades ligadas ao sector secundário registaram um aumento nas freguesias do município, com a excepção da freguesia de Belver onde os activos diminuíram.

No entanto, foi no sector terciário que os aumentos dos activos foram mais significativos. Em todas as freguesias verificaram-se aumentos percentuais embora, em termos absolutos, na freguesia de Belver se tenham mantido os mesmos 122 activos no sector. Foi mesmo na freguesia de Gavião que o aumento mais se fez sentir, com especial incidência na vila de Gavião, onde se localizam um maior número de actividades relacionadas com o comércio e serviços.

Tabela 9 – Evolução da distribuição da população activa segundo o sector de actividade, por freguesias.

	Sector primário				**Sector secundário**				**Sector terciário**			
Freguesias	**1991**	**%**	**2001**	**%**	**1991**	**%**	**2001**	**%**	**1991**	**%**	**2001**	**%**
Atalaia	43	2,72	8	0,55	13	0,82	20	1,38	19	1,2	37	2,56
Belver	23	1,45	6	0,41	63	3,98	42	2,9	122	7,71	122	8,43
Comenda	160	10,11	38	2,63	83	5,24	96	6,63	94	5,94	130	8,98
Gavião	69	4,36	21	1,45	127	8,02	170	11,75	408	25,77	490	33,86
Margem	162	10,23	30	2,07	106	6,7	118	8,15	91	5,75	119	8,22
Município de Gavião (Total de Activos)	1583	28,87	1447	7,11	1583	24,76	1447	30,81	1583	46,37	1447	62,05

Fonte: **INE – Recenseamentos Gerais da População** (in Carta Educativa do Gavião)

A análise mais pormenorizada das actividades económicas existentes nas diferentes freguesias do município de Gavião permite constatar que na freguesia de Atalaia predominam as actividades económicas relacionadas com o sector primário, nomeadamente a agricultura, silvicultura, produção de azeite e queijaria tradicional.

Na freguesia de Margem existe uma maior diversificação, pois estão presentes actividades económicas ligadas à produção de madeira e de tabaco, à hotelaria, à panificação e ao pequeno comércio.

Por seu lado, na freguesia de Belver, a actividade com maior expressão continua a ser a agricultura, apesar do decréscimo registado nos últimos anos.

Na freguesia de Comenda destaca-se a agricultura, exploração de madeiras, extracção de cortiça, lagar de azeite e moinho de água.

A freguesia do Gavião possui uma base económica diversificada com actividades económicas pertencentes aos três sectores de actividade. A construção da Zona Industrial na sede de município, conjugada com outros incentivos permitiu aumentar o número de unidades industriais, o que justifica o aumento que se registou na população ligada ao sector secundário.

Analisando mais minuciosamente a distribuição da população activa dentro do sector terciário (Tabela 10) verifica-se uma alteração entre a população existente em serviços relacionados com as actividades económicas e em serviços de natureza social.

Em 1991, com a excepção da freguesia de Gavião, em todas as freguesias do município de Gavião encontravam-se em maioria os activos cujas ocupações se centravam nos serviços ligados às actividades económicas. Dez anos depois, a situação altera-se drasticamente e, em todas as freguesias, a maioria dos activos passa a depender dos serviços de natureza social. Esta alteração pode dever-se ao agravar da situação de envelhecimento da

população e a necessidade de maiores cuidados com a população idosa, quer em lares de 3ª idade, quer com outros serviços de apoio.

Tabela 10 – Evolução da distribuição da população residente do sector terciário, por freguesias

	Sector terciário									
	1991					2001				
	Total	Serviços de natureza social	%	Serviços relac. com act. económicas	%	Total	Serviços de natureza social	%	Serviços relac. com act. económicas	%
Atalaia	19	8	42,11	11	57,9	37	26	70,27	11	29,73
Belver	122	32	26,23	90	73,77	122	72	59,02	50	40,98
Comenda	94	38	40,43	56	59,57	130	76	58,46	54	41,54
Gavião	408	228	55,88	180	44,12	490	308	62,86	182	37,14
Margem	91	39	42,86	52	57,14	119	68	57,14	51	42,86

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (in Carta Educativa do Gavião)

O tecido empresarial do município de Gavião (Tabela 11) era constituído, em 2001, por 599 empresas que se distribuíam pelos diversos ramos de actividade. Existem, no entanto, alguns ramos de actividade que se destacam como a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca com 178 empresas (29,7% do tecido empresarial do município), o comércio e reparação com 157 empresas (26,2%) e a construção com 84 empresas (14%).

Tabela 11 – Empresas com sede na região

Ramo de actividade	Gavião	(%)
Actividades mal definidas	21	3,5
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	178	29,7
Indústrias transformadoras	51	8,5
Construção	84	14,0
Comércio e reparação	157	26,2
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	56	9,3
Transportes, armazenagem e comunicações	12	2,0
Actividades financeiras	9	1,5
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	13	2,2
Outras actividades	18	3,0
TOTAL	**599**	**100**

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001 (in Carta Educativa do Gavião)

Embora a população activa no sector secundário tenha aumentado no período entre 1991 e 2001, o tecido empresarial ligado às indústrias transformadoras não é muito diversificado (Tabela 12). Assim, estavam sedeadas no município 51 empresas ligadas à indústria transformadora. Dentro destas existia uma grande concentração nas indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco que perfaziam 47,1 % do total das indústrias transformadoras (24 empresas). Ainda com alguma expressão, estão sedeadas empresas ligadas às indústrias metalúrgicas com 9 empresas (17,6 %), indústria têxtil com 6 empresas (11,8 %) e a indústria da madeira e cortiça com 5 empresas (9,8 %).

Tabela 12 – Empresas com sede na região: Indústria transformadora

Indústria transformadora	Gavião	(%)
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	24	47,1
Indústria têxtil	6	11,8
Indústria do couro e dos produtos de couro	1	2,0
Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	5	9,8
Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1	2,0
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1	2,0
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	9	17,6
Fabricação de máquinas e equipamento, n. e.	1	2,0
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	1	2,0
Fabricação de material de transporte	1	2,0
Indústria transformadoras, n. e.	1	2,0
TOTAL	51	100

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2001 (in Carta Educativa do Gavião)

3.6. Análise Social

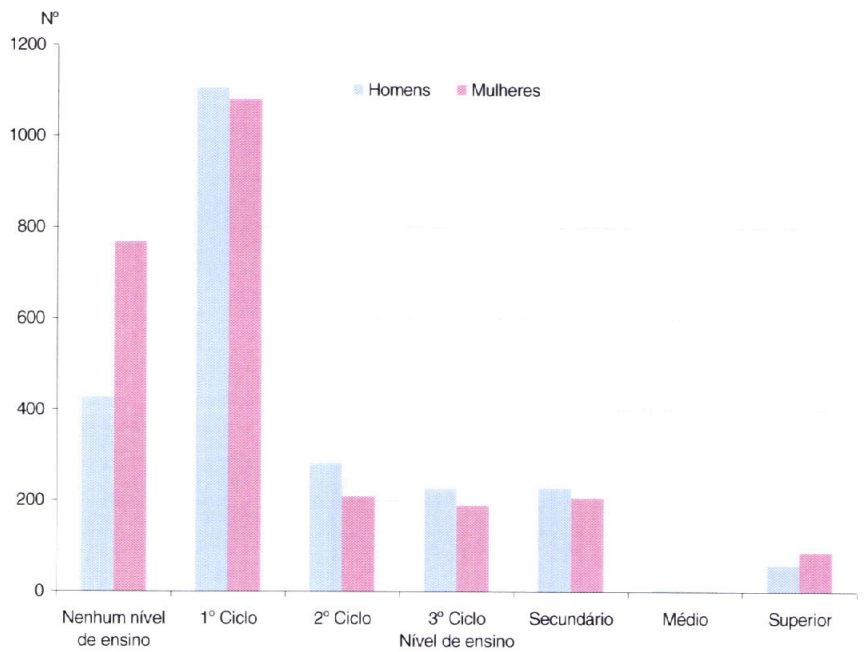
A análise do nível de ensino atingindo de um município é muito importante para poder identificar as reais necessidades de formação da população (Gráfico 15).

No município de Gavião verifica-se que a maioria da população possui apenas o 1° ciclo de escolaridade (cerca de 44% da população) e segue-se uma vasta parte da população que não possui qualquer nível de ensino (aproximadamente 25%). Nesta situação encontram-se tanto os idosos como uma parte da população em idade activa pois, ou não tiveram oportunidade de

frequentar o ensino ou frequentaram apenas até à antiga 4ª classe para depois trabalharem e ajudarem os pais.

Analisando o grau de ensino atingido por sexos verificam-se algumas disparidades. Desta forma, constata-se que, das pessoas que não possuem qualquer nível de ensino, a maioria são mulheres. Nos restantes níveis de ensino, existem mais homens do que mulheres. A única excepção é o ensino superior em que as mulheres superam, actualmente, o número de homens.

Gráfico 15 – População residente, segundo o nível de ensino atingido e sexo



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

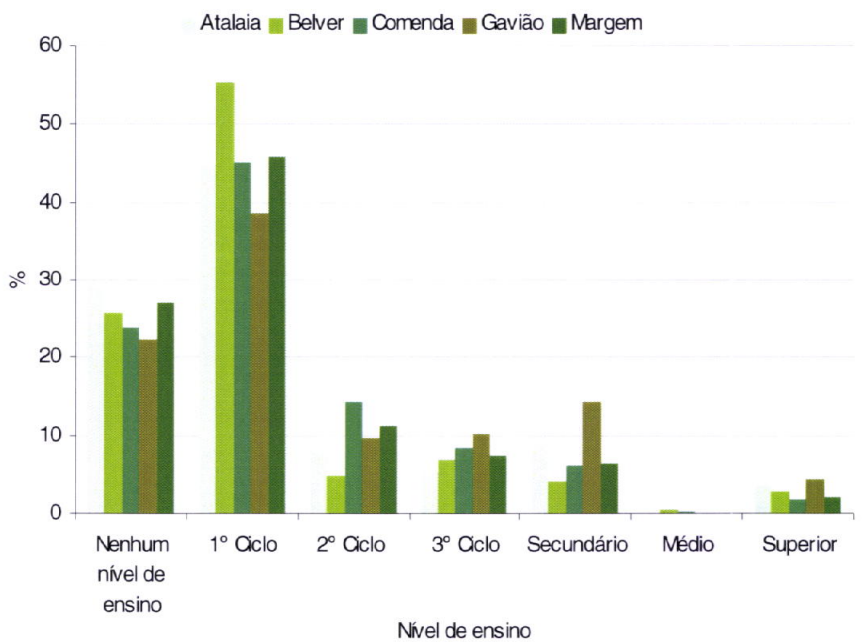
Analisando o nível de ensino da população nas freguesias do município de Gavião (Gráfico 16), verifica-se que a maior parte da população, em todas as freguesias, concluiu apenas o 1º ciclo de ensino. Neste ciclo de ensino destacam-se duas situações: a de Belver e a de Gavião.

Em Belver, verifica-se que mais de 50% da população concluiu apenas o 1º ciclo e mais de 25% não possui qualquer nível de ensino, o que perfaz mais de ¾ da população total da freguesia. Esta situação ocorre devido à população desta freguesia ser a mais envelhecida do município e o facto da população

mais idosa e a população activa com mais idade terem tido menos acesso à instrução.

Situação inversa é verificada na freguesia de Gavião que possui, de entre as freguesias do município, as menores percentagens de população sem instrução e que apenas concluíram o 1º ciclo. Esta freguesia, como sendo a freguesia com a população mais jovem, destaca-se, claramente, das restantes ao nível da população que concluiu o 3º ciclo, o secundário e o ensino superior, possuindo percentagens superiores às restantes. Ainda assim, nesta freguesia, a população que não possui qualquer nível de ensino ou o 1º ciclo perfaz ainda mais de 60% do total de população.

Gráfico 16 – População residente, por freguesia, segundo o nível de ensino atingido



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (in Carta Educativa do Gavião)

3.7. Carta Educativa do Município de Gavião

Actualmente, a educação é um dos temas centrais da sociedade. A necessidade de formar/ educar os recursos humanos em prol de um desenvolvimento local faz parte dos interesses de qualquer Município, daí a crescente necessidade de recorrer à Carta Educativa enquanto instrumento potenciador desta estratégica.

Pretende-se, também por isso, que a Carta Educativa seja entendida como um documento dinâmico que subentende uma reconfiguração da rede educativa, projectada num determinado horizonte temporal, como extensão de uma política educativa destinada a ser permanentemente avaliada e actualizada, de acordo com os planos normativos e na própria gestão administrativa e operacional.

Este documento tem como principal objectivo caracterizar o Sistema Educativo do Município do Gavião, elaborar um diagnóstico da rede educativa e, consequentemente, indicar um conjunto de propostas para o seu reordenamento, sobretudo na educação Pré-Escolar e Ensino Básico.

Indissociável das propostas do Plano Director Municipal, a Carta Educativa do Concelho de Gavião (cf. Anexo 8) é igualmente encarada como um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Contribuir para o reordenamento e concepção da rede escolar, de acordo com a evolução da política educativa e as oscilações da procura da educação, tendo presentes as necessidades, distribuições espaciais das populações e rentabilizando o parque escolar existente;

- Orientar a expansão do Sistema Educativo no município, com base no desenvolvimento económico e sócio-cultural;

- Apoiar a tomada de decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao eventual encerramento de escolas e adaptação do parque escolar educativo optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;

- Servir de quadro à fixação de prioridades;

- Racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos consagrados à educação;

- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;

- Discernir a realidade dos Territórios Educativos que corresponde à hierarquização da rede escolar no sentido de fomentar a ligação (institucional e pedagógica) entre escolas de vários níveis de ensino que estejam em proximidade geográfica.

- Definir a localização, função e capacidade dos equipamentos que, no horizonte fixado, irão ser necessários ao Município, bem como a sua forma de financiamento.

Esta Carta Educativa constitui-se, assim, como uma base capaz de suportar um processo gradual de descentralização, tendo em vista uma rede escolar ajustada ao nível da distribuição espacial das instalações, da qualidade dos equipamentos, do número equilibrado de alunos, no seu total e por turma, procurando favorecer o êxito escolar.

3.8. Agenda 21 Local – contexto internacional

Um dos documentos aprovados por quase todos os Governos mundiais, incluindo o português, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento – mais conhecida como "Cimeira da Terra" – realizada em 1992 no Rio de Janeiro, foi a Agenda 21. Este documento de referência define as medidas orientadoras necessárias para que, durante o século actual, a transição para a sustentabilidade se concretize. O conceito de Agenda 21 Local aparece pela primeira vez no Capítulo 28 da Agenda 21.

Por outro lado, a Carta de Aalborg, aprovada em 1994, na primeira Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis insistia na convicção de que a sustentabilidade global não pode ser alcançada sem a sustentabilidade local, tendo como objectivo assegurar que todos os cidadãos e

grupos têm acesso à informação e estão aptos a participar no processo de decisão local.

As autoridades locais que subscreveram a referida carta assumiram o compromisso de encontrar um consenso nas respectivas comunidades em relação ao desenho de um plano de acção a longo prazo para o desenvolvimento sustentável – comprometendo-se, assim, ao desenvolvimento e implementação de uma Agenda 21 Local.

De 1994 até ao presente existiram vários momentos em que o processo de elaboração e promoção das Agendas 21 sofreu um relançamento: desde a Conferência de Lisboa, em 1996, na qual foi aprovado um documento "Da Carta à Acção", passando por Hannover, onde se realizou a terceira Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, na qual as autoridades locais assumiram a sua responsabilidade no desenvolvimento local sustentável e chegando a 2002, na Conferência de Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, que reiterou a necessidade de reforçar a intervenção do poder local nos processos de planeamento e de desenvolvimento estratégico e assumiu a democracia participativa como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável.

Dez anos passados sob Aalborg, em Junho de 2004, a Dinamarca promoveu uma "sequela" desse primeiro momento: a Conferência Aalborg+10 – Inspiração para o Futuro, na qual se adoptaram os Compromissos de Aalborg, que se constituem como um conjunto de estratégias para a selecção de prioridades de acordo com as necessidades locais, através de um processo participativo.

O percurso que a Agenda 21 sofreu não mudou, antes reforçou, a sua natureza: a Agenda 21 é essencialmente um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos do desenvolvimento sustentável em diferentes níveis de actuação (regional, local, empresarial, entre outros), através da preparação e implementação de um plano de acção estratégico de

longo prazo dirigido às prioridades específicas para o desenvolvimento sustentável.

As autoridades regionais e locais têm, acreditamos, um papel insubstituível na transição para uma sociedade sustentável. Como refere a própria Agenda 21, *"os poderes locais criam, dirigem e mantêm infra-estruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional e sub nacional de políticas ecológicas. Como nível de governação mais próximo das pessoas, eles desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável."*

Por outro lado, a complexidade inerente à preparação de instrumentos de planeamento envolve e implica tomada de decisões e formulação de escolhas que exigem o envolvimento empenhado de todos aqueles que se encontram implicados nas intervenções que venham a ser identificadas como prioritárias ou que sejam afectados pelos resultados e pelos efeitos a que essas conduzem.

O capítulo 28 da Agenda 21 analisa o papel que as autoridades locais podem ter no âmbito de um desenvolvimento sustentável (podendo a mesma "responsabilidade" reclamar-se para as autoridades regionais), desafiando-as a realizar as chamadas "Agendas 21 Locais". Como se pode ler no documento citado:

"Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma Agenda 21 Local. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável."

Na prática, a mais valia em implementar uma Agenda 21 consiste em favorecer uma maior eficiência de projectos, o aumento sustentável da produtividade, a promoção da cooperação a vários níveis, em suma, a sustentabilidade dos recursos económicos, sociais e ambientais.

A Agenda 21 estabelece, assim, uma base sólida para a promoção do desenvolvimento em termos de progresso social, económico e ambiental. A Agenda 21 é composta por 40 capítulos e as suas recomendações estão divididas em quatro áreas principais:

- Questões sociais e económicas como a cooperação Internacional de forma a acelerar o desenvolvimento sustentável, combater a pobreza, mudar os padrões de consumo, as dinâmicas demográficas e a sustentabilidade, proteger e promover a saúde humana.

- Conservação e gestão dos recursos visando o desenvolvimento, como a protecção da atmosfera, o combate ao desflorestamento, à desertificação e à seca, o incentivo à agricultura sustentável e ao desenvolvimento rural, a manutenção da diversidade biológica, protecção dos recursos de água doce e dos oceanos e a utilização racional de produtos químicos tóxicos e de resíduos perigosos.

- Fortalecimento do papel de grandes grupos, incluindo mulheres crianças e jovens, ONGs, iniciativas de autoridades locais de apoio à Agenda 21, trabalhadores e respectivos sindicatos, comércio e indústria, comunidade científica e tecnológica e agricultores.

- Meios de implementação do programa, incluindo mecanismos e meios financeiros, transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis, promoção da educação, consciencialização pública e capacitação, mecanismos e instrumentos legais internacionais e informações para o processo de tomada de decisões.

3.8.1. Agenda 21 Local do Município de Gavião

Desta estratégia global nasce a Agenda 21 Local do Município de Gavião, enquanto iniciativa da Câmara Municipal em colaboração com a Associação de Municípios do Norte Alentejano e a Universidade Nova de Lisboa.

Assim, com a Agenda 21 Local pretende-se acima de tudo aumentar a qualidade de vida no concelho, a qual depende muito das oportunidades de emprego, da existência de um tecido empresarial produtivo robusto e gerador de riqueza, de um ambiente social solidário, inclusivo e dinâmico, e da manutenção de um ambiente natural equilibrado, em que os recursos são utilizados eficazmente e a pensar no futuro, de modo a evitar que as pessoas tenham de sair para outros territórios em busca de um futuro melhor.

Os objectivos e desafios a enfrentar são muito fortes, por isso a Agenda 21 Local de Gavião tem como opção fundamental o trabalho em estreita sintonia entre a autarquia, os actores económicos e a sociedade civil, visando nomeadamente:

- Identificar o estado actual do desenvolvimento no concelho e os seus pontos fortes e fracos;

- Seleccionar e concentrar as atenções nos desafios prioritários para o desenvolvimento do concelho;

- Definir estratégias integradas e propor intervenções bem articuladas para aumentar a qualidade de vida;

- Aumentar a eficácia das intervenções e promover um desenvolvimento sustentável;

- Incentivar a cooperação, a concertação e a formação de parcerias entre actores locais;

- Promover a participação dos cidadãos e de outros agentes locais e responder às suas aspirações;

- Crias boas condições para se concretizarem as propostas de projectos e outras acções prioritárias;

- Acompanhar a evolução do desenvolvimento do concelho através de painel de indicadores.

Na medida em que um dos vectores metodológicos da Agenda 21 assenta na procura da participação pública no processo, o envolvimento dos cidadãos, das empresas e das associações é considerado fundamental para o sucesso da Agenda 21L, tendo sido essa a postura adoptada, desde o primeiro momento, no âmbito da elaboração da Agenda 21L de Gavião.

3.9. Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gavião

Com o objectivo de dar resposta às desigualdades sociais, familiares e pessoais presentes neste território, têm vindo a desenvolver-se parcerias entre várias instituições, tornando-se necessário criar um fórum de âmbito concelhio designado por Conselho Local de Acção Social. Este visa essencialmente a congregação de esforços, a coordenação de recursos, operacionalidade de modalidades de intervenção, bem como o delinear de estratégias para atingir os objectivos considerados fundamentais.

No seu Regulamento Interno (artigo 7º) pode ainda verificar-se que, para a consecução destes objectivos, foi necessário estabelecerem-se parcerias, envolvendo, assim, as autarquias locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesias), bem como as restantes Instituições do concelho, nas quais se incluem algumas associações sem fins lucrativos.

Por outro lado, procura dar resposta à política social do Governo, baseando-se na resolução do Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de Novembro, regulamentada pelo Decreto-lei 115/2006, de 14 de Junho no qual é criado o Conselho Local de Acção Social de Gavião (CLAS), tendo como objectivos primordiais os enunciados no referido Decreto-lei e que passaremos a citar:

a) "Combater a pobreza e exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;"

b) "Promover o desenvolvimento social integrado;

c) "Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;"

d) "Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional par a Inclusão;"

e) "Integrar os objectivos da promoção da igualdade, nos instrumentos de planeamento;"

f) "Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;"

g) "Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população."

É, pois, nesta área geográfica relativamente extensa, em oposição ao reduzido número de pessoas que nela habitam, associado a um acentuado envelhecimento populacional e onde se encontram implantadas várias instituições (públicas, privadas e religiosas) que, de alguma forma, contribuem para a formação dos cidadãos, através de práticas educativas/ formativas, apoiadas em ambientes formais, não formais e informais, que, no seu conjunto, dão origem ao *Território de Aprendizagem*[4] no seio do qual iremos desenvolver a presente investigação.

[4] Termo adoptado por nós para designar o conjunto de instituições, presentes num determinado meio (território) que dão suporte às actividades que envolvem aprendizagens específicas, nele desenvolvidas.

PARTE II – A INVESTIGAÇÃO

Capítulo 4 – Enquadramento Metodológico

4.1. Percurso Metodológico – A Escolha de um Paradigma

" (...) Compreender as principais vantagens e desvantagens de cada abordagem pode ser uma ajuda na selecção da metodologia mais apropriada para o trabalho que tiver em mãos".

(J. Bell, 1997: 28)

A selecção da metodologia por parte de quem realiza um estudo desta natureza, tal como para vários investigadores, entre os quais a autora supra mencionada, representa uma tarefa de elevada importância e de difícil decisão.

Tomando em consideração as particularidades da investigação descritiva que nos propusemos realizar, assim como os objectivos subjacentes à mesma, optámos por uma abordagem recorrendo à utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos.

Alguns autores, como R. Bogdan & S. Biklen (1994: 16), referem-se a este tipo de investigação como aquela cujos *"...dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico".*

Outros, como L. Cohen & L. Manion (1990: 103) dizem-nos ainda que a maioria dos estudos em educação são descritivos na medida em que *"Observan a indivíduos, grupos, instituciones (...) com el fin de describir, comparar, contrastar, clasificar, analizar e interpretar las entidades y los acontecimientos que constituyen sus diversos campos de investigación".*

Segundo R. Bogdan & S. Biklen (1994: 97), *"outros investigadores fazem estudos de caso comparativos. Dois ou mais estudos de caso são efectuados e depois comparados e contrastados (...)".*

4.1.1. Estudos de Caso versus Estudos de Caso Comparativos: aproximação conceptual

"O estudo de caso visa essencialmente a compreensão do comportamento de um indivíduo, de um acontecimento, ou de um grupo de sujeitos ou de uma instituição, considerados como entidade única, diferente de qualquer outra, numa dada situação contextual específica, que é o seu ambiente natural."

(A. Sousa, 2005: 137)

Dada a especificidade decorrente das questões de partida, bem como da delimitação geográfica do território onde se irá desenrolar a investigação, optámos por seguir uma base metodológica assente nos princípios que orientam os chamados *estudo de casos*, dado que a abordagem conceptual subjacente à mesma "*...consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico*" (Merriam, cit. R. Bogdan & S. Biklen, 1994: 89), para além de entendermos ser este o paradigma metodológico que mais fidelidade confere à nossa investigação e que melhor satisfaz a nossa tentativa de análise, compreensão e interpretação profunda da dinâmica dos fenómenos que ocorrem num determinado contexto territorial, havendo, também por essa razão, a preocupação em que este estudo de casos tente realçar os aspectos particulares desse mesmo contexto, definidos nos objectivos de partida, permitindo, simultaneamente, uma verdadeira consolidação e clarificação dos aspectos teóricos em análise.

A nossa opção recaiu, assim, por uma metodologia apoiada em dois estudos de caso, uma vez que entendemos ser este o método privilegiado para aceder ao processo de desenvolvimento de um conjunto de actividades de aprendizagem num determinado meio, reportados a dois momentos distintos, distanciados entre si por um período de três anos lectivos (2004-2005 e 2006-2007).

4.1.2. Identificação do Problema

"É à luz da problemática escolhida que a pergunta de partida ganhará o sentido particular e preciso da sua forma definitiva, bem como a orientação específica na qual se procurará uma resposta para ela."

(R. Quivy & L. Campenhoudt, 1992: 99)

A presente investigação iniciou-se a partir da identificação/ formulação do Problema: **Qual o impacto das novas medidas de política educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na oferta local dos ambientes de aprendizagem?**

Na definição da problemática que norteia o nosso estudo, procurámos apresentar a nossa pergunta de partida da forma mais precisa possível, no sentido de poder ser compreendida da mesma maneira por todas as pessoas, facilitando, também por isso, a nossa orientação e o caminho para onde nos queríamos dirigir.

Procuramos igualmente garantir a qualidade da sua exequibilidade, isto é, o carácter realista do trabalho que a pergunta nos sugere.

Considerando o tempo que pretendíamos e podíamos dedicar a esta investigação, o orçamento disponível foi outro factor que tivemos em conta aquando do enunciado do problema, procurando, também por essa razão, investigar uma realidade próxima da nossa residência, salvaguardando a sua representatividade.

Também as qualidades de pertinência não foram subvalorizadas, havendo a preocupação em que a nossa pergunta de partida não assumisse uma acção moralizadora mas sim uma postura explicativa de uma determinada realidade.

Por tudo isto, a pergunta de partida desempenhou o papel de principal fio condutor para a nossa investigação, um estudo de caso acerca da

relevância das novas medidas de política educativa junto dos ambientes de aprendizagem que constituem a oferta local num determinado território educativo – o caso do concelho de Gavião.

4.1.3. Objectivos da Investigação

São objectivos da presente investigação:

1. Caracterizar o *território educativo* [5] do concelho de Gavião, no que concerne à quantidade e qualidade dos ambientes (formais, não formais e informais) onde se praticam actividades que conduzam a aprendizagens específicas, nos anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007;

2. Caracterizar as aprendizagens específicas existentes e relacioná-las com a diversidade e quantidade de ambientes formais, não formais e informais onde estas se desenvolvem;

3. Relacionar a oferta local de ambientes de aprendizagem, no período que compreende os anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007, com as novas medidas de política educativa para o 1° Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos;

4. Avaliar o impacto das novas medidas de política educativa para o 1° Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na oferta local de ambientes de aprendizagem.

[5] Este conceito refere-se a um vasto conjunto de equipamentos escolares, sociais e colectivos que se relacionam com a educação e formação ao longo da vida.

4.1.4. Questões Orientadoras da Investigação

"As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural".

(R. Bogdan & S. Biklen, 1994: 16)

Considerando a pergunta de partida, assim como os objectivos que lhe estão associados, impõe-se definir algumas questões orientadoras da investigação:

- Que evolução ocorreu ao nível da oferta local de ambientes de aprendizagem (formal, não formal e informal) nos anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007?

- Qual o impacto das novas medidas de política educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na oferta local dos ambientes de aprendizagem, no período que situa entre os anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007?

- Quais as consequências das novas medidas de política educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos nas aprendizagens dos indivíduos residentes no território em estudo?

4.2. O Contexto Territorial

Definido o método, impôs-se a selecção do caso a estudar para testar as questões orientadoras da investigação, no sentido de daí retirarmos as respectivas conclusões sobre a problemática proposta.

Não foi nosso propósito retirar um caso a partir de uma qualquer aplicação do conceito teórico de local ou território, mas sim eleger um território

que nos pudesse facultar aspectos específicos relevantes para o estudo que pretendíamos desenvolver.

Tendo, uma vez mais, a pergunta de partida que desencadeou este estudo como pano de fundo, a nossa escolha ponderou essencialmente aspectos que permitissem operacionalizar com o maior rigor possível as questões que orientam a investigação. A nossa opção privilegiou, assim, o concelho enquanto unidade territorial em análise, na medida em que pela sua dimensão permite encontrar maior diversidade e densidade de actividades que conduzam a aprendizagens específicas, considerando a realidade institucional correspondente a cada uma das respectivas freguesias.

Neste quadro, a escolha para este estudo recaiu sobre o concelho de Gavião, na medida em que, apoiados no nosso conhecimento sobre o mesmo, fruto das relações de proximidade que nos une, consideramos que este reúne os requisitos propostos no âmbito da noção de território educativo, anteriormente definida.

Dispensamos deixar aqui uma abordagem mais exaustiva acerca do território em causa, dado que este já foi devidamente caracterizado no Capítulo 2 desta dissertação.

4.3. O Universo Considerado – População Alvo da Investigação

De acordo com Ghiglione & Matalon (cit. A. Sousa, 2005: 64), *"A população é um todo, um universo, um conjunto de elementos que possuem determinadas características"*. R. Quivy & L. Campenhoudt (1992: 161) sublinham ainda que *"À totalidade destes elementos, ou das «unidades» constitutivas do conjunto considerado chama-se «população», podendo este termo designar um conjunto de pessoas, como organizações ou de objectos de qualquer natureza"*. M. Hill & A. Hill reforçam ainda o conceito com a ideia de *casos*, neste enquadramento considerados como entidades de onde provém a informação recolhida, os quais *" (...) podem ser pessoas singulares, famílias,*

empresas, concelhos (...)". Nesta óptica, "Ao conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões dá-se o nome de população ou universo" (2005: 41).

No nosso estudo, consideramos todas as instituições (públicas, privadas, religiosas, sem fins lucrativos, IPSS) existentes no concelho de Gavião, em ambos os períodos (2004-2005 e 2006-2007), num total de 74 e 71, respectivamente.

O critério que nos levou a optar por esta população alvo articula-se com os objectivos definidos para este estudo, ou seja, procurar, em primeiro lugar, identificar e caracterizar as diversas instituições existentes no território em estudo, visando aferir quais e quantas destas instituições desenvolviam actividades que conduziam a aprendizagens específicas, também designadas na nossa investigação por ambientes de aprendizagem.

4.4. Selecção da Amostra

Neste âmbito, importa clarificar que o *"universo alvo – (...) conjunto total dos casos (...) e o universo inquirido – (...) conjunto total dos casos, que, na prática, estão disponíveis para a amostragem e sobre os quais o investigador quer tirar conclusões (...)"* (M. Hill & A. Hill, 2005: 41) são coincidentes. Por esse motivo, não sentimos necessidade de recorrer a nenhuma técnica específica de amostragem para definição da mesma, uma vez que, havendo coincidência com o universo considerado, este procedimento revelou-se desnecessário.

4.5. Métodos e técnicas de Recolha de Dados: Instrumentação da Investigação[6]

Sem perdermos de vista o tipo de abordagem teórica por nós seleccionada para encetarmos esta longa caminhada – estudo de caso, iniciamos esta fase processual do nosso estudo recorrendo à ideia deixada por A. Sousa (2005: 140), quando este resume os procedimentos relativos à operacionalização de uma investigação desta natureza (estudo de caso) às seguintes etapas:

> *1º Recolha, a mais exaustiva possível, dos dados sobre o caso em estudo e o contexto em que se encontra inserido;*
>
> *2º Análise qualitativa desses dados, procurando-se constantes relações, discrepâncias, frequências e elementos de vários significados;*
>
> *3º Efectuar inferências a partir da análise e extrair conclusões.*

Tendo a clara noção dos procedimentos a seguir importa, agora, definirmos a melhor forma de concretizar a 1ª etapa do processo, anteriormente apresentada.

No que concerne à recolha e ao tratamento dos dados, esta investigação privilegiou a utilização simultânea de métodos quantitativos (inquérito por questionário) e de métodos qualitativos, através de técnicas diversificadas.

> *"Nenhuma abordagem depende unicamente de um só método, da mesma forma que não exclui determinado método apenas porque é considerado «quantitativo», «qualitativo» ou designado por «estudo de caso» (...)"*
>
> (J. Bell, 1997: 85)

[6] Expressão adoptada do discurso de M. Hébert (1990: 141), para designar o acto de selecção dos respectivos instrumentos de recolha de dados por parte dos investigadores.

A este respeito, J. Bell (1997: 85) diz-nos ainda que *"É possível que considere que um estudo que recorre apenas a inquéritos é inevitavelmente quantitativo; este, porém, poderá também possuir características qualitativas".*

4.5.1. Inquérito por Questionário Aplicado [7]

> *"Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas (...) ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores".*
>
> (R. Quivy & L. Campenhoudt, 1992: 190)

A técnica de recolha de dados por nós privilegiada neste trabalho de investigação reporta-se ao inquérito por questionário aplicado. Optámos por este modelo por se considerar que seria o instrumento que melhor se adaptava ao perfil da população alvo desta investigação, permitindo, desta forma, identificar a realidade institucional (forma, não formal e informal) referente aos dois momentos de recolha de dados (2004-2005 e 2006-2007), caracterizando esses ambientes do ponto de vista das actividades que aí se desenvolvem no geral e aquelas que pressupõem aprendizagens específicas em particular, assim como conhecer *" (...) o que, em determinado momento, está a acontecer".* (B. Tuckman, 1994: 307).

Como a recolha de dados que suporta o nosso estudo foi processada em dois momentos distintos (Fevereiro de 2005 e 2007), houve necessidade de aplicar dois instrumentos distintos.

O *Instrumento I – Questionário Institucional 1*, foi adaptado a partir de um questionário aplicado por B. Nico (2004) num projecto de investigação com características semelhantes ao nosso, o qual, por essa razão, já se encontrava testado e validado.

---

[7] R. Quivy & L. Campenhoudt (1992: 190) denominam esta técnica de aplicação do questionário por *«administração indirecta»*, isto é, *" (...) quando o próprio inquiridor o completa a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido".*

O *Instrumento II – Questionário Institucional 2*, elaborado a partir do primeiro, no qual foram introduzidas alguns aspectos inovadores, foi submetido a um procedimento de validação, que consistiu na sujeição à apreciação e ao parecer por parte de um painel de especialistas e ao teste junto de um número reduzido de instituições (2), em idênticas condições relativamente àquelas que iriam ser inquiridas no âmbito deste estudo.

Não foram feitas propostas significativas de melhoria do questionário, por se considerar que as questões foram formuladas com clareza e coerência.

O *Instrumento I – Questionário Institucional 1* (cf. Anexo 6), é constituído por duas secções (partes I e II), organizadas da seguinte forma:

A primeira secção (parte I), divide-se em dois pontos concretos, iniciando por aquele que diz respeito à caracterização da instituição, com quatro itens de preenchimento, seguido da identificação e caracterização das actividades desenvolvidas nos últimos doze meses[8], em vários âmbitos (quotidiano, formalidades administrativas e contabilísticas, projectos), nomeadamente aquele que particularmente nos despertava mais interesse e que se prende com as actividades que envolvem aprendizagens específicas, também nos últimos doze meses.

A segunda secção, apenas preenchida por aquelas instituições onde se desenvolvem actividades com aprendizagens específicas, com 15 itens de preenchimento, pretende caracterizar de forma muito essas mesmas actividades.

O *Instrumento II – Questionário Institucional 2* (cf. Anexo 7), é constituído por quatro secções (partes I, II, III, IV), as quais apresentam a seguinte disposição:

[8] Neste caso, dever-se-á considerar a data referente à aplicação do questionário.

A primeira e segunda secção respeitam os mesmos princípios descritos para o Questionário I.

A terceira e quarta secção dizem somente respeito às instituições onde se desenvolvem Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico. Como tínhamos um conhecimento prévio, aquando da construção do instrumento, da existência destas actividades, não quisemos deixar de tentar conhecer, com maior detalhe, os aspectos inerentes ao seu funcionamento, visto tratar-se de actividades que decorriam das orientações emanadas a partir de uma nova medida de política educativa.

Ainda em relação ao conteúdo organizacional dos questionários, não podemos deixar de referir que o mesmo assenta numa lógica de *questões preformadas*[9], havendo, por isso, na sua formulação um compromisso entre *questões abertas e fechadas*.

Gauthier (cit. M. Hébert *et al*, 1990: 76), alerta-nos para o facto de que " *(...) a validade numa investigação que incide sobre as práticas sociais de um meio passa pela proximidade entre o investigador e o meio, que é aquele onde se movimentam os participantes da situação em estudo".*

Por outro lado, Kirk e Miller (cit. M. Hébert *et al*, 1990: 81), referem-se à investigação qualitativa como aquela que tem vindo a centrar os seus esforços na concretização de procedimentos de validação, descorando os aspectos relacionados com a fidelidade. Estes autores, ao basearem este conceito de fidelidade essencialmente ao nível da explicitação dos mecanismos de observação, salientam que as *notas tomadas no trabalho de campo* devem converter-se num instrumento de extrema utilidade na verificação dessa mesma fidelidade, recomendando ao investigador que este registe nas suas notas as respostas às eventuais questões previamente definidas (questionário, p. e.), assim como incorpore nos seus apontamentos o contexto dos acontecimentos e/ ou das palavras que está a observar.

[9] Termo adoptado do discurso de De Bruyne *et al.* (cit. M. Hébert *et al.*, 1990: 145).

Também Erikson (cit. M. Hébert *et al*, 1990: 84) ao referir-se à investigação interpretativa como aquela que *" (...) exige a acessibilidade do investigador a dados sobre as concepções, os significados ou os valores expressos mais ou menos explicitamente pelos indivíduos (...)"*, destaca igualmente a relação de confiança que é necessário estabelecer entre o investigador e os indivíduos, em particular com os *informadores-chave*[10], como condição essencial para a construção de uma relação de cooperação por parte destes face à missão do investigador.

R. Bogdan & S. Biklen (1994: 48), refere-nos ainda que uma das características dos investigadores qualitativos prende-se com o facto destes terem necessidade de frequentar os locais de estudo, na medida em que estes *" (...) devem ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem"*.

Para estes autores o significado do contexto e a influência que este representa no comportamento humano é de tal ordem que, sempre que possível, os investigadores qualitativos deslocam-se ao local de estudo, no sentido de poderem, *in loco*, apropriarem-se deste envolvimento em toda a sua dimensão.

Foi isso que fizemos... a aplicação destes instrumentos, relativamente aos dois momentos de recolha de dados, foi efectuada presencialmente por nós (modalidade de «administração indirecta») junto das instituições que caracterizam a população alvo deste estudo, tendo para o efeito sido abordado o responsável máximo de cada uma dessas instituições ou, verificando-se essa impossibilidade, a pessoa que hierarquicamente se seguia.

Este aspecto metodológico tinha como principal objectivo garantir que a informação recolhida era a mais fidedigna possível face à realidade em causa, permitindo, simultaneamente, obtermos uma visão tão precisa quanto possível

[10] Expressão utilizada por Erikson (cit. M. Hébert *et al*, 1990: 84) ao referir-se ao papel determinante de potenciais inquiridos em oposição a outros cujo papel pode ser de menor relevância.

do contexto físico em que cada instituição se apoia para efectuar a sua gestão diária.

Por outro lado, ao contactarmos directamente com os inquiridos, pudemos fazer uma apresentação personalizada do nosso trabalho de investigação, bem como da técnica de recolha de dados em causa, na qual salientamos os aspectos que nos pareceram mais pertinentes, nomeadamente: os objectivos do estudo; a instituição académica no âmbito da qual o mesmo se desenvolve; a apresentação breve do questionário e a razão da sua aplicação.

Foram também por nós abordados detalhes inerentes à confidencialidade das respostas e solicitadas as respectivas autorizações para a divulgação dos dados referentes às instituições inquiridas, concretamente ao nível da redacção deste relatório e da sua eventual publicação.

4.5.2. Sistematização dos Dados Recolhidos

Neste domínio, B. Tuckman (2002: 360) refere-nos, *"Para que as respostas de uma entrevista ou questionário se transformem em dados utilizáveis, essas devem ser classificadas e codificadas)"*. Também para Bardin (cit. A. Sousa, 2005: 274), referindo-se a este passo metodológico, diz-nos que *"A categorização é uma operação de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com as critérios previamente definidos"*. Ghiglione & Matalon (cit. A. Sousa, 2005: 233), sublinham ainda *" (...) que cada investigador deverá construir as suas próprias categorias e procurar os respectivos indicadores, inerentes ao campo no qual se situa o problema (...)"*.

A fase que decorreu após a adaptação/ elaboração dos instrumentos caracteriza-se pela construção de uma ficha tipo referente a cada um dos momentos de recolha de dados (cf. Anexo 5), na qual se procedeu ao registo da informação recolhida nas várias instituições, permitindo desta forma uma consulta mais facilitada, tornando-se igualmente mais acessível tendo em conta

o tratamento dos dados. Estas fichas, devidamente preenchidas encontram-se disponíveis para consulta no Anexo mencionado anteriormente. Foram ainda utilizadas alguns auxiliares de sistematização de informação, como grades de observação e *listas de controlo*[11]. Não podemos também deixar de referir que os dados recolhidos foram devidamente tratados, o que permitiu a sua conversão para os gráficos e as tabelas que utilizamos para descrever as informações obtidas (A. Sousa, 2005: 274).

[11] *Índice destinado a guiar e a sistematizar a informação recolhida. É organizada em categorias e subcategorias, sendo essencialmente um sistema classificativo normal* (A. Sousa, 2005: 240, 241).

Capítulo 5 – Análise e Interpretação dos Dados

5.1. Dados relativos à análise e interpretação dos questionários

Para Erickson (cit. por M. Hébert *et al*, 1990: 107), *"O conjunto do material compilado no campo não é, em si mesmo, um conjunto de dados, mas é, sim, uma fonte de dados."*

A este nível não podemos estar mais de acordo com R. Quivy & L. Campenhoudt (1992: 185) quando estes nos dizem que *"Não basta conceber um bom instrumento, é preciso pô-lo em prática de forma a obter uma proporção de respostas suficiente para que a análise seja válida).*

Da aplicação dos dois instrumentos utilizados na recolha de dados por nós efectuada e tendo como orientação as directrizes emanadas a partir da definição dos objectivos de partida, resultou o conhecimento profundo do território em estudo, consubstanciado em vários parâmetros documentais: Classificação Institucional por Freguesias; Cartografia Institucional do Concelho de Gavião e Cartografia Educacional do Concelho de Gavião referente aos anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007, respectivamente.

Dada a natureza dos dados, alguns provenientes da formulação das perguntas abertas contidas nos questionários, procedemos a uma análise não exclusivamente quantitativa, ou seja, puramente numérica, mas também adoptamos uma *análise descritiva*[12] dos dados, conducentes à respectiva análise conclusiva.

Tomando como referência os objectivos do nosso projecto de investigação, apenas utilizamos os dados considerados relevantes para o mesmo.

[12] Também designada por análise de conteúdo (A. Sousa, 2005: 233).

5.2. Classificação Institucional por Freguesias

Como um dos objectivos se prende com o conhecimento, numa primeira etapa, de todas as instituições do concelho de Gavião, cujas características estão definidas no âmbito da população alvo deste estudo, optou-se por agrupar as instituições identificadas respeitando a freguesia a que pertencem, tendo-lhes sido atribuído um número de ordem baseado num critério alfanumérico, por ordem alfabética[13], onde a letra corresponde à inicial do nome da freguesia e os algarismos ao número da Instituição identificada (A1, por exemplo) – Tabelas 13 a 17.

5.2.1. Freguesia de Atalaia

O povoamento desta freguesia terá começado por volta do séc. XII, quando o seu território estava incluído no termo de Guidintesta.

O topónimo Atalaia, que dá o nome à freguesia, tem origem exactamente na necessidade de defesa sentida por uma população ainda em perigo de ser invadida.

Administrativamente, pertenceu ao concelho de Belver até à sua extinção, em 1836, passando então para o termo de Gavião. Entre 1895 e 1898, integrou o concelho de Nisa, regressando, mais tarde, ao termo de Gavião.

Tabela 13 – Classificação institucional da freguesia de Atalaia

INSTITUIÇÕES	Nº DE ORDEM (2004-2005)	Nº DE ORDEM (2006-2007)
Clube Atlético e Recreativo de Atalaia	A 1	A 1
Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Atalaia	A 2	A 2
Igreja Paroquial de Atalaia	A 3	A 3
Junta de Freguesia de Atalaia	A 4	A 4

Fonte: Inquérito por questionário aplicada (Fevereiro de 2005 e 2007)

[13] Por nossa conveniência, este critério não foi seguido na ordenação de 3 instituições pertencentes às freguesias de Belver, Comenda e Gavião.

Mapa 3 – Enquadramento geográfico da freguesia de Atalaia

5.2.2. Freguesia de Belver

Belver é uma das mais importantes freguesias do concelho de Gavião. Foi o antigo território das *Terras de Guidintesta* que governou durante alguns séculos uma vasta região, na qual se inscreve parte do actual concelho de Gavião, devendo o seu nome – diz o povo – às excelentes paisagens que dali se alcançam.

Num morro altaneiro sobranceiro ao Tejo, mandou D. Sancho I edificar um imponente castelo, integrado nas estruturas militares que, na época, pretendiam assegurar a defesa estratégica da linha do Tejo, conservando, ainda hoje, o seu recorte caracteristicamente medieval.

Recebeu foral de D. Manuel I em 1518. No século XVII, o seu termo era mais reduzido, composto apenas por Belver e Comenda. Em 1836, o concelho acabava por ser extinto, na sequência de uma reorganização administrativa do País. A freguesia foi integrada no concelho de Mação, tendo transitado, em 1898, para o concelho de Gavião, onde se encontra actualmente, sendo composta por catorze povoados: Belver; Torre Fundeira; Torre cimeira; Arriacha Fundeira; Arriacha Cimeira; Domingos da Vinha; Areia; Outeiro Fundeiro; Outeiro Cimeiro; Alvisquer; Vale Pedro Dias; Vale de coelho; Vilar da Mó e Furtado.

Tabela 14 – Classificação Institucional da freguesia de Belver

INSTITUIÇÕES	Nº DE ORDEM (2004-2005)	Nº DE ORDEM (2006-2007)
Associação Cultural e Recreativa de Alvisquer	B 1	B 1
Associação de Caçadores da Freguesia de Belver	B 2	B 2
Centro de Cultura e Desporto de Areia	B 3	B 3
Centro de Cultura e Convívio de Arriachas	B 4	B 4
Centro Cultural e Recreativo de Domingos da Vinha	B 5	B 5
Centro de Cultura e Recreio Outeirense	B 6	B 6
Centro de Cultura e Convívio da Torre Cimeira	B 7	B 7
Centro de Convívio e Cultura da Torre Fundeira	B 8	B 8
Centro de Cultura e C. de Vale de Coelho, Furtado e Vilar da Mó	B 9	B 9
Centro de Saúde de Gavião – Extensão de Saúde de Belver	B 10	B 10
Centro Social Belverense	B 11	B 11
Clube Recreativo e Desportivo Belverense	B 12	B 12
Igreja não Paroquial de Alvisquer	B 13	B 13
Igreja Paroquial de Belver	B 14	B 14
Igreja não Paroquial de Domingos da Vinha	B 15	B 15
Igreja não Paroquial do Outeiro	B 16	B 16
Igreja não Paroquial da Torre Cimeira	B 17	B 17
Igreja não Paroquial da Torre Fundeira	B 18	B 18
Igreja não Paroquial de Vilar da Mó	B 19	B 19
Junta de Freguesia de Belver	B 20	B 20
Orquestra Juvenil de Belver	B 21	B 21
Escola do 1° CEB de Belver	B 22	-----

Fonte: Inquérito por questionário aplicada (Fevereiro de 2005 e 2007)

Mapa 4 – Enquadramento geográfico da freguesia de Belver

5.2.3. Freguesia de Comenda

A 18 km da sede do concelho, na parte sudeste, situa-se a freguesia de Comenda. O nome da freguesia torna-se evidente. Uma comenda é um antigo benefício que se dava aos cavaleiros das ordens militares, ou um benefício eclesiástico.

Esta freguesia foi, por Decreto, de 26 de Setembro de 1896, anexada ao concelho do Crato, devido à extinção do concelho de Gavião. A partir da publicação de um novo Decreto, de 13 de Janeiro de 1898, que restaura o concelho de Gavião, a freguesia de Comenda volta a integrar o seu concelho de origem. Esta freguesia é composta pelos seguintes povoados: Ferraria; Vale da Feiteira; Vale de Junco e Castelo Cernado ou Comenda (sede da freguesia).

Tabela 15 – Classificação institucional da freguesia de Comenda

INSTITUIÇÕES	Nº DE ORDEM (2004-2005)	Nº DE ORDEM (2006-2007)
Associação Desportiva IFAL de Comenda (ADIC)	C 1	C 1
Ass. Rec. "Os Amigos de Vale da Feiteira" (projecto associativo)	C 2	C 2
Centro de Saúde de Gavião – Extensão de Comenda	C 3	C 3
Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Ferraria	C 4	C 4
Escola do 1º CEB da Comenda	C 5	C 5
Igreja Paroquial de Comenda	C 6	C 6
Igreja não Paroquial de Ferraria	C 7	C 7
Igreja não Paroquial de Vale da Feiteira	C 8	C 8
Jardim-de-Infância da Comenda	C 9	C 9
Junta de Freguesia de Comenda	C 10	C 10
Orfeão da Comenda "Estrela da Planície"	C 11	C 11
Santa C. M. G. – Lar "Nossa Senhora das Necessidades"	C 12	C 12
Escola do 1º CEB de Ferraria	C 13	-----

Fonte: Inquérito por questionário aplicada (Fevereiro de 2005 e 2007)

Mapa 5 – Enquadramento geográfico da freguesia de Comenda

5.2.4. Freguesia de Gavião

A localidade de Gavião fazia parte integrante do priorado do Crato. O foral de 23 de Novembro de 1519, atribuído durante o reinado de D. Manuel I, eleva-a à categoria de vila e consequentemente a concelho.

Muito antiga, a freguesia de Gavião caracteriza-se, actualmente, por ser a sede de concelho. É composta pelas seguintes localidades: Gavião; Amieira Cova; Cadafaz; Degracia Cimeira e Degracia Fundeira.

Tabela 16 – Classificação Institucional da freguesia de Gavião

INSTITUIÇÕES	Nº DE ORDEM (2004-2005)	Nº DE ORDEM (2006-2007)
Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião	G 1	G 1
Associação Cultural da Juventude Gavionense (ACAJUG)	G 2	G 2
Ass. de Pais e Encarregados de Educação do C. de Gavião	G3	G3
Bombeiros Municipais de Gavião	G 4	G 4
Câmara Municipal de Gavião	G 5	G 5
Centro de Cultura e Convívio de Amieira Cova	G 6	G 6
Centro Recreativo e Cultural de Cadafaz	G 7	G 7
Centro de Cultura e Desporto da Banda Juvenil de Gavião	G 8	G 8
Centro de Saúde de Gavião	G 9	G 9
Clube Gavionense	G 10	G 10
Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância de Gavião	G 11	G 11
GNR – Guarda Nacional Republicana	G 12	G 12
Igreja não Paroquial de Amieira Cova	G 13	G 13
Igreja não Paroquial de Cadafaz	G 14	G 14
Igreja Paroquial de Gavião	G 15	G 15
Junta de Freguesia de Gavião	G 16	G 16
Piscina Municipal de Gavião	G 17	G 17
Santa Casa da Misericórdia de Gavião	G 18	G 18
Seg. Social: Gabinete de Acção Social/ Serviço Local de Gavião	G 19	G 19
Coord. C. do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar	G 20	-----

Fonte: Inquérito por questionário aplicada (Fevereiro de 2005 e 2007)

Mapa 6 – Enquadramento geográfico da freguesia de Gavião

5.2.5. Freguesia de Margem

A freguesia de Margem encontra-se no sul do concelho, no seu limite com o concelho de Ponte de Sor e Crato. Com uma extensão de 5.679,5 há., é composta por dez povoados: Vale de Gaviões; Vale de Bordalo; S. Bartolomeu; Vale da Vinha; Moinho do Torrão; Monte dos Pereiros; Monte Novo; Vale da Madeira e Vale do Gato.

Em termos administrativos, pertenceu ao concelho de Longomel e Margem, tendo sido incluída no foral de Longomel, atribuído por D. Manuel I, a 1 de Julho de 1518. Entre 1895 e 1898, durante a extinção do concelho de Gavião, esteve agregada ao de Ponte de Sor.

Tabela 17 – Classificação Institucional da freguesia de Margem

INSTITUIÇÕES	Nº DE ORDEM (2004-2005)	Nº DE ORDEM (2006-2007)
Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Margem	M 1	M 1
Ass. Desportiva, Cultural e Recreativa de Moinho do Torrão	M 2	M 2
Ass. Rec. Cultural Amizade e Desporto de São Bartolomeu	M 3	M 3
Associação Cultural e Recreativa de Margem	M 4	M 4
Associação Cultural e Desportiva do Vale da Vinha	M 5	M 5
Centro Social de Margem	M 6	M 6
Centro de Saúde de Gavião – Extensão de São Bartolomeu	M 7	M 7
Centro de Saúde de Gavião – Extensão de Vale de Gaviões	M 8	M 8
Escola do 1º CEB de Vale de Gaviões	M 9	M 9
Igreja não Paroquial de São Bartolomeu	M 10	M 10
Igreja não Paroquial de Moinho do Torrão	M 11	M 11
Igreja Paroquial de Vale de Gaviões	M 12	M 12
Igreja não Paroquial de Vale da Vinha	M 13	M 13
Jardim-de-Infância de Moinho do Torrão	M 14	M 14
Junta de Freguesia de Margem	M 15	M 15

Fonte: Inquérito por questionário aplicada (Fevereiro de 2005 e 2007)

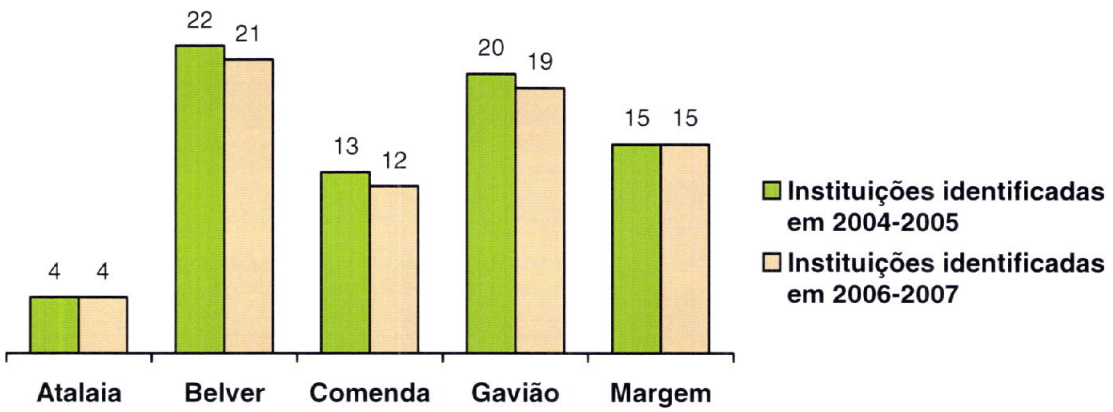
Mapa 7 – Enquadramento geográfico da freguesia de Margem

5.3. Cartografia Institucional do Concelho de Gavião: anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007

5.3.1. Instituições identificadas

No âmbito do território do concelho de Gavião foram identificadas 74 e 71 instituições em 2005-2006 e 2006-2007, respectivamente (gráfico 17).

Gráfico 17 – N° total de instituições identificadas no concelho



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

Destas, e de acordo com os dois momentos de recolha de dados, 4 pertencem à freguesia de Atalaia, 22 (em 2004-2005) e 21 (em 2006-2007) à freguesia de Belver, 13 (em 2004-2005) e 12 (em 2006-2007) à freguesia de Comenda, 20 (em 2004-2005) e 19 (em 2006-2007) à freguesia de Gavião e 15 à freguesia de Margem.

Devido ao significativo conjunto de aldeias e lugares, a freguesia de Belver é aquela onde se verifica a existência de um maior número de Instituições identificadas (30% em 2004-2005 e 29% em 2006-2007), sendo a freguesia de Atalaia a que menor expressão tem a este nível (5% em 2004-2005 e 6% em 2006-2007). A freguesia de Gavião apresenta a segunda maior taxa (27%), seguindo-se a freguesia de Margem (20% em 2004-2005 e 21%

em 2006-2007) e a freguesia de Comenda (18% em 2004-2005 e 17% em 2006-2007) – Tabela18.

Tabela 18 – Nº total de instituições identificadas nas freguesias

FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO					
2004-2005					
ATALAIA	**BELVER**	**COMENDA**	**GAVIÃO**	**MARGEM**	**TOTAIS**
4	22	13	20	15	74
5%	30%	18%	27%	20%	100%
2006-2007					
4	21	12	19	15	71
6%	29%	17%	27%	21%	100%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.2. Natureza jurídica

Quanto à natureza jurídica, a maior percentagem a nível do concelho recai sobre as *Associações sem fins lucrativos* (41% em 2004-2005 e 43% em 2006-2007). A religião católica, através da sua rede de igrejas paroquiais e não paroquiais, apresenta a segunda maior percentagem no território (26% em 2004-2005 e 27% em 2006-2007), ficando em terceiro lugar os estabelecimentos de ensino com apenas 10%. As restantes Instituições repartem-se por várias categorias tais como: *serviço público de saúde* (9%); *autarquias locais* (6%); *IPSS (3%); outras* (3% em 2004-2005 e 0% em 2006-2007); *segurança/ protecção civil e segurança social – serviço local*, ambas com 1% (Tabela 18).

As associações sem fins lucrativos (28), bem como as instituições ligadas à religião católica (18) aparecem de forma destacada em todas as freguesias, tornando-se este facto muito evidente na freguesia de Belver, com 11 e 7 instituições, respectivamente.

De notar também que cada freguesia tem uma resposta ao nível dos cuidados básicos de saúde apoiada pelo Centro de Saúde sedeado na sede do concelho (freguesia de Gavião) e pelas respectivas Extensões de Saúde presentes em todas as freguesias, destacando-se a existência de 2 Extensões de Saúde na freguesia de Margem (São Bartolomeu e Vale de Gaviões).

Ao nível da educação, em 2004-2005 existem sete instituições educativas repartidas por todas as freguesias, à excepção de Atalaia. A freguesia de Belver contava em 2004-2005 com uma escola do 1° CEB, encontrando-se a sua actividade suspensa a partir do presente ano lectivo (2006-2007), pelo que já não figura no grupo das instituições identificadas no segundo momento de recolha de dados. Ainda no campo dos estabelecimentos de ensino, a freguesia de Comenda possui um jardim-de-infância e uma escola do 1° CEB, a freguesia de Margem um jardim-de-infância (instalado em Moinho do Torrão numa antiga escola do 1° CEB) e uma escola do 1° CEB (Vale de Gaviões) e na freguesia de Gavião encontra-se implantada a Escola Básica Integrada de Gavião (sede do Agrupamentos de Escolas), que comporta alunos desde o pré-escolar até ao 9° ano e onde, em 2004-2005, se encontrava instalada a Coordenação do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar. Destaca-se igualmente nesta freguesia a existência de um jardim-de-infância da rede privada, pertença da Santa Casa da Misericórdia de Gavião.

O poder local está igualmente presente em todas as freguesias através das respectivas Juntas de Freguesia, bem como da Câmara Municipal de Gavião sedeada na freguesia que lhe dá o nome.

Cada freguesia conta também com uma IPSS, excepto Atalaia, o que se deve ao reduzido de habitantes desta freguesia. As restantes instituições encontram-se na freguesia de Gavião (Guarda Nacional Republicana,

Bombeiros Municipais de Gavião, Segurança Social – Serviço Local), obviamente por ser nesta freguesia que está instalada a sede de concelho e aquela que se configura como a mais desenvolvida e onde normalmente se concentram este tipo de serviços (Tabela 19).

Tabela 19 – Instituições identificadas nas freguesias: natureza jurídica

NATUREZA JURÍDICA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Associação sem fins lucrativos	1	1	11	11	4	4	7	7	5	5	**28**	**28**	**41%**	**43%**
Serviço Público de Saúde	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	**6**	**6**	**9%**	**9%**
Segurança Soc.: serviço local	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	**1**	**1**	**1%**	**1%**
Est. de ensino	0	0	1	0	2	2	2	2	2	2	**7**	**6**	**10%**	**10%**
Instituição Religiosa Católica	1	1	7	7	3	3	3	3	4	4	**18**	**18**	**26%**	**27%**
Autarquia local	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	**6**	**6**	**6%**	**6%**
IPSS	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	**4**	**4**	**3%**	**3%**
Segurança e Protecção Civil	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	**2**	**2**	**1%**	**1%**
Outras	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	**2**	**0**	**3%**	**0%**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.3. Fundação

Na maioria das instituições identificadas no concelho de Gavião não foi possível recolher de forma precisa a respectiva data de fundação, representando por isso um dos dados mais difíceis de obter.

Apenas 8% das instituições foram fundadas até 1974. Convém esclarecer que, pelo conhecimento que temos do território em estudo, existe a clara noção de que muitas das instituições que aparecem referenciadas com

data de fundação não identificada fazem parte deste período (até 1974), no entanto tal informação não nos foi revelada aquando da aplicação do questionário.

A fase pós-25 de Abril, 1975 – 1985, aparece com 15%, sendo no período de 1986 – 1996 que se fundaram mais instituições.

O período de 1997 – 2007 aparece-nos com a menor taxa de instituições fundadas (7%), se excluirmos a taxa de 1% respeitante à existência de instituições onde não é aplicável a variável respeitante à data de fundação.

Em 39 das instituições inquiridas em 2004-2005 e em 36 das inquiridas em 2006-2007, nas várias freguesias, não foi possível identificar a sua data de fundação, havendo um claro destaque ao nível deste facto na freguesia de Belver, seguindo-se as freguesias de Gavião, Margem e Comenda. De salientar que das quatro instituições presentes na freguesia de Atalaia em três delas não foi possível clarificar a sua data de fundação.

Dos registos recolhidos, apenas seis instituições aparecem com data precisa anterior a 1974, o que se evidencia na freguesia de Gavião (4). Das onze instituições fundadas no período pós 25 de Abril (1975 – 1985), a freguesia de Belver é aquela onde este fenómeno se torna mais evidente (7). No período de 1986 – 1996 foram fundadas 12 instituições e no período de 1997 – 2007 surgiram 5 instituições, repartidas de forma mais ou menos uniforme por todas as freguesias, excepto Atalaia. Na freguesia de Comenda, há a registar a presença de 1 instituição sobre a qual não podemos aplicar o critério da data de fundação na medida em que se encontra em fase de legalização (Tabela 20).

Tabela 20 – Instituições identificadas nas freguesias: fundação

FUNDAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Até 1974	0	0	1	1	1	1	4	4	0	0	**6**	**6**	**8**	**8**
1975-1985	1	1	7	7	0	0	1	1	2	2	**11**	**11**	**15**	**15**
1986-1996	0	0	3	3	2	2	4	4	3	3	**12**	**12**	**16**	**17**
1997-2007	0	0	1	1	1	1	2	2	1	1	**5**	**5**	**7**	**7**
Não ident.	3	3	10	9	8	7	9	8	9	9	**39**	**36**	**53**	**52**
Não apl.	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	**1**	**1**	**1**	**1**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100%**	**100%**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.4. Número de associados

Na maioria das instituições identificadas neste território não se verifica a variável número de associados dada a sua natureza jurídica e objecto social.

As restantes instituições apresentam um número muito equilibrado ao nível da quantidade de sócios, com taxas a variar entre os 8% e os 11%. Apenas 3% das instituições contam com um número de associados que se situa entre os 0-49 (Tabela 21).

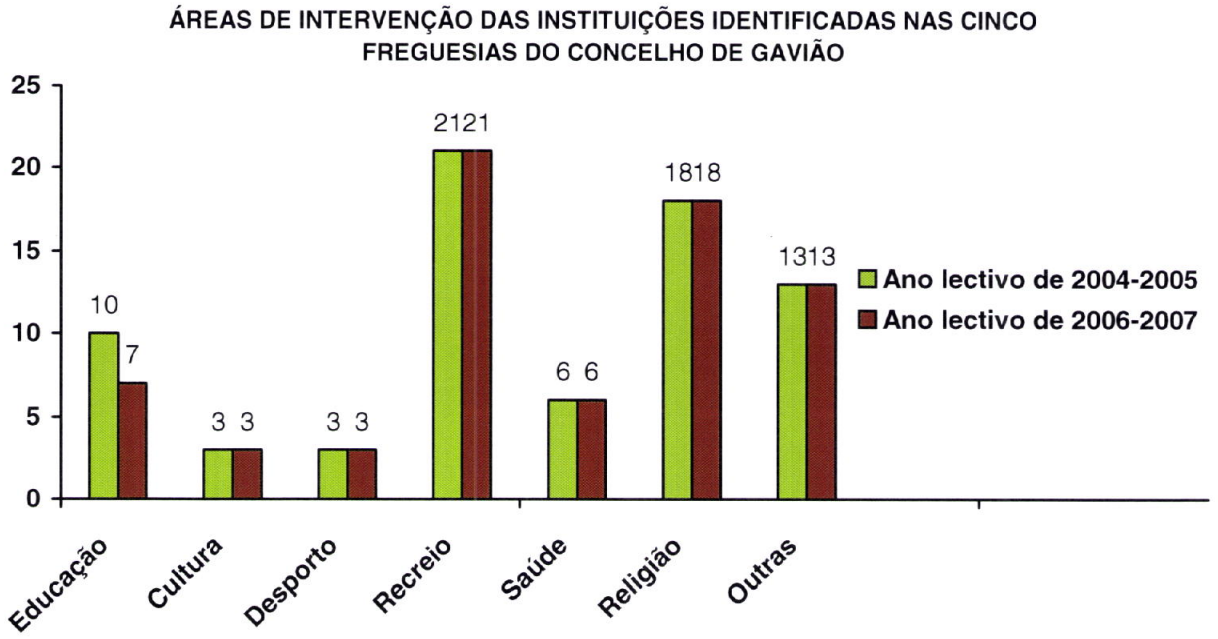
Tabela 21 – Instituições identificadas nas freguesias: número de associados

NÚMERO DE ASSOCIADOS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
0-49	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	**2**	**2**	**3**	**3**
50-99	1	1	2	2	0	0	3	3	1	1	**7**	**7**	**9**	**10**
100-149	0	0	5	5	1	1	0	0	1	1	**7**	**7**	**9**	**10**
150-199	0	0	0	0	1	1	3	3	2	2	**6**	**6**	**8**	**8**
200 e +	0	0	4	4	1	1	1	1	2	2	**8**	**8**	**11**	**11**
Não ident.	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**	**1**	**1**	**1**
Não aplicável	2	2	10	9	10	9	12	11	9	9	**43**	**40**	**59**	**57**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.3.5. Áreas de intervenção

Gráfico 18 – Instituições identificadas no concelho: áreas de intervenção



Fonte: inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

Das instituições do concelho de Gavião, cerca de um terço desenvolvem a sua actividade na área recreativa (festas de Verão, jogos tradicionais, convívios, etc.).

A religião católica assume o segundo lugar no concelho, com um quarto das actividades, e outras áreas como a segurança, protecção civil, etc. situam-se nos 18%. Segue-se a educação com 14% (em 2004-2005) e 10% (em 2006-2007), assim como a saúde com 8%.

Apesar da maioria das instituições sem fins lucrativos ostentarem uma denominação desportiva e cultural, apenas 4% das instituições dedicam a sua intervenção à área do desporto e da cultura, respectivamente, como se pode verificar através da análise do Gráfico 18.

No que diz respeito às principais áreas de intervenção as actividades recreativas são as de maior expressão (21), verificando-se na freguesia de

Belver, em cerca de metade das instituições existentes na freguesia, uma clara tendência para o desenvolvimento de actividades nesta área, o que se explica pelo facto de praticamente cada aldeia ou lugar dispor da sua associação recreativa. Nas restantes freguesias esta realidade não é tão evidente.

As outras áreas de intervenção estão representadas por 13 instituições (GNR, Bombeiros, Segurança Social, etc.), notando-se uma maior incidência, a este nível, na freguesia de Gavião devido à maioria se encontrar aí instalada.

Mais uma vez a religião católica assume um papel preponderante neste território, com 18 instituições identificadas.

A área da educação está representada em todas as freguesias à excepção de Atalaia e Belver em 2006-2007, constatando-se, na freguesia de Gavião, a existência de um quarto das instituições, aproximadamente, que se dedicam a esta área.

A freguesia de Comenda apesar de aparecer referenciada com algumas instituições neste domínio, convém referir que, em 2004-2005, uma delas (EB1 de Ferraria) se encontrava devoluta, apenas se considera neste estudo porque acolhia actividades no âmbito da educação extra-escolar.

A área da saúde encontra-se igualmente representada nas cinco freguesias.

Apesar do reduzido número de intervenções a este nível, a área cultural está presente em três das cinco freguesias (Belver, Comenda e Gavião).

A vertente desportiva é que menos expressão tem no território, apenas a freguesia de Gavião conta com intervenção exclusiva institucional neste domínio (Tabela 22).

Tabela 22 – Instituições identificadas nas freguesias: áreas de intervenção

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Educação	0	0	1	0	3	2	4	3	2	2	**10**	**7**	**14**	**10**
Cultura	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	**3**	**3**	**4**	**4**
Desporto	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	**3**	**3**	**4**	**4**
Recreio	1	1	11	11	2	2	2	2	5	5	**21**	**21**	**28**	**31**
Saúde	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	**6**	**6**	**8**	**8**
Religião	1	1	7	7	3	3	3	3	4	4	**18**	**18**	**24**	**25**
Outras	1	1	1	1	3	3	6	6	2	2	**13**	**13**	**18**	**18**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.6. Funcionamento

Das instituições identificadas neste estudo, cerca de três quartos apresentam um funcionamento regular, o que de certo modo pode ser considerado como um aspecto bastante positivo. Um quarto das instituições funcionam com irregularidade e apenas 1% (em 2004-2005) se encontravam desactivadas e/ ou sem actividade.

Considerando esta realidade, no âmbito das freguesias, metade (aproximadamente) funcionam regularmente, sendo a freguesia de Gavião aquela onde este dado se torna mais expressivo com 18 (em 2004-2005) e 17 (em 2006-2007) das instituições existentes a funcionarem com regularidade.

Na freguesia de Belver é onde se verifica o maior número de instituições que funcionam de uma forma mais irregular (7). As 2 instituições classificadas em 2004-2005 como inactivas e/ ou desactivadas situam-se na freguesia da Comenda (Tabela 23).

Tabela 23 – Instituições identificadas nas freguesias: funcionamento

FUNCIONA-MENTO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Regular	2	2	15	14	9	10	18	17	10	10	54	53	74	75
Irregular	2	2	7	7	2	2	2	2	5	5	18	18	24	25
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100 %	100 %

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.7. Abertura ao público

A partir da análise da Tabela 24 conseguimos perceber que 36% (em 2004-2005) e 38% (em 2006-2007) das instituições abrem diariamente ao público, seguidas daquelas que só abrem nos dias úteis (18% em 2004-2005 e 16% em 2006-2007). Para um número significativo de instituições este conceito não é aplicável (12% em 2004-2005 e 13% em 2006-2007).

O número das que só abrem ao público uma vez por mês e uma vez por semana é de 11% (em 2004-2005) e 8% (em 2006-2007).

Os restantes índices de abertura ao público situam-se nos 4% (três vezes por semana) e apenas 1% abre de segunda a sábado.

Ao nível das freguesias, 26 das instituições abrem diariamente ao público, situando-se o valor mais elevado na freguesia de Belver, verificando-se esta prática em cerca de metade das instituições aí existentes.

São apenas 13 (em 2004-2005) e 11 (em 2006-2007) as instituições que só abrem nos dias úteis, um terço das quais na freguesia de Gavião.

Em 9 das instituições a abertura ao público não se aplica, 4 delas localizadas na freguesia de Gavião.

Outro dado que importa reter, é o facto de 8 instituições funcionarem apenas uma vez por mês, 6 das quais na freguesia de Belver. Isto acontece devido à existência de um número considerável de igrejas não paroquiais que só mensalmente abrem as suas portas para as respectivas práticas religiosas.

As restantes instituições estão abertas ao público entre uma ou três vezes por semana, apenas na freguesia de Gavião 1 instituição abre ao público de segunda a sábado (Piscina Municipal).

Tabela 24 – Instituições identificadas nas freguesias: abertura ao público

ABERTURA AO PÚBLICO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
1 X semana	2	2	0	0	1	1	2	2	1	1	**6**	**6**	**8**	**8**
3 X semana	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	**3**	**3**	**4**	**4**
Mensal	0	0	6	6	0	0	0	0	2	2	**8**	**8**	**11**	**11**
Dias úteis	0	0	2	1	3	3	5	4	3	3	**13**	**11**	**18**	**16**
Seg. a sábado	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	**1**	**1**	**1**	**1**
Diário	0	0	11	11	3	3	7	7	5	5	**26**	**26**	**36**	**38**
Indefinido	2	2	0	0	1	1	1	1	2	2	**6**	**6**	**8**	**8**
Fim-de-semana	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	**0**	**1**	**0**	**1**
Não aplicável	0	0	2	2	2	2	4	4	1	1	**9**	**9**	**12**	**13**
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	1	**0**
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	1	**0**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.8. Horário de funcionamento

O horário de funcionamento das instituições identificadas tem uma distribuição bastante heterogenia. De entre toda esta variedade destacamos as instituições cujo horário é fixo, repartido entre o período da manhã e da tarde (32% em 2004-2005 e 30% em 2006-2007).

Das restantes instituições, cerca de um quarto (23% em 2004-2005 e 25% em 2006-2007) apresentam um horário variável, organizado principalmente em função das actividades pontuais ou de cariz menos formal que normalmente desenvolvem.

Outro dado importante prende-se com o facto de 14% das instituições apresentarem um horário variável, mas apenas em função da abertura do Bar.

Outras modalidades de horário existem no contexto das restantes instituições, no entanto estes são os mais representativos.

A freguesia de Gavião é aquela onde o maior número de instituições se organiza mediante um horário fixo que compreende os dois momentos do dia de maior actividade (manhã e tarde), seguindo-se a freguesia de Comenda com 6. Quanto ao modelo assente num horário variável para actividades genéricas e/ ou serviço de Bar, a freguesia de Belver detém maior relevância neste domínio, com 6 instituições em 2004-2005 e 7 instituições em 2006-2007 (Tabela 25).

Tabela 25 – Instituições identificadas nas freguesias: horário de funcionamento

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Fixo (manhã)	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	3	3	4	4
Fixo (tarde)	1	1	0	0	0	0	1	1	5	5	7	7	9	10
Fixo (manhã e tarde)	0	0	4	3	6	6	8	7	5	5	23	21	32	30
Fixo (manhã, tarde e noite)	02	0	2	2	0	0	2	2	0	0	4	4	5	6
Variável	0	2	6	6	4	1	3	3	2	2	17	18	23	25
Variável (serviço de Bar)	0	0	7	7	0	0	1	1	2	2	10	10	14	14
Contínuo (24 horas)	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2	2	3	3
Não aplicável	0	0	2	2	1	1	2	2	1	1	6	6	8	8
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100 %	100 %

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.9. Assembleias

Relativamente à realização de assembleias, em 50% das instituições do concelho esta formalidade não se aplica.

Em 43% das instituições inquiridas em 2004-2005 e 44% em 2006-2007 as assembleias realizam-se com regularidade. Apenas se regista a ausência desta regularidade em 5% das instituições inquiridas em 2004-2005 e 6% em 2006-2007.

É na freguesia de Belver que se encontram a maior parte das instituições que reúnem com regularidade a sua assembleia, seguida das freguesias de Gavião e Margem. Verifica-se assim, relativamente a esta formalidade, um respeito claro pelos princípios estatutariamente definidos (Tabela 26).

Tabela 26 – instituições identificadas nas freguesias: assembleias

ASSEMBLEIAS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Com regularidade	1	1	12	11	3	4	9	8	7	7	32	31	43	44
Sem regularidade	1	1	1	1	0	0	2	2	0	0	4	4	5	6
Não aplicável	2	2	9	9	8	8	9	9	8	8	36	36	50	50
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100 %	100 %

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.10. Reuniões de Direcção

Pode verificar-se que este item não é aplicável em praticamente 50% das instituições. Em 32% (em 2004-2005) e 34% (em 2006-2007) as reuniões são efectuadas sem regularidade, mas apenas quando necessário, em 14%

(em 2004-2005) e 15% (em 2006-2007) com regularidade e em 3% sem nenhuma regularidade. A Tabela 27 apresenta-nos a periodicidade com que se realizam as reuniões de Direcção. É na freguesia de Belver que encontramos mais instituições que reúnem sem regularidade e apenas quando há necessidade (10). Pode também concluir-se que esta é a modalidade mais comum, exceptuando aquelas instituições onde tal prática não é aplicável.

Tabela 27 – instituições identificadas nas freguesias: reuniões de Direcção

REUNIÕES DE DIRECÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Com regularidade	1	1	2	2	1	2	4	4	2	2	10	11	14	15
Sem regularidade	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	2	2	3	3
S/ reg. (quando necessário)	0	0	10	10	3	3	6	6	5	5	24	24	32	34
Não aplicável	2	2	10	9	7	7	9	8	8	8	36	34	49	48
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100%	100%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.11. Actas

A leitura da tabela 28 mostra-nos que praticamente metade das instituições possuem actas organizadas, em 11% estas estão organizadas mas com necessidade de melhoria, sendo que em 41% (em 2004-2005) e 42% (em 2006-2007) das instituições esta formalidade não é aplicável.

O inquérito aplicado permite concluir que a maioria das instituições elabora actas das suas reuniões. No entanto, existem algumas onde estas necessitam de ser melhoradas. É na freguesia de Margem que se encontra o maior número de instituições que necessitam melhorar o processo de elaboração das suas actas (4).

Tabela 28 – instituições identificadas nas freguesias: actas

ACTAS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Organizado	1	1	12	11	6	7	10	10	5	5	**34**	**34**	**46**	**47**
Organizado (necessidade de melhoria)	1	1	2	2	0	0	1	1	4	4	**8**	**8**	**11**	**11**
Não aplicável	2	2	8	8	5	5	9	8	6	6	**30**	**31**	**41**	**42**
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.12. Contabilidade

Relativamente à contabilidade, 9% (em 2004-2005) e 14% (em 2006-2007) das instituições organizam-na com recurso a um técnico oficial de contas, 22% (em 2004-2005) e 20% (em 2006-2007) têm contabilidade própria – não organizada, 16% (em 2004-2005) e 18% (em 2006-2007) apresentam esta modalidade mas com necessidade de melhoria, 11% têm sistemas específicos de organização contabilística e em 40% (em 2004-2005) e 37% (em 2006-2007) das instituições esta formalidade não é aplicável.

Através da leitura da Tabela 29 verifica-se que 7 (em 2004-2005) e 10 (em 2006-2007) instituições recorrem a um Técnico Oficial de Contas (TOC) para organizar a sua contabilidade, estando estas instituições distribuídas por todas as freguesias, à excepção da freguesia de Comenda, em 2005. Na freguesia de Gavião, das 6 instituições com contabilidade própria – não organizada existentes em 2004-2005, apenas 3, em 2006-2007, continuam a adoptar este sistema. De salientar na freguesia de Belver a existência de 7 instituições em que a contabilidade necessita de melhoria. Exceptuando as

situações em que esta formalidade não se aplica, verifica-se que, na maior parte das situações, recorre-se a uma forma própria – não organizada de elaborar a respectiva contabilidade institucional.

Tabela 29 – instituições identificadas nas freguesias: contabilidade

CONTABILIDADE	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Organizada (técnico oficial contas)	1	1	2	3	0	1	2	5	2	3	7	10	9	14
Própria – não organizada	1	1	4	3	3	4	6	3	2	2	16	14	22	20
Própria – não org. (nec. de melhoria)	1	1	7	7	0	0	2	2	2	1	12	13	16	18
Org. (sistemas específicos)	0	0	1	1	1	1	5	5	1	1	8	8	11	11
Não aplicável	1	1	8	7	7	6	6	4	8	8	29	26	40	37
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100 %	100 %

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.13. Plano de Actividades

Neste item, 36% (em 2004-2005) e 34% (em 2006-2007) das instituições têm Plano de Actividades devidamente organizado, em 15% (em 2004-2005) e 17% (em 2006-2007) este documento apresenta necessidade de melhoria, em 15% das instituições é inexistente e em 32% (em 2004-2005) e 34% (em 2006-2007) não é aplicável.

Pela Tabela 30, podemos constatar que é na freguesia de Gavião que se encontra o maior número de instituições que possuem Plano de Actividades organizado (12 em 2004-2005 e 11 em 2006-2007), sendo na freguesia de Belver que se verifica o maior número de instituições com plano de actividades organizado mas com necessidade de melhoria (5). O Plano de Actividades não existe em 4 das instituições da freguesia de Belver, 3 da freguesia de Gavião, 2 na freguesia de Atalaia e 1 da freguesia de Comenda e Margem, respectivamente.

Existem ainda 8 instituições na freguesia de Belver onde este item não é aplicável, seguindo-se as freguesias de Margem (6), Comenda (5), Gavião (4) e Atalaia (1).

Tabela 30 – instituições identificadas nas freguesias: plano de actividades

PLANO DE ACTIVIDADES	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Organizado	1	1	5	4	4	4	12	11	4	4	26	24	36	34
Org. (necessidade de melhoria)	0	0	5	5	1	2	1	1	4	4	11	12	15	17
Inexistente	2	2	4	4	1	1	3	3	1	1	11	11	15	15
Não aplicável	1	1	8	8	5	5	4	4	6	6	24	24	32	34
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Não aplicável	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100 %	100 %

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.14. Orçamento

Neste item, praticamente um quarto das instituições possuem orçamento e 27% (em 2004-2005) e 30% (em 2006-2007) não possui este documento. Em 44% (em 2004-2005) e 42% (em 2006-2007) das instituições tal formalidade não é aplicável.

No que se refere ao Orçamento, verifica-se que a maioria das instituições que possuem orçamento integram a freguesia de Gavião (11). É na freguesia de Belver que se regista o maior número de instituições em que o Orçamento é inexistente (10).

A freguesia de Belver regista também o maior número de instituições em que este documento não é aplicável – Tabela 31.

Tabela 31 – instituições identificadas nas freguesias: orçamento

ORÇAMENTO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Organizado	1	1	3	3	2	2	11	11	3	3	**20**	**20**	**27**	**28**
Inexistente	1	1	10	10	2	3	3	3	4	4	**20**	**21**	**27**	**30**
Não aplicável	2	2	9	8	7	7	6	5	8	8	**32**	**30**	**44**	**42**
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.15. Relatório de Actividades

A Tabela 32 mostra-nos que cerca de um quarto das instituições têm o seu Relatório de Actividades devidamente organizado, em 37% (em 2004-2005) e 40% (em 2006-2007) ele é inexistente e em 34% (em 2004-2005) e 35% (em 2006-2007) esta formalidade não é aplicável.

Metade das instituições da freguesia de Gavião possui Relatório de Actividades organizado, seguindo-se as freguesias de Comenda e Margem com 3 instituições cada e a freguesia de Belver com 3 instituições em 2004-2005 e 2 em 2006-2007.

É na freguesia de Belver que existem mais instituições (11) onde este documento é inexistente. Em 8 das instituições desta freguesia esta formalidade não é aplicável.

Tabela 32 – instituições identificadas nas freguesias: relatório de actividades

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Organizado	0	0	3	2	3	3	11	10	3	3	**20**	**18**	**27**	**25**
Inexistente	3	3	11	11	3	4	4	4	6	6	**27**	**28**	**37**	**40**
Não aplicável	1	1	8	8	5	5	5	5	6	6	**25**	**25**	**34**	**35**
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.16. Relatório de Contas

Na Tabela 33 verificamos que a maioria das instituições (59% em 2004-2005 e 60% em 2006-2007) possui Relatório de Contas organizado. No entanto, 20% (em 2004-2005) e 23% (em 2006-2007) das instituições têm este documento mas com necessidade de melhoria e em 19% (em 2004-2005) e 17% (em 2006-2007) este não é aplicável. A freguesia de Gavião engloba 15 instituições onde o relatório de contas está organizado. É na freguesia de Belver que se regista o maior número de instituições em que o relatório de contas necessita de melhoria (7).

Tabela 33 – instituições identificadas nas freguesias: relatório de contas

RELATÓRIO DE CONTAS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Organizado	2	2	13	13	5	5	15	15	8	8	**43**	**43**	**59**	**60**
Org. (necessidade de melhoria)	1	1	7	7	2	3	2	2	3	3	**15**	**16**	**20**	**23**
Não aplicável	1	1	2	1	4	4	3	2	4	4	**14**	**12**	**19**	**17**
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100%**	**100%**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.17. Projectos de Investimentos

Em 65% das instituições inquiridas os projectos de investimento são inexistentes. Existem 16% (em 2004-2005) e 17% (em 2006-2007) de instituições que possuem projectos para a remodelação de espaços. Podemos ver também que 9% (em 2004-2005) e 10% (em 2006-2007) têm projectos para a construção de infra-estruturas públicas e 8% para a aquisição de equipamento específico.

A análise da Tabela 34 leva-nos a concluir que existem 12 instituições que possuem projectos para a remodelação de espaços, estando o maior número na freguesia de Margem (5).

Verifica-se ainda que em quase 50% das instituições não existe qualquer projecto, sendo, na sua maioria, instituições da freguesia de Belver, seguindo-se a freguesia de Gavião. Quanto à construção de infra-estruturas, os projectos na totalidade do concelho são 7, destacando-se a freguesia de Gavião com 3.

Tabela 34 – instituições identificadas nas freguesias: Investimentos

INVESTIMENTOS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Construção de infra-estruturas públicas	1	1	2	2	0	0	3	3	1	1	7	7	9	10
Aquisição de equipamento específico	0	0	1	1	2	2	2	2	1	1	6	6	8	8
Remodelação de espaços	0	0	2	2	3	3	2	2	5	5	12	12	16	17
Inexistente	3	3	17	16	6	7	13	12	8	8	47	46	65	65
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100 %	100 %

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.18. Projectos de Formação

A leitura da Tabela 35 dá-nos a conhecer os projectos de formação existentes nas instituições identificadas neste estudo. Destas instituições, em 79% (em 2004-2005) e 83% (em 2006-2007) não existe qualquer projecto que vise a formação das pessoas. Em 9% (em 2004-2005) e 7% (em 2006-2007) a formação está prevista no Plano Anual de Actividades, como é o caso das escolas e jardins-de-infância.

A análise desta tabela mostra-nos ainda que pouco mais de metade das instituições os projectos de formação são inexistentes.

Das cerca de duas dezenas de instituições identificadas na freguesia de Belver, em apenas 2 em 2004-2005 e 1 em 2006-2007 se regista a existência de projectos que visam a formação.

Na freguesia de Gavião 14 instituições não apresentam qualquer projecto de formação e na freguesia de Margem 13 instituições encontram-se na mesma situação.

Tabela 35 – instituições identificadas nas freguesias: formação

FORMAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Formação específica	0	0	0	0	0	0	4	3	0	0	**4**	**3**	**5**	**4**
Previsto no Plano Anual de Actividades	0	0	1	0	2	2	1	1	2	2	**6**	**5**	**9**	**7**
Religiosa Cristã	0	0	1	1	2	2	1	1	0	0	**4**	**4**	**5**	**6**
Inexistente	4	4	20	20	7	8	14	14	13	13	**58**	**59**	**79**	**83**
Sema actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**	**0**	**1**	**0**
TOTAL	**4**	**4**	**22**	**21**	**13**	**12**	**20**	**19**	**15**	**15**	**74**	**71**	**100 %**	**100 %**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.19. Actividades pontuais

A observação da Tabela 36 mostra que cerca de um terço das instituições identificadas realizam actividades pontuais, tais como: festas de Verão; jogos tradicionais; torneios desportivos; almoços-convívio. Para além destas, 12% (em 2004-2005) e 13% (em 2006-2007) são actividades religiosas e comemoração dos dias festivos e 11% são actividades relacionadas com o apoio às instituições, comunidade local e população idosa. Existem ainda 5% (em 2004-2005) e 6% (em 2006-2007) que realizam actividades pontuais ligadas a passeios e à comemoração dos dias mais representativos, 4% que realizam apoio às actividades educativas e outros 4% que centram as suas actividades pontuais na realização de espectáculos, intercâmbios e festivais. A maior parte das actividades estão relacionadas com festas de Verão, jogos tradicionais, torneios desportivos e almoços-convívio, sendo na freguesia de Belver que se regista o maior número destas actividades (9) e em 14 instituições as actividades pontuais são inexistentes.

Tabela 36 – instituições identificadas nas freguesias: actividades pontuais

ACTIVIDADES PONTUAIS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO													
	A		B		C		G		M		T		%	
	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07	05	07
Festas de Verão/ Jogos tradicionais/ torneios desportivos/ almoço-convº	1	1	9	9	2	3	4	4	4	4	20	21	28	30
Previstas no Plano Anual de Actividades	0	0	1	0	2	2	1	1	2	2	6	5	8	7
Procissões/ comemoração dos dias festivos	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	9	9	12	13
Apoio às instituições e comunidades locais e população idosa	1	1	1	1	1	1	4	4	1	1	8	8	11	11
Passeios com os utentes (idosos) / comemoração dias mais representativos	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	6
Caçadas, batidas e montarias	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	3	3	4	4
Espectáculos/ intercâmbios/ festivais	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	3	3	4	4
Desportos radicais/ cinema/ festivais de tunas	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1
Apoio às actividades educativas	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	3	2	4	4
Actividades desportivas (natação)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1
Inexistente	1	1	7	7	3	3	0	0	3	3	14	14	20	19
Sem actividade	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desactivada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	4	4	22	21	13	12	20	19	15	15	74	71	100%	100%

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.3.20. Perfil Institucional (Tipo de Actividades)

Das instituições inquiridas (74 em 2005-2006 e 71 em 2006-2007), 58% (em 2004-2005) e 68% (em 2006-2007) apresentam-se como instituições onde não se desenvolvem actividades com aprendizagens específicas e 42% (em 2004-2005) e 32% (em 2006-2007) onde se desenvolvem actividades com aprendizagens específicas (Tabelas 37 e 38).

A freguesia com maior percentagem de instituições que desenvolvem actividades sem aprendizagens específicas é a de Belver (19% em 2004-2005 e 27% em 2006-2007), seguida da freguesia de Margem (14% em 2004-2005 e 17% em 2006-2007).

A freguesia com o maior número de instituições onde se desenvolvem actividades com aprendizagens específicas é a de Gavião (15% em 2004-2005 e 17% em 2006-2007), seguida das freguesias de Belver (11% em 2004-2005 e 3% em 2006-2007), Comenda (9% em 2005-2006 e 8% em 2006-2007) e Margem (7% em 2004-2005 e 4% em 2006-2007).

Na freguesia de Atalaia, não há registo de qualquer tipo de actividades com aprendizagem, motivo pelo qual, a partir deste momento, esta freguesia deixa de ser objecto de estudo.

Tabela 37 – Instituições sem aprendizagens específicas

	FREGUESIAS do CONCELHO DE GAVIÃO					
	ATALAIA	**BELVER**	**COMENDA**	**GAVIÃO**	**MARGEM**	**TOTAIS**
Nº TOTAL DE INSTITUIÇÕES SEM APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS	**2004-2005**					
	4	14	6	9	10	**43**
	5%	19%	8%	12%	14%	**58%**
	2006-2007					
	4	19	6	7	12	**48**
	6%	27%	8%	10%	17%	**68%**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

Tabela 38 – Instituições com aprendizagens específicas

	FREGUESIAS					
	ATALAIA	**BELVER**	**COMENDA**	**GAVIÃO**	**MARGEM**	**TOTAIS**
Nº TOTAL DE INSTITUIÇÕES COM APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS	**2004-2005**					
	0	8	7	11	5	**31**
	0%	11%	9%	15%	7%	**42%**
	2006-2007					
	0	2	6	12	3	**23**
	0%	3%	8%	17%	4%	**32%**

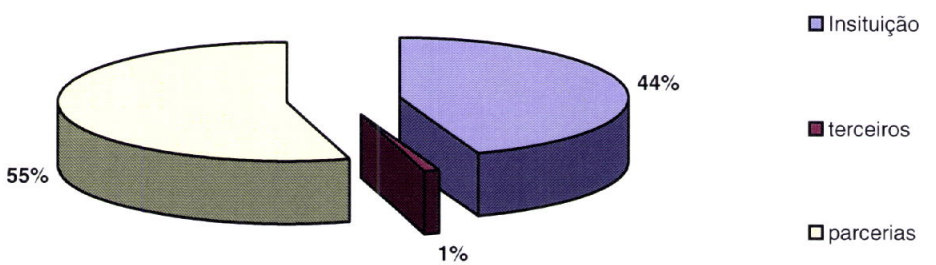
Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005 e 2007)

5.4. Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Específicas): ano lectivo de 2004-2005

5.4.1. Responsabilidade organizacional

Relativamente à responsabilidade organizacional, 55% das aprendizagens assentam numa relação de parceria, 44% são da responsabilidade das próprias instituições e apenas 1% são promovidas por terceiros (Gráfico 19).

Gráfico 19 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (responsabilidade organizacional)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Pode verificar-se, através da análise da Tabela 39, que a responsabilidade organizacional de 48 aprendizagens é desenvolvida com base em parcerias e 39 pelas próprias instituições. É na freguesia de Gavião que existe o maior número de aprendizagens apoiadas por ambos os modelos anteriormente referidos.

Tabela 39 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade organizacional

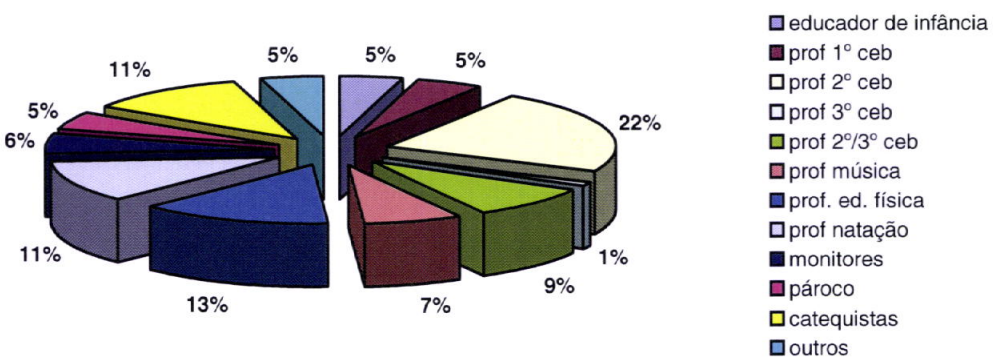
RESPONSABILIDADE ORGANIZACIONAL	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO							
	B		C		G		M		T
Parcerias	14		7		20		7		**48**
Instituição	4		10		21		4		**39**
Terceiros	0		0		1		0		**1**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.2. Responsabilidade técnica

A responsabilidade técnica, em 22% dos casos, está a cargo de professores do 2º CEB. Em 23% é da responsabilidade de professores de Educação Física. Em terceira posição aparecem-nos dois tipos de responsáveis técnicos: professores de natação e catequistas, com 11% respectivamente (Gráfico 20).

Gráfico 20 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (responsabilidade técnica)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Na Tabela 40 podemos visualizar a distribuição da responsabilidade técnica das aprendizagens desenvolvidas nas várias freguesias. Na freguesia de Belver 12 actividades são da responsabilidade de professores do 2º CEB. Tal evidência surge devido ao facto de nesta freguesia existir uma forte presença do Ensino Recorrente (1º CEB) e da Educação Extra-Escolar.

As actividades cuja responsabilidade técnica está a cargo de professores ligados à área desportiva (Educação Física e Natação) encontram-se na freguesia de Gavião, com 7 e 5 actividades de aprendizagem, respectivamente.

Tabela 40 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade técnica

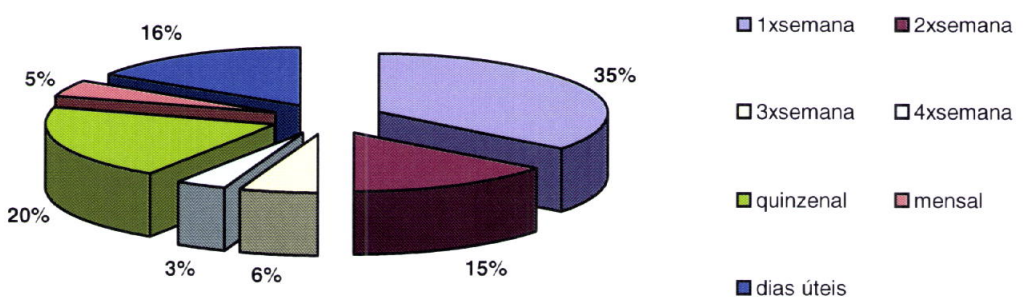
RESPONSABILIDADE TÉCNICA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Prof. 2º CEB	12		2		3		3		**20**
Prof. Educação Física	1		2		7		2		**12**
Prof. Natação	1		2		5		2		**10**
Catequistas	2		5		2		1		**10**
Prof. 2º/ 3º CEB	0		0		8		0		**8**
Prof. Música	1		3		2		0		**6**
Monitores	0		1		4		0		**5**
Educador de Infância	0		1		2		1		**4**
Prof. 1º CEB	1		1		1		1		**4**
Pároco	0		0		3		1		**4**
Outros	0		0		4		0		**4**
Prof. 3º CEB	0		0		1		0		**1**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.3. Frequência

A maior percentagem recai sobre as actividades de frequência semanal (35%), seguindo-se as actividades desenvolvidas em todos os dias úteis (16%) e as de periodicidade quinzenal (15%) – Gráfico 21.

Gráfico 21 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (frequência)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

As actividades que envolvem aprendizagens, desenvolvidas nas várias freguesias, assentam principalmente numa frequência semanal (31).

É a freguesia de Gavião que possui o maior número de actividades de aprendizagem com este tipo de frequência (15), seguindo-se as freguesias de Comenda (8), Belver (7) e Margem (1).

Existem ainda 18 actividades com frequência quinzenal, estando o maior número na freguesia de Gavião (7).

Para além destas, 14 actividades funcionam todos os dias úteis, sendo também a sua maioria na freguesia de Gavião (9).

Registam-se igualmente 13 actividades realizadas duas vezes por semana, bem como 5 actividades em que a frequência é de três vezes por semana, 4 actividades de frequência mensal e 3 actividades desenvolvidas quatro vezes por semana (Tabela 41).

Tabela 41 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: frequência

FREQUÊNCIA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO							
	B		C		G		M		T
1 x semana	7		8		15		1		**31**
Quinzenal	2		4		7		5		**18**
Dias úteis	1		2		9		2		**14**
2 x semana	3		3		5		2		**13**
3 x semana	1		0		3		1		**5**
Mensal	1		0		3		0		**4**
4 x semana	3		0		0		0		**3**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.4. Local

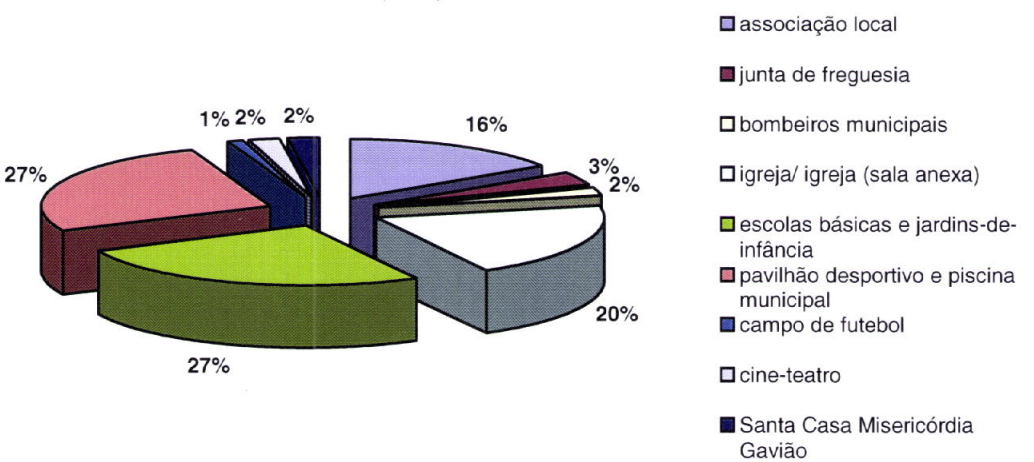
O Gráfico 22 indica-nos o local onde se desenvolvem as actividades com aprendizagens específicas.

A maioria das actividades (27%) encontra-se repartida por dois locais: escolas básicas e jardins-de-infância e pavilhão desportivo/ piscina municipal.

Por outro lado, é nas associações locais que decorrem muitas das restantes actividades (16%).

Destacam-se também as actividades realizadas nas igrejas e respectivas salas anexas (20%).

Gráfico 22 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (local)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Das 88 aprendizagens registadas, 23 desenvolvem-se no pavilhão desportivo e piscina municipal e 23 nas escolas básicas e jardins-de-infância. Também por essa razão, podemos verificar que grande parte das actividades é de cariz desportivo.

É na freguesia de Gavião que se encontram os números mais expressivos: 16 actividades na Escola Básica Integrada e 13 no pavilhão desportivo e piscina municipal.

Na freguesia de Belver existem 9 actividades que se desenvolvem nas associações locais, revelando a dinâmica que estas actividades conseguem imprimir nas pequenas aldeias que compõem esta freguesia.

Na freguesia de Comenda o maior número de actividades desenvolve-se na igreja.

Relativamente à freguesia de Margem, o maior número de actividades com aprendizagens destinadas à sua população têm lugar no pavilhão desportivo e piscina municipal (4) – Tabela 42.

Tabela 42 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: local

LOCAL	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Escolas Básicas e JI	1		4		16		2		**23**
Pavilhão Desportivo e Piscina Municipal	2		4		13		4		**23**
Igreja/ Igreja (sala anexa)	6		5		5		2		**18**
Associação local	9		4		0		1		**14**
Junta de Freguesia	0		0		1		2		**3**
Bombeiros Municipais	0		0		2		0		**2**
Cine-Teatro	0		0		2		0		**2**
Santa Casa Misericórdia	0		0		2		0		**2**
Campo de futebol	0		0		1		0		**1**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.5. Horário

Ao analisarmos o horário apresentado na Tabela 43 salientam-se os seguintes aspectos:

- As escolas do 1° CEB das freguesias de Belver, Comenda e Margem terminam as actividades lectivas às 15.00 horas;

- A escola do 1° CEB de Gavião termina as actividades lectivas às 16.00 horas;

- As actividades do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar ocorrem principalmente no período da tarde, entre as 14.00 e as 19.00 horas;

- Os clubes existentes na Escola Básica Integrada de Gavião funcionam, na sua maioria, à quarta-feira entre as 14.00 e as 18.00, em virtude de neste dia da semana, no período da tarde, não existirem actividades lectivas para o 2° e 3° CEB;

- As actividades desportivas e de natação, quer do ensino pré-escolar quer do 1° CEB acontecem durante o horário lectivo, principalmente nos períodos da manhã;

- Na freguesia de Gavião existe um ATL da responsabilidade da Associação de pais e Encarregados de Educação para dar resposta às necessidades das famílias;

- As actividades que decorrem noutros ambientes de aprendizagem, para além da EBI, iniciam-se normalmente a partir das 17.00 horas durante a semana;

- As actividades de catequese de itinerário normal desenvolvidas na freguesia de Gavião funcionam a partir das 16.30 e até às 19.00 horas.

Tabela 43 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: horário

FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO				
BELVER	**COMENDA**	**GAVIÃO**		**MARGEM**
B4.1	C5.1	G3.1	G11.14	M2.1
2ª (13.00-15.00)	Dias úteis (09.00-15.00)	Dias úteis (16.00-18.30)	2ª (19.00-22.00)	4ª (17.00-18.00)
3ª (14.00-17.00)	C5.2	G4.1	4ª (19.00-21.00)	5ª (16.15-17.15)
5ª (15.00-17.00)	3ª (18.30-21.30)	Domingo (09.00-13.00)	G11.15	M9.1
6ª (15.30-17.30)	4ª (19.00-21.00)	G4.2	2ª (10.00-17.00)	Dias úteis (09.00-15.00)
B4.2	C5.3	Dias úteis (09.00-17.00)	4ª (10.00-13.00)	M9.2
4ª (14.30-17.30)	5ª (11.00-11.45)	G8.1	G11.16	5ª (11.45-12.30)
B5.1	C5.4	3ª (17.00-19.30)	6ª (14.00-15.00)	M9.3
2ª (09.00-11.00)	6ª (10.55-11.25) (1º/2º anos)	5ª (17.00-19.30)	G11.17	6ª (12.05-12.35)
4ª (15.00-17.00)	6ª (11.30-12.00) (3º/4º anos)	Sábado (16.00-18.00)	5ª (09.00-09.45)	M12.1
5ª (14.00-17.00)	C6.1	G8.2	G11.18	Domingo (15.30-16.30)
6ª (14.00-17.00)	Sábado (14.00-18.00)	Sábado (18.00-19.30)	4ª (09.45-10.15)	M12.2
B5.2	Domingo (15.00-16.00)	G10.1	G11.19	Sábado (20.00-21.30)
3ª (14.00-17.00)	C6.2	Dias úteis (17.00-22.00)	1º Ano 5ª (09.00-09.45)	M14.1
4ª (10.00-13.00)	Sábado (16.00-17.30)	G10.2	2º Ano 5ª (09.45-10.30)	Dias úteis (09.30-15.30)
B5.3	C6.3	4ª (18.00-19.30)	3º Ano 5ª (11.00-11.45)	M14.2
2ª (14.00-15.00)	5ª (20.00-21.30)	G10.3	4º Ano 5ª (11.45-12.30)	5ª (09.45-10.30)
B6.1	C7.1	3ª, 6ª (20.00-22.00)	G11.20	M14.3
4ª (14.00-18.00)	Sábado (14.30-15.30)	G10.4	1º Ano 6ª (09.00-09.30)	6ª (10.20-10.50)
6ª (14.00-18.00)	C8.1	3ª, 5ª (19.00-20.00)	2º Ano 6ª (09.35-10.05)	M15.1
B7.1	Sábado (10.30-11.30)	G10.5	3º Ano 6ª (11.10-11.40)	2ª (19.00-21.00)
3ª (09.00-12.00)	C9.1	3ª, 4ª, 5ª (17.00-19.00)	4º Ano 6ª (11.45-12.15)	3ª (19.00-22.00)
4ª (16.30-18.30)	Dias úteis (08.00-17.00)	G11.1	G15.1	4ª (14.00-18.00)
5ª (14.00-17.00)	C9.2	Dias úteis (08.30-18.00)	Sem horário definido	M15.2
B7.2	5ª (09.45-10.30)	G11.2	G12.1	3ª (18.00-19.00)
6ª (15.00-19.00)	C9.3	Dias úteis (09.00-16.00)	Domingo (09.30-10.30)	5ª (14.00-16.00)
B14.1	6ª (10.20-10.50)	G11.3	G15.1	
6ª (18.30-19.30)	C11.1	Dias úteis (09.00-17.00)	Sem dia definido (21.00-23.00)	
Sábado (17.30-18.30)	6ª (21.00-23.00)	G11.4	G15.2	
Domingo (12.00-13.00)	C11.2	Dias úteis (09.00-17.00)	2ª a 6ª (16.30-19.00)	
B14.2	Domingo (10.00-11.00)	G11.5	4ª (16.15-17.15)	
Domingo (16.00-17.00)	C11.3	2ª (16.25-18.00)	Sábado (15.00-16.00)	
B14.3	Domingo (11.00-12.30)	G11.6	G15.3	
2ª (13.00-15.00)	C11.4	3ª (17.15-18.00)	Sábado (17.00-18.00)	
3ª (14.00-17.00)	2ª (18.00-20.00)	G11.7	G15.4	
5ª (15.00-17.00)	4ª (18.00-20.00)	5ª (16.25-18.00)	3ª (17.00-18.00)	
6ª (15.30-17.30)	C13.1	G11.8	G16.1	
B14.4	2ª (16.00-17.00)	6ª (16.25-18.00)	Sábado (10.00-13.00)	
2ª (17.30-18.30)	4ª (14.30-16.30)	G11.9	G17.1	
4ª (17.00-19.00)		4ª (13.50-18.00)	3ª (09.30-11.30)	
B14.5		G11.10	4ª (10.30-12.30)	
5ª (17.00-20.00)		2ª (16.25-17.10)	6ª (14.45-16.45)	
B18.1		4ª (13.50-15.20)	G18.1	
3ª (14.00-18.00)		G11.11	Dias úteis (08.00-18.00)	
B21.1		2ª (14.35-18.00)	G18.2	
Sábado (21.00-23.00)		3ª (16.25-18.00)	Dias úteis (16.00-19.00)	
B22.1		4ª (13.50-18.00)	G18.3	
Dias úteis (09.00-15.00)		5ª, 6ª (17.15-18.00)	4ª (10.30-11.15)	
B22.2		G11.12	G18.4	
5ª (11.45-12.30)		4ª (13.50-18.00)	4ª (11.00-11.30)	
B22.3		G11.13		
6ª (11.30-12.00)		4ª (14.35-18.00)		
		5ª (17.15-18.00)		

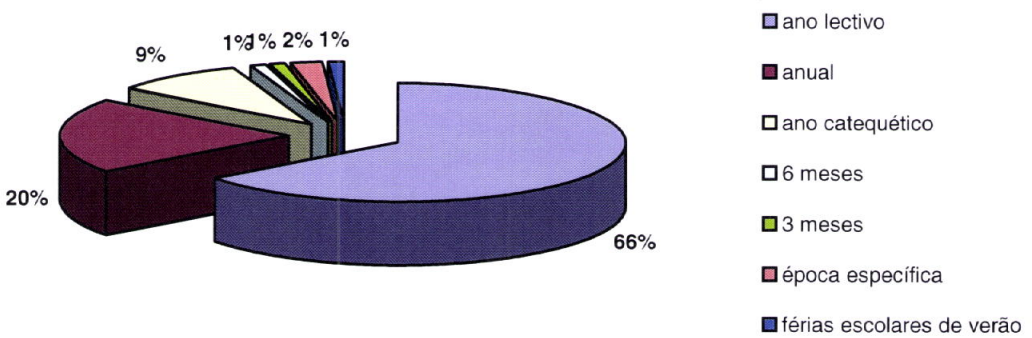
Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.6. Duração

Neste item verificamos que 66% das actividades têm a duração de um ano lectivo e 20% a de um ano civil.

Registam-se 9% de actividades com duração de um *ano catequético*[14], sendo que as restantes têm uma duração de 3 ou 6 meses, férias escolares de Verão ou épocas específicas (Gráfico 23).

Gráfico 23 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (duração)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Nas cinco freguesias, registam-se 57 actividades de aprendizagem a decorrer durante o ano lectivo, das quais 25 são desenvolvidas na freguesia de Gavião, 15 na freguesia de Belver, 9 na freguesia de Margem e 8 na freguesia de Comenda.

Com duração anual, existem 10 actividades na freguesia de Gavião, 5 na freguesia de Comenda, 2 na freguesia de Belver e 1 na freguesia de Margem.

A decorrer durante o ano catequético, encontramos 3 actividades na freguesia de Gavião e Comenda, assim como 1 na freguesia de Belver e Margem, respectivamente (Tabela 44).

[14] O ano catequético compreende o período de Setembro a Julho.

Tabela 44 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: duração

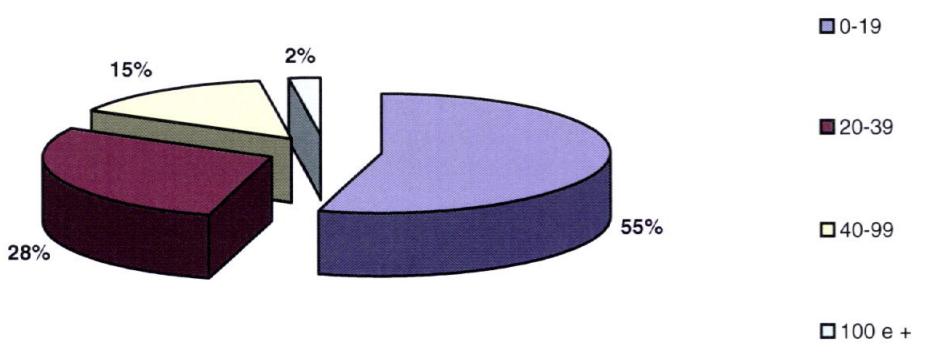
DURAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Ano lectivo	15		8		25		9		**57**
Anual	2		5		10		1		**18**
Ano catequético	1		3		3		1		**8**
Época específica	0		0		2		0		**2**
6 Meses	0		0		1		0		**1**
3 Meses	0		0		1		0		**1**
Férias escolares de Verão	0		1		0		0		**1**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.7. Número de pessoas

A maioria das actividades (55%) é frequentada por um número de pessoas que se situa no intervalo entre os 0-19. Registam-se 28% de actividades cujo número de frequentadores situado varia entre 20-39. Verifica-se em 15% das actividades uma participação entre 40-99 pessoas e só 2% têm uma participação de 100 ou mais pessoas (gráfico 28).

Gráfico 24 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (número de pessoas)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

A observação da Tabela 45 revela-nos dados importantes relacionados com o número médio de participantes nestas actividades de aprendizagem, salientando-se que, na maioria dos casos, essa participação se situa no intervalo entre 0-19 pessoas.

À excepção da freguesia de Gavião, as restantes freguesias registam nas suas actividades uma participação não superior a 39, podendo este facto explicar-se pela baixa densidade populacional que caracteriza as freguesias que integram o concelho de Gavião.

Na freguesia de Gavião registam-se 13 actividades com participação entre 40-99 pessoas e apenas 2 actividades em que o número de participantes é de 100 ou mais pessoas.

Tabela 45 – actividades com aprendizagens específicas: número de pessoas

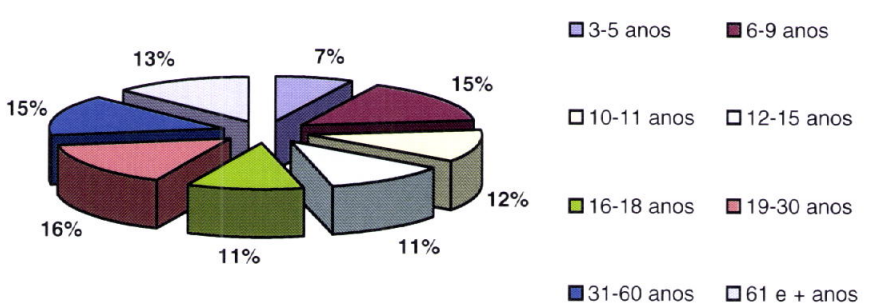
NÚMERO DE PESSOAS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
0-19	16		10		13		9		**48**
20-39	2		7		14		2		**25**
40-99	0		0		13		0		**13**
100 e +	0		0		2		0		**2**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.8. Faixa etária (idades)

A observação do Gráfico 25 leva-nos a concluir que as actividades com aprendizagens específicas, desenvolvidas no concelho de Gavião, abrangem de forma bastante homogénea todas as faixas etárias da população.

Gráfico 25 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (faixa etária – idades)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Através da consulta da Tabela 46 podemos verificar que na freguesia de Belver não existem actividades frequentadas pela faixa etária dos 3 aos 5 anos. Nesta freguesia, a grande maioria das actividades são frequentadas por pessoas em idade adulta. Como exemplo, poder-se-á apontar a existência de 12 actividades frequentadas por pessoas com idade igual ou superior a 61 anos, facto que se explica pelo elevado índice de pessoas em idade de reforma, residentes nesta freguesia.

No que concerne à freguesia de Comenda, a distribuição da frequência das actividades com aprendizagem abrange todas as faixas etárias, salientando-se positivamente o número referente à faixa etária dos 16 aos 18 anos, o que demonstra o razoável número de jovens desta freguesia.

Ao nível da freguesia de Gavião, a procura de actividades com aprendizagem abrange todas as faixas etárias de forma significativa. No entanto, são as pessoas com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos os principais frequentadores das actividades existentes nesta freguesia, estando este facto directamente relacionado com a quantidade de população residente na sede de concelho, aliado ao facto de aí se encontrar instalada a Escola Básica Integrada. Também aqui a faixa etária dos 19 aos 60 anos regista um envolvimento considerável nas actividades com aprendizagens. Na freguesia de Margem a distribuição de frequência das actividades pelas diferentes faixas etárias é bastante regular, excepto naquelas onde não se verifica qualquer participação.

Tabela 46 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: faixa etária (idades)

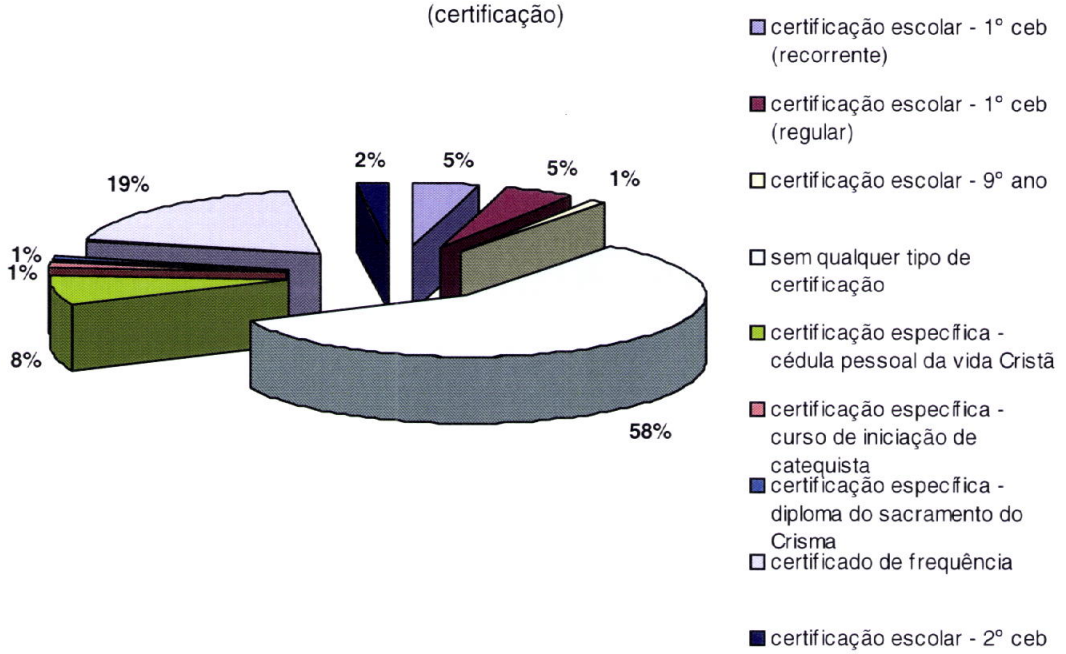
FAIXA ETÁRIA (IDADES)	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
3-5 Anos	0		3		8		3		**15**
6-9 Anos	5		7		16		4		**32**
10-11 Anos	2		3		18		1		**24**
12-15 Anos	1		5		17		0		**23**
16-18 Anos	1		17		4		0		**22**
19-30 Anos	10		5		13		4		**32**
31-60 Anos	10		4		12		4		**30**
61 e + Anos	12		3		8		3		**26**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.9. Certificação

De acordo com os dados inscritos no Gráfico 26, verifica-se que a um número considerável das aprendizagens realizadas não é atribuída qualquer tipo de certificação (58%).

Gráfico 26 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (certificação)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

O Ensino Recorrente com certificação de nível básico (1° CEB) ocupa 5% dos valores apresentados, apenas 1% diz respeito à certificação do ensino básico (9° ano) e 19% ficam-se pela certificação de frequência.

A Tabela 47 dá-nos a conhecer o tipo de certificação obtida nas aprendizagens desenvolvidas nas várias freguesias.

A este nível, verifica-se que as aprendizagens sem qualquer tipo de certificação são a grande maioria e que decorrem sobretudo na freguesia de Gavião (31), devido ao facto de ser nesta freguesia que se desenvolve o maior número de actividades. Segue-se a freguesia de Comenda com 10 aprendizagens não certificadas.

Verificamos ainda a existência de 17 aprendizagens com certificação de frequência, sendo na freguesia de Belver que este facto ocorre com maior incidência (8).

Na freguesia de Gavião decorrem 4 aprendizagens com certificação de frequência, bem como 3 na freguesia de Margem e 2 na freguesia de Comenda.

As aprendizagens com certificação específica, relacionadas com a Igreja Católica ocorrem em todas as freguesias, à excepção de Atalaia, mas em maior número na freguesia de Comenda (3), seguida das freguesias de Gavião (2), Belver (1) e Margem (1).

Tabela 47 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: certificação

CERTIFICAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO							
	B		C		G		M		T
Sem qualquer tipo de certificação	4		10		31		6		**51**
Certificado de frequência	8		2		4		3		**17**
Específica (Cédula Pessoal vida Cristã)	1		3		2		1		**7**
Certificação Escolar (1º CEB - Recorrente)	4		0		0		0		**4**
Certificação Escolar (1º CEB - Regular)	1		1		1		1		**4**
Certificação Escolar (2º CEB)	0		0		2		0		**2**
Certificação Escolar (9º ano)	0		0		1		0		**1**
Específica (Curso de Iniciação de Catequista)	0		0		1		0		**1**
Específica (Diploma do Sacramento do Crisma)	0		1		0		0		**1**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.10. Parcerias existentes

A Tabela 48 mostra-nos o envolvimento institucional nas diversas actividades de aprendizagem existentes nas várias freguesias do concelho de Gavião, bem como o número de parcerias institucionais estabelecidas no âmbito das mesmas.

A Câmara Municipal de Gavião surge como o principal parceiro institucional (53 parcerias).

Na freguesia de Gavião existem 21 actividades com a parceria daquela instituição, seguindo-se a freguesia de Belver com 14, na freguesia de Margem com 9 e a freguesia de Comenda com 8.

Em segundo lugar está o número de parcerias com o Ministério da Educação (30), destacando-se a freguesia de Belver com 14, seguida das freguesias de Gavião com 8, da freguesia de Margem com 5 e da freguesia de Comenda com 4.

Em terceiro lugar aparece o envolvimento do Agrupamento de Escolas com 27 parcerias, das quais 12 dizem respeito à freguesia de Belver, 6 na freguesia de Gavião, 3 na freguesia de Margem e 2 na freguesia de Comenda.

Verificam-se ainda 19 parcerias estabelecidas com a Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, sendo a sua maioria na freguesia de Belver (12).

Em quinto lugar encontramos parcerias com o Secretariado Diocesano da Catequese (14), seguindo-se a piscina municipal com 9 parcerias instituídas.

Foram também identificadas 9 parcerias com o IEF, com a GNR e com a Associação de Pais e Encarregados de Educação. De salientar que em todos os casos o maior número de parcerias situa-se na freguesia de Gavião.

Tabela 48 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: parcerias existentes

PARCERIAS EXISTENTES	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Câmara Municipal	15		8		21		9		**53**
Ministério da Educação	13		4		8		5		**30**
Agrupamento de Escolas	12		2		6		3		**27**
Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente/ EE	12		2		4		3		**19**
Piscina Municipal	1		2		9		2		**14**
Secretariado Diocesano da Catequese	2		5		5		2		**14**
Associações Locais	9		0		0		1		**10**
Pavilhão Desportivo Municipal	1		2		5		2		**10**
IEFP	0		2		7		0		**9**
Guarda Nacional Republicana	1		2		4		2		**9**
Associação de Pais e EE	1		2		4		2		**9**
Não aplicável	0		0		9		0		**9**
Junta de Freguesia	1		2		1		4		**8**
IPSS	1		5		0		2		**8**
Igreja local	4		0		0		0		**4**
IPJ	0		1		0		0		**1**
Escola Nacional de Bombeiros	0		0		1		0		**1**
Autoridade Nacional da Protecção Civil	0		0		1		0		**1**
Associação Aikido Setúbal	0		0		1		0		**1**
Federação Portuguesa de Natação	0		0		1		0		**1**
Associação de Andebol de Portalegre	0		0		1		0		**1**
Federação Portuguesa de Andebol	0		0		1		0		**1**
Inatel	0		0		1		0		**1**
Associação de Futebol de Portalegre	0		0		1		0		**1**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.11. Financiamento

Na Tabela 49 pode verificar-se que a maioria das actividades com aprendizagens são financiadas pela Câmara Municipal de Gavião (60), sendo que 24 dessas actividades decorrem na freguesia de Gavião, 16 na freguesia de Belver, 11 na freguesia de Comenda e 9 na freguesia de Margem.

O Ministério da Educação financia 38 das actividades de aprendizagem desenvolvidas neste território, repartidas da seguinte forma: 16 na freguesia de Gavião; 13 na freguesia de Belver; 5 na freguesia de Margem e 4 na freguesia de Comenda.

Foram identificadas 36 situações de aprendizagens financiadas pelas famílias/ destinatários, 14 na freguesia de Gavião, 13 na freguesia de Belver, 6 na freguesia de Comenda e 3 na freguesia de Margem.

Em 27 dos casos identificados, são as instituições que financiam estas actividades de aprendizagem, através dos seus próprios fundos, sendo este facto mais evidente na freguesia de Gavião (23).

Tabela 49 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: financiamento

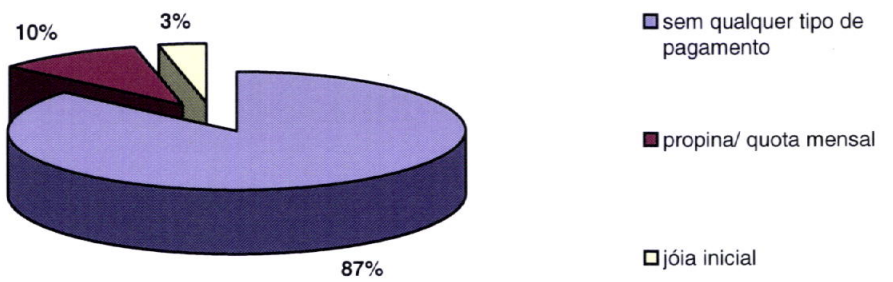
FINANCIAMENTO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Câmara Municipal	16		11		24		9		**60**
Ministério da Educação	13		4		16		5		**38**
Famílias/ destinatários	13		6		14		3		**36**
Fundos próprios	1		3		23		0		**27**
Junta de Freguesia	2		5		7		2		**16**
Paróquia	2		5		5		2		**14**
IEFP	0		2		7		0		**9**
Ministério da Ad. Interna	1		2		4		2		**9**
Associação de Pais e EE	1		2		3		2		**8**
IPJ	1		4		2		0		**7**
Inatel	1		3		3		0		**7**
DRCA	1		3		2		0		**6**
Agrupamento de Escolas	1		2		1		2		**6**
Segurança Social	0		0		1		0		**1**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.12. Pagamento

O Gráfico 27 mostra-nos que 87% destas actividades são gratuitas. Só 10% obrigam ao pagamento de uma quota ou propina mensal e apenas 3% necessitam do pagamento de uma jóia inicial.

Gráfico 27 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (pagamento)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Das 88 actividades de aprendizagem sinalizadas, 76 são gratuitas, não implicando qualquer tipo de pagamento por parte daqueles que as frequentam.

A análise por freguesia revela que existem 34 actividades gratuitas na freguesia de Gavião, 18 na freguesia de Belver, 14 na freguesia de Comenda e 10 na freguesia de Margem.

Com pagamento de propina ou quota mensal existem 6 actividades na freguesia de Gavião e 3 na freguesia de Comenda.

Com recurso ao pagamento de uma jóia inicial existem apenas 2 actividades na freguesia de Gavião e 1 na freguesia de Margem (Tabela 50).

Tabela 50 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: pagamento

PAGAMENTO	FREGUESIAS								
	B		C		G		M		T
Sem qualquer tipo de pagamento	18		14		34		10		**76**
Propina/ quota mensal	0		3		6		0		**9**
Jóia inicial	0		0		2		1		**3**
TOTAL	**18**		**17**		**42**		**11**		**88**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.4.13. Relevância

Na Tabela 51 estão registados os aspectos mais relevantes, referidos pelas instituições, relativamente à importância das aprendizagens.

Verifica-se que os aspectos identificados como "desenvolvimento de saberes" e "aquisição de competências e valores" aparecem assinalados em 87 das 88 aprendizagens desenvolvidas.

A variável "valorização pessoal" aparece em segunda posição, tendo sido enumerada 78 vezes.

A "ocupação de tempos livres" foi referida 43 vezes, o "incentivo à prática desportiva" 29 vezes e a "qualificação escolar" 11 vezes.

Tabela 51 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: relevância

RELEVÂNCIA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO							
	B		C		G		M		T
Desenvolvimento de saberes	18		17		41		11		**87**
Aquisição de competências e valores	18		17		41		11		**87**
Valorização pessoal	18		17		32		11		**78**
Ocupação de tempo livre	13		6		21		3		**43**
Incentivo à prática desportiva	4		5		14		6		**29**
Qualificação escolar	5		1		4		1		**11**
Formar civicamente/ Cristãmente	1		4		2		1		**8**
Incentivo à prática musical	0		3		3		0		**6**
Promoção de raízes culturais	0		3		2		0		**5**
Aprofundamento da Fé Cristã	1		1		2		1		**5**
Apoio às famílias	0		0		2		0		**2**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

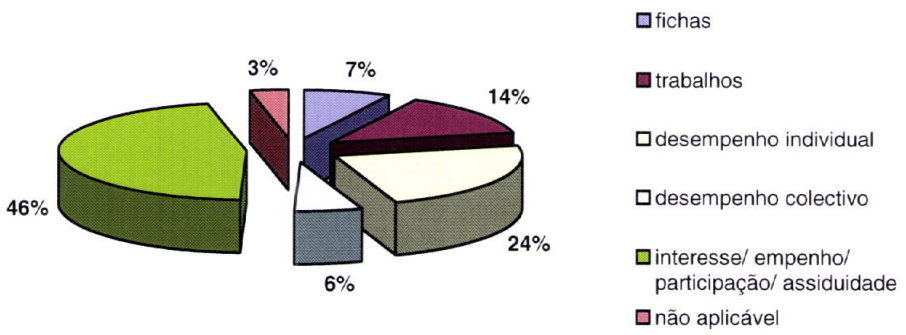
5.4.14. Avaliação

O Gráfico 28 mostra-nos as modalidades de avaliação existentes nas diferentes actividades de aprendizagem.

Verifica-se que em 46% a avaliação é realizada tendo em conta o interesse, o empenho, a participação e a assiduidade dos participantes.

Em 24% dos casos essa avaliação é feita pela análise do desempenho individual, em 14% pela realização de trabalhos, em 7% feitura de fichas, em 6% pelo desempenho colectivo e em 3% esta variável não tem aplicação.

Gráfico 28 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (avaliação)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

A freguesia que regista maior número de actividades cuja avaliação se apoia numa lógica baseada no interesse, empenho, participação e assiduidade dos participantes é a de Gavião (37), seguida da freguesia de Belver (17), freguesia de Comenda (16) e freguesia de Margem (10).

O desempenho individual também assume um papel bastante importante neste domínio. Só na freguesia de Gavião constata-se a existência de 23 actividades que integram este aspecto avaliativo.

A realização de trabalhos é utilizada como modalidade de avaliação em 13 actividades da freguesia de Gavião, 7 da freguesia de Belver e 2 das freguesias de Comenda e Margem, respectivamente (Tabela 52).

Tabela 52 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: avaliação

AVALIAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Interesse/ empenho/ participação/ assiduidade	17		16		37		10		**80**
Desempenho individual	10		6		23		2		**41**
Trabalhos	7		2		13		2		**24**
Fichas	5		1		6		1		**13**
Desempenho colectivo	1		2		7		0		**10**
Não aplicável	0		1		4		1		**6**

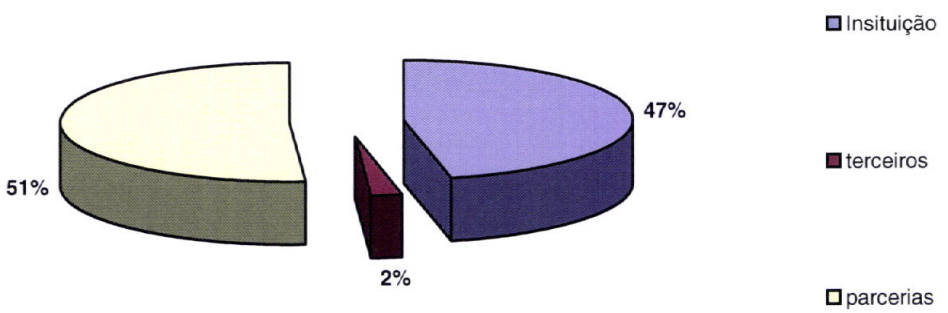
Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

5.5. Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Específicas): ano lectivo de 2006-2007

5.5.1. Responsabilidade organizacional

Relativamente à responsabilidade organizacional, 51% das aprendizagens assentam numa relação de parceria, 47% são da responsabilidade das próprias instituições e apenas 2% são promovidas por terceiros (gráfico 33).

Gráfico 29 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (responsabilidade organizacional)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

Pode verificar-se através da análise da Tabela 53 que a responsabilidade organizacional de 46 aprendizagens é desenvolvida com base em parcerias e 42 pelas próprias instituições. É na freguesia de Gavião que existe o maior número de aprendizagens apoiadas por ambos os modelos anteriormente referidos.

Tabela 53 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade organizacional

RESPONSABILIDADE ORGANIZACIONAL	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Parcerias	0		12		24		10		**46**
Instituição	3		12		20		7		**42**
Terceiros	0		0		2		0		**2**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

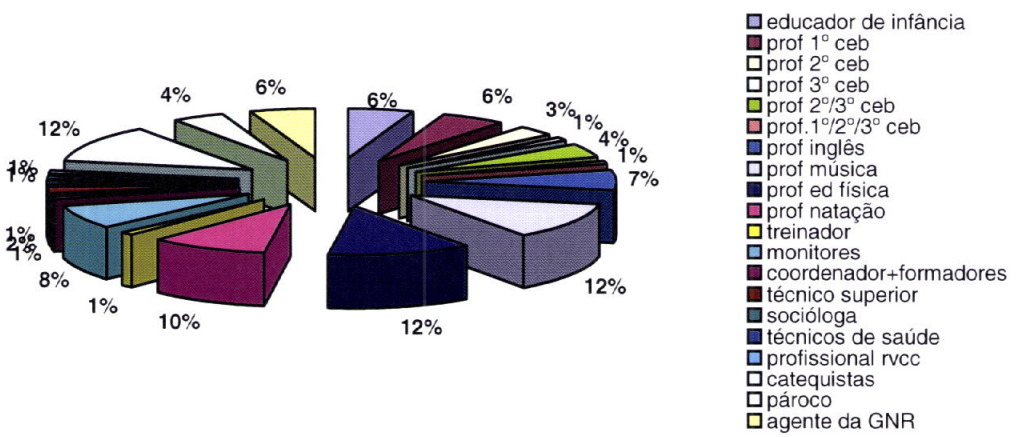
5.5.2. Responsabilidade técnica

A responsabilidade técnica pelas actividades de aprendizagem está a cargo de conjunto muito diversificado de técnicos e profissionais.

No entanto, é de salientar o facto da maior percentagem verificada dizer respeito aos professores de música e educação física (12%), professores de natação (10%) e professores de Inglês (7%), o que se deve à forte adesão ao Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular.

Também as actividades de aprendizagem ligadas à religião aparecem com 12%.

Gráfico 30 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (responsabilidade técnica)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

As restantes categorias surgem com valores mais inferiores, como é o caso dos educadores de infância, professores do 1° CEB e agente da GNR com 6%, respectivamente (Gráfico 30).

Na Tabela 54 podemos visualizar a distribuição da responsabilidade técnica das aprendizagens desenvolvidas nas várias freguesias.

Se nalgumas actividades essa distribuição acontece de forma mais ou menos homogénea, na maioria das situações os registos unicamente dizem

respeito à freguesia de Gavião, dado que grande parte destas actividades é desenvolvida pelas organizações existentes na sede de concelho.

Tabela 54 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: responsabilidade técnica

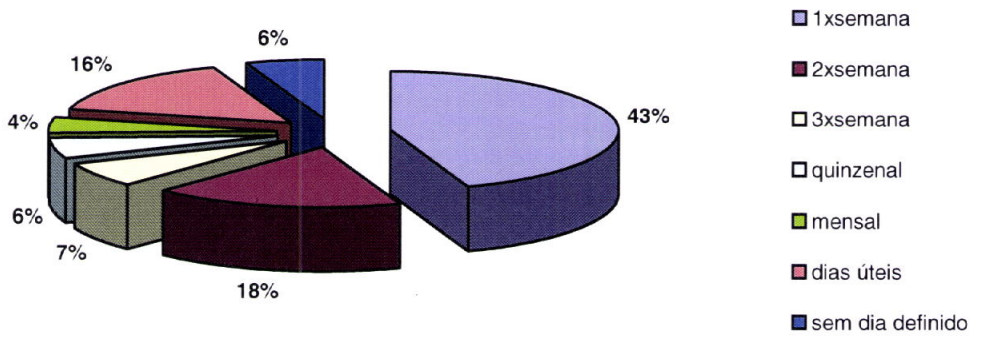
RESPONSABILIDADE TÉCNICA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Prof. Música	1		4		4		2		**11**
Prof. Educação Física	0		2		7		2		**11**
Catequistas	2		5		3		1		**11**
Prof. Natação	0		2		5		2		**9**
Monitores	0		3		3		1		**7**
Prof. Inglês	0		2		2		2		**6**
Educador de Infância	0		1		2		2		**5**
Prof. 1º CEB	0		2		1		2		**5**
Agente da GNR	0		2		1		2		**5**
Prof. 2º/ 3º CEB	0		0		4		0		**4**
Pároco	0		1		2		1		**4**
Prof. 2º CEB	0		0		3		0		**3**
Técnico superior	0		0		2		0		**2**
Prof. 3º CEB	0		0		1		0		**1**
Prof. 1º/ 2º/ 3º CEB	0		0		1		0		**1**
Treinador	0		0		1		0		**1**
Coord. + Formadores	0		0		1		0		**1**
Socióloga	0		0		1		0		**1**
Técnicos de saúde	0		0		1		0		**1**
Profissional RVCC	0		0		1		0		**1**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.3 Frequência

A maior percentagem recai sobre as actividades de frequência semanal (43%), seguindo-se as actividades desenvolvidas duas vezes por semana (18%) e aquelas que ocorrem apenas nos dias úteis (16%). Os restantes períodos de frequência, em termos gerais, são de menor expressão: Gráfico 31.

Gráfico 31 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (frequência)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

As actividades que envolvem aprendizagens, desenvolvidas nas várias freguesias, assentam principalmente numa frequência semanal (40).

São as freguesias de Gavião e Comenda que possuem o maior número de actividades de aprendizagem com este tipo de frequência (15), seguidas freguesias de Margem (8) e Belver (2).

Existem ainda 16 actividades cuja frequência é de duas vezes por semana, estando o maior número na freguesia de Gavião (10). Para além destas, 14 actividades funcionam todos os dias úteis, sendo também a sua maioria na freguesia de Gavião (10).

Registam-se igualmente 6 actividades em que a frequência é de três vezes por semana, bem como 4 actividades de frequência mensal e 5 actividades desenvolvidas duas vezes por mês (Tabela 55).

Tabela 55 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: frequência

FREQUÊNCIA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
1 x semana	2		15		15		8		**40**
2 x semana	0		3		10		3		**16**
Dias úteis	0		2		10		2		**14**
3 x semana	0		1		4		1		**6**
Quinzenal	0		1		3		1		**5**
Sem dia definido	0		2		1		2		**5**
Mensal	1		0		3		0		**4**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

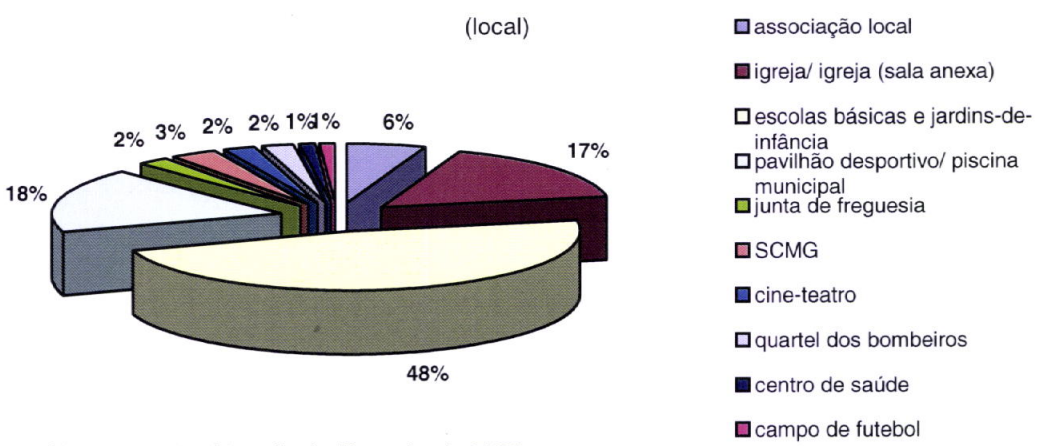
5.5.4. Local

O Gráfico 32 indica-nos o local onde se desenvolvem as actividades com aprendizagens específicas.

Um número muito significativo de actividades é desenvolvido nas escolas básicas e jardins-de-infância (48%), seguindo-se aquelas que são realizadas no pavilhão desportivo e piscina municipal (18%).

Destaca-se também as actividades realizadas nas igrejas e respectivas salas anexas (17%) e ainda as que decorrem nas associações locais (6%).

Gráfico 32 – actividades com aprendizagens especificas no concelho



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

Das 90 aprendizagens registadas, 43 realizam-se nas escolas básicas e jardins-de-infância. A este nível regista-se uma distribuição bastante equilibrada pelas três freguesias que dispõem deste tipo de estabelecimentos de ensino: Gavião (18); Margem (13) e Comenda (12).

Seguem-se as actividades desenvolvidas no pavilhão desportivo e piscina municipal (16). Neste âmbito, importa clarificar que as actividades que aparecem assinaladas nas freguesias de Margem e Comenda são desenvolvidas na sede de concelho (Gavião) por aí se encontrarem instaladas as respectivas infra-estruturas de apoio.

As actividades desenvolvidas nas igrejas e respectivas salas anexas aparecem em terceira posição, registando-se o maior número na freguesia de Comenda (6), seguida da freguesia de Gavião (5) e das freguesias de Belver e Margem com 2, respectivamente – Tabela 56.

Tabela 56 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: local

LOCAL	FREGUESIAS								
	B		C		G		M		T
Escolas Básicas e JI	0		12		18		13		**43**
Pavilhão Desportivo e Piscina Municipal	0		2		12		2		**16**
Igreja/ Igreja (sala anexa)	2		6		5		2		**15**
Associação local	1		4		0		0		**5**
Santa Casa Misericórdia	0		0		3		0		**3**
Junta de Freguesia	0		0		2		0		**2**
Cine-Teatro	0		0		2		0		**2**
Bombeiros Municipais	0		0		2		0		**2**
Centro de Saúde	0		0		1		0		**1**
Campo de futebol	0		0		1		0		**1**
TOTAL	**3**		**34**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.5. Horário

Ao analisarmos o horário apresentado na Tabela 57, salientamos os principais aspectos:

- Todas as escolas do 1° CEB terminam as actividades lectivas às 17.30 horas;

- Também os jardins-de-infância incluem no seu horário a componente de apoio à família levando a que abram as suas portas entre as 08.00 e as 18.00, à excepção do jardim-de-infância do Moinho do Torrão (freguesia de Margem) que apenas se encontra aberto até ás 16.30 duas vezes por semana (quarta e sexta-feira);

- Os clubes existentes na Escola Básica Integrada de Gavião, incluindo o Desporto escolar, funcionam, na sua maioria, à quarta-feira entre as 14.00 e as 18.00, em virtude de neste dia da semana, no período da tarde, não existirem actividades lectivas para o 2° e 3° CEB;

- À excepção de algumas situações pontuais, todas as actividades de enriquecimento curricular do 1° CEB acontecem entre as 15.45 e as 17.30;

- Na freguesia de Gavião existe um ATL da responsabilidade da Associação de pais e Encarregados de Educação para dar resposta às necessidades das famílias cujos educandos não frequentam as actividades de enriquecimento curricular ou, no caso dos 2° e 3° CEB, os clubes disponíveis, o qual funciona entre as 15.30 e as 18.30;

- As actividades que decorrem noutros ambientes de aprendizagem, para além da EBI, iniciam-se normalmente a partir das 18.00 horas durante a semana, ainda que muitas delas estejam concentradas nos fins-de-semana em horário bastante variável;

Tabela 57 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: horário

HORÁRIO (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	**COMENDA**	**GAVIÃO**		**MARGEM**
B14.1	C5.1	G3.1	3ºano 2ª (16.45-17.30)	M9.1
6ª (18.30-19.30)	Dias úteis (09.00-17.30)	Dias úteis (15.30-18.30)	4ºano 5ª (15.45-16.30)	Dias úteis (09.00-17.30)
Sábado (17.30-18.30)	C5.2	G4.1	G11.13	M9.2
Domingo (12.00-13.00)	2ª (15.45-16.30)	3ª (20.00-23.00)	1ºano 2ª,5ª (15.45-16.30)	2ª, 3ª, 6ª (16.45-17.30)
B14.2	4ª (15.45-16.30)	Sábado (09.00-13.00)	2ºano 3ª (15.45-16.30)	M9.3
Domingo (16.00-17.00)	6ª (16.45-17.30)	G4.2	5ª (16.45-17.30)	4ª (16.45-17.30)
B21.1	C5.3	Dias úteis (09.00-17.00)	3ºano 2ª (09.00-09.45)	M9.4
Sábado (21.00-23.00)	3ª (13.30-14.15)	G8.1	4ª (16.45-17.30)	4ª (15.45-16.30)
	6ª (13.30-14.15)	3ª (18.00-19.30)	6ª (15.45-16.30)	5ª (09.00-09.45)
	C5.4	6ª (18.00-19.30)	4ºano 2ª,3ª (16.45-17.30)	M9.5
	3ª (09.00-09.45)	Sábado (15.00-18.00)	4ª (09.00-09.45)	2ª, 6ª (15.45-16.30)
	4ª (16.45-17.30)	G8.2	G11.14	M9.6
	C5.5	6ª (20.30-22.00)	1ºano 3ª (15.45-16.30)	3ª (15.45-16.30)
	2ª (16.45-17.30)	Sábado (18.00-19.30)	6ª (16.45-17.30)	5ª (16.45-17.30)
	5ª (16.45-17.30)	G9.1	2ºano 2ª,3ª (16.45-17.30)	M12.1
	C5.6	Sem horário definido	3ºano 3ª (09.00-09.45)	Domingo (15.30-16.30)
	5ª (15.45-16.30)	G10.1	4ª (15.45-16.30)	M12.2
	C6.1	Dias úteis (17.00-22.00)	4ºano 2ª,6ª (15.45-16.30)	Sábado (20.30-21.30)
	Sábado (14.00-18.00)	G10.2	G11.15	Domingo (15.30-16.30)
	Domingo (15.00-16.00)	3ª (17.30-18.30)	1ºano 2ª,3ª (16.45-17.30)	M14.1
	C6.2	5ª (17.30-18.30)	6ª (09.00-09.45)	Dias úteis (09.30-15.30)
	Sábado (16.00-17.30)	G10.3	2ºano 2ª (15.45-16.30)	M14.2
	C6.3	3ª, 6ª (20.00-22.00)	4ª (09.00-09.45)	6ª (14.30-15.15)
	5ª (20.00-21.30)	G10.4	6ª (15.45-16.30)	M14.3
	C7.1	3ª, 5ª (19.00-20.00)	3ºano 5ª (15.45-16.30)	4ª (11.00-11.45)
	Sábado (14.30-15.30)	G11.1	6ª (16.45-17.30)	M14.4
	C7.2	Dias úteis (08.30-18.00)	4ºano 3ª (15.45-16.30)	3ª (10.25-10.55)
	Sábado (20.30-21.30)	G11.2	5ª (16.45-17.30)	M14.5
	C8.1	Dias úteis (09.00-17.30)	G11.16	4ª (15.45-16.30)
	Sábado (10.30-11.30)	G11.3	2ª (14.30-15.15)	M14.6
	C9.1	Dias úteis (09.00-17.00)	G11.17	6ª (15.45-16.30)
	Dias úteis (08.00-18.00)	G11.4	4ª (09.45-10.30)	
	C9.2	Dias úteis (09.00-17.00)	G11.18	
	2ª (14.30-15.15)	G11.5	3ª (09.40-10.25)	
	C9.3	2ª, 3ª (17.10-17.55)	G11.19	
	3ª (14.30-15.15)	4ª (13.50-15.20)	5ª (16.45-17.30)	
	C9.4	G11.6	G11.20	
	5ª (11.00-11.45)	4ª (13.50-15.20)	5ª (19.00-22.00)	
	C9.5	G11.7	G12.1	
	4ª (16.45-17.30)	4ª (13.50-17.10)	Sem horário definido	
	C9.6	G11.8	G13.1	
	6ª (16.45-17.30)	4ª (13.50-15.20)	Domingo (09.30-10.30)	
	C11.1	G11.9 A	G15.1	
	6ª (21.00-23.00)	GrupoF 3ª (17.15-18.00)	Sem dia definido (21.00-23.00)	
	C11.2	4ª (16.00-18.00)	G15.2	
	4ª (18.00-21.00)	GrupoM 2ª (17.15-18.00)	2ª a 6ª (18.00-19.00)	
	C11.3	4ª (14.00-16.00)	4ª (16.15-17.15)	
	2ª (18.00-20.00)	G11.9 B	Sábado (15.00-16.00)	
	4ª (18.00-20.00)	2ª (17.15-18.00)	G15.3	
		4ª (15.00-17.00)	Sábado (17.00-18.00)	
		G11.10	G15.4	
		6ª (16.15-17.00)	3ª (17.00-18.00)	
		G11.11	G16.1	
		1ºano 4ª (15.45-16.30)	Sábado (10.00-13.00)	
		5ª (16.45-17.30)	G17.1	
		2ºano 4ª (16.45-17.30)	6ª (09.30-12.40)	
		5ª (15.45-16.30)	G18.1	
		3ºano 3ª (16.45-17.30)	Dias úteis (08.00-18.00)	
		5ª (16.45-17.30)	G18.2	
		4ºano 4ª (16.45-17.30)	Dias úteis (09.00-17.00)	
		6ª (16.45-17.30)	G18.3	
		G11.12	Dias úteis (09.00-17.00)	
		1ºano 4ª (16.45-17.30)	G18.4	
		2ºano 6ª (16.45-17.30)	4ª (10.30-11.15)	
			G18.5	
			4ª (11.00-11.30)	

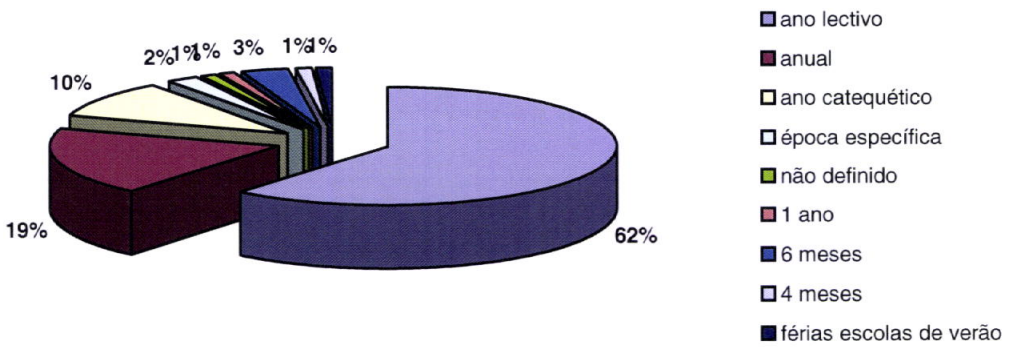
Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.6. Duração

Neste item verificamos que 62% das actividades têm a duração de um ano lectivo e 19% a de um ano civil.

Registam-se igualmente 10% com duração de um ano catequético, sendo que as restantes têm uma duração de 4 ou 6 meses, férias escolares de Verão ou épocas específicas (Gráfico 33).

Gráfico 33 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (duração)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

Nas cinco freguesias, registam-se 55 actividades de aprendizagem a decorrer durante o ano lectivo, das quais 25 são desenvolvidas na freguesia de Gavião e 15 nas freguesias de Margem e Comenda, respectivamente.

Com duração anual existem 17 actividades na totalidade, 10 na freguesia de Gavião, 4 na freguesia de Comenda, 2 na freguesia de Belver e 1 na freguesia de Margem.

A decorrer durante o ano catequético, encontramos 4 actividades na freguesia de Comenda, e na de Gavião, assim como 1 nas freguesias de Belver e Margem, respectivamente (Tabela 58).

Tabela 58 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: duração

DURAÇÃO	FREGUESIAS							
	B		C		G		M		T
Ano lectivo	0		15		25		15		**55**
Anual	2		4		10		1		**17**
Ano catequético	1		4		3		1		**9**
6 Meses	0		0		3		0		**3**
Época específica	0		0		2		0		**2**
Não definido	0		0		1		0		**1**
1 Ano	0		0		1		0		**1**
4 Meses	0		0		1		0		**1**
Férias escolares de Verão	0		1		0		0		**1**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

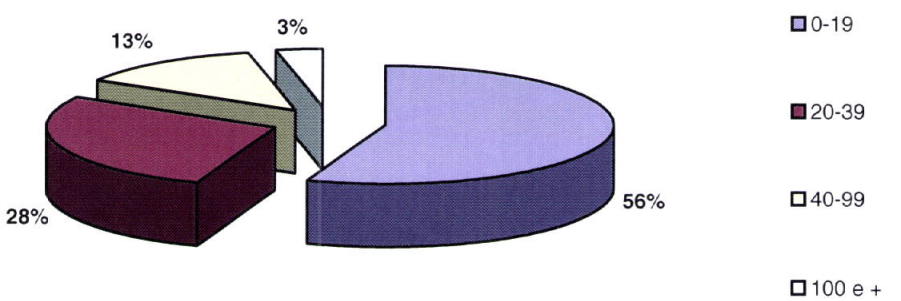
5.5.7. Número de pessoas

A maioria das actividades (56%) é frequentada por um número de pessoas que se situa no intervalo entre os 0-19.

Registam-se 28% de actividades cujo número de frequentadores varia entre 20-39.

Verifica-se em 13% das actividades uma participação entre 40-99 pessoas e só 3% têm uma participação de 100 ou mais pessoas (Gráfico 34).

Gráfico 34 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (número de pessoas)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

A observação da Tabela 59, revela-nos dados importantes relacionados com o número médio de participantes nestas actividades de aprendizagem, salientando-se que em 50% dos casos essa participação se sita no intervalo entre 0-19 pessoas.

À excepção das freguesias de Gavião e Comenda, esta última apenas numa actividade, as restantes freguesias registam nas suas actividades uma participação não superior a 39, podendo este facto explicar-se pela baixa densidade populacional que caracteriza as freguesias que integram o concelho de Gavião.

Na freguesia de Gavião registam-se 11 actividades com participação entre 40-99 pessoas e apenas 3 actividades em que o número de participantes é de 100 ou mais pessoas.

Tabela 59 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: número de pessoas

NÚMERO DE PESSOAS	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO							
	B		C		G		M		T
0-19	2		19		13		16		**50**
20-39	1		4		19		1		**25**
40-99	0		1		11		0		**12**
100 e +	0		0		3		0		**3**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

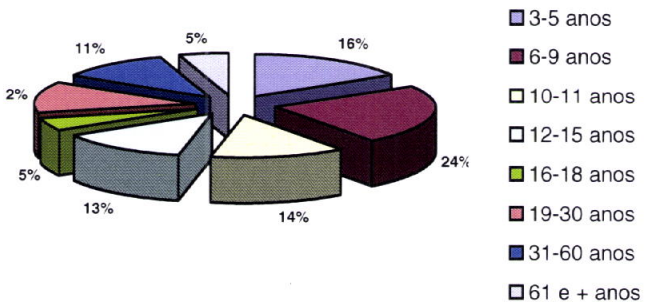
Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.8. Faixa etária (idades)

A observação do Gráfico 35 leva-nos a concluir que as actividades com aprendizagens específicas, desenvolvidas no concelho de Gavião, abrangem de forma bastante homogénea as várias faixas etárias da população, excepto as idades dos 3 e aos 5 anos e dos 61 e mais anos, as quais apresentam os menores valores percentuais (5%).

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Gráfico 35 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (faixa etária - idades)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

Através da consulta da Tabela 60, podemos verificar que na freguesia de Belver não existem actividades frequentadas pela faixa etária dos 3 aos 5 anos.

No que concerne à freguesia de Comenda a distribuição da frequência das actividades com aprendizagem abrange todas as faixas etárias, salientando-se positivamente o número referente à faixa etária 3 aos 5 anos e ainda de forma mais expressiva na fixa que se situa entre os 6 aos 9 anos, o que se explica pelo número de actividades de aprendizagem existentes em contexto escolar.

Ao nível da freguesia de Gavião, a procura de actividades com aprendizagem abrange todas as faixas etárias de forma significativa. No entanto, são os indivíduos com idades compreendidas entre os 3 e os 15 anos os principais frequentadores das actividades existentes nesta freguesia, estando este facto directamente relacionado com a quantidade de população residente na sede de concelho, aliado ao facto de aí se encontrar instalada a Escola Básica Integrada. Também aqui a fixa etária dos 19 aos 60 anos regista um envolvimento considerável nas actividades com aprendizagens.

Na freguesia de Margem, a distribuição de frequência das actividades pelas diferentes faixas etárias é bastante irregular, havendo grupos etários onde não se verifica qualquer participação. Tal como nas restantes freguesias onde existem estabelecimentos de ensino, também nesta freguesia esse facto

se torna evidente, situando-se o maior número de participantes na faixa que se situa entre os 3 e os 9 anos.

Tabela 60 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: faixa etária (idades)

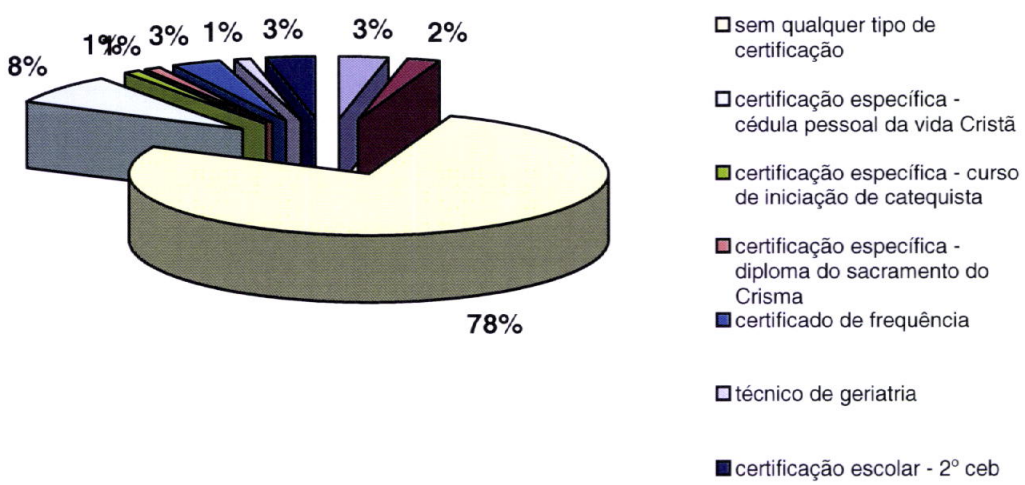
FAIXA ETÁRIA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
3-5	0		7		12		7		**26**
6-9	2		11		16		9		**38**
10-11	2		2		17		1		**22**
12-15	1		4		16		0		**21**
16-18	1		3		4		0		**8**
19-30	2		4		13		1		**20**
31-60	2		3		12		1		**18**
61 e +	1		2		4		1		**8**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.9. Certificação

De acordo com os dados inscritos no Gráfico 36, verifica-se que a 78% das aprendizagens realizadas não é atribuído qualquer tipo de certificação.

Gráfico 36 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (certificação)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

A certificação específica obtida a partir das actividades desenvolvidas no âmbito da religião ocupa 8% dos valores apresentados, ficando a certificação escolar e de frequência em apenas 3%, respectivamente.

A Tabela 61 dá-nos a conhecer o tipo de certificação obtida nas aprendizagens desenvolvidas nas várias freguesias.

A este nível, verifica-se que as aprendizagens sem qualquer tipo de certificação são a grande maioria (69) e que decorrem sobretudo na freguesia de Gavião (33), devido ao facto de ser nesta freguesia que se encontra o maior número de actividades. Seguem-se as freguesias de Comenda e Margem, com respectivamente 19 e 15 aprendizagens não certificadas.

Verificamos ainda a existência de apenas 3 aprendizagens com certificação de frequência, todas elas situadas na freguesia de Gavião.

As aprendizagens com certificação específica, relacionadas com a religião católica, ocorrem em todas as freguesias, à excepção de Atalaia, mas em maior número na freguesia de Comenda (3), seguida das freguesias de Gavião (2), Belver (1) e Margem (1).

Tabela 61 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: certificação

CERTIFICAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Sem qualquer tipo de certificação	2		19		33		15		**69**
Específica (Cédula Pessoal vida Cristã)	1		3		2		1		**7**
Certificação Escolar (1º CEB)	0		1		1		1		**3**
Certificado de frequência	0		0		3		0		**3**
Certificação Escolar (2º CEB)	0		0		3		0		**3**
Certificação Escolar (9º ano)	0		0		2		0		**2**
Específica (Curso de Iniciação de Catequista)	0		0		1		0		**1**
Específica (Diploma do Sacramento do Crisma)	0		1		0		0		**1**
Técnico de Geriatria	0		0		1		0		**1**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.10. Parcerias existentes

A Tabela 62 mostra-nos o envolvimento institucional nas diversas actividades de aprendizagem existentes nas várias freguesias do concelho de Gavião, bem como o número de parcerias institucionais estabelecidas no âmbito das mesmas.

A Câmara Municipal de Gavião surge como o principal parceiro institucional (48 parcerias).

Na freguesia de Gavião existem 28 actividades com a parceria daquela instituição, seguindo-se as freguesias de Comenda e Margem (10).

Em segundo lugar está o número de parcerias com o Ministério da Educação (19), destacando-se novamente a freguesia de Gavião com 9, seguida das freguesias de Comenda e Margem (5).

Em terceiro lugar aparece o envolvimento do Secretariado Diocesano da Catequese (15), o que demonstra o forte dinamismo das actividades de aprendizagem desenvolvidas pela igreja católica neste território.

Em quarto lugar encontramos as parcerias estabelecidas com a Piscina Municipal (14).

Foram também identificadas 11 parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), bem como a existência de 8 parcerias com a Guarda Nacional Republicana (GNR) e com a Associação de Pais e Encarregados de Educação, respectivamente.

De salientar que em todos os casos o maior número de parcerias situa-se na freguesia de Gavião.

Tabela 62 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: parcerias existentes

PARCERIAS EXISTENTES	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Câmara Municipal	0		10		28		10		**48**
Ministério da Educação	0		5		9		5		**19**
Secretariado Diocesano da Catequese	2		6		5		2		**15**
Piscina Municipal	0		2		10		2		**14**
Instituto de Emprego e Formação Profissional	0		2		9		0		**11**
Não aplicável	0		1		7		3		**11**
Guarda Nacional Republicana	0		2		4		2		**8**
Associação de Pais e EE	0		2		4		2		**8**
Junta de Freguesia	0		2		2		2		**6**
Agrupamento de Escolas	0		0		6		0		**6**
Pavilhão Desportivo Municipal	0		0		6		0		**6**
Instituições Particulares de Solidariedade Social	0		4		0		1		**5**
Associações Locais	1		1		0		0		**2**
Instituto Português Juventude	0		1		0		0		**1**
Escola Nacional de Bombeiros	0		0		1		0		**1**
Autoridade Nacional da Protecção Civil	0		0		1		0		**1**
Federação Portuguesa de Natação	0		0		1		0		**1**
Associação de Andebol de Portalegre	0		0		1		0		**1**
Federação Portuguesa de Andebol	0		0		1		0		**1**
Inatel	0		0		1		0		**1**
Associação de Futebol de Portalegre	0		0		1		0		**1**
Unidade de Saúde Pública de Portalegre	0		0		1		0		**1**
Igreja local	0		0		0		0		**0**
Associação Aikido Setúbal	0		0		0		0		**0**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.11. Financiamento

Na Tabela 63 pode verificar-se que a maioria das actividades com aprendizagens são financiadas pela Câmara Municipal de Gavião (47), sendo que 24 dessas actividades decorrem na freguesia de Gavião, 1 na freguesia de Belver, 12 na freguesia de Comenda e 10 na freguesia de Margem.

O Ministério da Educação financia 19 das actividades de aprendizagem desenvolvidas neste território, repartidas da seguinte forma: 9 na freguesia de Gavião; 5 na freguesia de Comenda e 5 na freguesia de Margem.

Pelo facto de muitas das actividades de aprendizagem se desenrolarem em contexto escolar, o Agrupamento de Escolas aparece como um dos principais financiadores dessas mesmas actividades.

Foram identificadas 16 situações de aprendizagens financiadas pelas famílias/ destinatários, 10 na freguesia de Gavião, 4 na freguesia de Comenda e 2 na freguesia de Margem.

Em 12 dos casos identificados, são as instituições que financiam estas actividades de aprendizagem, através dos seus próprios fundos, sendo este facto mais evidente na freguesia de Gavião (9).

Tabela 63 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: financiamento

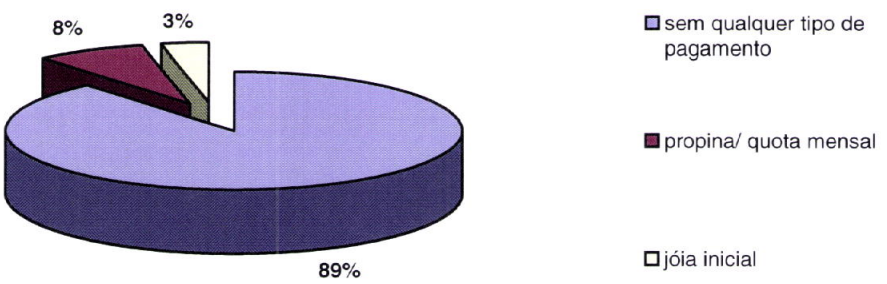
FINANCIAMENTO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Câmara Municipal	1		12		24		10		**47**
Agrupamento de Escolas	0		5		13		5		**23**
Ministério da Educação	0		5		9		5		**19**
Famílias/ destinatários	0		4		10		2		**16**
Paróquia	2		6		5		2		**15**
Junta de Freguesia	1		4		7		2		**14**
IEFP	0		4		9		0		**13**
Fundos próprios	1		2		9		0		**12**
Associação de Pais e EE	0		2		4		2		**8**
Ministério da Ad. Interna	0		2		4		2		**8**
IPJ	1		3		2		0		**6**
DRCA	1		2		2		0		**5**
Inatel	1		2		2		0		**5**
Ministério da Saúde	0		0		1		0		**1**
Segurança Social	0		0		0		0		**0**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.12. Pagamento

O Gráfico 37 mostra-nos que 89% destas actividades são gratuitas. Só 8% obrigam ao pagamento de uma quota ou propina mensal e apenas 3% necessitam do pagamento de uma jóia inicial.

Gráfico 37 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (pagamento)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

Das 90 actividades de aprendizagem sinalizadas, 80 são gratuitas, não implicando qualquer tipo de pagamento por parte daqueles que as frequentam.

A análise por freguesia revela que existem 39 actividades gratuitas na freguesia de Gavião, 2 na freguesia de Belver, 22 na freguesia de Comenda e 16 na freguesia de Margem.

Com pagamento de propina ou quota mensal existem 5 actividades na freguesia de Gavião e 2 na freguesia de Comenda.

Com recurso ao pagamento de uma jóia inicial existem apenas 2 actividades na freguesia de Gavião e 1 na freguesia de Margem (Tabela 64).

Tabela 64 -- actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: pagamento

PAGAMENTO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Sem qualquer tipo de pagamento	3		22		39		16		**80**
Propina/ quota mensal	0		2		5		0		**7**
Jóia inicial	0		0		2		1		**3**
TOTAL	**3**		**24**		**46**		**17**		**90**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

5.5.13. Relevância

Na Tabela 65 estão registados os aspectos mais relevantes, referidos pelas instituições, relativamente à importância das aprendizagens.

Verifica-se que os aspectos identificados como "desenvolvimento de saberes" e "aquisição de competências e valores" aparecem assinalados em 89 das 90 aprendizagens desenvolvidas.

A variável "valorização pessoal" aparece em segunda posição, tendo sido enumerada 82 vezes.

A "ocupação de tempos livres" foi referida 20 vezes, o "incentivo à prática desportiva" 16 vezes e a "qualificação escolar" apenas 8 vezes.

É na freguesia de Gavião que os números são mais expressivos, também por aí se desenvolverem o maior número de actividades de aprendizagem.

Tabela 65 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: relevância

RELEVÂNCIA	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B		C		G		M		T
Desenvolvimento de saberes	3		24		45		17		**89**
Aquisição de competências e valores	3		24		45		17		**89**
Valorização pessoal	3		24		39		16		**82**
Ocupação de tempo livre	1		4		15		0		**20**
Apoio às famílias	0		8		5		6		**19**
Incentivo à prática desportiva	0		3		10		3		**16**
Incentivo à prática musical	0		4		5		2		**11**
Formar civicamente/ Cristãmente	1		5		2		1		**9**
Qualificação escolar	0		1		6		1		**8**
Aprofundamento da Fé Cristã	1		1		2		1		**5**
Promoção de raízes culturais	0		2		2		0		**4**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

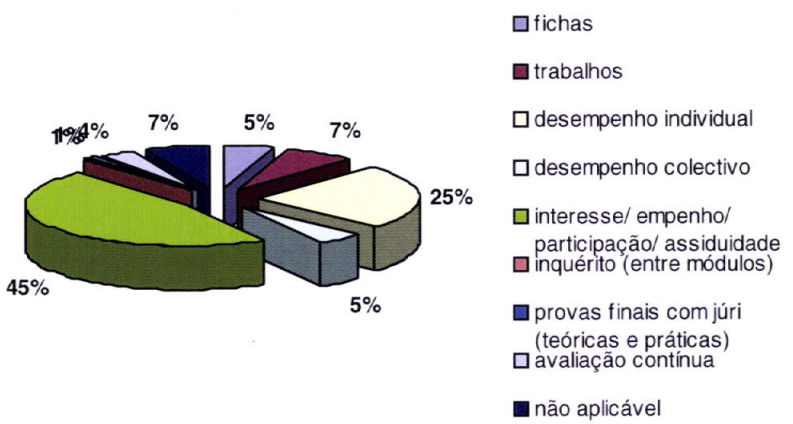
5.5.14. Avaliação

O Gráfico 38 mostra-nos as modalidades de avaliação existentes nas diferentes actividades de aprendizagem.

Verifica-se que em 45% a avaliação é realizada tendo em conta o interesse, o empenho, a participação e a assiduidade dos participantes.

Em 25% dos casos essa avaliação é feita pela análise do desempenho individual, em 7% pela realização de trabalhos, em 5% feitura de fichas, em 5% pelo desempenho colectivo e em 7% dos casos esta variável não tem aplicação.

Gráfico 38 – actividades com aprendizagens especificas no concelho (avaliação)



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

A freguesia que regista maior número de actividades com avaliação feita através do interesse, empenho, participação e assiduidade dos participantes é a de Gavião (39), seguida da freguesia de Comenda (21), freguesia de Margem (14) e freguesia de Belver (2). O desempenho individual também assume um papel bastante importante neste domínio. Só na freguesia de Gavião constata-se a existência de 24 actividades que integram este aspecto avaliativo.

Tabela 66 – actividades com aprendizagens específicas nas freguesias: avaliação

AVALIAÇÃO	FREGUESIAS DO CONCELHO DE GAVIÃO								
	B	%	C	%	G	%	M	%	T
Interesse/ empenho/ participação/ assiduidade	2		21		39		14		**76**
Desempenho individual	0		9		24		6		**41**
Trabalhos	0		1		10		1		**12**
Não aplicável	0		3		5		3		**11**
Fichas	0		1		6		1		**8**
Desempenho colectivo	1		1		6		0		**8**
Avaliação contínua	0		1		4		1		**6**
Inquérito (entre módulos)	0		0		1		0		**1**
Provas finais com júri (teóricas e práticas)	0		0		1		0		**1**

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

A realização de trabalhos é utilizada como modalidade de avaliação em 10 actividades da freguesia de Gavião e unicamente em 1 das freguesias de Comenda e Margem, respectivamente.

5.6. Síntese comparativa da realidade

Depois de apresentarmos os dados referentes à caracterização institucional dos anos lectivos de 2005-2006 e 2006-2007, bem como aos dois momentos de recolha, respeitantes ao mesmo período temporal, importa agora registar as principais conclusões, retiradas da análise comparativa de ambos os levantamentos, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes (maiores diferenças, principais semelhanças, o que surge de novo, o que desaparece).

5.6.1. Cartografia Institucional do Concelho de Gavião: anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007

A partir da caracterização institucional conclui-se, entre outros aspectos, que existe um número considerável de instituições sem actividades que envolvam aprendizagens relevantes.

Normalmente o número de associados é considerável, dada a dimensão deste tipo de instituições e das próprias localidades onde estão inseridas, no entanto existe uma grande dificuldade na mobilização de pessoas interessadas para colaborar nas tarefas directivas. O nível de escolaridade dos dirigentes associativos é muito baixo, o que se repercute na forma como estes espaços são geridos. Verifica-se uma grande falta de formação no que concerne à elaboração de Planos de Actividades, Orçamentos, Relatórios de Actividades, Relatórios de Contas e Actas o que, na nossa perspectiva, condiciona logo à partida todo o processo. As pessoas com alguma formação escolar não estão muito vocacionadas para este género de voluntariado. São os "mais velhos" que ainda vão tomando conta dos destinos destes ambientes e a eles se deve, na sua maioria, algumas das poucas actividades que se vão, a muito esforço, conseguindo desenvolver.

Outro aspecto a reter prende-se com algumas das actividades praticadas, sendo de notar uma clara divisão entre o norte e o sul do Rio Tejo. A norte, com características marcadamente Beirãs, existe uma tendência evidente para os jogos tradicionais (Malha e Burro), enquanto que a sul há uma

maior inclinação para os desportos colectivos (futebol, por exemplo). A música e o desporto assumem um papel bastante relevante neste território.

Na Freguesia de Belver, em particular, é de salientar um acentuado envelhecimento da população, o que se explica pela existência, em 2004-2005, de apenas um estabelecimento de ensino (escola do 1° CEB), o qual desaparece em 2006-2007, fruto das novas politicas de reordenamento da rede escolar.

A Freguesia de Gavião é aquela onde se verifica a maior concentração de actividades culturais, desportivas e escolares.

Na Freguesia de Comenda a música tem um estatuto preponderante em matéria de aprendizagens.

É igualmente de salientar o grande investimento realizado ao nível da qualidade/ habilitação dos técnicos envolvidos, possuindo praticamente todos formação superior especializada.

A maioria das actividades de aprendizagem acontece em locais apropriados para o efeito. Na generalidade estas instituições dispõem de bons espaços.

No que respeita aos horários, existem claramente coincidências, o pode dificultar a gestão simultânea de actividades, bem como originar uma certa "concorrência" directa entre as várias valências à disposição da comunidade, concretamente na Freguesia de Gavião, para além de que muitas destas actividades de aprendizagem ocorrem mais que uma vez por semana.

Excepto as actividades de âmbito escolar, religioso e algumas de cariz desportivo, todas as outras funcionam praticamente durante todo o ano, sendo as mesmas bastante participadas.

De salientar o facto de um número considerável de pessoas com uma determinada idade não aparecer identificado nalgumas actividades, como as musicais e desportivas, levando a podermos considerar que uma determinada faixa etária não se expõe nesses ambientes de aprendizagem.

Importa igualmente mencionar que todas estas actividades são de extrema relevância para as comunidades onde as mesmas se desenvolvem, na medida em que possibilitam um conjunto de interacções e de vivências pessoais e colectivas impossíveis de conseguir por outra via.

Por último não podemos deixar de referir que grande percentagem das aprendizagens que ocorrem neste território é da responsabilidade das instituições locais que as promovem.

5.6.2. Cartografia Educacional do Concelho de Gavião (Actividades com Aprendizagens Específicas): anos lectivos de 2004-2005 e 2006-2007

O primeiro aspecto digno de registo tem exactamente a ver com a tipologia organizacional dos ambientes de aprendizagem.

A partir da análise das Tabelas 67 e 68 podemos concluir que as actividades desenvolvidas nos ambientes de aprendizagem existentes em 2004-2005 são consideravelmente diferentes das praticadas em 2006-2007.

Em termos gerais, as actividades desenvolvidas em ambientes escolares sobem de 28% em 2004-2005 para 49% em 2006-2007, o que revela um claro assumir de responsabilidades por parte da escola pública, facto directamente relacionado com o **significativo aumento da quantidade de aprendizagens proporcionadas em contexto escolar** (25 aprendizagens em 2004-2005 e 44 em 2006-2007).

Por outro lado, contrariamente a 2004-2005 em que as actividades então existentes tinham a sua maior expressão na freguesia de Gavião, por aí se encontrar instalada a Escola Básica Integrada, **a distribuição destas actividades em 2006-2007, para além de ser em maior número, é muito mais equilibrada pelas restantes freguesias com estabelecimentos de ensino.**

Em 2006-2007 aparecem novas actividades para o 1º CEB (ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva, apoio ao estudo, informática), no âmbito de Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, bem como para o pré-escolar (iniciação ao inglês, iniciação musical, iniciação á informática) financiadas pela Câmara Municipal de Gavião, o que faz com que os respectivos estabelecimentos de ensino estejam abertos até às 17.30 horas, no mínimo.

No âmbito dos "outros ambientes da comunidade", as diferenças são praticamente inexistentes, havendo um ligeiro aumento de 5% para 8%.

A nível dos ambientes desportivos, houve uma diminuição das actividades existentes em 2006-2007 (19%) face àquele que se verificava em 2004-2005 (26%), o que se deve ao facto de algumas dessas actividades passarem a ser desenvolvidas nos espaços das escolas do 1º CEB e jardins-de-infância, contrariamente a 2004-2005 em que, à semelhança do que ainda se passa com a natação, essas actividades eram praticadas na íntegra no pavilhão desportivo municipal.

Actualmente e de acordo com o disposto no ponto 5 do Despacho nº 12591/2006, de 16 de Junho, as escolas têm de permanecer abertas no mínimo oito horas diárias, levando a que, independentemente da qualidade das aprendizagens, se tente optar no sentido destas ocorrerem no contexto dos espaços escolares (freguesias de Comenda e Margem).

Ao nível das aprendizagens desenvolvidas nas associações locais, a redução é drástica: 25% em 2004-2005 e 8% em 2006-2007. Em 2004-2005, um quarto das aprendizagens desenvolvidas neste território aconteciam nas associações locais, passando de 22 aprendizagens em 2004-2005 para apenas 7 em 2006-2007.

A título de exemplo, só na freguesia de Belver houve uma quebra de 92%, passando de 13 actividades em 2004-2005 para apenas 1 em 2006-2007, verificando-se o mesmo na freguesia de Margem, que em 2004-2005 tinha 3 actividades desenvolvidas nestes ambientes de aprendizagem não se verificando nenhuma em 2006-2007.

Este facto explica-se através do papel desempenhado pelo ensino recorrente e educação extra-escolar, altamente marcante neste concelho, o que se deve, em parte, ao forte dinamismo dos seus coordenadores concelhios. Em 2004-2005, funcionavam 4 "cursos" de alfabetização de nível básico 1 (1º CEB) e 17 actividades de aprendizagem de âmbito extra-escolar: pintura decorativa; bordados à mão; pintura em gesso/ vitral; pintura em tela/ tecido; manutenção física; adaptação ao meio aquático. Destas, em 2006-2007, apenas existe a adaptação ao meio aquático.

Quanto aos ambientes religiosos, as diferenças são praticamente inexistentes, o que demonstra a forte consolidação destas aprendizagens no contexto dos ambientes em que desenvolvem.

Importa igualmente referir que houve um aumento muito ligeiro na quantidade de actividades com aprendizagens específicas, sendo que em 2004-2005 essas actividades eram 88 e em 2006-2007 passaram para 90.

Tabela 67 – tipologia organizacional dos ambientes de aprendizagem

TIPOLOGIA ORGANIZACIONAL (ambientes de aprendizagem)	FREGUESIAS					
AMBIENTES ESCOLARES	BELVER	COMENDA	GAVIÃO	MARGEM	**TOTAL**	%
Educação Pré-Escolar	0	1	2	1		
Ensino Básico Regular (1º CEB)	1	1	1	1		
Ensino Básico (2º CEB)	0	0	1	0		
Ensino Básico (3º CEB)	0	0	1	0		
Clubes da EBI	0	0	8	0		**28%**
ATL	0	0	1	0		
Escola Segura	0	0	1	0		
Educação extra-escolar	0	2	3	0		
TOTAL	**1**	**4**	**18**	**2**	**25**	
%	**4%**	**16%**	**72%**	**8%**	**100%**	
OUTROS AMBIENTES DA COMUNIDADE						
Formação geral de Bombeiros	0	0	1	0		
EFA B2 "Jardinagem e espaços verdes"	0	0	1	0		**5%**
Curso de Gestão de Comportamentos	0	0	1	0		
Música (ensino de acordeão)	0	0	1	0		
TOTAL	**0**	**0**	**4**	**0**	**4**	
%	**0%**	**0%**	**100%**	**0%**	**100%**	
AMBIENTES DESPORTIVOS						
Natação (pré competição e competição)	0	0	1	0		
Natação (pré-escolar)	0	1	2	1		
Natação (1º CEB)	1	1	1	1		
Adaptação ao meio aquático	0	0	1	0		
Andebol	0	0	1	0		**26%**
Aikido	0	0	1	0		
Ginástica de Manutenção	0	0	1	0		
Actividades Desportivas pré-escolar)	0	1	2	1		
Actividades Desportivas (1º CEB)	1	1	1	1		
Desporto Escolar	0	0	1	0		
Futebol	0	0	1	0		
TOTAL	**2**	**4**	**13**	**4**	**23**	
%	**9%**	**17%**	**57%**	**17%**	**100%**	
ASSOCIAÇÕES LOCAIS						
Escola de Música	0	1	1	0		
Canto Coral – Orfeão	0	1	0	0		
Banda Filarmónica	0	0	1	0		**25%**
Grupo de Cantares	1	0	0	0		
OTL (informática)	0	1	0	0		
Orquestra Típica	0	1	0	0		
Ensino Recorrente (1º CEB)	4	0	0	0		
Educação extra-escolar	8	0	0	3		
TOTAL	**13**	**4**	**2**	**3**	**22**	
%	**59%**	**18%**	**9%**	**14%**	**100%**	
AMBIENTES RELIGIOSOS						
Formação de catequistas	0	0	1	0		
Catequese de itinerário normal	1	3	2	1		**16%**
Catequese de jovens	0	1	0	0		
Catequese de adultos	1	2	1	1		
Aprofundamento Bíblico	0	0	1	0		
TOTAL	**2**	**5**	**5**	**2**	**14**	
%	**14%**	**36%**	**36%**	**14%**	**100%**	
TOTAL GERAL	**18**	**17**	**42**	**11**	**88**	**100%**

Fonte: inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2005)

Tabela 68 – tipologia organizacional dos ambientes de aprendizagem

TIPOLOGIA ORGANIZACIONAL (ambientes de aprendizagem)	FREGUESIAS					
AMBIENTES ESCOLARES	BELVER	COMENDA	GAVIÃO	MARGEM	**TOTAL**	**%**
Educação Pré-Escolar	0	1	2	1		
Ensino Básico Regular (1º CEB)	0	1	1	1		
Ensino Básico (2º CEB)	0	0	1	0		
Ensino Básico (3º CEB)	0	0	1	0		
Clubes (floresta; ambiente; informª; fotografia)	0	0	4	0		
Iniciação ao Inglês (AC/ CAF - pré-escolar)	0	1	1	1		
Iniciação Desportiva (AC - pré-escolar)	0	1	0	1		
Iniciação musical (AC - pré-escolar)	0	1	1	1		
Iniciação à informática (AC/ CAF - pré-escolar)	0	1	1	0		**49%**
Actividade Física e Desportiva (AEC - 1º CEB)	0	1	0	1		
Ensino do Inglês (AEC – 1º CEB)	0	1	1	1		
Ensino da Música (AEC – 1º CEB)	0	0	1	1		
Apoio ao Estudo (AEC – 1º CEB)	0	1	1	1		
Informática (AEC 1º CEB)	0	1	1	1		
Clube "ver, ouvir e contar" (CAF - pré-escolar)	0	0	0	1		
ATL	0	0	1	0		
RVCC – B2	0	0	1	0		
Escola Segura	0	2	1	2		
TOTAL	**0**	**12**	**19**	**13**	**44**	
%	**0%**	**27%**	**43%**	**30%**	**100%**	
OUTROS AMBIENTES DA COMUNIDADE						
Formação geral de Bombeiros	0	0	1	0		
EFA B2 "Apoio familiar e à comunidade"	0	0	1	0		
EFA B3 "Jardinagem e espaços verdes"	0	0	1	0		
Curso de Geriatria	0	0	1	0		**8%**
Curso de Gestão Autárquica	0	0	1	0		
Princípios básicos da HACCP	0	0	1	0		
Música (ensino de acordeão)	0	0	1	0		
TOTAL	**0**	**0**	**7**	**0**	**7**	
%	**0%**	**0%**	**100%**	**0%**	**100%**	
AMBIENTES DESPORTIVOS						
Natação (pré competição e competição)	0	0	1	0		
Natação (AC - pré-escolar)	0	1	2	1		
Natação (AEC – 1º CEB)	0	1	1	1		
Natação (Desporto Escolar)	0	0	1	0		
Adaptação ao meio aquático	0	0	1	0		
Andebol	0	0	1	0		**19%**
Ginástica de Manutenção	0	0	1	0		
Iniciação Desportiva (AC - pré-escolar)	0	0	2	0		
Actividade Física e Desportiva (AEC - 1º CEB)	0	0	1	0		
Desporto Escolar (Futsal)	0	0	1	0		
Futebol	0	0	1	0		
TOTAL	**0**	**2**	**13**	**2**	**17**	
%	**0%**	**12%**	**76%**	**12%**	**100%**	
ASSOCIAÇÕES LOCAIS						
Escola de Música	0	1	1	0		
Canto Coral – Orfeão	0	1	0	0		
Banda Filarmónica	0	0	1	0		
Grupo de Cantares	1	0	0	0		**8%**
OTL (informática)	0	1	0	0		
Ensino da Música (AEC – 1º CEB)	0	1	0	0		
TOTAL	**1**	**4**	**2**	**0**	**7**	
%	**14%**	**57%**	**29%**	**0%**	**100%**	
AMBIENTES RELIGIOSOS						
Formação de catequistas	0	0	1	0		
Catequese de itinerário normal	1	3	2	1		
Catequese de jovens	0	1	0	0		**16%**
Catequese de adultos	1	2	1	1		
Aprofundamento Bíblico	0	0	1	0		
TOTAL	**2**	**6**	**5**	**2**	**15**	
%	**13%**	**40%**	**34%**	**13%**	**100%**	
TOTAL GERAL	**3**	**24**	**46**	**17**	**90**	**100%**

Fonte: inquérito por questionário aplicado (Fevereiro de 2007)

A nível da **responsabilidade organizacional destas actividades não houve alterações significativas**, pelo que a situação se mantém praticamente igual nos dois períodos.

Quanto à **responsabilidade técnica, constatamos que existem diferenças consideráveis em 2006-2007 face à realidade de 2004-2005, surgindo novos intervenientes no processo, nomeadamente professores de inglês, técnicos superiores, sociólogos e profissionais de RVCC**, o que se deve essencialmente ao aparecimento de novas actividades de aprendizagem cuja concretização no terreno passa pelo recurso a técnicos especializados.

Os professores do 2º CEB deixam de assumir a importância quantitativa que tinham em 2004-2005, na medida em que grande parte do seu envolvimento referente a este ano apenas diz respeito às actividades desenvolvidas no âmbito do ensino recorrente e educação extra-escolar, entretanto desaparecidas em 2006-2007.

Também a intervenção dos responsáveis técnicos na área musical aumenta praticamente para o dobro em 2006-2007, uma vez mais devido às actividades de enriquecimento curricular no 1º CEB e actividades complementares no pré-escolar.

A nível da frequência, verifica-se que em 2006-2007 há um aumento do número de actividades realizadas uma vez por semana (43%) face aos 35% de 2004-2005, fenómeno verificado nas freguesias de Gavião, Comenda e Margem, devido à existência das escolas do 1º CEB e jardins-de-infância.

As actividades com periodicidade quinzenal caem para 6% contra os 20% de 2004-2005, surgindo um novo dado em 2006-2007 que se prende com o aparecimento de actividades sem dia definido para acontecerem (6%).

Quanto ao local onde as actividades de aprendizagem se desenvolvem, não nos vamos debruçar sobre esta variável na medida em que a mesma já foi

anteriormente explorada aquando da análise da tipologia organizacional dos ambientes de aprendizagem. **No entanto, importa destacar que no período referente ao ano lectivo de 2006-2007, praticamente metade das aprendizagens se desenvolvem em ambientes escolares (49%)**, ainda que no ano lectivo de 2004-2005 os locais de ocorrência das aprendizagens apresentassem uma distribuição mais heterogénea.

No que diz respeito ao horário, verifica-se também algumas alterações significativas em 2006-2007 relativamente ao que acontecia em 2004-2005. A principal prende-se com a abertura das escolas do 1º CEB até às 17.30 horas, contrariamente a 2004-2005 em que a totalidade destes estabelecimentos de ensino terminavam a sua actividade entre as 15.00 e as 16.00 horas.

Actualmente, e no sentido de se dar cumprimento no disposto no ponto 5 do despacho anteriormente referido, estes estabelecimentos de ensino encerram às 17.30 horas. Também a resposta dada pelos jardins-de-infância, no que concerne à componente de apoio à família, apresenta em 2006-2007 uma nova organização, levando que estes espaços abram as suas portas por volta das 08.00 horas e terminando pelas 18.00 horas, excepto em Moinho do Torrão (freguesia de Margem) onde, por opção das famílias, tal prática não acontece.

Fruto desta nova reorganização escolar, **as actividades desenvolvidas noutros ambientes de aprendizagem (catequese, escola de música, natação, etc.) têm de iniciar a sua actividade a partir das 18.00 horas e mesmo condensar algumas dessas actividades nos fins-de-semana**, pois só por volta das 18.00 horas podem contar com a participação das crianças dos 6 aos 9 anos, sendo que, na esmagadora maioria, esta é a faixa etária que mais frequenta este tipo de actividades de aprendizagem.

Outro aspecto que merece a nossa atenção relaciona-se com o facto das actividades de enriquecimento curricular terem de acontecer fora das 25 horas lectivas, o que não acontecia em 2004-2005 com as actividades que

existiam, nomeadamente da área desportiva, as quais eram desenvolvidas dentro do período lectivo.

No que diz respeito à duração, os dados de ambos os períodos são praticamente coincidentes, verificando-se que a grande maioria das aprendizagens ocorre durante o ano lectivo, dado as mesmas estarem directamente relacionadas com os ambientes formais de educação.

Também **o número de pessoas que participam nas actividades de aprendizagem permanece praticamente inalterado de um período para outro**, em que a média do número de participantes se sitia entre os 0 e 19 pessoas (55% em 2004-2005 e 56% em 2006-2007), o que se deve à baixa densidade populacional do concelho.

Ao nível das faixas etárias dos participantes, constatamos que as alterações ocorridas em 2006-2007, face ao que acontecia em 2004-2005, são algo significativas. Enquanto que a distribuição etária em 2004-2005 era bastante homogénea, **em 2006-2007 temos um aumento considerável da faixa etária dos 6 aos 9 anos**. O oposto verifica-se na faixa etária dos 61 e mais anos que em 2004-2005 via a sua participação nos 13% e em 2006-2007 em apenas 5%, o que se explica pela redução do ensino recorrente (cursos de alfabetização de 1º CEB) e educação extra-escolar.

Ao nível da certificação, **em 2006-2007 aumentaram consideravelmente as actividades de aprendizagem sem qualquer tipo de certificação (78%), quando em 2004-2005 este valor era de 58%. Contrariamente a 2006-2007, as aprendizagens às quais eram conferidas um certificado de frequência caíram para 3%, quando em 2004-2005 eram de 19%, o que mais uma vez se deve à não existência da educação extra-escolar** e ao aparecimento das actividades de enriquecimento curricular para o 1º CEB.

Ainda que com um ligeiro decréscimo face a 2004-2005, **a Câmara Municipal de Gavião continua a aparecer como a primeira entidade**

parceira, estando em ambos os casos praticamente presente em mais de metade das actividades de aprendizagem, o que demonstra o forte entrosamento entre as autarquias e a educação, pois se um grande número das aprendizagens se desenvolvem em ambientes escolares, através da análise das parcerias institucionais verificamos que também no concelho de Gavião essa é uma realidade que já se encontra instituída.

O Ministério da Educação é também um parceiro importante neste processo, ainda que com menos enfoque em 2006-2007, surgindo com 19 parcerias estabelecidas contra 30 em 2004-2005.

A Piscina Municipal acaba por se revelar uma infra-estrutura colectiva muito presente nas actividades de aprendizagem com a qual se estabelecem 14 parcerias em 2006-2007, o que demonstra o grande envolvimento deste espaço no âmbito das actividades de aprendizagem existentes.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional é também um importante parceiro, com 11 parcerias estabelecidas em 2006-2007 e 9 em 2004-2005, tornando-se este facto mais evidente na freguesia de Gavião.

Outro aspecto que importa reter prende-se com o facto do **Secretariado Diocesano da Catequese ter igualmente uma forte presença neste território,** podendo-se concluir que as actividades da catequese têm uma coordenação e uma supervisão quer transborda o meio local, muito contribuindo para isso o forte acompanhamento das estruturas da diocese neste âmbito.

Quanto ao financiamento das actividades de aprendizagem, importe realçar o seguinte:

i) Ao compararmos os dois levantamentos verificamos que a **Câmara Municipal aparece como o principal financiador**. Um aspecto inovador que merece igualmente destaque nesta matéria prende-se com o facto do Agrupamento de Escolas aparecer em segundo lugar no ano de 2006-2007,

com 23 actividades financiadas, contra apenas 6 em 2004-2005. Ao nível das famílias/ destinatários houve um decréscimo em 2006-2007 (16) face ao acorrido em 2004-2005 (36). Também a nível dos fundos próprios houve algumas alterações, verificando-se que a participação financeira das próprias instituições em 2004-2005 era superior (27), sendo que em 2006-2007 aparece apenas referenciada em 12 situações;

ii) No que diz respeito ao pagamento, os dois momentos de recolha evidenciam o mesmo tipo de prática, ou seja, **a grande maioria das actividades de aprendizagem não exigem qualquer tipo de pagamento por parte dos participantes**[15]. Todavia, não sendo prática comum, **nota-se já alguma sensibilidade por parte das pessoas no que concerne ao investimento na sua própria aprendizagem, levando ao pagamento, ainda que algo insignificante, de algumas das actividades frequentadas.**

Os aspectos relacionados com a relevância das aprendizagens acabam por ser igualmente coincidentes em ambos os períodos, prevalecendo o desenvolvimento de saberes, a aquisição de competências e valores e a valorização pessoal, o que traduz a importância que é dada a estas actividades.

Outro detalhe que importa referir é o facto de em 19 das actividades desenvolvidas em 2006-2007 ter sido referido o apoio às famílias como algo relevante, e de forma muito equilibrada nas três freguesias, o que não deixa de ser um dado importante, tendo em conta que no ano de 2004-2005 este aspecto foi referido apenas 2 vezes. **Também a referência à ocupação do tempo livre caiu para praticamente metade de 2004-2005 para 2006-2007**, o que demonstra que a estas actividades de aprendizagem é dada uma importância que vai para além da ocupação do tempo livre dos participantes.

Ao nível da avaliação, os aspectos comparados em ambos os períodos são praticamente iguais, apenas há a registar que em 2006-2007

[15] Esta condição encontra-se reforçada no ponto 22 do Despacho 12591/2006, ao referir que "As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita (...)".

surgem dados referentes a duas novas formas de avaliar (provas práticas com júri e avaliação contínua). Para além destas, o interesse, empenho, participação e assiduidade, associado ao desempenho individual acabam por ser os aspectos mais presentes na avaliação das actividades de aprendizagem identificadas neste estudo.

Capítulo 6 – Considerações Finais

6.1. Conclusões

De acordo com o proposto por B. Nico (2001: 477), e no sentido de apresentarmos, de forma sistematizada, procurando não recorrer a repetições dispensáveis das conclusões, a que, entretanto, fomos chegando no decorrer deste trabalho de investigação, optámos por definir quatro níveis de apresentação das conclusões:

- Nível descritivo;
- Nível crítico da estrutura da investigação;
- Nível crítico da instrumentalidade da investigação;
- Nível crítico para o investigador.

6.1.1. Nível descritivo

A partir dos resultados obtidos nesta investigação podemos extrair as seguintes conclusões, face às questões que foram consideradas no início deste estudo:

1. Em 2006-2007, quando comparados com o ano lectivo de 2004-2005, os ambientes de aprendizagem formal, como consequência das orientações emanadas das novas medidas de politica educativa para o 1º CEB, desempenham um papel muito mais activo ao nível da quantidade e diversidade das oportunidades de aprendizagem disponibilizadas à faixa etária dos 6 aos 9 anos;

2. Quando comparado com o ano lectivo de 2004-2005, e ao nível dos estabelecimentos de ensino do 1º CEB presentes nas várias freguesias, a distribuição das actividades de aprendizagem facultadas aos alunos que frequentam este nível de ensino, no ano lectivo de 2006-2007, é muito mais equilibrada e diversificada, o que se deve à implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular;

3. No ano lectivo de 2006-2007 a quantidade e diversidade de aprendizagens desenvolvidas em contextos não formais, quando comparado com o ano lectivo de 2004-2005, é significativamente inferior, o que se deve à extinção da Coordenação Concelhia do ensino recorrente e educação extra-escolar e ao consequente abandono deste tipo de formação, de acordo com as recentes orientações políticas sobre esta matéria;

4. As oportunidades de aprendizagem, dirigidas à faixa etária com 61 e mais anos, no ano lectivo de 2006-2007, foram drasticamente reduzidas, quando comparadas com o ano lectivo de 2004-2005.

Aproveitamos, ainda, para reforçar que, no decorrer deste estudo, tivemos a preocupação de analisar, com o rigor possível, uma realidade objectiva, inserida num determinado contexto territorial – o caso do concelho de Gavião, pelo que não nos parece legítimo, nem foi esse o nosso propósito, que as conclusões retiradas desta investigação sejam generalizáveis a outras amplitudes contextuais.

Todavia, ao tentarmos conhecer e compreender o impacto causado pelas novas medidas de politica educativa destinadas ao 1º Ciclo do Ensino Básico e à Educação de Adultos junto da oferta local dos ambientes de aprendizagem, julgamos, com toda a humildade, ter podido contribuir para uma avaliação mais aprofundada da problemática em estudo.

6.1.2. Nível crítico da estrutura da investigação

Considerando o cariz dinâmico e evolutivo do contexto em que trabalhámos, assumimos, desde o início desta investigação, adoptar uma metodologia também ela dinâmica e evolutiva.

Outra das características fundamentais da presente investigação decorreu da necessidade de dilatarmos o nosso estudo por um período de três anos lectivos, na tentativa de obtermos dados suficientes que nos permitissem realizar uma análise comparativa condizente com os objectivos de partida.

Outro aspecto, que caracteriza este trabalho de investigação, prende-se com o facto de termos utilizado instrumentos, especificamente adaptados e aferidos para o contexto local em que foram aplicados.

Por último, teremos, necessariamente, de voltar a referir uma dimensão estrutural desta pesquisa, que, em nossa opinião será, eventualmente, a mais importante: a utilização de uma *metodologia bidimensional* (B. Nico, 2001: 480). De facto, ao recorrermos às abordagens qualitativa e quantitativa, assumindo, desde o início, a segunda como um complemento indispensável da primeira, pensamos ter conferido à nossa metodologia a plasticidade suficiente para podermos aceder a mais dimensões da realidade, do que aquelas a que acederíamos, se tivéssemos optado, exclusivamente, por uma abordagem unidimensional.

Destacamos os seguintes principais aspectos positivos do desenho investigativo que utilizámos:

- A investigação decorreu em situação real, com todo o carácter evolutivo, dinâmico, histórico e imprevisível que a realidade sempre apresenta;

- A total disponibilidade das instituições inquiridas, através dos seus responsáveis, o que permitiu ter acesso a um conjunto de dados, imprescindíveis a um bom conhecimento e interpretação da realidade encontrada;

- O estabelecimento de uma boa relação pessoal entre o investigador e os (as) dirigentes das instituições identificadas no território em

estudo, facto que permitiu potenciar as informações veiculadas por estes;

Como aspecto menos positivo do presente estudo, salientaremos o seguinte:

- O reduzido tempo disponível para dedicar à intervenção, fruto dos nossos compromissos profissionais;

- O longo período de tempo em que se desenvolveu a investigação.

6.1.3. Nível crítico da instrumentalidade da investigação

Ao centrarmos a nossa intervenção nos ambientes de aprendizagem formais, não formais e informais presentes no concelho de Gavião, optámos, conscientemente, por emprestar à nossa investigação uma dimensão de realismo muito forte, dando especial enfoque às actividades realizadas no âmbito do 1° CEB e da Educação de Adultos.

No que se refere ao 1° Ciclo do Ensino Básico, destacamos a organização do **Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1° CEB** e verificamos, com satisfação, que o mesmo foi implantado, neste território, de acordo com as orientações logísticas e pedagógicas patentes no respectivo Despacho legal, o que confere um excelente grau de qualidade às aprendizagens desenvolvidas.

Nesta perspectiva, o próprio conceito de **Enriquecimento Curricular** poderá, em nossa opinião, contribuir para a reflexão acerca do que poderá ser o novo paradigma do currículo do 1° CEB, particularmente no que concerne à generalização da língua Inglesa, ao nível do 1° CEB, com particular incidência nos 3° e 4° anos, assim como às áreas das expressões artísticas e físicas e desportivas. Um paradigma em que as questões relacionadas com a gestão curricular e de enriquecimento desse mesmo currículo possam ser cada vez

mais assumidas, de forma partilhada e, consequentemente, responsável, por todos os parceiros educativos, em especial aqueles com maior representatividade na comunidade educativa, bem como pelas várias estruturas de gestão e administração dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, nomeadamente ao nível dos órgãos pedagógicos.

No fundo, é nossa convicção de que teremos dado um pequeno contributo para a construção de uma visão que reflecte a relevância que estas actividades de enriquecimento curricular representam no contexto territorial em que se inserem.

No que se refere à **Educação de Adultos**, os resultados que obtivemos evidenciam a existência de um declarado abandono das políticas educativas que sustentavam a manutenção de um conjunto de actividades de aprendizagem dirigidas às faixas etárias mais avançadas, em particular, e no caso concreto do concelho de Gavião, são os indivíduos com 61 e mais anos que maioritariamente sentiram essa mudança. As actividades de aprendizagem anteriormente referenciadas encontravam-se ancoradas nos cursos de alfabetização do primeiro nível do ensino básico (ensino recorrente), complementadas com vários cursos socioprofissionais (educação extra-escolar). Com a alteração da rota das políticas educativas, assistimos a um desenho de ofertas educativas caracterizado por uma aposta clara ao nível das camadas mais jovens e a um definhar das oportunidades de aprendizagem disponibilizadas aos menos jovens, a quem, por múltiplas razões, não foi dada a possibilidade de aprender, mais e melhor.

Esta realidade leva-nos a questionar a eficácia destas políticas educativas e o impacto que, necessariamente, terão ao nível dos vários territórios, nomeadamente aqueles que se situam em espaço rural, como é o caso que serviu de contexto a este estudo.

Do ponto de vista institucional, tendo sido esta uma investigação concebida para o contexto específico do concelho de Gavião, os seus resultados revelar-se-ão, eventualmente, úteis para a definição de políticas

locais de intervenção junto das comunidades deste território, bem como para a reflexão, extraordinariamente necessária, sobre a realidade existente.

6.1.4 Nível crítico para o investigador

Como já anteriormente referimos, existe uma grande e vital relação entre o objecto deste estudo e a própria história de vida do investigador. Esta investigação não responde unicamente às solicitações decorrentes das funções que, profissionalmente, desempenhamos, mas encontra as suas raízes na própria vida daquele que a realizou.

Investigar sobre o que se faz é sempre uma forma de promover a autoformação. Foi nesta perspectiva que encarámos esta caminhada. De facto, enquanto Coordenador Educativo de uma determinada região, sentimos a necessidade de reflectir sobre a relação que deve existir entre o que dizemos e o que fazemos. Relação que, em nossa opinião, não será, eventualmente, a mais linear, na maioria das situações. Este projecto de investigação, que iniciámos com a frequência de um Curso de Mestrado em Educação – Variante Administração Escolar, pretende também dar satisfação às nossas próprias necessidades de formação, no sentido de exercermos, de forma mais adequada, as nossas funções de acompanhamento e coordenação das políticas educativas. Aproveitar a possibilidade de utilizar a função de pesquisa, como instrumento de aperfeiçoamento pessoal e profissional, pareceu-nos uma oportunidade que não deveríamos desperdiçar. Provavelmente, ao localizarmos a nossa investigação no concelho de Gavião – e ficando expostos às nossas próprias circunstâncias afectivas de actores locais de promoção educativa e formativa – comprometemos, eventualmente, o alcance da nossa pesquisa. "*No entanto, não temos muitas dúvidas que a nossa investigação, se pouco contribuirá para o «estado geral da arte», contribuirá bastante, assim o esperamos, para o (...)* «estado da arte no território em estudo», do qual, com muito orgulho, fazemos parte (B. Nico, 2001: 486).

6.2 Sugestões e recomendações

Antes de darmos o nosso trabalho por concluído, resta-nos expressar algumas reflexões construídas ao longo da sua elaboração e que poderão, eventualmente, dirigidas a quem, com responsabilidade e/ ou sensibilidade para estas temáticas, possa e/ ou queira levá-las em consideração:

i) Ao concluirmos que uma significativa percentagem de instituições apresentam lacunas no que concerne às formalidades administrativas e contabilísticas, seria interessante e de muita utilidade a promoção de uma formação vocacionada para dirigentes associativos, com vista a que os constrangimentos encontrados a este nível possam ser paulatinamente ultrapassados;

ii) Constatamos igualmente que os ambientes não formais de educação viram a sua acção drasticamente reduzida no que diz respeito ao envolvimento nas actividades de aprendizagem que lhes era característico. Nesse sentido, parece-nos importante que haja uma inversão das actuais políticas, com o objectivo de devolver a esses espaços algum protagonismo saudável, do ponto de vista das aprendizagens desenvolvidas nos territórios, sob pena de que, ao verificar-se a continuidade desta tendência, possamos estar a assistir, negativamente, a uma alteração irreversível da tipologia organizacional desses ambientes de aprendizagem.

iii) Outra preocupação que ressalta do nosso estudo prende-se com o facto das faixas etárias mais avançadas verem as suas oportunidade de aprender praticamente aniquiladas. Parece-nos, pois, pertinente que esta realidade seja urgentemente alterada, criando-se condições para que a aprendizagem no concelho de Gavião se converta numa condição disponível e acessível a todos, independentemente da sua condição etária e social.

iv) Também verificamos que à esmagadora maioria das aprendizagens realizadas neste território não é conferida nenhuma certificação, nem mesmo de participação. Ora, considerando o mundo globalizante no qual todos nos inserimos e os desafios que daí advém, afigura-se-nos de particular relevância o facto de serem criadas condições para que aqueles que usufruem das aprendizagens possam ter acesso à respectiva certificação, a qual, um dia mais tarde, ou mesmo no presente, pode fazer toda a diferença face a outros que, por uma ou outra razão, não tiveram as mesmas oportunidades de aprender.

6.3 Pistas para futuras investigações

Se tomarmos como referência a última década, facilmente se observa que a quantidade de espaços de cariz desportivo, cultural e recreativo tem vindo a aumentar no concelho de Gavião, no geral, e na freguesia com o mesmo nome, em particular.

Também é pacífico assumir-se que os cidadãos residentes nas pequenas Vilas e Aldeias têm direito às mesmas condições e oportunidades do que aqueles que vivem em locais de maior densidade populacional; ou então, é frequente referir-se que o desenvolvimento das áreas mais interiorizadas terá de passar, entre outros factores, pela criação e modernização de espaços das mais variadas vertentes para atrair população, com um especial destaque para aqueles que, pela sua génese, proporcionam momentos de lazer, onde o tempo livre de cada um pode e deve ser rentabilizado da forma mais harmoniosa. Em suma, facultar-se mais e melhores condições que permitam um consequente aumento da qualidade de vida dessas pessoas que, por opção ou condicionadas por esta ou aquela causa, tiveram de permanecer nas regiões vulgarmente designadas por regiões desfavorecidas, como é o caso do concelho de Gavião.

Face ao apresentado anteriormente, também não é menos verdade que devido à fraca densidade populacional transversal a essas zonas, assistimos

ao surgimento de um fenómeno que se caracteriza pela participação das mesmas pessoas em muitas das actividades oferecidas pelas estruturas criadas para o efeito. Convém recordar que unicamente nos debruçamos sobre aquelas instituições onde se praticam actividades que pressupõem aprendizagens.

Hoje em dia é moda as crianças e jovens frequentarem aulas de música, natação, judo, dança, etc., deixando muitas vezes para segundo plano as tarefas escolares e outras, como por exemplo as "brincadeiras" próprias das suas idades, as quais contribuem de forma muito marcante para o seu desenvolvimento pessoal e social. Por outro lado, o facto das crianças e jovens frequentarem muitas actividades em simultâneo pode condicionar o sucesso ao nível da aprendizagem que supostamente deveria existir face ao esforço despendido. Também é certo que nem todas as actividades exigem o mesmo grau de dedicação, no entanto se não existe tempo para se realizarem as tarefas complementares que algumas delas exigem, como é o caso da música, então podemos estar perante uma situação que se vai agravando gradualmente, ou seja, ao avanço progressivo no nível de exigência subjacente ao funcionamento da própria actividade pode não corresponder um grau de desempenho de iguais proporções, porque não houve tempo para rever conteúdos, exercitar fora do contexto real em que dura a actividade, etc. Em suma, poderemos estar na posse de aprendizagens cada vez menos profundas e consolidadas? É outra dimensão do problema...

Na abordagem que efectuámos neste estudo, tentámos centrar mais a nossa atenção no impacto que as novas medidas de politica educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos apresentam junto das instituições e menos no consequente efeito sentido pelos indivíduos.

Contudo, a escolha efectuada fez-nos surgir muitas mais dúvidas que aquelas que tínhamos, ao princípio. São essas curiosidades, que iremos aqui partilhar, na esperança que, das nossas dúvidas, possam nascer questões que se afigurem como propostas ou pistas para novas investigações.

São as seguintes, as dúvidas com que ficámos, ancoradas nas novas medidas de politicas educativas sobre as quais incide, de forma particular, esta investigação:

i) Que evolução ocorrerá ao nível da quantidade e diversidade de ambientes de aprendizagem (formal, não formal e informal) do concelho de Gavião?

ii) Que alterações ocorrerão ao nível do tipo de aprendizagens praticadas pelos indivíduos residentes neste território?

iii) Que consequências terá cada tipo de abordagem à aprendizagem face à quantidade e diversidade dos ambientes de aprendizagem existentes no âmbito das cinco freguesias do concelho de Gavião?

iv) Que relação existirá entre a quantidade e diversidade de ambientes de aprendizagem disponíveis nas freguesias do concelho de Gavião e o perfil de aprendizagem dos indivíduos inseridos neste território?

Quanto a esta investigação – atendendo à curiosidade que nos começa a impelir no sentido de procurarmos resposta para algumas das questões que, entretanto, nos surgiram – diremos que não a acabámos. Está apenas interrompida.

Bibliografia

Albino, José (2004). *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal.* Vialonga: ANIMAR.

Amiguinho, Abílio *et al.* (1994). "Escolas e Processos de Desenvolvimento Comunitário: o exemplo das Escolas Isoladas". *Revista Aprender*, nº16, 45-59.

Apple, Michael & Nóvoa, António (1998). *Paulo Freire: Política e Pedagogia.* Porto: Porto Editora.

Ausubel, David (2003). *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva.* Lisboa: Plátano Edições Técnicas Lda.

Bell, Judith (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação.* Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

Belmiro, Cabrito (2003). "O Ensino Vocacional em Portugal: da promessa dos anos oitenta às novas realidades". *Revista do Fórum Português da Administração Educacional,* nº3, 34-43.

Berbaum, Jean (1992). *Desenvolver a capacidade de aprendizagem.* Lisboa: Escola Superior de educação João de Deus.

Berbaum, Jean (1993). *Aprendizagem e formação.* Porto: Porto Editora.

Bogdan, Robert & Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação.* Porto: Porto Editora.

Cabanas, José (2002). *Teoria da educação – Concepção antinómica da educação.* Porto: Edições Asa.

Cabanas, José (2002). *Teoria da educação – Concepção antinómica da educação.* Porto: Edições Asa.

Calhau, Carlos (2006). *Parcerias entre escolas e outras instituições do concelho de Moura.* Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora, Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Camps, Victoria (1998). *Los valores de la educación.* Madrid: Alauda Anaya.

Canário, Rui & Cabrito, Belmiro (2005). *Educação e Formação de Adultos – Mutações e Convergências.* Lisboa: Educa.

Canário, Rui (1996). "Educação e Território". *Revista Noesis,* nº 38, 55.

Canário, Rui (1997). "Educação e Perspectivas de Desenvolvimento do «Interior»". *Debates da Presidência da República - Perspectivas de Desenvolvimento do Interior, 31-45.* Lisboa: INCM.

Canário, Rui (2000). *Educação de Adultos – Um Campo e uma Problemática* Lisboa: EDUCA/ ANEFA.

Canário, Rui (2005). *O que é a Escola? Um "olhar" sociológico.* Porto: Porto Editora.

Carneiro, Roberto (2001). *Fundamentos da educação e da aprendizagem.* Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Cavaco, Cármen (2002). *Aprender fora da escola – Percursos de formação Experiencial.* Lisboa: Educa.

CNE & CNJ (2001). *Educação e Associativismo – Para além da escola.* Lisboa, Conselho Nacional da Educação/ Ministério da Educação.

CNE (1995). *Educação, Comunidade e Poder Local.* Lisboa, Conselho Nacional da Educação/ Ministério da Educação.

CNE (1997). *Educar e Formar ao Longo da Vida.* Lisboa, Conselho Nacional da Educação/ Ministério da Educação.

Cohen, Louis & Manion, Lawrence (1990). *Métodos de investigación educativa.* Madrid: Editorial La Muralla.

Costa, Jorge *et al.* (2002). "Gestão escolar, autonomia e participação. Balanço de 25 anos de politica educativa em administração escolar". *Revista do Fórum Português da Administração Educacional,* nº2, 64-87.

Costa, Jorge *et al.* (2004). *Gestão Curricular - Percursos de Investigação.* Aveiro: Universidade de Aveiro.

Costa, Jorge *et al.* (2004). *Políticas e Gestão Local da Educação.* Aveiro: Universidade de Aveiro.

D' Oliveira, Teresa (2002). *Teses e dissertações – recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos.* Lisboa: Editora RH.

Delors, Jacques *et al.* (1996). "Educação – um tesouro a descobrir." *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para século XXI.* Rio Tinto: Edições Asa.

Dewey, John (2002). *A Escola e a Sociedade A Criança e o Currículo.* Lisboa: Relógio D' Água.

Dewey, John (2002). *Democracia y educación.* Madrid: Ediciones Morata, S.L.

Dias, José & Araújo, Alberto (1998). *Filosofia da educação – Temas e problemas.* Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho.

Duarte, António (2002). *Aprendizagem, Ensino e Aconselhamento Educacional – Uma perspectiva cognitivo-motivacional.* Porto: Porto Editora.

Eco, Umberto (2004). *Como se Faz uma Tese em Ciências da Educação.* Lisboa: Editorial Presença.

Finger, Matthias & Asún, José (2003). *A Educação de Adultos numa Encruzilhada – Aprender a nossa saída.* Porto: Porto Editora.

Fontes, Alice & Freixo, Ondina (2004). *Vygotsky e a Aprendizagem Cooperativa.* Lisboa: Livros Horizonte.

Formosinho, João *et al.* (1999). *Comunidades Educativas – Novos Desafios à Educação Básica.* Braga: Livraria Minho.

Gomes, Duarte (2000). *Cultura Organizacional – Comunicação e Identidade.* Coimbra: Quarteto Editora.

Goodson, Ivor (2001). *O Currículo em Mudança – Estudos na construção social do currículo.* Porto: Porto Editora.

Hébert, Michelle *et al.* (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas.* Lisboa: Instituto Piaget.

Hill, Manuela Magalhães & Hill, Andrew (2005). *Investigação por Questionário.* Lisboa: Edições Sílabo.

Justino, David (2006). "As time goes by", a educação entre rumos e destinos". *Educação, Temas e Problemas, nº1, 13-36.* Évora: Centro de Investigação em Educação Paulo Freire – Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora - Edições Colibri.

Leite, Carlinda (2005). *Mudanças Curriculares em Portugal – transição para o século XXI.* Porto: Porto Editora.

Libâneo, José (1998). *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez.

Lima, Licínio (2000). *Educação de adultos. Fórum II.* Braga: Universidade do Minho – Unidade de Educação de Adultos.

Lima, Licínio (2006). *Educação não escolar de adultos. Iniciativas de educação e formação em contexto associativo.* Braga: Universidade do Minho – Unidade de Educação de Adultos.

Martins, Édio *et al.* (2000). *Manual para elaboração da Carta Educativa.* Lisboa: Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento – Ministério da Educação.

Martins, Susana (2001). "Novos associativismos espaços renovados de participação, cidadania e educação". *A Revista da ESES*, nº 11, 89-117.

Moreira, António & Pacheco, José (2006). *Globalização e Educação. Desafios para políticas e práticas.* Porto: Porto Editora.

Moreira, António *et al.* (1997). *Currículo: questões atuais.* São Paulo: Papirus Editora.

Neves, José (2000). *Clima Organizacional, Cultura Organizacional e Gestão de Recursos Humanos.* Lisboa: Editora RH.

Nico, Bravo (2001). *Tornar-se Estudante Universitário: contributo do Conforto Académico na definição de uma estratégia Curricular de sucesso (tese de Doutoramento, policopiada).* Évora: Universidade de Évora.

Nico, Bravo (2004). "Cartografia das aprendizagens da freguesia de Torre de coelheiros – a dimensão institucional." *Actas do III simpósio sobre organização e gestão escolar – políticas e gestão local de educação.* Aveiro: Universidade de Aveiro.

Nico, Bravo *et al.* (2004). *Aprender no Alentejo – I Encontro Regional de Educação.* Évora: Departamento de Pedagogia e Educação Universidade de Évora.

Nico, Bravo *et al.* (2004). *Aprender no Alentejo – II Encontro Regional de Educação.* Évora: Departamento de Pedagogia e Educação Universidade de Évora.

Nico, Bravo *et al.* (2005). *Aprender no Alentejo – III Encontro Regional de Educação.* Évora: Departamento de Pedagogia e Educação Universidade de Évora.

Nunes, Dália *et al.* (2006). *Carta Educativa do Gavião.* Portalegre: Associação de Municípios do Norte Alentejano – Câmara Municipal de Gavião.

Oliveira, César *et al.* (1996). *História dos Municípios Portugueses e do Poder Local – dos finais do Idade Média à União Europeia.* Lisboa: Círculo de Leitores.

Osorio, Agustín (2003). *Educação permanente e educação de adultos.* Lisboa: Instituto Piaget – Horizontes Pedagógicos.

Osorio, Agustín (2005). *Educação Permanente e Educação de Adultos.* Lisboa: Instituto Piaget.

Pacheco, J. *et al.* (1999). "Marco Epistemológico". In J. Pacheco (Org.). *Componentes do Processo de Desenvolvimento do Currículo.* Braga: Livraria Minho.

Pacheco, José (2001). *Currículo: Teoria e Praxis.* Porto: Porto Editora.

Pacheco, José (2005). *Estudos Curriculares – Para a Compreensão Crítica da Educação.* Porto: Porto Editora.

Patrício, Manuel (1993). *Lições de Axiologia Educacional.* Lisboa: Universidade Aberta.

Phillips, Estelle M. & Pugh, D.S. (1998). *Como preparar um Mestrado ou Doutoramento.* Mem-Martins: Lyon Multimédia Edições.

Quivy, Raymond & Luc Campenhoudt (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

Ribeiro, António (1995). *Desenvolvimento Curricular.* Lisboa: Texto Editora.

Santos, Ilda *et al.* (2001). "A Administração Educacional em contexto Local". *Revista do Fórum Português da Administração Educacional,* nº1, 54-65.

Santos, Inácio (2001). *Escola Básica Integrada: A dualidade em questão.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional – Ministério da Educação.

Santos, Inácio (2005). *Escola – Cosmética.* Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora, Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Savater, Fernando (1997). *O valor de Educar.* Lisboa: Editorial Presença.

Silva, Adelina *et al.* (2004). *Aprendizagem Auto-Regulada pelo Estudante. Perspectivas Psicológicas e Educacionais.* Porto: Porto Editora.

Silva, Isabel *et al.* (1998). *Dicionário Enciclopédico das freguesias – vol. 4.* Matosinhos: Minhaterra.

Silva, Isabel *et al.* (2002). *Educação e Formação de Adultos. Factor de Desenvolvimento, Inovação e Competitividade.* Lisboa: ANEFA – Ad Litteram.

Silva, Tomás (2000). *Teorias do Currículo.* Porto: Porto Editora.

Silvestre, Carlos (2003). *Educação/ formação de adultos como dimensão dinamizadora do sistema educativo/ formativo.* Lisboa: Instituto Piaget – Horizontes Pedagógicos.

Sousa, Alberto (2005). *Investigação em Educação.* Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, Gonçalo (1998). *Metodologia da investigação – redacção e apresentação de trabalhos científicos.* Porto: Livraria Civilização Editora.

Torres, Leonor (1997). *Cultura Organizacional Escolar.* Oeiras: Celta Editora.

Tuckman, Bruce (2002). *Manual de investigação em educação (2ª edição).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Veiga, José (2005). *Território e Desenvolvimento Local.* Oeiras: Celta Editora.

Vilaça, Helena & Guerra, Paula (2000). *Espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos: o caso da freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira.* Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº10, 79-129.

Legislação Consultada

Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.

Decreto-Lei nº74/91, de 9 de Fevereiro

Despacho nº37/SEEBS/93, de 15 de Setembro

Decreto-Lei nº 77/94, de 9 de Março

Lei nº5/97, de 9 de Fevereiro

Lei nº147/97, de 11 de Junho

Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio.

Lei nº 24/99, de 22 de Abril

Lei nº147/99, de 1 de Setembro

Despacho conjunto nº1083/2000, de 20 de Novembro

Declaração de Rectificação nº 4-A/2001, de 28 de Fevereiro

Portaria nº201/2001, de 13 de Março

Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Maio.

Despacho conjunto nº262/2001, de 22 de Março

Portaria nº1082-A/2001, de 5 de Setembro

Decreto-Lei nº 209/2002, de 17 de Outubro

Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Setembro.

Lei nº13/2003, de 21 de Maio

Despacho conjunto nº24/2005, de 10 de Janeiro

Despacho nº14753/2005, de 26 de Março

Despacho nº16795/2005, de 3 de Agosto

Despacho 22251/2005, de 25 de Outubro

Despacho nº12591/2006, de 16 de Junho

Despacho nº15187/2006,14 de Julho

Despacho nº17342/2006, de 28 de Agosto

Despacho nº19575/2006, de 26 de Setembro

Despacho nº20846/2006, de 13 de Agosto

Portaria nº86/2007, de 12 de Janeiro

Anexos

Anexo 1 – Registo da Caracterização Institucional

(ano lectivo de 2004-2005)

0.	Freguesia	Atalaia (Fevereiro 2005)
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A1 – Clube Atlético e Recreativo de Atalaia**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	26.12.1985
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = participação em torneios de "futebol salão"; organização de torneios de "sueca" e festas de Verão, matança do porco
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	Atalaia (Fevereiro 2005)
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A2 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Atalaia**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (quarta-feira) Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Atalaia (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A3 – Igreja Paroquial de Atalaia**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (domingo) Horário = fixo (manhã)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissões, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Atalaia (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A4 – Junta de Freguesia de Atalaia**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Junta de Freguesia
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Construção do parque infantil e da Casa Mortuária (obras a decorrer) Formação = inexistente Actividades pontuais = passeio dos idosos
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B1 – Associação Cultural e Recreativa de Alvisquer**
1.2.	Número de associados	63
1.3.	Data da Fundação	1982
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final do dia e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = Organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "malha", almoço convívio
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B2 – Associação de Caçadores da Freguesia de Belver**
1.2.	Número de associados	100
1.3.	Data da Fundação	1999
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação de Caça sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Gestão da Zona de Caça Municipal (organização de caçadas, batidas e montarias)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	**Freguesia**	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B3 – Centro de Cultura e Desporto de Areia**
1.2.	Número de associados	80
1.3.	Data da Fundação	12.01.1986
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final do dia e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "malha" e "tiro aos pratos"; Festas de Verão;
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B4 – Centro de Cultura e convívio de Arriachas**
1.2.	Número de associados	110
1.3.	Data da Fundação	1982
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (Bar) Horário = fixo (manhã, tarde e noite)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "malha" e "tiro aos pratos"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ensino Recorrente (1º CEB) = **B4.1** Educação Extra-Escolar (Pintura Decorativa) = **B4.2**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B5 – Centro Cultural e Recreativo de Domingos da Vinha**
1.2.	Número de associados	114
1.3.	Data da Fundação	09.10.1979
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de implantação do Museu Rural de Domingos da Vinha (em construção) Formação = inexistente Actividades pontuais = almoço-convívio
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ensino Recorrente (1º CEB) = **B5.1** Educação Extra-Escolar: Pintura Decorativa = **B5.2** Manutenção Física = **B5.3**
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B6 – Centro de Cultura e Recreio Outeirense**
1.2.	Número de associados	100
1.3.	Data da Fundação	12.12.1980
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação da sede (candidatura a fundos governamentais) Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, almoço-convívio
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Educação Extra-Escolar (Pintura Decorativa) = **B6.1**
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B7 – Centro de Convívio e Cultura da Torre Cimeira**
1.2.	Número de associados	248
1.3.	Data da Fundação	14.02.1977
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha", equipas para o "jogo da malha" com treinos regulares
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ensino Recorrente (1º CEB) = **B7.1** Educação Extra-Escolar (Bordados à mão) = **B7.2**
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B8 – Centro de Convívio e Cultura da Torre Fundeira**
1.2.	Número de associados	300
1.3.	Data da Fundação	10.05.1977
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha", equipas para o "jogo da malha" com treinos regulares
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B9 – Centro Cultural e Recreativo de Vale de Coelho, Furtado e Vilar da Mó**
1.2.	Número de associados	120
1.3.	Data da Fundação	1995
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B10 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Belver**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = três vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras) Horário = fixo (manhã)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B11 – Centro Social Belverense**
1.2.	Número de associados	250
1.3.	Data da Fundação	15.06.1984
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio aos utentes); dias úteis (serviços administrativos); diário (visitas aos utentes) Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = conclusão da construção do Centro Comunitário; aquisição de equipamento Formação = inexistente Actividades pontuais = passeios, comemoração das quadras festivas mais representativas
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B12 – Clube Recreativo e Desportivo Belverense**
1.2.	Número de associados	370
1.3.	Data da Fundação	1956
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos CCD do Inatel
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (Bar) Horário = fixo (manhã, tarde e noite)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de Remodelação do Bar e instalações Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha", torneio do "burro", Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Música – Grupo de Cantares (ver Instituição B21)
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B13 – Igreja não Paroquial de Alvisquer**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B14 – Igreja Paroquial de Belver**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = Religiosa, Litúrgica, Bíblica Actividades pontuais = procissões; comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **B14.1** Catequese de adultos = **B14.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ensino Recorrente (1º CEB) = **B14.3** Educação Extra-Escolar: Manutenção Física = **B 14.4** Pintura em Gesso/ Vitral) = **B 14.5**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B15 – Igreja não Paroquial de Domingos da Vinha**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B16 – Igreja não Paroquial do Outeiro**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B17 – Igreja não Paroquial da Torre Cimeira**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B18 – Igreja não Paroquial da Torre Fundeira**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Educação Extra-Escolar (Pintura Decorativa) = **B18.1**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B19 – Igreja não Paroquial de Vilar do Mó**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B20 – Junta de Freguesia de Belver**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Autarquia local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (sistema simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Posto CTT, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B21 – Orquestra Juvenil de Belver/ Grupo de Cantares "Terras de Guidintesta"**
1.2.	Número de associados	35
1.3.	Data da Fundação	21.03.1989
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos Associação inscrita na RNAJ - IPJ
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de equipamento específico; Formação = inexistente Actividades pontuais = Festival de Cantares, intercâmbios, deslocações internacionais, Encontro D'Artes, edição do jornal "Ecos de Guidintesta", participação em espectáculos
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Música (Grupo de Cantares) = **B21.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B22 – Escola do 1º CEB de Belver**
2.	Número de associados	Não aplicável
3.	Data da Fundação	Não identificado
4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de ensino (Escola do 1º CEB)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (09.00/ 15.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Regular 1º CEB = **B22.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Actividades Desportivas = **B22.2** Natação = **B22.3**

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C1 – Associação Desportiva "IFAL" de Comenda (ADIC)**
1.2.	Número de associados	390
1.3.	Data da Fundação	07.03.1974
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Sem actividade
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Sem actividade
2.3.	Projectos	Sem actividade
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Sem actividade
	Terceiros	Sem actividade
	Parcerias	Sem actividade
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C2 – Associação Recreativa "Os amigos de Vale da Feiteira"**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	A associação encontra-se em fase de legalização
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos (legalmente não constituída)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (comissão instaladora) Contabilidade = própria – não organizada Plano de actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de um relógio para a Capela local Formação = inexistente Actividades pontuais = festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C3 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = três vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras) Horário = fixo (manhã/ tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C4 – Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Ferraria**
1.2.	Número de associados	125
1.3.	Data da Fundação	1988
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, torneios de "sueca" e "bilho", Ponto Internet (desactivado), prova de resistência "todo-o-terreno"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1,1.	Nome da Instituição	**C5 – Escola do 1º CEB de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Escola 1º CEB)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (09.00-15.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação dos espaços exteriores e interiores Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Regular 1º CEB = **C5.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Educação extra-escolar (pintura em tela/ tecido) = **C5.2** Actividades Desportivas = **C5.3** Natação = **C5.4**

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C6 – Igreja Paroquial de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (09.00/ 19.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação do salão paroquial Formação = Religiosa, Litúrgica, Bíblica Actividades pontuais = festa de Nossa Senhora das Necessidades, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **C6.1** Catequese de jovens = **C.6.2** Catequese de adultos = **C6.3**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C7 – Igreja não Paroquial da Ferraria**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de Remodelação da Igreja Formação = Catequese de adultos Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **C7.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C8 – Igreja não Paroquial de Vale da Feiteira**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **C8.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C9 – Jardim-de-Infância de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Jardim-de-Infância)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário: Actividade lectiva (09.30-15.30) Componente de apoio à família (08.00-09.30/ 15.30-17.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Educação Pré-Escolar = **C9.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Actividades Desportivas = **C9.2** Natação = **C9.3** Componente de apoio à família:

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C10 – Junta de Freguesia de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Autarquia Local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (sistema simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Posto CTT, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C11 – Orfeão da Comenda "Estrela da Planície"**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	07.07.1993
1.4.	Natureza jurídica/ Objecto social	Associação sem fins lucrativos CCD do Inatel Associação inscrita na RNAJ – IPJ Filiada na Federação das Bandas Filarmónicas do Distrito de Portalegre
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = variável (em função das aulas e ensaios)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de equipamento específico; Formação = inexistente Actividades pontuais = Concerto da Primavera, Concerto de Natal, intercâmbios, espectáculos, Ponto Internet (desactivado)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Música: Orfeão = **C11.1** Escola de música = **C11.2** Orquestra Típica = **C11.3**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	OTL – Informática = **C11.4**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C12 – Santa Casa da Misericórdia de Gavião – Lar "Nossa Senhora das Necessidades"**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	07.05.2002
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (serviços administrativos, apoio e visitas aos utentes) Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = comemoração dos dias mais representativos, passeios
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C13 – Escola do 1º CEB de Ferraria**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Escola do 1º CEB (desactivada)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Desactivada
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Desactivada
2.3.	Projectos	Desactivada
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Desactivada
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Educação Extra-Escolar (Manutenção Física) = **C13.1**

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G1 – Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	1989
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Gestão da Zona de Caça Municipal (organização de caçadas, batidas e montarias)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G2 – Associação Cultural e Artística da Juventude Gavionense (ACAJUG)**
1.2.	Número de associados	45
1.3.	Data da Fundação	18.07.1997
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos Associação inscrita na RNAJ – IPJ
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "malha", ciclos de cinema, festival de tunas, desportos radicais
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G3 – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Gavião**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	06.06.1995
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de material didáctico Formação = inexistente Actividades pontuais = apoio logístico no desfile de Carnaval, participação monetária na aquisição de bilhetes para a peça de teatro "A menina do Mar", festa/ feira do livro, arraial popular no final do ano lectivo, visitas de estudo (Museu do Pão - Seia; Escola Fixa de Trânsito – Mação; Centro de Ciência Viva – Constância)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	ATL = **G3.1**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G4 – Bombeiros Municipais de Gavião**
1.2.	Número de associados	66
1.3.	Data da Fundação	11.12.1947
1.4.	Natureza jurídica	Bombeiros Municipais
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Diário Horário = contínuo (24 horas)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = formação geral do corpo de bombeiros Actividades pontuais = organização de torneio de "futebol salão", noite de fados, passagem de ano, festa da Primavera, descida do Tejo em canoa, simulacros (escola e meio envolvente)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Formação Geral de Bombeiros = **G4.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	EFA B2 "Jardinagem e espaços verdes" = **G4.2**

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G5 – Câmara Municipal de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica	Autarquia local (Câmara Municipal)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de construção da Biblioteca Municipal, entre outros Formação = inexistente Actividades pontuais = almoço dos seniores, feira de artesanato e gastronomia, feira medieval, comemorações dos dias mais representativos (25 de Abril, feriado municipal, etc.), apoio material, financeiro e logístico a praticamente todas as actividades desenvolvidas pelas Instituições presentes no concelho.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Natação (ver "Piscina Municipal" de Gavião (Instituição G17)
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	EFA B2 (ver "Bombeiros Municipais de Gavião" (Instituição G4)

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G6 – Centro de Cultura e Convívio de Ameira Cova**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	18.02.1982
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (Bar e Sala de Jogos) Horário = fixo (manhã, tarde e noite)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, almoço-convívio, torneios de "sueca", "malha" e "bolho"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G7 – Centro Recreativo e Cultural de Cadafaz**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	24.01.1989
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = irregular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G8 – Centro de Cultura e Desporto da Banda Juvenil de Gavião**
1.2.	Número de associados	160
1.3.	Data da Fundação	Banda Juvenil: 10.06.1989/ CCD: 15.07.1996
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos Associação inscrita na RNAJ – IPJ CCD do Inatel Filiada na Federação das Bandas Filarmónicas do Distrito de Portalegre
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = variável (em função das aulas e ensaios)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de material específico, máquina fotográfica digital e armário expositor Formação = inexistente Actividades pontuais = Deslocações internacionais, espectáculos, participação em eventos culturais/ religiosos/ recreativos promovidos pelas Instituições do Concelho
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Escola de Música = **G8.1** Banda Filarmónica Juvenil = **G8.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G9 – Centro de Saúde de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = POC Plano de Actividades = inexistente Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = Acções no âmbito da Educação para a Saúde Actividades pontuais = sessões de esclarecimento/ informação/ formação relacionados com a saúde pública e o bem-estar das populações. Grande interacção com a comunidade escolar do concelho.
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G10 – Clube Gavionense**
1.2.	Número de associados	300
1.3.	Data da Fundação	1891
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = variável (em função das aulas, treinos e jogos)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = projecto de construção da sede social Formação = inexistente Actividades pontuais = participação e organização de torneios e jogos desportivos, Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Natação = **G10.1** Andebol = **G10.2** **Futebol = G10.3** Ginástica de Manutenção = **G10.4** Aikido = **G10.5**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G11 – Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	1973
1.4.	Natureza jurídica	Estabelecimento de Ensino (Escola Básica Integrada)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (08.30/ 18.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias-Gerais = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = CONTAB Plano de actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Regular: Pré-escolar = **G11.1** 1º CEB = **G11.2** 2º CEB = **G11.3** 3º CEB = **G11.4** **Actividades para ocupação dos alunos:** Clube de Leitura e Escrita = **G11.5** Clube da Matemática (MATEMÁGICA) = **G11.6** Jornal escolar = **G11.7** Clube do Ambiente = **G11.8** Clube de Fotografia = **G11.9** Clube de Francês = **G11.10** Clube de Inglês = **G11.11** Clube de Expressão Plástica (ARTIMANHAS) = **G11.12** Desporto Escolar = **G11.13**
	Terceiros	EFA B2 (ver "Bombeiros Municipais de Gavião" (Instituição G4)
	Parcerias	**Educação Extra-Escolar:** Artes Decorativas = **G11.14** Saberes de Antanho = **G11.15** Manutenção Física = **G11.16** **Actividades complementares:** Iniciação Desportiva (Pré-escolar) = **G11.17** Natação (Pré-escolar) = **G11.18** Actividades Desportivas (1º CEB) = **G11.19** Natação (1º CEB) = **G11.20**

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G12 – Guarda Nacional Republicana**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica	Serviço Público de Segurança dos Cidadãos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Diário Horário = contínuo (24 horas)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = organizado (Sistema específico) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = as definidas para este tipo de instituições, Escola Segura
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Escola Segura = **G12.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G13 – Igreja não Paroquial de Amieira Cova**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana Horário = fixo (manhã)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de recuperação da Igreja Formação = inexistente Actividades pontuais = eventos cujo fim se destina à angariação de fundos para a recuperação da Igreja, procissão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **G13.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G14 – Igreja não Paroquial de Cadafaz**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G15 – Igreja Paroquial de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = formação de adultos e de catequistas Actividades pontuais = procissões, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica, festa da Nossa Senhora dos Remédios, Grupo Vicentino (intervenção ao nível da acção social)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Formação de Catequistas = **G15.1** Catequese de itinerário normal = **G15.2** Catequese de adultos = **G15.3** Aprofundamento Bíblico = **G15.4**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.	Nome da Instituição	**G16 – Junta de Freguesia de Gavião**
2.	Número de associados	Não se aplica
3.	Data da Fundação	Não identificado
4.	Natureza jurídica	Autarquia Local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (sistema simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Agente EDP, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Música (ensino de acordeão) = **G16.1**
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G17 – Piscina Municipal de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	1999
1.4.	Natureza jurídica	Não aplicável
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = segunda a sábado Horário = fixo (manhã, tarde e noite)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = manutenção do espaço Formação = inexistente Actividades pontuais = participação em provas regionais de natação (competição e outras)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Adaptação ao meio aquático = **G17.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ver natação: B22.3; C5.4; C9.3; G10.1; G11.13; G11.18; G11.20; G18.4; M9.3; M14.3

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G18 – Santa Casa da Misericórdia de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	22.10.1657
1.4.	Natureza jurídica	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio aos utentes); dias úteis (serviços administrativos); diário (visitas aos utentes) Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Conclusão das obras do Lar de São Francisco e respectivo apetrechamento Formação = Curso de Geriatria Actividades pontuais = comemoração dos dias mais representativos, passeios, jantar/ convívio, desfile de Carnaval
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Pré-escolar = **G18.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Gestão de Comportamentos = **G18.2** **Actividades complementares (Pré-escolar):** Iniciação Desportiva = **G18.3** Natação = **G18.4**

OBSERVAÇÕES:

(1) A instituição comporta as seguintes valências:

- Lar "Nossa Senhora dos Remédios" (Gavião)
- Lar "Nossa Senhora das Necessidades" (Comenda)
- Centro de Dia de Gavião
- Centro de Dia da Comenda
- Serviço de Apoio Domiciliário (Gavião e Comenda)
- Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (Gavião e Comenda)
- Creche (Gavião)
- Jardim-de-Infância (Gavião)

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G19 – Segurança Social: Serviço Local de Gavião/ Gabinete de Acção Social**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica	Serviço Público do Ministério do trabalho e da Solidariedade
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = acções de acompanhamento, sensibilização e parceria no âmbito da acção social
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G20 – Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar do Concelho de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica	Serviço Público do Ministério da Educação
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = Educação de Adultos Actividades pontuais = viagens de estudo, teatro, actividades culturais
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ensino Recorrente – 1º CEB. Educação extra-escolar – cursos socioprofissionais/ educativos de: Manutenção Física; Pintura Decorativa; Bordados à Mão; Pintura em Gesso/ Vitral; Pintura em Tela/ Tecido; Adaptação ao Meio Aquático; Artes Decorativas; Saberes de Antanho (identificados nas Instituições onde se desenvolvem as respectivas acções formativas/ educativas)

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M1 – Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Margem**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	2003
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Caçadas/ Batidas/ Montarias
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M2 – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa do Moinho do Torrão**
1.2.	Número de associados	320
1.3.	Data da Fundação	31.10.1986
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido (o Bar abre por vezes) Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "tiro aos pratos", Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Educação Extra-Escolar (Manutenção Física) = **M2.1**

OBSERVAÇÕES:

(1) Depende da disponibilidade dos dirigentes

(2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M3 – Associação Recreativa, Cultural, Amizade e Desporto de São Bartolomeu (O ARADO)**
1.2.	Número de associados	300
1.3.	Data da Fundação	19.11.1984
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = duas candidaturas aprovadas para ampliação das infra-estruturas Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "futebol 5", Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M4 – Associação Cultural e Recreativa de Margem**
1.2.	Número de associados	130
1.3.	Data da Fundação	14.04.1982
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre ao final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = melhoria do recinto de festas Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "futebol 5", Festas de Verão
2.4.	Aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M5 – Associação Cultural e Desportiva de Vale da Vinha**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	17.01.1986
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
1.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
1.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
1.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "futebol 5", "malha" e "burro" e Festas de Verão
1.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M6 – Centro Social de Margem**
1.2.	Número de associados	173
1.3.	Data da Fundação	1996
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio aos utentes); dias úteis (serviços administrativos); diário (visitas aos utentes) Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = construção de Centro de Noite; aquisição de equipamento variado Formação = inexistente Actividades pontuais = passeios, comemoração das quadras festivas mais representativas, participação na feira de gastronomia
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M7 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de São Bartolomeu**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (terça-feira) Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M8 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Vale de Gaviões**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = três vezes por semana (terças, quintas e sextas-feiras) Horário = fixo (manhã/ tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M9 – Escola do 1º CEB de Vale de Gaviões**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Escola do 1º CEB)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (09.00/ 15.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação dos espaços exteriores e interiores Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Regular (1ºCEB) = **M9.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Actividades Desportivas = **M9.2** Natação = **M9.3**

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M10 – Igreja não Paroquial de São Bartolomeu**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de recuperação da Igreja Formação = inexistente Actividades pontuais = angariação de fundos para a recuperação da igreja
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M11 – Igreja não Paroquial de Moinho do Torrão**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M12 – Igreja Paroquial de Vale de Gaviões**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissão, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **M12.1** Catequese de adultos = **M12.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M13 – Igreja não Paroquial de Vale da Vinha**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissões
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M14 – Jardim-de-Infância de Moinho do Torrão**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Jardim-de-Infância)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (09.30/ 15.30)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = instalação de ar condicionado, cobertura parcial do pátio exterior Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Pré-Escolar = **M14.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Iniciação Desportiva = **M14.2** Natação = **M14.3**

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro de 2005)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M15 – Junta de Freguesia de Margem**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Autarquia Local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (regime simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = ar condicionado, aquisição de terreno Formação = inexistente Actividades pontuais = passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Edução Extra-Escolar: Pintura em Tela = **M15.1** Manutenção Física = **M15.2**

Anexo 2 – Registo da Caracterização Institucional

(ano lectivo 2006-2007)

0.	**Freguesia**	**Atalaia (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A1 – Clube Atlético e Recreativo de Atalaia**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	26.12.1985
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria - não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = participação em torneios de "futebol salão"; organização de torneios de "sueca" e festas de Verão, matança do porco
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	**Atalaia (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A2 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Atalaia**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (quarta-feira) Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Atalaia (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A3 – Igreja Paroquial de Atalaia**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (domingo) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissões, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Atalaia (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**A4 – Junta de Freguesia de Atalaia**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Junta de Freguesia
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (sexta-feira) Horário = fixo (09.00-16.00) (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Construção do Parque Infantil e da Casa Mortuária Formação = inexistente Actividades pontuais = passeio dos idosos, projecto OTL (ambiente)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B1 – Associação Cultural e Recreativa de Alvisquer**
1.2.	Número de associados	63
1.3.	Data da Fundação	1982
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final do dia e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = Organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "malha", almoço convívio
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (3) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B2 – Associação de Caçadores da Freguesia de Belver**
1.2.	Número de associados	100
1.3.	Data da Fundação	1999
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação de Caça sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Gestão da Zona de Caça Municipal (organização de caçadas, batidas e montarias)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	Belver (Fevereiro 2007)
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B3 – Centro de Cultura e Desporto de Areia**
1.2.	Número de associados	80
1.3.	Data da Fundação	12.01.1986
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final do dia e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "malha" e "tiro aos pratos"; Festas de Verão;
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (3) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	Belver
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B4 – Centro de Cultura e convívio de Arriachas**
1.2.	Número de associados	110
1.3.	Data da Fundação	1982
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (Bar) Horário = fixo (manhã, tarde e noite)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "malha" e "tiro aos pratos"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B5 – Centro Cultural e Recreativo de Domingos da Vinha**
1.2.	Número de associados	114
1.3.	Data da Fundação	09.10.1979
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana) (Gestão do Museu Rural de Domingos da Vinha)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de ampliação das instalações da sede social Formação = inexistente Actividades pontuais = almoço-convívio
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B6 – Centro de Cultura e Recreio Outeirense**
1.2.	Número de associados	100
1.3.	Data da Fundação	12.12.1980
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, almoço-convívio
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B7 – Centro de Convívio e Cultura da Torre Cimeira**
1.2.	Número de associados	248
1.3.	Data da Fundação	14.02.1977
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha", equipas para o "jogo da malha" com treinos regulares
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B8 – Centro de Convívio e Cultura da Torre Fundeira**
1.2.	Número de associados	300
1.3.	Data da Fundação	10.05.1977
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha", equipas para o "jogo da malha" com treinos regulares
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B9 – Centro Cultural e Recreativo de Vale de Coelho, Furtado e Vilar da Mó**
1.2.	Número de associados	120
1.3.	Data da Fundação	1995
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B10 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Belver**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = três vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras) Horário = fixo (manhã)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B11 – Centro Social Belverense**
1.2.	Número de associados	250
1.3.	Data da Fundação	15.06.1984
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio aos utentes); dias úteis (serviços administrativos); diário (visitas aos utentes) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de dinamização do Centro Comunitário e aquisição de equipamento para apetrechamento do mesmo Formação = para todas as funções existentes na Instituição (pessoal administrativo, auxiliares, cozinheiras) Actividades pontuais = passeios, comemoração das quadras festivas mais representativas
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (3) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B12 – Clube Recreativo e Desportivo Belverense**
1.2.	Número de associados	370
1.3.	Data da Fundação	1956
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos CCD do Inatel
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = indefinido
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = organizado (necessidade de melhoria) Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha", torneio do "burro", Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Música – Grupo de Cantares (ver Instituição B21)
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B13 – Igreja não Paroquial de Alvisquer**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B14 – Igreja Paroquial de Belver**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = Religiosa, Litúrgica, Bíblica Actividades pontuais = procissões; comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **B14.1** Catequese de adultos = **B14.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B15 – Igreja não Paroquial de Domingos da Vinha**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B16 – Igreja não Paroquial do Outeiro**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B17 – Igreja não Paroquial da Torre Cimeira**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B18 – Igreja não Paroquial da Torre Fundeira**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B19 – Igreja não Paroquial de Vilar do Mó**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B20 – Junta de Freguesia de Belver**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Autarquia local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (sistema simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Posto CTT, Posto Público Internet, posto de preenchimento da declaração do IRS – Mod.3, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Belver (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**B21 – Orquestra Juvenil de Belver/ Grupo de Cantares "Terras de Guidintesta"**
1.2.	Número de associados	35
1.3.	Data da Fundação	21.03.1989
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos Associação inscrita na RNAJ - IPJ
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de equipamento específico; Formação = inexistente Actividades pontuais = Festival de Cantares, intercâmbios, deslocações internacionais, Encontro D'Artes, edição do jornal "Ecos de Guidintesta", participação em espectáculos
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Música (Grupo de Cantares) = **B21.1**

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C1 – Associação Desportiva "IFAL" de Comenda (ADIC)**
1.2.	Número de associados	390
1.3.	Data da Fundação	07.03.1974
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = fins-de-semana Horário = variável (manhã, tarde e noite)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, bailes, torneios de futebol salão, pingue-pongue, malha, matraquilhos, sueca e "belho"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C2 – Associação Recreativa "Os amigos do Vale da Feiteira"**
1.2.	Número de associados	0
1.3.	Data da Fundação	10.05.2005
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos (em fase de legalização)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (comissão instaladora) Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de actividades = inexistente Orçamento = inexistente Rélatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação da sede da associação (antiga escola do 1º CEB) Formação = inexistente Actividades pontuais = festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C3 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = três vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras) Horário = fixo (manhã/ tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C4 – Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Ferraria**
1.2.	Número de associados	125
1.3.	Data da Fundação	1988
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, torneios de "sueca" e "belho", Ponto Internet (desactivado), prova de resistência "todo-o-terreno"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1,1.	Nome da Instituição	**C5 – Escola do 1º CEB de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Escola 1º CEB)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (09.00-17.30)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = Remodelação dos espaços exteriores e interiores Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Regular 1º CEB = **C5.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Actividades de Enriquecimento Curricular: Ensino do Inglês = **C5.2** Ensino da Música = **C5.3** Actividade Física e Desportiva = **C5.4** Apoio ao estudo = **C5.5** Informática = **C5.6**

0.	Freguesia	**Comenda**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C6 – Igreja Paroquial de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (09.00/ 19.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação do salão paroquial Formação = Religiosa, Litúrgica, Bíblica Actividades pontuais = festa de Nossa Senhora das Necessidades, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **C6.1** Catequese de jovens = **C.6.2** Catequese de adultos = **C6.3**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C7 – Igreja não Paroquial da Ferraria**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (final da tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Remodelação da Igreja Formação = inexistente Actividades pontuais = procissões
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **C7.1** Catequese de adultos = **C7.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C8 – Igreja não Paroquial de Vale da Feiteira**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **C8.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C9 – Jardim-de-Infância de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Jardim-de-Infância)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário: Actividade lectiva (09.30-15.30) Componente de apoio à família (08.00-09.30/ 15.30-18.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Educação Pré-Escolar = **C9.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Iniciação ao Inglês = **C9.2** Iniciação Musical = **C9.3** Iniciação Desportiva = **C9.4** Componente de apoio à família: Natação = **C9.5** Iniciação à Informática = **C9.6**

0.	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C10 – Junta de Freguesia de Comenda**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Autarquia Local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (sistema simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Posto CTT, Posto Público Internet, posto de preenchimento da declaração do IRS – Mod.3, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C11 – Orfeão da Comenda "Estrela da Planície"**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	07.07.1993
1.4.	Natureza jurídica/ Objecto social	Associação sem fins lucrativos CCD do Inatel Associação inscrita na RNAJ – IPJ Filiada na Federação das Bandas Filarmónicas do Distrito de Portalegre
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = variável (em função das aulas e ensaios)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de equipamento específico; Formação = inexistente Actividades pontuais = Concerto da Primavera, Concerto de Natal, intercâmbios, espectáculos, Ponto Internet (desactivado)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Música: Orfeão = **C11.1** Escola de música = **C11.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	OTL – Informática = **C11.3**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	**Comenda (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**C12 – Santa Casa da Misericórdia de Gavião – Lar "Nossa Senhora das Necessidades"**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	07.05.2002
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio e visitas aos utentes) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = comemoração dos dias mais representativos, passeios
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G1 – Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	1989
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Gestão da Zona de Caça Municipal (organização de caçadas, batidas e montarias)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G2 – Associação Cultural e Artística da Juventude Gavionense (ACAJUG)**
1.2.	Número de associados	55
1.3.	Data da Fundação	18.07.1997
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos Associação inscrita na RNAJ – IPJ
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "malha", ciclos de cinema, festival de tunas, desportos radicais
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G3 – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Gavião**
1.2.	Número de associados	85
1.3.	Data da Fundação	06.06.1995
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de material didáctico e de aparelhagem sonora Formação = inexistente Actividades pontuais = apoio em todas as iniciativas promovidas pelo Agrupamento de Escolas
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	ATL = **G3.1**
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G4 – Bombeiros Municipais de Gavião**
1.2.	Número de associados	91
1.3.	Data da Fundação	11.12.1947
1.4.	Natureza jurídica	Bombeiros Municipais
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Diário Horário = contínuo (24 horas)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = formação geral do corpo de bombeiros Actividades pontuais = organização de torneio de "futebol salão", noite de fados, passagem de ano, festa da Primavera, descida do Tejo em canoa, simulacros (escola e meio envolvente)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Formação Geral de Bombeiros = **G4.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	EFA B3 "Jardinagem e espaços verdes" = **G4.2**

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G5 – Câmara Municipal de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica	Autarquia local (Câmara Municipal)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Construção da Biblioteca Municipal (em execução), entre outros Formação = inexistente Actividades pontuais = almoço dos seniores, feira de artesanato e gastronomia, feira medieval, comemorações dos dias mais representativos (25 de Abril, feriado municipal, etc.), apoio material, financeiro e logístico a praticamente todas as actividades desenvolvidas pelas instituições presentes no concelho.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Natação (ver "Piscina Municipal" de Gavião (Instituição G17)
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	EFA B3 (ver "Bombeiros Municipais de Gavião" (Instituição G4)

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G6 – Centro de Cultura e Convívio de Amieira Cova**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	18.02.1982
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (Bar e Sala de Jogos) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Festas de Verão, almoço-convívio, torneios de "sueca", "malha" e "belho"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G7 – Centro Recreativo e Cultural de Cadafaz**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	24.01.1989
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = diário Horário = variável (o Bar abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio da "malha"
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G8 – Centro de Cultura e Desporto da Banda Juvenil de Gavião**
1.2.	Número de associados	160
1.3.	Data da Fundação	Banda Juvenil: 10.06.1989/ CCD: 15.07.1996
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos Associação inscrita na RNAJ – IPJ CCD do Inatel Filiada na Federação das Bandas Filarmónicas do Distrito de Portalegre
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = variável (em função das aulas e ensaios)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = sem regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = aquisição de material específico, máquina fotográfica digital e armário expositor Formação = inexistente Actividades pontuais = Festival de Bandas Filarmónicas, Concerto de Natal, projectos de intercâmbio, deslocações internacionais, espectáculos, participação em eventos culturais/ religiosos/ recreativos promovidos pelas Instituições do Concelho
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Escola de Música = **G8.1** Banda Filarmónica Juvenil = **G8.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G9 – Centro de Saúde de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = POC Plano de Actividades = inexistente Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = Acções no âmbito da Educação para a Saúde e da HACCP. Actividades pontuais = sessões de esclarecimento/ informação/ formação relacionados com a saúde pública e o bem-estar das populações. Grande interacção com a comunidade escolar do concelho.
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Implementação do sistema de auto-controlo baseado nos princípios da HACCP = **G9.1**

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G10 – Clube Gavionense**
1.2.	Número de associados	300
1.3.	Data da Fundação	1891
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = não aplicável Horário = variável (em função das aulas, treinos e jogos)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = projecto de construção da sede social Formação = inexistente Actividades pontuais = participação e organização de torneios e jogos desportivos, Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Natação = **G10.1** Andebol = **G10.2** Futebol = **G10.3** Ginástica de Manutenção = **G10.4**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G11 – Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	1998
1.4.	Natureza jurídica	Estabelecimento de Ensino (Escola Básica Integrada)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (09.00/ 18.00)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias-Gerais = não aplicável Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = CONTAB Plano de actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	**Ensino Regular:** Pré-escolar = **G11.1** 1º CEB = **G11.2** 2º CEB = **G11.3** 3º CEB = **G11.4** **Actividades de ocupação de alunos (2º e 3º CEB):** Clube da Floresta = **G11.5** Clube de Informática = **G11.6** Clube do Ambiente = **G11.7** Clube de Fotografia = **G11.8** Desporto Escolar: Futsal = **G11.9A** Natação = **G11.9B** **Componente de apoio à família (Pré-escolar):** Informática = **G11.10** **Actividades de Enriquecimento Curricular (1º CEB):** Apoio ao Estudo = **G11.11** Informática = **G11.12**
	Terceiros	EFA B3 (ver "Bombeiros Municipais de Gavião" (Instituição G4)
	Parcerias	**Actividades de Enriquecimento Curricular (1º CEB):** Ensino do Inglês = **G11.13** Ensino da Música = **G11.14** Actividade Física e Desportiva = **G11.15** **Actividades complementares (Pré-escolar):** Iniciação musical = **G11.16** Iniciação Desportiva = **G11.17** Natação = **G11.18** **Componente de apoio à família (Pré-escolar):** Iniciação ao Inglês = **G11.19** **Formação de adultos:** RVCC = **G11.20**

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G12 – Guarda Nacional Republicana**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica	Serviço Público de Segurança dos Cidadãos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Diário Horário = contínuo 24 horas
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = organizado (Sistema específico) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = as definidas para este tipo de instituições, Escola Segura
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Escola Segura = **G12.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G13 – Igreja não Paroquial de Amieira Cova**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (manhã) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Recuperação da Igreja Formação = inexistente Actividades pontuais = procissão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **G13.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G14 – Igreja não Paroquial de Cadafaz**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana Horário = fixo (manhã)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Inexistente Formação = Inexistente Actividades pontuais = procissão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G15 – Igreja Paroquial de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de requalificação de edifício anexo Formação = formação de adultos e de catequistas Actividades pontuais = procissões, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica, festa da Nossa Senhora dos Remédios, Grupo Vicentino (intervenção ao nível da acção social)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Formação de Catequistas = **G15.1** Catequese de itinerário normal = **G15.2** Catequese de adultos = **G15.3** Aprofundamento Bíblico = **G15.4**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.	Nome da Instituição	**G16 – Junta de Freguesia de Gavião**
2.	Número de associados	Não se aplica
3.	Data da Fundação	Não identificado
4.	Natureza jurídica	Autarquia Local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (Manhã e Tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (sistema simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de transferência de instalações para o Posto dos CTT Formação = inexistente Actividades pontuais = Agente EDP, Posto Público Internet, posto de preenchimento da declaração do IRS – Mod.3, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Música (ensino de acordeão) = **G16.1** Curso de Gestão Autárquica = **G16.2**
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G17 – Piscina Municipal de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	1999
1.4.	Natureza jurídica	Não aplicável
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = segunda a sábado Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = manutenção do espaço Formação = inexistente Actividades pontuais = participação em provas regionais de natação (competição e outras)
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Adaptação ao meio aquático = **G17.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Ver natação: C5.4; C9.5; G10.1; G11.9B; G11.15; G11.18; G16.5; M9.4; M14.4

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G18 – Santa Casa da Misericórdia de Gavião**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	22.10.1657
1.4.	Natureza jurídica	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio aos utentes); dias úteis (serviços administrativos); diário (visitas aos utentes) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Conclusão das obras do Lar de São Francisco e respectivo apetrechamento Formação = HACCP Actividades pontuais = comemoração dos dias mais representativos, passeios, jantar/ convívio, desfile de Carnaval
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Pré-escolar = **G18.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Curso de Geriatria = **G18.2** EFA B2 "Apoio Familiar e à Comunidade" = **G18.3** **Actividades complementares (Pré-escolar):** Iniciação Desportiva = **G18.4** Natação = **G18.5**

OBSERVAÇÕES:

(2) A instituição comporta as seguintes valências:

- Lar "Nossa Senhora dos Remédios" (Gavião)
- Lar "Nossa Senhora das Necessidades" (Comenda)
- Centro de Dia de Gavião
- Centro de Dia da Comenda
- Serviço de Apoio Domiciliário (Gavião e Comenda)
- Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (Gavião e Comenda)
- Creche (Gavião)
- Jardim-de-Infância (Gavião)

0.	Freguesia	**Gavião (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**G19 – Segurança Social: Serviço Local de Gavião/ Gabinete de Acção Social**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não aplicável
1.4.	Natureza jurídica	Serviço Público do Ministério do trabalho e da Solidariedade
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = Projecto de construção de uma nova estrutura física para os serviços Formação = projecto de formação básica (orçamento familiar, gestão familiar, organização e higiene da habitação, conceitos elementares de saúde) Actividades pontuais = acções de acompanhamento, sensibilização e parceria no âmbito da acção social
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M1 – Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Margem**
1.2.	Número de associados	60
1.3.	Data da Fundação	2003
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = não aplicável Horário = não aplicável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = inexistente Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = Gestão de zona de caça municipal
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M2 – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa do Moinho do Torrão**
1.2.	Número de associados	320
1.3.	Data da Fundação	31.10.1986
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido (o Bar abre por vezes) Horário = variável
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada (necessidade de melhoria) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "tiro aos pratos", Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M3 – Associação Recreativa, Cultural, Amizade e Desporto de São Bartolomeu (O ARADO)**
1.2.	Número de associados	300
1.3.	Data da Fundação	19.11.1984
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = indefinido Horário = indefinido
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = própria – não organizada Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado (necessidade de melhoria)
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "futebol 5", Festas de Verão
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M4 – Associação Cultural e Recreativa de Margem**
1.2.	Número de associados	130
1.3.	Data da Fundação	14.04.1982
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre ao final da tarde e fins-de-semana)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Candidatura para melhoria do recinto de festas (fundos governamentais) Formação = inexistente Actividades pontuais = torneio de "futebol 5", Festas de Verão
2.4.	Aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M5 – Associação Cultural e Desportiva de Vale da Vinha**
1.2.	Número de associados	150
1.3.	Data da Fundação	17.01.1986
1.4.	Natureza jurídica	Associação sem fins lucrativos
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
1.1.	Quotidiano (1) (2)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = variável (o BAR abre à hora do almoço, final da tarde e fins-de-semana)
1.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = sem regularidade (quando necessário) Actas = organizado (necessidade de melhoria) Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado (necessidade de melhoria) Orçamento = inexistente Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
1.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de remodelação do espaço interior Formação = inexistente Actividades pontuais = torneios de "futebol 5", "malha" e "burro" e Festas de Verão
1.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Depende da disponibilidade dos dirigentes (2) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos e uma prática associativa dinâmica		

0.	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M6 – Centro Social de Margem**
1.2.	Número de associados	173
1.3.	Data da Fundação	1996
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	IPSS
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário (apoio aos utentes); dias úteis (serviços administrativos); diário (visitas aos utentes) Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = organizada (técnico oficial de contas) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = construção de Centro de Noite; aquisição de equipamento variado Formação = para todas as funções existentes na Instituição (pessoal administrativo, auxiliares, cozinheiras) Actividades pontuais = passeios, comemoração das quadras festivas mais representativas, participação na feira de gastronomia
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (4) Dificuldade em mobilizar pessoas para cargos directivos		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M7 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de São Bartolomeu**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = uma vez por semana (terça-feira) Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M8 – Centro de Saúde de Gavião: Extensão de Saúde de Vale de Gaviões**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Serviço Público de Saúde
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = três vezes por semana (terças, quintas e sextas-feiras) Horário = fixo (manhã/ tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimento = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M9 – Escola do 1º CEB de Vale de Gaviões**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Escola do 1º CEB)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = dias úteis Horário = fixo (09.00/ 17.30)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de Actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = Remodelação dos espaços exteriores e interiores Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Regular (1ºCEB) = **M9.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Actividades Enriquecimento Curricular: Ensino do Inglês = **M9.2** Ensino da Música = **M9.3** Actividade Física e Desportiva = **M9.4** Apoio ao Estudo = **M9.5** Informática = **M9.6**

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M10 – Igreja não Paroquial de São Bartolomeu**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = Projecto de recuperação da Igreja Formação = Inexistente Actividades pontuais = angariação de fundos para a recuperação da Igreja
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M11 – Igreja não Paroquial de Moinho do Torrão**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = irregular Abertura ao público = uma vez por mês Horário = fixo
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = inexistente
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M12 – Igreja Paroquial de Vale de Gaviões**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = própria – não organizada Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissão, comemoração dos dias mais festivos para a Igreja Católica
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Catequese de itinerário normal = **M12.1** Catequese de adultos = **M12.2**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M13 – Igreja não Paroquial de Vale da Vinha**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Instituição Religiosa Católica
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano (1)	Funcionamento = regular Abertura ao público = diário Horário = fixo (tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = não aplicável Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = não aplicável Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = não aplicável Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = inexistente Actividades pontuais = procissões
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente
OBSERVAÇÕES: (1) Dificuldade em mobilizar pessoas para colaborar		

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M14 – Jardim-de-Infância de Moinho do Torrão**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Estabelecimento de Ensino (Jardim-de-Infância)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo 2ª/ 3ª/ 5ª (09.30/ 15.30) 4ª/ 6ª (09.30-16.30)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = não aplicável Reuniões de Direcção = não aplicável Actas = organizado Contabilidade = não aplicável Plano de actividades = organizado Orçamento = não aplicável Relatório de Actividades = organizado Relatório de Contas = não aplicável
2.3.	Projectos	Investimentos = inexistente Formação = previstas no Plano Anual de Actividades Actividades pontuais = previstas no Plano Anual de Actividades
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Ensino Pré-Escolar = **M14.1**
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Iniciação Musical = **M14.2** Iniciação Desportiva = **M14.3** Natação = **M14.4** Componente de apoio à família: Iniciação ao Inglês = **M14.5** Clube "ver, ouvir e contar" = **M14.6**

0	Freguesia	**Margem (Fevereiro 2007)**
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	**M15 – Junta de Freguesia de Margem**
1.2.	Número de associados	Não aplicável
1.3.	Data da Fundação	Não identificado
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	Autarquia Local (Junta de Freguesia)
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = regular Abertura ao público = Dias úteis Horário = fixo (manhã e tarde)
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = com regularidade Reuniões de Direcção = com regularidade Actas = organizado Contabilidade = POCAL (regime simplificado) Plano de Actividades = organizado Orçamento = organizado Relatório de Actividades = inexistente Relatório de Contas = organizado
2.3.	Projectos	Investimentos = ar condicionado, aquisição de terreno Formação = inexistente Actividades pontuais = Posto Público Internet, posto de preenchimento da declaração do IRS – Mod.3, passeios para os idosos, manutenção espaços públicos, apoios às escolas, associações e outras instituições, etc.
2.4.	Actividades com aprendizagens específicas	
	Instituição	Inexistente
	Terceiros	Inexistente
	Parcerias	Inexistente

Anexo 3 – Registo da Caracterização das Actividades de Aprendizagem (ano lectivo de 2004-2005)

ACTIVIDADES COM APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 Ensino Recorrente (1ºCEB) B4.2 Pintura Decorativa B5.1 Ensino Recorrente (1ºCEB) B5.2 Pintura Decorativa B5.3 Manutenção Física B6.1 Pintura Decorativa B7.1 Ensino Recorrente (1ºCEB) B7.2 Bordados à mão B14.1 Catequese de itinerário normal B14.2 Catequese de adultos B14.3 Ensino Recorrente (1º CEB) B14.4 Manutenção Física B14.5 Pintura em Gesso/ Vitral B18.1 Pintura Decorativa B21.1 Música (Grupo de Cantares) B22.1 Ensino regular (1º CEB) B22.2 Actividades Desportivas B22.3 Natação	C5.1 Ensino regular (1º CEB) C5.2 Pintura em tela/ tecido C5.3 Actividades Desportivas C5.4 Natação C6.1 Catequese de itinerário normal C6.2 Catequese jovens C6.3 Catequese adultos C7.1 Catequese de itinerário normal C8.1 Catequese de itinerário normal C9.1 Ensino regular (pré-escolar) C9.2 Actividades Desportivas C9.3 Natação C11.1 Orfeão C11.2 Escola de música C11.3 Orquestra Típica C11.4 OTL - Informática C13.1 Manutenção física	G3.1 Actividades Tempos Livres G4.1 Formação geral de Bombeiros G4.2 EFA B2 "Jardinagem e espaços verdes" G8.1 Escola de música G8.2 Banda Filarmónica Juvenil G10.1 Natação G10.2 Andebol G10.3 Futebol G10.4 Ginástica de manutenção G10.5 Aikido G11.1 Ensino regular (pré-escolar) G11.2 Ensino regular (1º CEB) G11.3 Ensino regular (2º CEB) G11.4 Ensino regular (3ºCEB) G11.5 Clube de Leitura e Escrita G11.6 Clube da Matemática G11.7 Jornal Escolar G11.8 Clube do Ambiente G11.9 Clube de Fotografia G11.10 Clube de Francês G11.11 Clube de Inglês	G11.12 Clube de Expressão Plástica G11.13 Desporto Escolar G11.14 Artes Decorativas G11.15 Saberes de Antanho G11.16 Manutenção física G11.17 Actividades Desportivas – Pré-escolar G11.18 Natação – Pré-escolar G11.19 Actividades Desportivas – 1 ºCEB G11.20 Natação – 1ºCEB G12.1 Escola Segura G13.1 Catequese de itinerário normal G15.1 Formação de catequistas G15.2 Catequese de itinerário normal G15.3 Catequese adultos G15.4 Aprofundamento Bíblico G16.1 Ensino de acordeão G17.1 Adaptação ao meio aquático G18.1 Ensino regular (pré-escolar) G18.2 Curso de Gestão de Comportamentos G18.3 Iniciação desportiva G18.4 Natação	M2.1 Manutenção física M9.1 Ensino regular (1º CEB) M9.2 Actividades Desportivas M9.3 Natação M12.1 Catequese de itinerário normal M12.2 Catequese de adultos M14.1 Ensino regular (pré-escolar) M14.2 Actividades Desportivas M14.3 Natação M15.1 Pintura em tela M15.2 Manutenção física

RESPONSABILIDADE ORGANIZACIONAL (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 = (3) B4.2 = (3) B5.1 = (3) B5.2 = (3) B5.3 = (3) B6.1 = (3) B7.1 = (3) B7.2 = (3) B14.1 = (1) B14.2 = (1) B14.3 = (3) B14.4 = (3) B14.5 = (3) B18.1 = (3) B21.1 = (1) B22.1 = (1) B22.2 = (3) B22.3 = (3)	C5.1 = (1) C5.2 = (3) C5.3 = (3) C5.4 = (3) C6.1 = (1) C6.2 = (1) C6.3 = (1) C7.1 = (1) C8.1 = (1) C9.1 = (1) C9.2 = (3) C9.3 = (3) C11.1 = (1) C11.2 = (1) C11.3 = (1) C11.4 = (3) C13.1 = (3)	G3.1 = (3) G4.1 = (1) G4.2 = (3) G8.1 = (1) G8.2 = (1) G10.1 = (3) G10.2 = (3) G10.3 = (3) G10.4 = (1) G10.5 = (3) G11.1 = (1) G11.2 = (1) G11.3 = (1) G11.4 = (1) G11.5 = (1) G11.6 = (1) G11.7 = (1) G11.8 = (1) G11.9 = (1) G11.10 = (1) G11.11 = (1) G11.12 = (1)	G11.13 = (3) G11.14 = (3) G11.15 = (3) G11.16 = (3) G11.17 = (3) G11.18 = (3) G11.19 = (3) G11.20 = (3) G12.1 = (3) G13.1 = (1) G15.1 = (3) G15.2 = (1) G15.3 = (1) G15.4 = (1) G16.1 = (2) G17.1 = (3) G18.1 = (1) G18.2 = (3) G18.3 = (3) G18.4 = (3)	M2.1 = (3) M9.1 = (1) M9.2 = (3) M9.3 = (3) M12.1 = (1) M12.2 = (1) M14.1 = (1) M14.2 = (3) M14.3 = (3) M15.1 = (3) M15.2 = (3)

(1) Instituição (2) Terceiros (3) Parcerias

RESPONSABILIDADE TÉCNICA (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 Prof. 2º CEB	C5.1 Prof. 1º CEB	G3.1 Monitores	G11.15 Prof. 2º CEB	M2.1 Prof. 2º CEB
B4.2 Prof. 2º CEB	C5.2 Prof. 2º CEB	G4.1 Monitores	G11.16 Prof. Ed. Física	M9.1 Prof. 1º CEB
B5.1 Prof. 2º CEB	C5.3 Prof. Ed. Física	G4.2 Coordenador de curso	G11.17 Prof. Ed. Física	M9.2 Prof. Ed. Física
B5.2 Prof. 2º CEB	C5.4 Prof. Natação	+ formadores	G11.18 Prof. Natação	M9.3 Prof. Natação
B5.3 Prof. 2º CEB	C6.1 Coordenadora da	G8.1 Prof. Música	G11.19 Prof. Ed. Física	M12.1 Pároco + Catequistas
B6.1 Prof. 2º CEB	catequese + catequistas	G8.2 Prof. Música	G11.20 Prof. Natação	M12.2 Pároco
B7.1 Prof. 2º CEB	C6.2 Coordenadora da	G10.1 Prof. Natação	G12.1 Agente da GNR	M14.1 Ed. de Infância
B7.2 Prof. 2º CEB	catequese + catequistas	G10.2 Monitor	G13.1 Pároco	M14.2 Prof. Ed. Física
B14.1 Catequistas	C6.3 Coordenadora da	G10.3 Treinador	G15.1 Pároco + Secretariado	M14.3 Prof. Natação
B14.2 Catequistas	catequese + catequistas	G10.4 Prof. Ed. Física	Diocesano da Catequese	M15.1 Prof. 2º CEB
B14.3 Prof. 2º CEB	C7.1 Pároco + Catequistas	G10.5 Prof. Ed. Física	G15.2 Pároco +	M15.2 Prof. 2º CEB
B14.4 Prof. 2º CEB	C8.1 Coordenadora da	G11.1 Ed. de Infância	Coordenadora das	
B14.5 Prof. 2º CEB	Catequese	G11.2 Prof. 1º CEB	catequistas	
B18.1 Prof. 2º CEB	C9.1 Ed. de Infância	G11.3 Prof. 2º CEB	G15.3 Pároco +	
B21.1 Prof. Música	C9.2 Prof. Ed. Física	G11.4 Prof. 3º CEB	colaboradores	
B22.1 Prof. 1º CEB	C9.3 Prof. Natação	G11.5 Prof. 2º/3º CEB	G15.4 Pároco + responsável	
B22.2 Prof. Ed. Física	C11.1 Prof. Música	G11.6 Prof. 2º/3º CEB	do grupo	
B22.3 Prof. Natação	C11.2 Prof. Música	G11.7 Prof. 2º/3º CEB	G16.1 Monitor	
	C11.3 Prof. Música	G11.8 Prof. 2º/3º CEB	G17.1 Prof. Natação	
	C11.4 Monitores	G11.9 Prof. 2º/3º CEB	G18.1 Ed. de Infância	
	C13.1 Prof. 2º CEB	G11.10 Prof. 2º/3º CEB	G18.2 Directora de Serviços	
		G11.11 Prof. 2º/3º CEB	da SCMG	
		G11.12 Prof. 2º/3º CEB	G18.3 Prof. Ed. Física	
		G11.13 Prof. Ed. Física	G18.4 Prof. Natação	
		G11.14 Prof. 2º CEB		

FREQUÊNCIA (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 (4xsemana)	C5.1 (dias úteis)	G3.1 (dias úteis)	G11.13 (1xsemana)	M2.1 (2xsemana)
B4.2 (1xsemana)	C5.2 (2xsemana)	G4.1 (1xsemana)	G11.14 (2xsemana)	M9.1 (dias úteis)
B5.1 (4xsemana)	C5.3 (quinzenal)	G4.2 (dias úteis)	G11.15 (2xsemana)	M9.2 (quinzenal)
B5.2 (2xsemana)	C5.4 (quinzenal)	G8.1 (3xsemana)	G11.16 (1xsemana)	M9.3 (quinzenal)
B5.3 (1xsemana)	C6.1 (1xsemana)	G8.2 (1xsemana)	G11.17 (quinzenal)	M12.1 (1xsemana)
B6.1 (2xsemana)	C6.2 (1xsemana)	G10.1 (dias úteis)	G11.18 (quinzenal)	M12.2 (quinzenal)
B7.1 (3xsemana)	C6.3 (1xsemana)	G10.2 (1xsemana)	G11.19 (quinzenal)	M14.1 (dias úteis)
B7.2 (1xsemana)	C7.1 (1xsemana)	G10.3 (2xsemana)	G11.20 (quinzenal)	M14.2 (quinzenal)
B14.1 (1xsemana)	C8.1 (1xsemana)	G10.4 (2xsemana)	G12.1 (mensal)	M14.3 (quinzenal)
B14.2 (mensal)	C9.1 (dias úteis)	G10.5 (3xsemana)	G13.1 (mensal)	M15.1 (3xsemana)
B14.3 (4xsemana)	C9.2 (quinzenal)	G11.1 (dias úteis)	G15.1 (mensal)	M15.2 (2xsemana)
B14.4 (2xsemana)	C9.3 (quinzenal)	G11.2 (dias úteis)	G15.2 (1xsemana)	
B14.5 (1xsemana)	C11.1 (1xsemana)	G11.3 (dias úteis)	G15.3 (quinzenal)	
B18.1 (1xsemana)	C11.2 (1xsemana)	G11.4 (dias úteis)	G15.4 (1xsemana)	
B21.1 (1xsemana)	C11.3 (1xsemana)	G11.5 (1xsemana)	G16.1 (1xsemana)	
B22.1 (dias úteis)	C11.4 (2xsemana)	G11.6 (1xsemana)	G17.1 (3xsemana)	
B22.2 (quinzenal)	C13.1 (2xsemana)	G11.7 (1xsemana)	G18.1 (dias úteis)	
B22.3 (quinzenal)		G11.8 (1xsemana)	G18.2 (dias úteis)	
		G11.9 (1xsemana)	G18.3 (quinzenal)	
		G11.10 (2xsemana)	G18.4 (quinzenal)	
		G11.11 (1xsemana)		
		G11.12 (1xsemana)		

LOCAL (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 Associação local	C5.1 Escola 1º CEB	G3.1 EBI	G11.14 EBI	M2.1 Associação local
B4.2 Associação local	C5.2 Escola 1º CEB	G4.1 Quartel dos Bombeiros	G11.15 EBI	M9.1 Escola 1º CEB
B5.1 Associação local	C5.3 Pavilhão Desportivo	Municipais	G11.16 Pavilhão Desportivo	M9.2 Pavilhão Desportivo
B5.2 Associação local	Municipal	G4.2 Quartel dos Bombeiros	Municipal	Municipal
B5.3 Associação local	C5.4 Piscina Municipal	Municipais	G11.17 Pavilhão Desportivo	M9.3 Piscina Municipal
B6.1 Associação local	C6.1 Igreja (sala anexa)	G8.1 Cine-Teatro	Municipal	M12.1 Igreja (sala anexa)
B7.1 Associação local	C6.2 Igreja (sala anexa)	G8.2 Cine-Teatro	G11.18 Piscina Municipal	M12.2 Igreja (sala anexa)
B7.2 Associação local	C6.3 Igreja (sala anexa)	G10.1 Piscina Municipal	G11.19 Pavilhão Desportivo	M14.1 Jardim-de-Infância
B14.1 Igreja (sala anexa)	C7.1 Igreja	G10.2 Pavilhão Desportivo	Municipal	M14.2 Pavilhão Desportivo
B14.2 Igreja (sala anexa)	C8.1 Igreja	Municipal	G11.20 Piscina Municipal	Municipal
B14.3 Igreja (sala anexa)	C9.1 Jardim-de-Infância	G10.3 Campo de futebol	G12.1 Escolas e Jardins-de-	M14.3 Piscina Municipal
B14.4 Igreja (sala anexa)	C9.2 Pavilhão Desportivo	G10.4 Pavilhão Desportivo	Infância	M15.1 Junta de Freguesia
B14.5 Igreja (sala anexa)	Municipal	Municipal	G13.1 Igreja	M15.2 Junta de Freguesia
B18.1 Igreja (sala anexa)	C9.3 Piscina Municipal	G10.5 Pavilhão Desportivo	G15.1 Igreja (sala anexa)	
B21.1 Associação local	C11.1 Associação local	Municipal	G15.2 Igreja (sala anexa)	
B22.1 Escola 1º CEB	C11.2 Associação local	G11.1 EBI	G15.3 Igreja (sala anexa)	
B22.2 Pavilhão Desportivo	C11.3 Associação local	G11.2 EBI	G15.4 Igreja (sala anexa)	
Municipal	C11.4 Associação local	G11.3 EBI	G16.1 Junta de Freguesia	
B22.3 Piscina Municipal	C13.1 Escola 1º CEB	G11.4 EBI	G17.1 Piscina Municipal	
		G11.5 EBI	G18.1 Santa Casa da	
		G11.6 EBI	Misericórdia (Jardim-de-	
		G11.7 EBI	infância)	
		G11.8 EBI	G18.2 Santa Casa da	
		G11.9 EBI	Misericórdia	
		G11.10 EBI	G18.3 Pavilhão Desportivo	
		G11.11 EBI	Municipal	
		G11.12 EBI	G18.4 Piscina Municipal	
		G11.13 Pavilhão Desportivo		
		Municipal + Piscina Municipal		

HORÁRIO (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1	C5.1	G3.1	G11.14	M2.1
2ª (13.00-15.00)	Dias úteis (09.00-15.00)	Dias úteis (16.00-18.30)	2ª (19.00-22.00)	4ª (17.00-18.00)
3ª (14.00-17.00)	C5.2	G4.1	4ª (19.00-21.00)	5ª (16.15-17.15)
5ª (15.00-17.00)	3ª (18.30-21.30)	Domingo (09.00-13.00)	G11.15	M9.1
6ª (15.30-17.30)	4ª (19.00-21.00)	G4.2	2ª (10.00-17.00)	Dias úteis (09.00-15.00)
B4.2	C5.3	Dias úteis (09.00-17.00)	4ª (10.00-13.00)	M9.2
4ª (14.30-17.30)	5ª (11.00-11.45)	G8.1	G11.16	5ª (11.45-12.30)
B5.1	C5.4	3ª (17.00-19.30)	6ª (14.00-15.00)	M9.3
2ª (09.00-11.00)	6ª (10.55-11.25) (1º/2º anos)	5ª (17.00-19.30)	G11.17	6ª (12.05-12.35)
4ª (15.00-17.00)	6ª (11.30-12.00) (3º/4º anos)	Sábado (16.00-18.00)	5ª (09.00-09.45)	M12.1
5ª (14.00-17.00)	C6.1	G8.2	G11.18	Domingo (15.30-16.30)
6ª (14.00-17.00)	Sábado (14.00-18.00)	Sábado (18.00-19.30)	4ª (09.45-10.15)	M12.2
B5.2	Domingo (15.00-16.00)	G10.1	G11.19	Sábado (20.00-21.30)
3ª (14.00-17.00)	C6.2	Dias úteis (17.00-22.00)	1º ano 5ª (09.00-09.45)	M14.1
4ª (10.00-13.00)	Sábado (16.00-17.30)	G10.2	2º ano 5ª (09.45-10.30)	Dias úteis (09.30-15.30)
B5.3	C6.3	4ª (18.00-19.30)	3º ano 5ª (11.00-11.45)	M14.2
2ª (14.00-15.00)	5ª (20.00-21.30)	G10.3	4º ano 5ª (11.45-12.30)	5ª (09.45-10.30)
B6.1	C7.1	3ª, 6ª (20.00-22.00)	G11.20	M14.3
4ª (14.00-18.00)	Sábado (14.30-15.30)	G10.4	1º ano 6ª (09.00-09.30)	6ª (10.20-10.50)
6ª (14.00-18.00)	C8.1	3ª, 5ª (19.00-20.00)	2º ano 6ª (09.35-10.05)	M15.1
B7.1	Sábado (10.30-11.30)	G10.5	3º ano 6ª (11.10-11.40)	2ª (19.00-21.00)
3ª (09.00-12.00)	C9.1	3ª, 4ª, 5ª (17.00-19.00)	4º ano 6ª (11.45-12.15)	3ª (19.00-22.00)
4ª (16.30-18.30)	Dias úteis (08.00-17.00)	G11.1	G15.1	4ª (14.00-18.00)
5ª (14.00-17.00)	C9.2	Dias úteis (08.30-18.00)	Sem horário definido	M15.2
B7.2	5ª (09.45-10.30)	G11.2	G12.1	3ª (18.00-19.00)
6ª (15.00-19.00)	C9.3	Dias úteis (09.00-16.00)	Domingo (09.30-10.30)	5ª (14.00-16.00)
B14.1	6ª (10.20-10.50)	G11.3	G15.1	
6ª (18.30-19.30)	C11.1	Dias úteis (09.00-17.00)	Sem dia definido (21.00-	
Sábado (17.30-18.30)	6ª (21.00-23.00)	G11.4	23.00)	
Domingo (12.00-13.00)	C11.2	Dias úteis (09.00-17.00)	G15.2	
B14.2	Domingo (10.00-11.00)	G11.5	2ª a 6ª (16.30-19.00)	
Domingo (16.00-17.00)	C11.3	2ª (16.25-18.00)	4ª (16.15-17.15)	
B14.3	Domingo (11.00-12.30)	G11.6	Sábado (15.00-16.00)	
2ª (13.00-15.00)	C11.4	3ª (17.15-18.00)	G15.3	
3ª (14.00-17.00)	2ª (18.00-20.00)	G11.7	Sábado (17.00-18.00)	
5ª (15.00-17.00)	4ª (18.00-20.00)	5ª (16.25-18.00)	G15.4	
6ª (15.30-17.30)	C13.1	G11.8	3ª (17.00-18.00)	
B14.4	2ª (16.00-17.00)	6ª (16.25-18.00)	G16.1	
2ª (17.30-18.30)	4ª (14.30-16.30)	G11.9	Sábado (10.00-13.00)	
4ª (17.00-19.00)		4ª (13.50-18.00)	G17.1	
B14.5		G11.10	3ª (09.30-11.30)	
5ª (17.00-20.00)		2ª (16.25-17.10)	4ª (10.30-12.30)	
B18.1		4ª (13.50-15.20)	6ª (14.45-16.45)	
3ª (14.00-18.00)		G11.11	G18.1	
B21.1		2ª (14.35-18.00)	Dias úteis (08.00-18.00)	
Sábado (21.00-23.00)		3ª (16.25-18.00)	G18.2	
B22.1		4ª (13.50-18.00)	Dias úteis (16.00-19.00)	
Dias úteis (09.00-15.00)		5ª, 6ª (17.15-18.00)	G18.3	
B22.2		G11.12	4ª (10.30-11.15)	
5ª (11.45-12.30)		4ª (13.50-18.00)	G18.4	
B22.3		G11.13	4ª (11.00-11.30)	
6ª (11.30-12.00)		4ª (14.35-18.00)		
		5ª (17.15-18.00)		

DURAÇÃO (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 Ano lectivo	C5.1 Ano lectivo	G3.1 Anual	G11.13 Ano lectivo	M2.1 Ano lectivo
B4.2 Ano lectivo	C5.2 Ano lectivo	G4.1 Anual	G11.14 Ano lectivo	M9.1 Ano lectivo
B5.1 Ano lectivo	C5.3 Ano lectivo	G4.2 6 meses	G11.15 Ano lectivo	M9.2 Ano lectivo
B5.2 Ano lectivo	C5.4 Ano lectivo	G8.1 Anual	G11.16 Ano lectivo	M9.3 Ano lectivo
B5.3 Ano lectivo	C6.1 Ano catequético	G8.2 Anual	G11.17 Ano lectivo	M12.1 Ano catequético
B6.1 Ano lectivo	C6.2 Anual	G10.1 Anual	G11.18 Ano lectivo	M12.2 Anual
B7.1 Ano lectivo	C6.3 Anual	G10.2 Época específica	G11.19 Ano lectivo	M14.1 Ano lectivo
B7.2 Ano lectivo	C7.1 Ano catequético	G10.3 Época específica	G11.20 Ano lectivo	M14.2 Ano lectivo
B14.1 Ano catequético[16]	C8.1 Ano catequético	G10.4 Anual	G12.1 Ano lectivo	M14.3 Ano lectivo
B14.2 Anual	C9.1 Ano lectivo	G10.5 Anual	G13.1 Ano catequético	M15.1 Ano lectivo
B14.3 Ano lectivo	C9.2 Ano lectivo	G11.1 Ano lectivo	G15.1 Ano catequético	M15.2 Ano lectivo
B14.4 Ano lectivo	C9.3 Ano lectivo	G11.2 Ano lectivo	G15.2 Ano catequético	
B14.5 Ano lectivo	C11.1 Anual	G11.3 Ano lectivo	G15.3 Anual	
B18.1 Ano lectivo	C11.2 Anual	G11.4 Ano lectivo	G15.4 Anual	
B21.1 Anual	C11.3 Anual	G11.5 Ano lectivo	G16.1 Anual	
B22.1 Ano lectivo	C11.4 Férias escolares de	G11.6 Ano lectivo	G17.1 Ano lectivo	
B22.2 Ano lectivo	Verão	G11.7 Ano Lectivo	G18.1 Ano lectivo	
B22.3 Ano lectivo	C13.1 Ano lectivo	G11.8 Ano lectivo	G18.2 3 meses	
		G11.9 Ano lectivo	G18.3 Ano lectivo	
		G11.10 Ano lectivo	G18.4 Ano lectivo	
		G11.11 Ano lectivo		
		G11.12 Ano lectivo		

NÚMERO DE PESSOAS (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 = 9	C5.1 = 23	G3.1 = 16	G11.13 = 76	M2.1 = 25
B4.2 = 13	C5.2 = 18	G4.1 = 55	G11.14 = 16	M9.1 = 18
B5.1 = 12	C5.3 = 23	G4.2 = 13	G11.15 = 10	M9.2 = 18
B5.2 = 15	C5.4 = 23	G8.1 = 28	G11.16 = 17	M9.3 = 18
B5.3 = 15	C6.1 = 25	G8.2 = 50	G11.17 = 25	M12.1 = 15
B6.1 = 12	C6.2 = 15	G10.1 = 31	G11.18 = 25	M12.2 = 23
B7.1 = 16	C6.3 = 25	G10.2 = 18	G11.19 = 77	M14.1 = 9
B7.2 = 16	C7.1 = 11	G10.3 = 25	G11.20 = 77	M14.2 = 9
B14.1 = 12	C8.1 = 6	G10.4 = 70	G12.1 = 348	M14.3 = 9
B14.2 = 20	C9.1 = 13	G10.5 = 30	G13.1 = 4	M15.1 = 18
B14.3 =10	C9.2 = 13	G11.1 = 25	G15.1 = 16	M15.2 = 15
B14.4 = 23	C9.3 = 13	G11.2 = 77	G15.2 = 89	
B14.5 = 16	C11.1 = 25	G11.3 = 74	G15.3 = 24	
B18.1 = 17	C11.2 = 10	G11.4 = 102	G15.4 = 6	
B21.1 = 12	C11.3 = 18	G11.5 = 24	G16.1 = 5	
B22.1 = 7	C11.4 = 12	G11.6 = 77	G17.1 = 70	
B22.2 = 7	C13.1 = 28	G11.7 = 7	G18.1 = 20	
B22.3 = 7		G11.8 = 25	G18.2 = 20	
		G11.9 = 4	G18.3 = 20	
		G11.10 = 8	G18.4 = 20	
		G11.11 = 63		
		G11.12 = 56		

[16] Ano catequético (Setembro a Julho)

FAIXA ETÁRIA DAS PESSOAS - IDADES (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 = 8	C5.1 = 2	G3.1 = 2, 3	G11.13 = 3, 4	M2.1 = 6, 7, 8
B4.2 = 6, 7, 8	C5.2 = 6, 7, 8	G4.1 = 6, 7	G11.14 = 6, 7, 8	M9.1 = 2
B5.1 = 8	C5.3 = 2	G4.2 = 6, 7	G11.15 = 6, 7, 8	M9.2 = 2
B5.2 = 6, 7, 8	C5.4 = 2	G8.1 = 2, 3, 4	G11.16 = 6, 7, 8	M9.3 = 2
B5.3 = 6, 7, 8	C6.1 = 2, 3, 4	G8.2 = 3, 4, 5, 6	G11.17 = 1	M12.1 = 2, 3
B6.1 = 6, 7, 8	C6.2 = 4, 5, 6	G10.1 = 1, 2, 3, 4, 5	G11.18 = 1	M12.2 = 6, 7
B7.1 = 8	C6.3 = 6, 7	G10.2 = 4	G11.19 = 2	M14.1 = 1
B7.2 = 6, 7, 8	C7.1 = 2, 3	G10.3 = 6	G11.20 = 2	M14.2 = 1
B14.1 = 2, 3	C8.1 = 2	G10.4 = 6, 7, 8	G12.1 = 1, 2, 3, 4	M14.3 = 1
B14.2 = 6, 7, 8	C9.1 = 1	G10.5 = 2, 3, 4, 5	G13.1 = 2, 3	M15.1 = 6, 7, 8
B14.3 = 8	C9.2 = 1	G11.1 = 1	G15.1 = 6, 7, 8	M15.2 = 6, 7, 8
B14.4 = 6, 7, 8	C9.3 = 1	G11.2 = 2	G15.2 = 2, 3, 4	
B14.5 = 6, 7, 8	C11.1 = 4, 5, 6, 7, 8	G11.3 = 3	G15.3 = 6, 7, 8	
B18.1 = 6, 7, 8	C11.2 = 2	G11.4 = 4	G15.4 = 7, 8	
B21.1= 2, 3, 4, 5, 6, 7	C11.3 = 3, 4, 5	G11.5 = 2, 3, 4	G16.1 = 2, 3, 4, 5, 6, 7	
B22.1 = 2	C11.4 = 4, 5	G11.6 = 2, 3, 4	G17.1 = 6, 7, 8	
B22.2 = 2	C13.1 = 6, 7, 8	G11.8 = 2, 3, 4	G18.1 = 1	
B22.3 = 2		G11.9 = 2, 3, 4	G18.2 = 6, 7	
		G11.10 = 3, 4	G18.3 = 1	
		G11.11 = 3, 4	G18.4 = 1	
		G11.12 = 2, 3, 4		

(1) 3-5 Anos; (2) 6-9 Anos; (3) 10-11 Anos; (4) 12-15 Anos; (5) 16-18 Anos; (6) 18-30 Anos; (7) 31-60 Anos (8) 61 e + Anos

CERTIFICAÇÃO (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 = (1)	C5.1 = (1)	G3.1 = (3)	G11.12 = (3)	M2.1 = (7)
B4.2 = (7)	C5.2 = (7)	G4.1 = (7)	G11.13 = (3)	M9.1 = (1)
B5.1 = (1)	C5.3 = (3)	G4.2 = (8)	G11.14 = (7)	M9.2 = (3)
B5.2 = (7)	C5.4 = (3)	G8.1 = (3)	G11.15 = (3)	M9.3 = (3)
B5.3 = (7)	C6.1 = (4)	G8.2 = (3)	G11.16 = (7)	M12.1 = (4)
B6.1 = (7)	C6.2 = (6)	G10.1 = (3)	G11.17 = (3)	M12.2 = (3)
B7.1 = (1)	C6.3 = (3)	G10.2 = (3)	G11.18 = (3)	M14.1 = (3)
B7.2 = (7)	C7.1 = (4)	G10.3 = (3)	G11.19 = (3)	M14.2 = (3)
B14.1 = (4)	C8.1 = (4)	G10.4 = (3)	G11.20 = (3)	M14.3 = (3)
B14.2 = (3)	C9.1 = (3)	G10.5 = (3)	G12.1 = (3)	M15.1 = (7)
B14.3 = (1)	C9.2 = (3)	G11.1 = (3)	G13.1 = (4)	M15.2 = (7)
B14.4 = (7)	C9.3 = (3)	G11.2 = (1)	G15.1 = (5)	
B14.5 = (7)	C11.1 = (3)	G11.3 = (6)	G15.2 = (4)	
B18.1 = (7)	C11.2 = (3)	G11.4 = (2)	G15.3 = (3)	
B21.1 = (3)	C11.3 = (3)	G11.5 = (3)	G15.4 = (3)	
B22.1 = (1)	C11.4 = (3)	G11.6 = (3)	G16.1 = (3)	
B22.2 = (3)	C13.1 = (7)	G11.7 = (3)	G17.1 = (3)	
B22.3 = (3)		G11.8 = (3)	G18.1 = (3)	
		G11.9 = (3)	G18.2 = (7)	
		G11.10 = (3)	G18.3 = (3)	
		G11.11 = (3)	G18.4 = (3)	

(1) Certificação escolar – 1º CEB
(2) Certificação escolar – Ensino Básico (9ºano)
(3) Sem qualquer tipo de certificação
(4) Certificação específica (Cédula Pessoal da Vida Cristã)
(5) Certificação específica (Curso de Iniciação de Catequista)
(6) Certificação específica (Diploma do Sacramento do Crisma)
(7) Certificado de frequência
(8) Certificação escolar – 2ºCEB

PARCERIAS EXISTENTES (Fevereiro 2005)			
FREGUESIAS			
BELVER	COMENDA	GAVIÃO	MARGEM
B4.1 = 1, 2, 6, 8, 21	C5.1 = 1, 2 3,4,11,14	G3.1 = 4, 6	G11.13 = 1, 2, 7, 22	M2.1 = 1, 2, 6, 8, 21
B4.2 = 1, 2, 6, 8, 21	C5.2 = 1,2, 6, 21	G4.1 = 2, 12,13	G11.14 = 1, 6, 21	M9.1 = 1, 2, 3, 11, 14,23
B5.1 = 1, 2, 6, 8, 21	C5.3 = 2, 22	G4.2 = 2, 4	G11.15 = 1, 6, 21	M9.2 = 2, 22
B5.2 = 1, 2, 6, 8, 21	C5.4 = 2, 7	G8.1 = 2	G11.16 = 1, 2, 6, 21, 22	M9.3 = 2, 7
B5.3 = 1, 2, 6, 8, 21	C6.1 = 10	G8.2 = 2	G11.17 = 2, 22	M12.1 = 10
B6.1 = 1, 2, 6, 8, 21	C6.2 = 10	G10.1 = 2, 7, 16	G11.18 = 2,7	M12.2 = 10
B7.1 = 1, 2, 6, 8, 21	C6.3 = 10	G10.2 = 2, 17, 18	G11.19 = 2, 22	M14.1 = 1, 2,3, 11,14,23
B7.2 = 1, 2, 6, 8, 21	C7.1 = 10	G10.3 = 19, 20	G11.20 = 2, 7	M14.2 = 2, 22
B14.1 = 10	C8.1 = 10	G10.4 = 2	G12.1 = 6	M14.3 = 2,7
B14.2 = 10	C9.1 = 1, 2, 3,4,11,14,23	G10.5 = 2, 15	G13.1 = 10	M15.1 = 1, 2, 3, 6,21
B14.3 = 1, 2, 6, 9, 21	C9.2 = 2, 22	G11.1 = 1, 2, 4, 7, 14,13	G15.1 = 10	M15.2 = 1, 2, 3, 6,21
B14.4 = 1, 2, 6, 9, 21	C9.3 = 2, 7	G11.2 = 1, 2, 4, 7,14,13	G15.2 = 10	
B14.5 = 1, 2, 6, 9, 21	C11.1 = 11	G11.3 = 1, 2, 4, 7,14,13	G15.3 = 10	
B18.1 = 1, 2, 6, 9, 21	C11.2 = 11	G11.4 = 1, 2, 4, 7,14,13	G15.4 = 10	
B21.1 = 8	C11.3 = 11	G11.5 = não aplicável	G16.1 = 3	
B22.1 = 1, 2, 3,11,14, 23	C11.4 = 5	G11.6 = não aplicável	G17.1 = 2, 21	
B22.2 = 2, 22	C13.1 = 1, 2, 6, 21	G11.7 = não aplicável	G18.1 = não aplicável	
B22.3 = 2, 7		G11.8 = não aplicável	G18.2 = 4, 6	
		G11.9 = não aplicável	G18.3 = 2, 22	
		G11.10 = não aplicável	G18.4 = 2, 7	
		G11.11 = não aplicável		
		G11.12 = não aplicável		

(1) Ministério da Educação/ DREA/ CAE

(2) Câmara Municipal

(3) Junta de Freguesia

(4) Instituto de Emprego e Formação Profissional

(5) Instituto Português da Juventude

(6) Agrupamento de Escolas

(7) Piscina Municipal

(8) Associações Locais

(9) Igreja local

(10) Secretariado Diocesano da Catequese

(11) IPSS

(12) Escola Nacional de Bombeiros

(13) Autoridade Nacional da Protecção Civil

(14) Guarda Nacional Republicana

(15) Associação Aikido de Setúbal

(16) Federação Portuguesa de Natação

(17) Associação de Andebol de Portalegre

(18) Federação Portuguesa de Andebol

(19) Inatel

(20) Associação de Futebol de Portalegre

(21) Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Extra-Escolar

(22) Pavilhão Desportivo Municipal

(23) Associação de Pais e Encarregados de Educação

FINANCIAMENTO (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 = 1, 2, 12	C5.1 = 1, 2, 3, 4, 7, 8,12, 14	G3.1 = 2, 4, 9, 12. 13	G11.11 = 1, 13	M2.1 = 1, 2, 12
B4.2 = 1, 2, 12	C5.2 = 1, 2	G4.1 = 2, 13	G11.12 = 1, 13	M9.1 = 1, 2, 3, 7, 8, 12, 14
B5.1 = 1, 2, 12	C5.3 = 2	G4.2 = 4	G11.13 = 1, 2, 13	M9.2 = 2
B5.2 = 1, 2, 12	C5.4 = 2	G8.1 = 2, 3, 5, 6, 10,13	G11.14 = 1, 2, 12	M9.3 = 2
B5.3 = 1, 2, 12	C6.1 = 11	G8.2 = 2, 3, 5, 6, 10,13	G11.15 = 1, 2, 12	M12.1 = 11
B6.1 = 1, 2, 12	C6.2 = 11	G10.1 = 2, 12, 13	G11.16 = 1, 2, 12	M12.2 = 11
B7.1 = 1, 2, 12	C6.3 = 11	G10.2 = 2, 13	G11.17 = 2	M14.1 = 1, 2, 3, 7, 8, 12, 14
B7.2 = 1, 2, 12	C7.1 = 11	G10.3 = 2, 3, 10. 13	G11.18 = 2	M14.2 = 2
B14.1 = 11	C8.1 = 11	G10.4 = 2, 12, 13	G11.19 = 2	M14.3 = 2
B14.2 = 11	C9.1 = 1, 2, 3, 4, 7, 8, 12, 14	G10.5 = 2, 13	G11.20 = 2	M15.1 = 1, 2
B14.3 = 1, 2, 12	C9.2 = 2	G11.1 = 1, 2, 3, 4, 8,12, 13,	G12.1 = 14	M15.2 = 1, 2
B14.4 = 1, 2, 12	C9.3 = 2	14	G13.1 = 11, 12	
B14.5 = 1, 2, 12	C11.1 =2,3,5,6,10,12, 13	G11.2 = 1, 2, 3, 4, 8,12, 13,	G15.1 = 11	
B18.1 = 1, 2, 12	C11.2 =2,3,5,6,10,12, 13	14	G15.2 = 11, 12	
B21.1 = 2, 3, 5, 6, 10,13	C11.3 =2,3,5,6,10,12, 13	G11.3 = 1, 2, 3, 4, 8,12, 13,	G15.3 = 11	
B22.1 = 1, 2, 3, 7, 8,12, 14	C11.4 = 5	14	G15.4 = 11	
B22.2 = 2	C13.1 = 1, 2, 12	G11.4 = 1, 2, 3, 4, 7.12, 13.	G16.1 = 12	
B22.3 = 2		14	G17.1 = 2	
		G11.5 = 1, 13	G18.1 = 12, 13	
		G11.6 = 1, 13	G18.2 = 4	
		G11.7 = 1, 13	G18.3 = 2	
		G11.8 = 1, 13	G18.4 = 2	
		G11.9 = 1, 13		
		G11.10 = 1, 13		

(1) Ministério da Educação
(2) Câmara Municipal
(3) Junta de Freguesia
(4) Instituto de Emprego e Formação Profissional
(5) Instituto Português da Juventude
(6) Delegação Regional da Cultura do Alentejo
(7) Agrupamento de Escolas
(8) Associação de Pais e Encarregados de Educação
(9) Segurança Social (Projecto de Luta contra a Pobreza)
(10) Inatel
(11) Paróquia
(12) Famílias/ destinatários
(13) Fundos próprios
(14) Ministério da Administração Interna

PAGAMENTO (Fevereiro 2005)			
FREGUESIAS			
BELVER	COMENDA	GAVIÃO	MARGEM
B4.1 = (1)	C5.1 = (1)	G3.1 = (2)	G11.13 = (1)	M2.1 = (1)
B4.2 = (1)	C5.2 = (1)	G4.1 = (1)	G11.14 = (1)	M9.1 = (1)
B5.1 = (1)	C5.3 = (1)	G4.2 = (1)	G11.15 = (1)	M9.2 = (1)
B5.2 = (1)	C5.4 = (1)	G8.1 = (1)	G11.16 = (1)	M9.3 = (1)
B5.3 = (1)	C6.1 = (1)	G8.2 = (1)	G11.17 = (1)	M12.1 = (3)
B6.1 = (1)	C6.2 = (1)	G10.1 = (2)	G11.18 = (1)	M12.2 = (1)
B7.1 = (1)	C6.3 = (1)	G10.2 = (1)	G11.19 = (1)	M14.1 = (1)
B7.2 = (1)	C7.1 = (1)	G10.3 = (1)	G11.20 = (1)	M14.2 = (1)
B14.1 = (1)	C8.1 = (1)	G10.4 = (2)	G12.1 = (1)	M14.3 = (1)
B14.2 = (1)	C9.1 = (1)	G10.5 = (2)	G13.1 = (3)	M15.1 = (1)
B14.3 = (1)	C9.2 = (1)	G11.1 = (1)	G15.1 = (1)	M15.2 = (1)
B14.4 = (1)	C9.3 = (1)	G11.2 = (1)	G15.2 = (3)	
B14.5 = (1)	C11.1 = (2)	G11.3 = (1)	G15.3 = (1)	
B18.1 = (1)	C11.2 = (2)	G11.4 = (1)	G15.4 = (1)	
B21.1 = (1)	C11.3 = (2)	G11.5 = (1)	G16.1 = (2)	
B22.1 = (1)	C11.4 = (1)	G11.6 = (1)	G17.1 = (1)	
B22.2 = (1)	C13.1 = (1)	G11.7 = (1)	G18.1 = (2)	
B22.3 = (1)		G11.8 = (1)	G18.2 = (1)	
		G11.9 = (1)	G18.3 = (1)	
		G11.10 = (1)	G18.4 = (1)	
		G11.11 = (1)		
		G11.12 = (1)		

(1) Sem qualquer tipo de pagamento.

(2) Propina/ quota mensal

(3) Jóia Inicial

RELEVÂNCIA (Fevereiro 2005)			
FREGUESIAS			
BELVER	COMENDA	GAVIÃO	MARGEM
B4.1 = 1, 2, 3, 4, 11	C5.1 = 1, 2, 4, 11	G3.1 = 3, 8	G11.13 = 1, 2, 3, 7	M2.1 = 1, 2, 3, 4, 7
B4.2 = 1, 2, 3, 4	C5.2 = 1, 2, 3, 4	G4.1 = 1, 2, 4	G11.14 = 1, 2, 3, 4	M9.1 = 1, 2, 4, 11
B5.1 = 1, 2, 3, 4, 11	C5.3 = 1, 2, 4, 7	G4.2 = 1, 2, 4, 11	G11.15 = 1, 2, 3, 4	M9.2 = 1, 2, 4, 7
B5.2 = 1, 2, 3, 4	C5.4 = 1, 2, 4, 7	G8.1 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.16 = 1, 2, 3, 4, 7	M9.3 = 1, 2, 4, 7
B5.3 = 1, 2, 3, 4, 7	C6.1 = 1, 2, 4, 9	G8.2 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.17 = 1, 2, 4, 7	M12.1 = 1, 2, 4, 9
B6.1 = 1, 2, 3, 4	C6.2 = 1, 2, 4, 10	G10.1 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.18 = 1, 2, 4, 7	M12.2 = 1, 2, 4, 10
B7.1 = 1, 2, 3, 4, 11	C6.3 = 1, 2, 4, 9	G10.2 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.19 = 1, 2, 4, 7	M14.1 = 1, 2, 4
B7.2 = 1, 2, 3, 4	C7.1 = 1, 2, 4, 9	G10.3 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.20 = 1, 2, 4, 7	M14.2 = 1, 2, 4, 7
B14.1 = 1, 2, 4, 9	C8.1 = 1, 2, 4, 9	G10.4 = 1, 2, 3, 4, 7	G12.1 = 1, 2, 4	M14.3 = 1, 2, 4, 7
B14.2 = 1, 2, 4, 10	C9.1 = 1, 2, 4	G10.5 = 1, 2, 3, 4, 7	G13.1 = 1, 2, 4, 9	M15.1 = 1, 2, 3, 4
B14.3 = 1, 2, 3, 4, 11	C9.2 = 1, 2, 4, 7	G11.1 = 1, 2, 4	G15.1 = 1, 2, 4	M15.2 = 1, 2, 3, 4, 7
B14.4 = 1, 2, 3, 4, 7	C9.3 = 1, 2, 4, 7	G11.2 = 1, 2, 4, 11	G15.2 = 1, 2, 4, 9	
B14.5 = 1, 2, 3, 4	C11.1 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.3 = 1, 2, 4, 11	G15.3 = 1, 2, 4, 10	
B18.1 = 1, 2, 3, 4	C11.2 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.4 = 1, 2, 4, 11	G15.4 = 1, 2, 4, 10	
B21.1 = 1, 2, 3, 4	C11.3 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.5 = 1, 2, 3	G16.1 = 1, 2, 3, 4, 6	
B22.1 = 1, 2, 4, 11	C11.4 = 1, 2, 3, 4	G11.6 = 1, 2, 3	G17.1 = 1, 2, 3, 4, 7	
B22.2 = 1, 2, 4, 7	C13.1 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.7 = 1, 2, 3	G18.1 = 1, 2, 4, 8	
B22.3 = 1, 2, 4, 7		G11.8 = 1, 2, 3	G18.2 = 1, 2, 4	
		G11.9 = 1, 2, 3	G18.3 = 1, 2, 4, 7	
		G11.10 = 1, 2, 3	G18.4 = 1, 2, 4, 7	
		G11.11 = 1, 2, 3		
		G11.12 = 1, 2, 3		

(1) Desenvolvimento de saberes; (2) Aquisição de competências e valores; (3) Ocupação de tempo livre; (4) Valorização pessoal; (5) Promoção das raízes culturais; (6) Incentivo à prática musical; (7) Incentivo à prática desportiva; (8) Apoio às famílias; (9) Formar civicamente/ Cristãmente; (10) Aprofundamento da Fé Cristã; (11) Qualificação escolar

AVALIAÇÃO (Fevereiro 2005)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B4.1 = 1, 3, 5	C5.1 = 1, 2, 3, 5	G3.1 = não aplicável	G11.13 = 3, 4, 5	M2.1 = 5
B4.2 = 2, 3, 5	C5.2 = 2, 3, 5	G4.1 = 1, 3, 4, 5	G11.14 = 3, 2, 5	M9.1 = 1, 2, 3, 5
B5.1 = 1, 3, 5	C5.3 = 5	G4.2 = 1, 3, 5	G11.15 = 2, 5	M9.2 = 5
B5.2 = 2, 3, 5	C5.4 = 5	G8.1 = 3, 4, 5	G11.16 = 5	M9.3 = 5
B5.3 = 5	C6.1 = 5	G8.2 = 3, 4, 5	G11.17 = 5	M12.1 = 5
B6.1 = 2, 5	C6.2 = 5	G10.1 = 3, 4, 5	G11.18 = 5	M12.2 = 5
B7.1 = 1, 3, 5	C6.3 = 5	G10.2 = 3, 4, 5	G11.19 = 5	M14.1 = não aplicável
B7.2 = 2, 3, 5	C7.1 = 5	G10.3 = 3, 4, 5	G11.20 = 5	M14.2 = 5
B14.1 = 5	C8.1 = 5	G10.4 = 3, 5	G12.1 = não aplicável	M14.3 = 5
B14.2 = 5	C9.1 = não aplicável	G10.5 = 3, 5	G13.1 = 5	M15.1 = 2, 3, 5
B14.3 = 1, 3, 5	C9.2 = 5	G11.1 = não aplicável	G15.1 = 5	M15.2 = 5
B14.4 = 5	C9.3 = 5	G11.2 = 1, 2, 3, 5	G15.2 = 5	
B14.5 = 2, 3, 5	C11.1 = 3, 4, 5	G11.3 = 1, 2, 3, 5	G15.3 = 5	
B18.1 = 2, 3, 5	C11.2 = 3, 5	G11.4 = 1, 2, 3, 5	G15.4 = 5	
B21.1 = 4	C11.3 = 3, 4, 5	G11.5 = 2, 3, 5	G16.1 = 3, 5	
B22.1 = 1, 2, 3, 5	C11.4 = 3, 5	G11.6 = 2, 3, 5	G17.1 = 5	
B22.2 = 5	C13.1 = 5	G11.7 = 2, 3, 5	G18.1 = não aplicável	
B22.3 = 5		G11.8 = 2, 3, 5	G18.2 = 1	
		G11.9 = 2, 3, 5	G18.3 = 5	
		G11.10 = 2, 3, 5	G18.4 = 5	
		G11.11 = 2, 3, 5		
		G11.12 = 2, 3, 5		

(1) Fichas

(2) Trabalhos

(3) Desempenho individual

(4) Desempenho colectivo

(5) Interesse/ empenho/ participação/ assiduidade

Anexo 4 – Registo da Caracterização das Actividades de Aprendizagem (ano lectivo de 2006-2007)

ACTIVIDADES COM APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 Catequese de itinerário normal B14.2 Catequese de adultos B21.1 Música (Grupo de Cantares)	C5.1 Ensino regular (1º CEB) C5.2 AEC - Ensino do Inglês C5.3 AEC - Ensino da Música C5.4 A AEC - Actividade Física e Desportiva C5.4 B AEC - Natação C5.5 AEC - Apoio ao Estudo C5.6 AEC – Informática C5.7 Escola Segura C6.1 Catequese de itinerário normal C6.2 Catequese jovens C6.3 Catequese adultos C7.1 Catequese de itinerário normal C7.2 Catequese de adultos C8.1 Catequese de itinerário normal C9.1 Ensino regular (pré-escolar) C9.2 Iniciação ao inglês C9.3 Iniciação musical C9.4 Iniciação desportiva C9.5 Natação C9.6 Iniciação à informática C9.7 Escola Segura C11.1 Orfeão C11.2 Escola de música C11.3 OTL - Informática	G3.1 Actividades Tempos Livres G4.1 Formação geral de Bombeiros G4.2 EFA B3 "Jardinagem e espaços verdes" G8.1 Escola de música G8.2 Banda Filarmónica Juvenil G9.1 "Implementação do Sistema de auto controlo baseado nos princípios básicos da HACCP" G10.1 Natação G10.2 Andebol G10.3 Futebol G10.4 Ginástica de manutenção G11.1 Ensino regular (pré-escolar) G11.2 Ensino regular (1º CEB) G11.3 Ensino regular (2º CEB) G11.4 Ensino regular (3ºCEB) G11.5 Clube da Floresta G11.6 Clube de Informática G11.7 Clube do Ambiente G11.8 Clube de fotografia Desporto Escolar: G11.9A Futsal G11.9B Natação G11.10 CAF- Informática (Pré-escolar) G11.11 AEC – Apoio ao Estudo G11.12 AEC - Informática	G11.13 AEC - Ensino do inglês G11.14 AEC – Ensino da música G11.15 A AEC -Actividade física e desportiva G11.5 B AEC - Natação G11.16 AC – Iniciação musical (Pré-escolar) G11.17 AC- Iniciação desportiva (Pré-escolar) G11.18 Natação G11.19 CAF- Iniciação ao inglês G11.20 Formação de adultos - RVCC G12.1 Escola Segura G13.1 Catequese de itinerário normal G15.1 Formação de catequistas G15.2 Catequese de itinerário normal G15.3 Catequese adultos G15.4 Aprofundamento Bíblico G16.1 Ensino de acordeão G16.2 Curso de Gestão Autárquica G17.1 Adaptação ao meio aquático G18.1 Ensino regular (pré-escolar) G18.2 Curso de Geriatria G18.3 EFA B2 "Apoio Familiar e à Comunidade" G18.4 AC – Iniciação desportiva (Pré-escolar) G18.5 AC- Natação (Pré-escolar)	M9.1 Ensino regular (1º CEB) M9.2 AEC - Ensino do Inglês M9.3 AEC - Ensino da Música M9.4 A AEC - Actividade Física e Desportiva M9.4 B AEC Natação M9.5 AEC - Apoio ao Estudo M9.6 AEC – Informática M9.7 Escola Segura M12.1 Catequese de itinerário normal M12.2 Catequese de adultos M14.1 Ensino regular (pré-escolar) M14.2 Iniciação musical M14.3 Iniciação desportiva M14.4 Natação M14.5 CAF - Iniciação ao inglês M14.6 Clube "Ver, ouvir e contar" M14.7 Escola Segura

RESPONSABILIDADE ORGANIZACIONAL (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = (1)	C5.1 = (1)	G3.1 = (3)	G11.13 = (3)	M9.1 = (1)
B14.2 = (1)	C5.2 = (3)	G4.1 = (1)	G11.14 = (3)	M9.2 = (3)
B21.1 = (1)	C5.3 = (3)	G4.2 = (3)	G11.15 A = (3)	M9.3 = (3)
	C5.4 A = (3)	G8.1 = (1)	G11.15 B = (3)	M9.4 A = (3)
	C5.4 B = (3)	G8.2 = (1)	G11.16 = (3)	M9.4 B = (3)
	C5.5 = (1)	G9.1 = (3)	G11.17 = (3)	M9.5 = (1)
	C5.6 = (1)	G10.1 = (3)	G11.18 = (3)	M9.6 = (1)
	C5.7 = (3)	G10.2 = (3)	G11.19 = (3)	M9.7 = (3)
	C6.1 = (1)	G10.3 = (3)	G11.20 = (3)	M12.1 = (1)
	C6.2 = (1)	G10.4 = (1)	G12.1 = (3)	M12.2 = (1)
	C6.3 = (1)	G11.1 = (1)	G13.1 = (1)	M14.1 = (1)
	C7.1 = (1)	G11.2 = (1)	G15.1 = (3)	M14.2 = (3)
	C7.2 = (1)	G11.3 = (1)	G15.2 = (1)	M14.3 = (3)
	C8.1 = (1)	G11.4 = (1)	G15.3 = (1)	M14.4 = (3)
	C9.1 = (1)	G11.5 = (1)	G15.4 = (1)	M14.5 = (3)
	C9.2 = (3)	G11.6 = (1)	G16.1 = (2)	M14.6 = (1)
	C9.3 = (3)	G11.7 = (1)	G16.2 = (2)	M14.7 = (3)
	C9.4 = (3)	G11.8 = (1)	G17.1 = (3)	
	C9.5 = (3)	G11.9 A = (3)	G18.1 = (1)	
	C9.6 = (3)	G11.9 B = (3)	G18.2 = (3)	
	C9.7 = (3)	G11.10 = (1)	G18.3 = (3)	
	C11.1 = (1)	G11.11 = (1)	G18.4 = (3)	
	C11.2 = (1)	G11.12 = (1)	G18.5 = (3)	
	C11.3 = (3)			

(1) Instituição; (2) Terceiros; (3) Parcerias

RESPONSABILIDADE TÉCNICA (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 Catequistas	C5.1 Prof. 1º CEB	G3.1 Monitor	G11.15 A Prof. Ed. Física	M9.1 Prof. 1º CEB
B14.2 Catequistas	C5.2 Prof. Inglês	G4.1 Monitores	G11.15 B Prof. Natação	M9.2 Prof. Inglês
B21.1 Prof. Música	C5.3 Prof. Música	G4.2 Coordenador de Curso	G11.16 Prof. música	M9.3 Prof. Música
	C5.4 A Prof. Ed. Física	+ formadores	G11.17 Prof. Ed. Física	M9.4 A Prof. Ed. Física
	C5.4 B Prof. Natação	G8.1 Prof. Música	G11.18 Prof. natação	M9.4 B Prof. Natação
	C5.5 Prof. 1º CEB	G8.2 Prof. Música	G11.19 Prof. inglês	M9.5 Prof. 1º CEB
	C5.6 Monitor	G9.1 Técnicos de Saúde	G11.20 Profissional de	M9.6 Monitor
	C5.7 Agente da GNR	G10.1 Prof. Natação	RVCC	M9.7 Agente da GNR
	C6.1 Coordenadora da	G10.2Prof. Ed. Física	G12.1 Agente da GNR	M12.1 Pároco + Catequistas
	catequese + catequistas	G10.3 Treinador	G13.1 Pároco	M12.2 Pároco
	C6.2 Coordenadora da	G10.4 Prof. Ed. Física	G15.1 Pároco + Secretariado	M14.1 Ed. de Infância
	catequese + catequistas	G11.1 Ed. de Infância	Diocesano da Catequese	M14.2 Prof. música
	C6.3 Coordenadora da	G11.2 Prof. 1º CEB	G15.2 Pároco +	M14.3 Prof. Ed. Física
	catequese + catequistas	G11.3 Prof. 2º CEB	Coordenadora das	M14.4 Prof. natação
	C7.1 Pároco + Catequistas	G11.4 Prof. 3º CEB	catequistas	M14.5 Prof. inglês
	C7.2 Pároco	G11.5 Prof. 2º/3º CEB	G15.3 Pároco +	M14.6 Ed. Infância
	C8.1 Coordenadora da	G11.6 Prof. 2º/3º CEB	colaboradores	M14.7 Agente da GNR
	Catequese	G11.7 Prof. 2º/3º CEB	G15.4 Pároco + responsável	
	C9.1 Ed. de Infância	G11.8 Prof. 2º/3º CEB	do grupo	
	C9.2 Prof. inglês	G11.9 A Prof. Ed. Física	G16.1 Monitor	
	C9.3 Prof. música	G11.9 B Prof. Ed. Física	G16.2 Técnico Superior	
	C9.4 Prof. Ed. Física	G11.10 Prof. 2º CEB	G17.1 Prof. Natação	
	C9.5 Prof. Natação	G11.11 Prof. 1º/2º/3º CEB	G18.1 Ed. de Infância	
	C9.6 Monitor	G11.12 Prof. 2º CEB	G18.2 Técnico Superior	
	C9.7 Agente da GNR	G11.13 Prof. inglês	G18.3 Socióloga	
	C11.1 Prof. Música	G11.14 Prof. música	G18.4 Prof. Ed. Física	
	C11.2 Prof. Música		G18.5 Prof. natação	
	C11.3 Monitor			

FREQUÊNCIA (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 (1xsemana)	C5.1 (dias úteis)	G3.1 (dias úteis)	G11.12 (1xsemana)	M9.1 (dias úteis)
B14.2 (mensal)	C5.2 (3xsemana)	G4.1 (2xsemana)	G11.13 (3xsemana)	M9.2 (3xsemana)
B21.1 (1xsemana)	C5.3 (2xsemana)	G4.2 (dias úteis)	G11.14 (2xsemana)	M9.3 (1xsemana)
	C5.4 A (2xsemana)	G8.1 (3xsemana)	G11.15 A (3xsemana)	M9.4 (2xsemana)
	C5.4 B (1xsemana)	G8.2 (2xsemana)	G11.15 B (1xsemana)	M9.5 (2xsemana)
	C5.5 (2xsemana)	G9.1 sem dia definido	G11.16 (1xsemana)	M9.6 (2xsemana)
	C5.6 (1xsemana)	G10.1 (dias úteis)	G11.17 (1xsemana)	M12.1 (1xsemana)
	C5.7 (mensal)	G10.2 (2xsemana)	G11.18 (1xsemana)	M12.2 (quinzenal)
	C6.1 (1xsemana)	G10.3 (2xsemana)	G11.19 (1xsemana)	M14.1 (dias úteis)
	C6.2 (1xsemana)	G10.4 (2xsemana)	G11.20 (1xsemana)	M14.2 (1xsemana)
	C6.3 (1xsemana)	G11.1 (dias úteis)	G12.1 (mensal)	M14.3 (1xsemana)
	C7.1 (1xsemana)	G11.2 (dias úteis)	G13.1 (mensal)	M14.4 (1xsemana)
	C7.2 (quinzenal)	G11.3 (dias úteis)	G15.1 (mensal)	M14.5 (1xsemana)
	C8.1 (1xsemana)	G11.4 (dias úteis)	G15.2 (1xsemana)	M14.6 (1xsemana)
	C9.1 (dias úteis)	G11.5 (3xsemana)	G15.3 (quinzenal)	
	C9.2 (1xsemana)	G11.6 (1xsemana)	G15.4 (1xsemana)	
	C9.3 (1xsemana)	G11.7 (1xsemana)	G16.1 (1xsemana)	
	C9.4 (1xsemana)	G11.8 (1xsemana)	G16.2 (2xsemana)	
	C9.5 (1xsemana)	G11.9 A (2xsemana)	G17.1 (1xsemana)	
	C9.6 (1xsemana)	G11.9 B (2xsemana)	G18.1 (dias úteis)	
	C9.7 (mensal)	G11.10 (1xsemana)	G18.2 (dias úteis)	
	C11.1 (1xsemana)	G11.11 (2xsemana)	G18.3 (dias úteis)	
	C11.2 (1xsemana)		G18.4 (quinzenal)	
	C11.3 (1xsemana)		G18.5 (quinzenal)	

LOCAL (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 Igreja (sala anexa)	C5.1 Escola 1º CEB	G3.1 EBI	G11.15 A Pavilhão	M9.1 Escola 1º CEB
B14.2 Igreja (sala anexa)	C5.2 Escola 1º CEB	G4.1 Quartel dos Bombeiros	Desportivo Municipal	M9.2 Escola 1º CEB
B21.1 Associação local	C5.3 Associação Local	Municipais	G11.15 B Piscina Municipal	M9.3 Escola 1º CEB
	C5.4 A Escola 1º CEB C5.4	G4.2 Quartel dos Bombeiros	G11.16 EBI	M9.4 A Escola 1º CEB M9.4
	B Piscina Municipal	Municipais	G11.17 Pavilhão Desportivo	B Piscina Municipal
	C5.5 Escola 1º CEB	G8.1 Cine-Teatro	Municipal	M9.5 Escola 1º CEB
	C5.6 Escola 1º CEB	G8.2 Cine-Teatro	G11.18 Piscina Municipal	M9.6 Escola 1º CEB
	C5.7 Escola 1º CEB	G9.1 Centro de Saúde	G11.19 EBI	M9.7 Escola 1º CEB
	C6.1 Igreja (sala anexa)	G10.1 Piscina Municipal	G11.20 EBI	M12.1 Igreja (sala anexa)
	C6.2 Igreja (sala anexa)	G10.2 Pavilhão Desportivo	G12.1 Escolas e Jardins-de-	M12.2 Igreja (sala anexa)
	C6.3 Igreja (sala anexa)	Municipal	Infância	M14.1 Jardim-de-Infância
	C7.1 Igreja	G10.3 Campo de futebol	G13.1 Igreja	M14.2 Jardim-de-Infância
	C7.2 Igreja	G10.4 Pavilhão Desportivo	G15.1 Igreja (sala anexa)	M14.3 Jardim-de-Infância
	C8.1 Igreja	Municipal	G15.2 Igreja (sala anexa)	M14.4 Piscina Municipal
	C9.1 Jardim-de-Infância	G11.1 EBI	G15.3 Igreja (sala anexa)	M14.5 Jardim-de-Infância
	C9.2 Jardim-de-Infância	G11.2 EBI	G15.4 Igreja (sala anexa)	M14.6 Jardim-de-Infância
	C9.3 Jardim-de-Infância	G11.3 EBI	G16.1 Junta de Freguesia	M14.7 Jardim-de-Infância
	C9.4 Jardim-de-Infância	G11.4 EBI	G16.2 Junta de Freguesia	
	C9.5 Piscina Municipal	G11.5 EBI	G17.1 Piscina Municipal	
	C9.6 Escola 1º CEB	G11.6 EBI	G18.1 Santa Casa da	
	C9.7 Jardim-de-Infância	G11.7 EBI	Misericórdia (Jardim-de-	
	C11.1 Associação local	G11.8 EBI	infância)	
	C11.2 Associação local	G11.9 A Pavilhão Desportivo	G18.2 Santa Casa da	
	C11.3 Associação local	Municipal	Misericórdia	
		G11.9 B Piscina Municipal	G18.3 Santa Casa da	
		G11.10 EBI	Misericórdia	
		G11.11 EBI	G18.4 Pavilhão Desportivo	
		G11.12 EBI	Municipal	
		G11.13 EBI	G18.5 Piscina Municipal	
		G11.14 EBI		

HORÁRIO (Fevereiro 2007)

FREGUESIAS

BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1	C5.1	G3.1	4ºano 5ª (15.45-16.30)	M9.1
6ª (18.30-19.30)	Dias úteis (09.00-17.30)	Dias úteis (15.30-18.30)	G11.13	Dias úteis (09.00-17.30)
Sábado (17.30-18.30)	C5.2	G4.1	1ºano 2ª,5ª (15.45-16.30)	M9.2
Domingo (12.00-13.00)	2ª (15.45-16.30)	3ª (20.00-23.00)	3ºano 2ª (09.00-09.45)	2ª, 3ª, 6ª (16.45-17.30)
B14.2	4ª (15.45-16.30)	Sábado (09.00-13.00)	4ª (16.45-17.30)	M9.3
Domingo (16.00-17.00)	6ª (16.45-17.30)	G4.2	6ª (15.45-16.30)	4ª (16.45-17.30)
B21.1	C5.3	Dias úteis (09.00-17.00)	4ºano 2ª,3ª (16.45-17.30)	M9.4
Sábado (21.00-23.00)	3ª (13.30-14.15)	G8.1	4ª (09.00-09.45)	A 4ª (15.45-16.30)
	6ª (13.30-14.15)	3ª (18.00-19.30)	G11.14	B 5ª (09.00-09.45)
	C5.4	6ª (18.00-19.30)	1ºano 3ª (15.45-16.30)	M9.5
	A 4ª (16.45-17.30)	Sábado (15.00-18.00)	6ª (16.45-17.30)	2ª, 6ª (15.45-16.30)
	B 3ª (09.00-09.45)	G8.2	2ºano 2ª,3ª (16.45-17.30)	M9.6
	C5.5	6ª (20.30-22.00)	3ºano 3ª (09.00-09.45)	3ª (15.45-16.30)
	2ª (16.45-17.30)	Sábado (18.00-19.30)	4ª (15.45-16.30)	5ª (16.45-17.30)
	5ª (16.45-17.30)	G9.1	4ºano 2ª,6ª (15.45-16.30)	M9.7
	C5.6	Sem horário definido	G11.15	Sem horário definido
	5ª (15.45-16.30)	G10.1	1ºano A 2ª,3ª (16.45-17.30)	M12.1
	C5.7	Dias úteis (17.00-22.00)	B 6ª (09.00-09.45)	Domingo (15.30-16.30)
	Sem horário definido	G10.2	2ºano A 2ª (15.45-16.30)	M12.2
	C6.1	3ª (17.30-18.30)	A 6ª (15.45-16.30)	Sábado (20.30-21.30)
	Sábado (14.00-18.00)	5ª (17.30-18.30)	B 4ª (09.00-09.45)	Domingo (15.30-16.30)
	Domingo (15.00-16.00)	G10.3	3ºano A 5ª (15.45-16.30)	M14.1
	C6.2	3ª, 6ª (20.00-22.00)	B 6ª (16.45-17.30)	Dias úteis (09.30-15.30)
	Sábado (16.00-17.30)	G10.4	4ºano A 3ª (15.45-16.30)	M14.2
	C6.3	3ª, 5ª (19.00-20.00)	B 5ª (16.45-17.30)	6ª (14.30-15.15)
	5ª (20.00-21.30)	G11.1	G11.16	M14.3
	C7.1	Dias úteis (08.30-18.00)	2ª (14.30-15.15)	4ª (11.00-11.45)
	Sábado (14.30-15.30)	G11.2	G11.17	M14.4
	C7.2	Dias úteis (09.00-17.30)	4ª (09.45-10.30)	3ª (10.25-10.55)
	Sábado (20.30-21.30)	G11.3	G11.18	M14.5
	C8.1	Dias úteis (09.00-17.00)	3ª (09.40-10.25)	4ª (15.45-16.30)
	Sábado (10.30-11.30)	G11.4	G11.19	M14.6
	C9.1	Dias úteis (09.00-17.00)	5ª (16.45-17.30)	6ª (15.45-16.30)
	Dias úteis (08.00-18.00)	G11.5	G11.20	M14.7
	C9.2	2ª, 3ª (17.10-17.55)	5ª (19.00-22.00)	Sem horário definido
	2ª (14.30-15.15)	4ª (13.50-15.20)	G12.1	
	C9.3	G11.6	Sem horário definido	
	3ª (14.30-15.15)	4ª (13.50-15.20)	G13.1	
	C9.4	G11.7	Domingo (09.30-10.30)	
	5ª (11.00-11.45)	4ª (13.50-17.10)	G15.1	
	C9.5	G11.8	Sem dia definido (21.00-23.00)	
	4ª (16.45-17.30)	4ª (13.50-15.20)	G15.2	
	C9.6	G11.9 A	2ª a 5ª (18.00-19.00)	
	6ª (16.45-17.30)	GrupoF 3ª (17.15-18.00)	4ª (16.15-17.15)	
	C9.7	4ª (16.00-18.00)	Sábado (15.00-16.00)	
	Sem horário definido	GrupoM 2ª (17.15-18.00)	G15.3	
	C11.1	4ª (14.00-16.00)	Sábado (17.00-18.00)	
	6ª (21.00-23.00)	G11.9 B	G15.4	
	C11.2	2ª (17.15-18.00)	3ª (17.00-18.00)	
	4ª (18.00-21.00)	4ª (15.00-17.00)	G16.1	
	C11.3	G11.10	Sábado (10.00-13.00)	
	2ª (18.00-20.00)	6ª (16.15-17.00)	G16.2	
	4ª (18.00-20.00)	G11.11	6ª (20.00-23.00)	
		1ºano 4ª (15.45-16.30)	Sábado (09.00-12.00)	
		5ª (16.45-17.30)	G17.1	
		2ºano 4ª (16.45-17.30)	6ª (09.30-12.40)	
		5ª (15.45-16.30)	G18.1	
		3ºano 3ª (16.45-17.30)	Dias úteis (08.00-18.00)	
		5ª (16.45-17.30)	G18.2	
		4ºano 4ª (16.45-17.30)	Dias úteis (09.00-17.00)	
		6ª (16.45-17.30)	G18.3	
		G11.12	Dias úteis (09.00-17.00)	
		1ºano 4ª (16.45-17.30)	G18.4	
		2ºano 6ª (16.45-17.30)	4ª (10.30-11.15)	
		3ºano 2ª (16.45-17.30)	G18.5	
		2ºano 3ª (15.45-16.30)	4ª (11.00-11.30)	
		5ª (16.45-17.30)		

DURAÇÃO (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 Ano catequético[17]	C5.1 Ano lectivo	G3.1 Anual	G11.12 Ano lectivo	M9.1 Ano lectivo
B14.2 Anual	C5.2 Ano lectivo	G4.1 Anual	G11.13 Ano lectivo	M9.2 Ano lectivo
B21.1 Anual	C5.3 Ano lectivo	G4.2 4 meses	G11.14 Ano lectivo	M9.3 Ano lectivo
	C5.4 A Ano lectivo	G8.1 Anual	G11.15 A Ano lectivo	M9.4 A Ano lectivo
	C5.4 B Ano Lectivo	G8.2 Anual	G11.15 B Ano lectivo	M9.4 B Ano lectivo
	C5.5 Ano lectivo	G9.1 Não definido	G11.16 Ano lectivo	M9.5 Ano lectivo
	C5.6 Ano lectivo	G10.1 Anual	G11.17 Ano lectivo	M9.6 Ano lectivo
	C5.7 Ano lectivo	G10.2 Época específica	G11.18 Ano lectivo	M9.7 Ano lectivo
	C6.1 Ano catequético	G10.3 Época específica	G11.19 Ano lectivo	M12.1 Ano catequético
	C6.2 Ano catequético	G10.4 Anual	G11.20 6 meses	M12.2 Anual
	C6.3 Anual	G11.1 Ano lectivo	G12.1 Ano lectivo	M14.1 Ano lectivo
	C7.1 Ano catequético	G11.2 Ano lectivo	G13.1 Ano catequético	M14.2 Ano lectivo
	C7.2 Anual	G11.3 Ano lectivo	G15.1 Ano catequético	M14.3 Ano lectivo
	C8.1 Ano catequético	G11.4 Ano lectivo	G15.2 Ano catequético	M14.4 Ano lectivo
	C9.1 Ano lectivo	G11.5 Ano lectivo	G15.3 Anual	M14.5 Ano lectivo
	C9.2 Ano lectivo	G11.6 Ano lectivo	G15.4 Anual	M14.6 Ano lectivo
	C9.3 Ano lectivo	G11.7 Ano Lectivo	G16.1 Anual	M14.7 Ano lectivo
	C9.4 Ano lectivo	G11.8 Ano lectivo	G16.2 6 meses	
	C9.5 Ano lectivo	G11.9 A Ano lectivo	G17.1 Anual	
	C9.6 Ano lectivo	G11.9 B Ano lectivo	G18.1 Ano lectivo	
	C9.7 Ano lectivo	G11.10 Ano lectivo	G18.2 1 ano	
	C11.1 Anual	G11.11 Ano lectivo	G18.3 6 meses	
	C11.2 Anual		G18.4 Ano lectivo	
	C11.3 Férias escolares de Verão		G18.5 Ano lectivo	

NÚMERO DE PESSOAS (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = 11	C5.1 = 18	G3.1 = 25	G11.13 = 87	M9.1 = 14
B14.2 = 20	C5.2 = 18	G4.1 = 70	G11.14 = 60	M9.2 = 14
B21.1 = 12	C5.3 = 18	G4.2 = 9	G11.15 A = 82	M9.3 = 14
	C5.4 A = 18	G8.1 = 25	G11.15 B = 82	M9.4 A = 14
	C5.4 B = 18	G8.2 = 45	G11.16 = 25	M9.4 B = 14
	C5.5 = 18	G9.1 = 32	G11.17 = 25	M9.5 = 14
	C5.6 = 18	G10.1 = 33	G11.18 = 25	M9.6 = 14
	C5.7 = 18	G10.2 = 20	G11.19 = 25	M9.7 = 14
	C6.1 = 43	G10.3 = 25	G11.20 = 14	M12.1 = 14
	C6.2 = 11	G10.4 = 25	G12.1 = 337	M12.2 = 23
	C6.3 = 20	G11.1 = 25	G13.1 = 4	M14.1 = 6
	C7.1 = 12	G11.2 = 89	G15.1 = 18	M14.2 = 6
	C7.2 = 9	G11.3 = 72	G15.2 = 113	M14.3 = 6
	C8.1 = 6	G11.4 = 100	G15.3 = 36	M14.4 = 6
	C9.1 = 13	G11.5 = 11	G15.4 = 8	M14.5 = 6
	C9.2 = 13	G11.6 = 7	G16.1 = 5	M14.6 = 6
	C9.3 = 13	G11.7 = 8	G16.2 = 5	M14.7 = 6
	C9.4 =13	G11.8 = 11	G17.1 = 90	
	C9.5 =13	G11.9 A = 35	G18.1 = 20	
	C9.6 =13	G11.9 B = 22	G18.2 = 15	
	C9.7 = 13	G11.10 = 25	G18.3 = 12	
	C11.1 = 30	G11.11 = 61	G18.4 = 20	
	C11.2 = 34	G11.12 = 83	G18.5 = 20	
	C11.3 = 20			

[17] Ano catequético (Setembro a Julho)

FAIXA ETÁRIA DAS PESSOAS – IDADES (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = 2, 3	C5.1 = 2	G3.1 = 2, 3	G11.10 = 1	M9.1 = 2
B14.2 = 6, 7, 8	C5.2 = 6, 7, 8	G4.1 = 6, 7	G11.11 = 2	M9.2 = 2
B21.1= 2, 3, 4, 5, 6, 7	C5.3 = 2	G4.2 = 6, 7	G11.12 = 2	M9.3 = 2
	C5.4 A = 2	G8.1 = 2, 3, 4	G11.13 = 2	M9.4 A = 2
	C5.4 B = 2	G8.2 = 3, 4, 5, 6	G11.14 = 2	M9.4 B = 2
	C5.5 = 2	G9.1 = 6, 7	G11.15 A = 2	M9.5 = 2
	C5.6 = 2	G10.1 = 1, 2, 3, 4, 5	G11.15 B = 2	M9.6 = 2
	C5.7 = 2	G10.2 = 4	G11.16 = 1	M9.7 = 2
	C6.1 = 2, 3, 4	G10.3 = 6	G11.17 = 1	M12.1 = 2, 3
	C6.2 = 4, 5, 6	G10.4 = 6, 7, 8	G11.18 = 1	M12.2 = 6, 7, 8
	C6.3 = 6, 7	G10.5 = 2, 3, 4, 5	G11.19 = 1	M14.1 = 1
	C7.1 = 2, 3	G10.1 = 1	G11.20 = 6, 7	M14.2 = 1
	C8.1 = 2	G10.2 = 2	G12.1 = 1, 2, 3, 4	M14.3 = 1
	C9.1 = 1	G10.3 = 3	G13.1 = 2, 3	M14.4 = 1
	C9.2 = 1	G10.4 = 4	G15.1 = 6, 7, 8	M14.5 = 1
	C9.3 = 1	G11.1 = 1	G15.2 = 2, 3, 4	M14.6 = 1
	C9.4 = 1	G11.2 = 2	G15.3 = 6, 7, 8	M14.7 = 1
	C9.5 = 1	G11.3 = 3	G15.4 = 7, 8	
	C9.6 = 1	G11.4 = 4	G16.1 = 2, 3, 4, 5, 6, 7	
	C9.7 = 1	G11.5 = 3, 4	G16.2 = 6, 7	
	C11.1 = 4, 5, 6, 7, 8	G11.6 = 3, 4	G17.1 = 8	
	C11.2 = 2	G11.7 = 3, 4	G18.1 = 1	
	C11.3 = 4, 5	G11.8 = 3,4	G18.2 = 6, 7	
		G11.9 A = 3, 4	G18.3 = 6, 7	
		G11.9 B = 3, 4	G18.4 = 1	
			G18.5 = 1	

(1) 3-5 Anos; (2) 6-9 Anos; (3) 10-11 Anos; (4) 12-15 Anos; (5) 16-18 Anos; (6) 19-30 Anos; (7) 30-60 Anos; (8) 61 e + Anos

CERTIFICAÇÃO (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = (4)	C5.1 = (1)	G3.1 = (3)	G11.13 = (3)	M9.1 = (1)
B14.2 = (3)	C5.2 = (3)	G4.1 = (7)	G11.14 = (3)	M9.2 = (3)
B21.1 = (3)	C5.3 = (3)	G4.2 = (2)	G11.15 A = (3)	M9.3 = (3)
	C5.4 A = (3)	G8.1 = (3)	G11.15 B = (3)	M9.4 A = (3)
	C5.4 B = (3)	G8.2 = (3)	G11.16 = (3)	M9.4 B = (3)
	C5.5 = (3)	G9.1 = (7)	G11.17 = (3)	M9.5 = (3)
	C5.6 = (3)	G10.1 = (3)	G11.18 = (3)	M9.6 = (3)
	C5.7 = (3)	G10.2 = (3)	G11.19 = (3)	M9.7 = (3)
	C6.1 = (4)	G10.3 = (3)	G11.20 = (9)	M12.1 = (4)
	C6.2 = (6)	G10.4 = (3)	G12.1 = (3)	M12.2 = (3)
	C6.3 = (3)	G11.1 = (3)	G13.1 = (4)	M14.1 = (3)
	C7.1 = (4)	G11.2 = (1)	G15.1 = (5)	M14.2 = (3)
	C7.2 = (3)	G11.3 = (9)	G15.2 = (4)	M14.3 = (3)
	C8.1 = (4)	G11.4 = (2)	G15.3 = (3)	M14.4 = (3)
	C9.1 = (3)	G11.5 = (3)	G15.4 = (3)	M14.5 = (3)
	C9.2 = (3)	G11.6 = (3)	G16.1 = (3)	M14.6 = (3)
	C9.3 = (3)	G11.7 = (3)	G16.2 = (7)	M14.7 = (3)
	C9.4 = (3)	G11.8 = (3)	G17.1 = (3)	
	C9.5 = (3)	G11.9 A = (3)	G18.1 = (3)	
	C9.6 = (3)	G11.9 B = (3)	G18.2 = (8)	
	C9.7 = (3)	G11.10 = (3)	G18.3 = (9)	
	C11.1 = (3)	G11.11 = (3)	G18.4 = (3)	
	C11.2 = (3)	G11.12 = (3)	G18.5 =(3)	
	C11.3 = (3)			

(1) Certificação escolar – 1° CEB; (2) Certificação escolar – Ensino Básico (9°ano); (3) Sem qualquer tipo de certificação; (4) Certificação específica (Cédula Pessoal da Vida Cristã); (5) Certificação específica (Curso de Iniciação de Catequista); (6) Certificação específica (Diploma do Sacramento do Crisma); (7) Certificado de frequência; (8) Técnico de Geriatria; (9) Certificação escolar – 2° CEB

PARCERIAS EXISTENTES (Fevereiro 2007)			
FREGUESIAS			
BELVER	COMENDA	GAVIÃO	MARGEM
B14.1 = 10	C5.1 = 1, 2, 3, 11, 22	G3.1 = 2, 4, 6	M9.1 = 1, 2, 3, 11, 22
B14.2 = 10	C5.2 = 1,2	G4.1 = 2, 12,13	M9.2 = 1, 2
B21.1 = 8	C5.3 = 1, 2, 8	G4.2 = 2, 4, 6	M9.3 = 1, 2
	C5.4 A = 1, 2, 7	G8.1 = 2	M9.4 A = 1, 2
	C5.4 B = 2, 7	G8.2 = 2	M9.4 B = 2, 7
	C5.5 = 24	G9.1 = 21	M9.5 = 24
	C5.6 = 4	G10.1 = 2, 7, 16	M9.6 = 24
	C5.7 = 14	G10.2 = 2, 17, 18, 23	M9.7 = 14
	C6.1 = 10	G10.3 = 19, 20	M12.1 = 10
	C6.2 = 10	G10.4 = 2, 23	M12.2 = 10
	C6.3 = 10	G11.1 = 1, 2, 4, 7, 14, 22	M14.1 = 1, 2, 3, 11, 14
	C7.1 = 10	G11.2 = 1, 2, 4, 7, 14, 22	M14.2 = 2
	C7.2 = 10	G11.3 = 1, 2, 4, 7, 14, 22	M14.3 = 2
	C8.1 = 10	G11.4 = 1, 2, 4, 7, 14, 22	M14.4 = 2, 7
	C9.1 = 1, 2, 3, 11, 22	G11.5 = 24	M14.5 = 2
	C9.2 = 2	G11.6 = 24	M14.6 = 24
	C9.3 = 2	G11.7 = 24	M14.7 = 14
	C9.4 = 2, 7	G11.8 = 24	
	C9.5 = 2	G11.9 A = 1, 2, 23	
	C9.6 = 4	G11.9 B = 1, 2, 7	
	C9.7 = 14	G11.10 = 24	
	C11.1 = 11		
	C11.2 = 11		
	C11.3 = 5		

		G11.11 = 24	G16.1 = 3
		G11.12 = 24	G16.2 = 3
		G11.13 = 1, 2	G17.1 = 2, 7
		G11.14 = 1, 2	G18.1 = 2, 7
		G11.15 A = 1, 2, 23	G18.2 = 4, 6
		G11.15 B = 2, 7	G18.3 = 4, 6
		G11.16 = 2	G18.4 = 2, 23
		G11.17 = 2, 23	G18.5 = 2, 7
		G11.18 = 2, 7	
		G11.19 = 2	
		G11.20 = 2, 4, 6	
		G12.1 = 6	
		G13.1 = 10	
		G15.1 = 10	
		G15.2 = 10	
		G15.3 = 10	
		G15.4 = 10	

(24) Ministério da Educação/ DREA/ CAE

(25) Câmara Municipal

(26) Junta de Freguesia

(27) Instituto de Emprego e Formação Profissional

(28) Instituto Português da Juventude

(29) Agrupamento de Escolas

(30) Piscina Municipal

(31) Associações Locais

(32) Igreja local

(33) Secretariado Diocesano da Catequese

(34) IPSS

(35) Escola Nacional de Bombeiros

(36) Autoridade Nacional da Protecção Civil

(37) Guarda Nacional Republicana

(38) Associação Aikido de Setúbal

(39) Federação Portuguesa de Natação

(40) Associação de Andebol de Portalegre

(41) Federação Portuguesa de Andebol

(42) Inatel

(43) Associação de Futebol de Portalegre

(44) Unidade de Saúde Pública de Portalegre

(45) Associação de Pais e Encarregados de Educação

(46) Pavilhão Desportivo Municipal

(47) Não Aplicável

FINANCIAMENTO (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = 11 B14.2 = 11 B21.1 = 2, 3, 5, 6, 10,13	C5.1 = 1, 2, 3, 4, 7, 8,12 C5.2 = 1, 2 C5.3 = 1, 2 C5.4 A = 1, 2 C5.4 B = 1, 2 C5.5 = 7 C5.6 = 4, 7 C5.7 = 14 C6.1 = 11 C6.2 = 11 C6.3 = 11 C7.1 = 11 C7.2 = 11 C8.1 = 11 C9.1 = 1, 2, 3, 4, 7, 8,12 C9.2 = 2 C9.3 = 2 C9.4 = 2 C9.5 = 2 C9.6 = 4, 7 C9.7 = 14 C11.1 =2,3,5,6,10,12, 13 C11.2 =2,3,5,6,10,12, 13 C11.3 = 5	G3.1 = 2, 4, 12, 13 G4.1 = 2, 13 G4.2 = 4 G8.1 = 2, 3, 5, 6, 10,13 G8.2 = 2, 3, 5, 6, 10,13 G9.1 = 15 G10.1 = 2, 12, 13 G10.2 = 2, 13 G10.3 = 2, 3, 10, 13 G10.4 = 2, 12, 13 G11.1 = 1, 2, 3, 4, 7, 8, 12, 14 G11.2 = 1, 2, 3, 4, 7,8, 12, 14 G11.3 = 1, 2, 3, 4, 7, 8, 12, 14 G11.4 = 1, 2, 3, 4, 7, 8, 12, 14 G11.5 = 7 G11.6 = 7 G11.7 = 7 G11.8 = 7 G11.9 A = 1, 2, 7 G11.9 B = 1, 2, 7 G11.10 = 7 G11.11 = 7 G11.12 = 7	G11.13 = 1, 2 G11.14 = 1, 2 G11.15 A = 1, 2 G11.15 B = 1, 2 G11.16 = 2 G11.17 = 2 G11.18 = 2 G11.19 = 2 G11.20 = 4 G12.1 = 14 G13.1 = 11, 12 G15.1 = 11 G15.2 = 11, 12 G15.3 = 11 G15.4 = 11 G16.1 = 12 G16.2 = 13 G17.1 = 2, 12 G18.1 = 12, 13 G18.2 = 4 G18.3 = 4 G18.4 = 2 G18.5 = 2	M9.1 = 1, 2, 3, 7, 8, 12 M9.2 = 1, 2 M9.3 = 1, 2 M9.4 A = 1, 2 M9.4 B = 1, 2 M9.5 = 7 M9.6 = 7 M9.7 = 14 M12.1 = 11 M12.2 = 11 M14.1 = 1, 2, 3, 7, 8, 12 M14.2 = 2 M14.3 = 2 M14.4 = 2 M14.5 = 2 M14.6 = 7 M14.7 = 14

(15) Ministério da Educação
(16) Câmara Municipal
(17) Junta de Freguesia
(18) Instituto de Emprego e Formação Profissional
(19) Instituto Português da Juventude
(20) Delegação Regional da Cultura do Alentejo
(21) Agrupamento de Escolas
(22) Associação de Pais e Encarregados de Educação
(23) Segurança Social (Projecto de Luta contra a Pobreza)
(24) Inatel
(25) Paróquia
(26) Famílias/ destinatários
(27) Fundos próprios
(28) Ministério da Administração Interna
(29) Ministério da Saúde

PAGAMENTO (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = (1)	C5.1 = (1)	G3.1 = (2)	G11.11 = (1)	M9.1 = (1)
B14.2 = (1)	C5.2 = (1)	G4.1 = (1)	G11.12 = (1)	M9.2 = (1)
B21.1 = (1)	C5.3 = (1)	G4.2 = (1)	G11.13 = (1)	M9.3 = (1)
	C5.4 A = (1)	G8.1 = (1)	G11.14 = (1)	M9.4 A = (1)
	C5.4 B = (1)	G8.2 = (1)	G11.15 A = (1)	M9.4 B = (1)
	C5.5 = (1)	G9.1 = (1)	G11.15 B = (1)	M9.5 = (1)
	C5.6 = (1)	G10.1 = (2)	G11.16 = (1)	M9.6 = (1)
	C5.7 = (1)	G10.2 = (1)	G11.17 = (1)	M9.7 = (1)
	C6.1 = (1)	G10.3 = (1)	G11.18 = (1)	M12.1 = (3)
	C6.2 = (1)	G10.4 = (2)	G11.19 = (1)	M12.2 = (1)
	C6.3 = (1)	G11.1 = (1)	G11.20 = (1)	M14.1 = (1)
	C7.1 = (1)	G11.2 = (1)	G12.1 = (1)	M14.2 = (1)
	C7.2 = (1)	G11.3 = (1)	G13.1 = (3)	M14.3 = (1)
	C8.1 = (1)	G11.4 = (1)	G15.1 = (1)	M14.4 = (1)
	C9.1 = (1)	G11.5 = (1)	G15.2 = (3)	M14.5 = (1)
	C9.2 = (1)	G11.6 = (1)	G15.3 = (1)	M14.6 = (1)
	C9.3 = (1)	G11.7 = (1)	G15.4 = (1)	M14.7 = (1)
	C9.4 = (1)	G11.8 = (1)	G16.1 = (2)	
	C9.5 = (1)	G11.9 A = (1)	G16.2 = (1)	
	C9.6 = (1)	G11.9 B = (1)	G17.1 = (1)	
	C9.7 = (1)	G11.10 = (1)	G18.1 = (2)	
	C11.1 = (2)		G18.2 = (1)	
	C11.2 = (2)		G18.3 = (1)	
	C11.3 = (1)		G18.4 = (1)	
			G18.5 = (1)	

(1) Sem qualquer tipo de pagamento; (2) Propina/ quota mensal; (3) Jóia inicial

RELEVÂNCIA (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = 1, 2, 4, 9	C5.1 = 1, 2, 4, 11	G3.1 = 3, 8	G11.12 = 1, 2, 4	M9.1 = 1, 2, 4, 11
B14.2 = 1, 2, 4, 10	C5.2 = 1, 2, 3, 4, 8	G4.1 = 1, 2, 4	G11.13 = 1, 2, 4	M9.2 = 1, 2, 4, 8
B21.1 = 1, 2, 3, 4	C5.3 = 1, 2, 4, 6, 8	G4.2 = 1, 2, 4, 11	G11.14 = 1, 2, 4, 6	M9.3 = 1, 2, 4, 6, 8
	C5.4 A = 1, 2, 4, 7, 8	G8.1 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.15 A = 1, 2, 4, 7	M9.4 A = 1, 2, 4, 7, 8
	C5.4 B = 1, 2, 4, 8	G8.2 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.15 B = 1, 2, 4, 8	M9.4 B = 1, 2, 4, 8
	C5.5 = 1, 2, 4, 8	G9.1 = 1, 2, 4	G11.16 = 1, 2, 4, 6	M9.5 = 1, 2, 4, 8
	C5.6 = 1, 2, 4, 8	G10.1 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.17 = 1, 2, 4, 7	M9.6 = 1, 2, 4, 8
	C5.7 = 1, 2, 4	G10.2 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.18 = 1, 2, 4, 7	M9.7 = 1, 2,4
	C6.1 = 1, 2, 4, 9	G10.3 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.19 = 1, 2, 4, 8	M12.1 = 1, 2, 4, 9
	C6.2 = 1, 2, 4, 10	G10.4 = 1, 2, 3, 4, 7	G11.20 = 1, 2, 4, 11	M12.2 = 1, 2, 4, 10
	C6.3 = 1, 2, 4, 9	G11.1 = 1, 2, 4	G12.1 = 1, 2, 4	M14.1 = 1, 2, 4
	C7.1 = 1, 2, 4, 9	G11.2 = 1, 2, 4, 11	G13.1 = 1, 2, 4, 9	M14.2 = 1, 2, 4, 6
	C7.2 = 1, 2, 4, 9	G11.3 = 1, 2, 4, 11	G15.1 = 1, 2, 4	M14.3 = 1, 2, 4, 7
	C8.1 = 1, 2, 4, 9	G11.4 = 1, 2, 4, 11	G15.2 = 1, 2, 4, 9	M14.4 = 1, 2, 4, 7
	C9.1 = 1, 2, 4	G11.5 = 1, 2, 3	G15.3 = 1, 2, 4, 10	M14.5 = 1, 2, 4
	C9.2 = 1, 2, 4	G11.6 = 1, 2, 3	G15.4 = 1, 2, 4, 10	M14.6 = 1, 2
	C9.3 = 1, 2, 4, 6	G11.7 = 1, 2, 3	G16.1 = 1, 2, 3, 4, 6	M14.7 = 1, 2, 4
	C9.4 = 1, 2, 4, 7	G11.8 = 1, 2, 3	G16.2 = 1, 2, 4	
	C9.5 = 1, 2, 4, 7, 8	G11.9 A = 1, 2, 3, 7	G17.1 = 1, 2, 3, 4, 7	
	C9.6 = 1, 2, 4, 8	G11.9 B = 1, 2, 3, 7	G18.1 = 1, 2, 4, 8	
	C9.7 = 1, 2, 4	G11.10 = 1, 2, 4, 8	G18.2 = 1, 2, 4	
	C11.1 = 1, 2, 3, 4, 5, 6	G11.11 = 1, 2, 4	G18.3 = 1, 2, 4, 11	
	C11.2 = 1, 2, 3, 4, 5, 6		G18.4 = 1, 2, 4	
	C11.3 = 1, 2, 3, 4		G18.5 = 1, 2, 4	

(1) Desenvolvimento de saberes; (2) Aquisição de competências e valores; (3) Ocupação de tempo livre; (4) Valorização pessoal; (5) Promoção das raízes culturais; (6) Incentivo à prática musical; (7) Incentivo à prática desportiva; (8) Apoio às famílias; (9) Formar civicamente/ Cristãmente; (10) Aprofundamento da Fé Cristã; (11) Qualificação escolar

AVALIAÇÃO (Fevereiro 2007)				
FREGUESIAS				
BELVER	COMENDA	GAVIÃO		MARGEM
B14.1 = 5	C5.1 = 1, 2, 3, 5, 8	G3.1 = 9	G11.13 = 3, 5	M9.1 = 1, 2, 3, 5, 8
B14.2 = 5	C5.2 = 3, 5	G4.1 = 1, 3, 4, 5	G11.14 = 3, 5	M9.2 = 3, 5
B21.1 = 4	C5.3 = 3, 5	G4.2 = 1, 2, 3, 5	G11.15 A = 3, 5	M9.3 = 3, 5
	C5.4 A = 3, 5	G8.1 = 3, 4, 5	G11.15 B = 5	M9.4 A = 3, 5
	C5.4 B = 5	G8.2 = 3, 4, 5	G11.16 = 5	M9.4 B = 5
	C5.5 = 3, 5	G9.1 = 6	G11.17 = 5	M9.5 = 3, 5
	C5.6 = 3, 5	G10.1 = 3, 4, 5	G11.18 = 5	M9.6 = 3, 5
	C5.7 = 9	G10.2 = 3, 4, 5	G11.19 = 5	M9.7 = 9
	C6.1 = 5	G10.3 = 3, 4, 5	G11.20 = 1, 2, 3, 5	M12.1 = 5
	C6.2 = 5	G10.4 = 3, 5	G12.1 = 9	M12.2 = 5
	C6.3 = 5	G11.1 = 9	G13.1 = 5	M14.1 = 9
	C7.1 = 5	G11.2 = 1, 2, 3, 5, 8	G15.1 = 5	M14.2 = 5
	C7.2 = 5	G11.3 = 1, 2, 3, 5, 8	G15.2 = 5	M14.3 = 5
	C8.1 = 5	G11.4 = 1, 2, 3, 5, 8	G15.3 = 5	M14.4 = 5
	C9.1 = 9	G11.5 = 2, 3, 5	G15.4 = 5	M14.5 = 5
	C9.2 = 5	G11.6 = 2, 3, 5	G16.1 = 3, 5	M14.6 = 5
	C9.3 = 5	G11.7 = 2, 3, 5	G16.2 = 9	M14.7 = 9
	C9.4 = 5	G11.8 = 2, 3, 5	G17.1 = 5	
	C9.5 = 5	G11.9 A = 3, 5	G18.1 = 9	
	C9.6 = 5	G11.9 B = 3, 5	G18.2 = 7	
	C9.7 = 9	G11.10 = 5	G18.3 = 2, 5, 8	
	C11.1 = 3, 4, 5	G11.11 = 3, 5	G18.4 = 5	
	C11.2 = 3, 5	G11.12 = 3, 5	G18.5 = 5	
	C11.3 = 3, 5			

(1) Fichas

(2) Trabalhos

(3) Desempenho individual

(6) Desempenho colectivo

(7) Interesse/ empenho/ participação/ assiduidade

(8) Inquérito (entre módulos)

(9) Provas finais com júri (práticas e teóricas)

(10) Avaliação contínua

(11) Não aplicável

Anexo 5 – Ficha de Registo

0.	**Freguesia**	
1.	**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**	
1.1.	Nome da Instituição	
1.2.	Número de associados	
1.3.	Data da Fundação	
1.4.	Natureza jurídica/ objecto social	
2.	**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO ÂMBITO DE:**	
2.1.	Quotidiano	Funcionamento = Abertura ao público = Horário =
2.2.	Formalidades administrativas e contabilísticas	Assembleias = Reuniões de Direcção = Actas = Contabilidade = Plano de actividades = Orçamento = Relatório de Actividades = Relatório de Contas =
2.3.	Projectos	Investimento = Formação = Actividades pontuais =
2.4.	**ACTIVIDADES COM APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS**	
	Instituição	
	Terceiros	
	Parcerias	
OBSERVAÇÕES:		

Anexo 6 – Questionário Institucional I

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO (VARIANTE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR)

" Cartografia Educacional do Município de Gavião: Freguesias de Atalaia, Belver, Comenda, Gavião e Margem"

Instrumento 1 – Questionário Institucional I [18]

PARTE I
(Todas as Instituições)

0. Freguesia _____

1. Caracterização da Instituição:

1.1 Identificação _____

1.2 Número de associados _____

1.3 Data de fundação ____/____/____

1.4 Natureza/ objecto social: _____

2. Actividades desenvolvidas, nos últimos 12 meses, no âmbito de:

2.1 Quotidiano (funcionamento, abertura ao público, etc.)

_____

_____

2.2 Formalidades administrativas e contabilistas

_____

_____

2.3 Projectos (investimento, formação, actividades pontuais, etc.)

_____

_____

2.4 Actividades que envolvam aprendizagens específicas desenvolvidas nos últimos 12 meses:

_____

_____

_____

[18] Adaptado de B. Nico (2004)

PARTE II
(Instituições onde se desenvolvem actividades com aprendizagens específicas)

Identificação da Instituição _____

3. Caracterização da Actividade

3.1 Identificação _____

3.2 Descrição da actividade de aprendizagem específica

3.2.1 Responsabilidade organizacional (instituição, terceiros, parceria)

_____

_____

3.2.2 Responsabilidade técnica

_____

_____

3.2.3 Frequência semanal _____

3.2.4 Local _____

3.2.5 Horário _____

3.2.6 Duração _____

3.2.7 Número total de pessoas envolvidas _____

3.2.8 Faixa etária das pessoas envolvidas (idades)

_____

_____

3.2.9 Tipo de certificação _____

3.2.10 Parcerias existentes

_____

3.2.11 Origem dos financiamentos:

_____

_____

3.3 Aspectos relevantes para caracterizar o processo de aprendizagem, ao nível de:

3.3.1 Pagamento

_____

_____

3.3.2 Relevância das aprendizagens

_____

3.3.3 Avaliação

_____

_____

Anexo 7 – Questionário Institucional II

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO (VARIANTE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR)

" Cartografia Educacional do Município de Gavião: Freguesias de Atalaia, Belver, Comenda, Gavião e Margem"

Instrumento 2 – Questionário Institucional II [19]

PARTE I
(Todas as Instituições)

0. Freguesia _____

1. Caracterização da Instituição:

1.1 Identificação _____

1.2 Número de associados _____

1.3 Data de fundação ____/____/____

1.4 Natureza/ objecto social: _____

2. Actividades desenvolvidas, nos últimos 12 meses, no âmbito de:

2.4 Quotidiano (funcionamento, abertura ao público, etc.)

_____

_____

2.5 Formalidades administrativas e contabilistas

_____

_____

2.6 Projectos (investimento, formação, actividades pontuais, etc.)

_____

_____

2.4 Actividades que envolvam aprendizagens específicas desenvolvidas nos últimos 12 meses:

_____

_____

_____

[19] Adaptado de B. Nico (2004)

PARTE II
(Instituições onde se desenvolvem actividades com aprendizagens específicas)

Identificação da Instituição _____

3. Caracterização da Actividade

3.1 Identificação _____

3.2 Descrição da actividade de aprendizagem específica

3.2.1 Responsabilidade organizacional (instituição, terceiros, parceria)

_____

_____

3.2.2 Responsabilidade técnica

_____

_____

3.2.3 Frequência semanal _____

3.2.4 Local _____

3.2.5 Horário _____

3.2.6 Duração _____

3.2.7 Número total de pessoas envolvidas _____

3.2.8 Faixa etária das pessoas envolvidas (idades)

_____

_____

3.2.10 Tipo de certificação _____

3.2.10 Parcerias existentes

_____

_____

3.2.11 Origem dos financiamentos:

_____

3.3 Aspectos relevantes para caracterizar o processo de aprendizagem, ao nível de:

3.3.1 Pagamento

_____

_____

3.3.2 Relevância das aprendizagens

_____

3.3.3 Avaliação

_____

_____

4. Actividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo do Ensino Básico:

4.1 Conhecimento do Programa

_____

_____

4.2 Conhecimento da legislação de suporte (Despacho nº 12591/ 2006)

_____

_____

PARTE III
(Instituições com parceria no Programa de AEC para o 1º CEB)

Identificação da instituição _____

5. Actividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1º Ciclo do Ensino Básico:

5.1 Âmbito da parceria _____

5.2 Entidade promotora _____

5.3 Como surgiu a oportunidade do estabelecimento da parceria

_____

5.4 Razões de adesão

_____

_____

5.5 Actividade (s) desenvolvida (s)

_____

_____

5.5.1 Duração da (s) actividade (s) _____

5.5.2 Frequência semanal _____

5.5.3 Local de realização _____

5.5.4 Recursos afectados

5.5.4.1 Humanos _____

5.5.4.2 Materiais _____

5.5.4.3 Logísticos _____

5.5.6 Número total de alunos envolvidos

_____

_____

5.5.7 Anos de escolaridade dos alunos envolvidos

_____

_____

_____

_____

5.5.8 Financiamento

_____

_____

5.6 Consequências directas do Programa de Enriquecimento Curricular ao nível das restantes actividades promovidas pela Instituição

5.6.1 Participação juvenil (quebra/ aumento de participação)

5.6.2 Alteração de rotinas (suspensão, redução, e substituição de actividades, alteração de horários, etc.)

5.7 Como é sentido o Programa de Enriquecimento Curricular na vida interna da Instituição:

5.7.1 Consequências positivas

5.7.2 Consequências negativas

5.7.3 Mudança de atitudes

5.7.4 Desafios com que se deparam

PARTE IV
(Instituições sem parceira no Programa de AEC para o 1º CEB)

Identificação da instituição: _____

6. Razões da não existência de parceria

_____
_____
_____

7. Consequências directas do Programa de Enriquecimento Curricular ao nível das actividades promovidas pela instituição, nomeadamente no que respeita à participação juvenil:

7.1 Quebra/ aumento de participação

_____
_____
_____
_____

7.2 Alteração de rotinas (suspensão, redução, e substituição de actividades, alteração de horários, etc.)

_____
_____
_____
_____

8 Como é sentido o Programa de Enriquecimento Curricular na vida da instituição:

8.1 Consequências positivas

_____
_____
_____

8.2 Consequências negativas

_____
_____
_____

Anexo 8 – Carta Educativa do Gavião

(versão parcial)

Carta Educativa do Gavião

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO
PRESENTE EM REUNIÃO DE: 06 / 11 / 02
DELIBERAÇÃO:
Aprovado
O PRESIDENTE,

AMNA

Setembro de 2006

Aprovado em Sessão da Assembleia Municipal de Gavião, em 2006.12.18.

Introdução

> " A Escola, enquanto centro das políticas educativas, tem assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com a nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança."
>
> (Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, Preâmbulo)

A elaboração de Cartas Educativas é fundamental para qualquer Município por se tratar de um "instrumento dinâmico de planeamento e gestão que integra conceitos de carácter pedagógico e de ordenamento do território" devendo, portanto, integrar o seu Plano Director Municipal – PDM.

O presente documento tem como principal objectivo caracterizar o Sistema Educativo do Município do Gavião, elaborar um diagnóstico da rede educativa e, consequentemente, indicar um conjunto de propostas para o seu reordenamento, sobretudo na educação Pré-Escolar e Ensino Básico, isto é, a escolaridade obrigatória.

Actualmente, a educação é um dos temas centrais da sociedade. A necessidade de formar/educar os recursos humanos em prol de um desenvolvimento local faz parte dos interesses de qualquer Município e daí a crescente necessidade de recorrer a este instrumento: Carta Educativa (CE). Porém, esta temática não é somente pensada à escala local. Em Março de 2000, na Cimeira de Lisboa, foi requerido ao Conselho da Educação Europeu um reflexo sobre os futuros objectivos de um Sistema Educativo e, como resultado, foram apontadas pistas de acção passíveis de traduzir novas políticas educativas para os Estados-Membros. As pistas de acção foram as seguintes:

- A educação deverá objectivar o desenvolvimento do indivíduo nas suas múltiplas facetas, contribuindo para a sua realização enquanto ser humano.
- A educação deverá contribuir para a redução das disparidades e injustiças entre os indivíduos.
- A educação deverá garantir o crescimento da economia, nomeadamente através da disponibilização das qualificações socialmente necessárias às empresas e aos empregadores.

Nesta perspectiva é ainda recomendado pela Comissão desenvolver:

- A qualidade nos sistemas de educação – Garantir a qualidade dos sistemas de educação e formação de adultos é um passo fundamental para atingir os objectivos enunciados.
- A eficácia no uso dos recursos – Apesar do aumento de despesas documentado em todos os países membros, relativas ao Sistema Educativo, é necessária uma avaliação da qualidade do conteúdo efectivamente disponibilizado por esse sistema, garantindo o melhor uso dos recursos físicos e financeiros e a melhor qualidade dos recursos humanos.
- Redes para uso de recursos – Urge a criação de redes educativas e de recursos adequados para responder aos desafios apresentados. Não só as redes são importantes para troca de informação acerca de boas práticas, como a própria informação deve ser tratada como um recurso vital na educação.
- Sistemas de garantia de qualidade – Os sistemas de garantia de qualidade dos estabelecimentos e processos de ensino e da formação, são fundamentais em toda esta problemática. As técnicas de avaliação da qualidade requerem um esforço de formação por parte de professores e gestores dos estabelecimentos escolares, mas traduzem-se numa experiência enriquecedora para todos os envolvidos e, claro, numa efectiva melhoria do desempenho da instituição e da utilização dos recursos.
- Parcerias locais – A realidade local deve ser o ponto de partida na adequação dos objectivos e políticas educativas de cada estado membro, conscientes de que estamos inseridos numa sociedade de globalização crescente. A participação da administração regional e local na definição de políticas de educação locais (bem como a respectiva monitorização), não só é desejável como efectivamente recomendada. O apoio das empresas locais e o envolvimento das autarquias é um dado a reter.

Outro dos pilares de referência no planeamento educativo é o "Pacto Educativo para o Futuro" onde se afirma " a educação é um assunto de todos" o que significa que a comunidade do município deve estar representada nas várias fases do processo de elaboração da Carta Educativa.

A Câmara Municipal do Gavião (CMG) expressa, neste documento, um compromisso de actuação contínua em prol do desenvolvimento de um Projecto Educativo, com base na desejada responsabilização partilhada do processo por todos os cidadãos desta comunidade.

1 - Os Equipamentos Colectivos

1.1 - A Importância dos Equipamentos Colectivos no Planeamento

Em matéria de Ordenamento do Território e Urbanismo, dois dos principais objectivos a atingir são a melhoria das condições de vida das populações e a distribuição equilibrada das várias funções, nomeadamente, a habitação; o trabalho; a cultura e o lazer.

Os equipamentos colectivos, ou seja, "edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações" (DGOTDU, 2002) são determinantes na estruturação do tecido urbano e social e, além disso, contribuem decisivamente para a sua valorização e qualificação. Deste modo, os equipamentos colectivos podem considerar-se elementos polarizadores do espaço e funcionam como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A programação, a criação e manutenção dos equipamentos e serviços públicos deve procurar atenuar as assimetrias existentes, tendo em conta as necessidades das populações, as acessibilidades, entre outros factores. Porém, os equipamentos colectivos não se limitam à satisfação das necessidades das populações, porque são também um importante contributo para as funções centrais das áreas urbanas, basta ter como exemplo uma universidade, que gera por si só deslocações (pendulares ou outras) de trabalhadores e utentes.

Assim, os equipamentos colectivos devem ser considerados a diferentes escalas de planeamento territorial, tendo de ter sempre em conta os vários conceitos e critérios de programação[2] e também as políticas e meios que necessitam à posteriori envolver. Deve enveredar-se pela integração das diferentes unidades de equipamento e atender à área envolvente de forma a evitar ou minimizar eventuais impactos negativos. Por isso, a verificação da disponibilidade dos meios a afectar aos equipamentos, sobretudo no que respeita à aquisição do solo necessário, é fundamental ao êxito das propostas de qualquer plano.

[2] Os Conceitos e Critérios de Planeamento encontram-se explicitados em Anexo.

1.2 - A Carta Educativa

1.2.1 - Conceitos e Objectivos

A Carta Educativa é um documento dinâmico que subentende uma reconfiguração da rede educativa, projectada num determinado horizonte temporal, como extensão de uma política educativa destinada a ser permanentemente avaliada e actualizada nos planos normativos e na gestão administrativa e operacional.

Tem como objectivo, delinear os contornos da rede educativa, bem como adequar a oferta à procura. Mas os principais objectivos deste documento passam por promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas e garantir a coerência da rede escolar com a política urbana do Município.

Este documento, indissociável das propostas do Plano Director Municipal, deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Contribuir para o reordenamento e concepção da rede escolar, de acordo com a evolução da política educativa e as oscilações da procura da educação, tendo presentes as necessidades, distribuições espaciais das populações e rentabilizando o parque escolar existente;
- Orientar a expansão do Sistema Educativo no município, com base no desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Apoiar a tomada de decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao eventual encerramento de escolas e adaptação do parque escolar educativo optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Servir de quadro à fixação de prioridades;
- Racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Discernir, a realidade dos Territórios Educativos que corresponde à hierarquização da rede escolar no sentido de fomentar a ligação (institucional e pedagógica) entre escolas de vários níveis de ensino que estejam em proximidade geográfica.

Sendo assim, é neste documento que se define a localização, função e capacidade dos equipamentos que, no horizonte fixado, irão ser necessários ao Município, bem como a

sua forma de financiamento. A Carta Educativa constitui-se como uma base capaz de suportar um processo gradual de descentralização, tendo em vista uma rede escolar ajustada ao nível da distribuição espacial das instalações, da qualidade dos equipamentos, do número equilibrado de alunos, no seu total e por turma, favorecendo, assim, o êxito escolar.

Partindo do pressuposto em que a "educação é um assunto de todos", o cidadão de um município deve estar representado nas fases próprias de elaboração da Carta Educativa, nomeadamente as Escolas/Professores, Associações de Pais, Juntas de Freguesia, entidade responsável do Município e Direcção Regional de Educação.

1.2.2 - Enquadramento Legislativo

A elaboração da Carta Educativa implica, à partida, recorrer a um conjunto de legislação[3]. A legislação relativa à educação, além de dispersa, tem sofrido inúmeras alterações.

Assim, foi a partir do 25 de Abril de 1974 que os municípios assumiram um papel na gestão do Sistema Educativo. Em 1977, surgiu a primeira legislação que atribuía às autarquias competências neste domínio, porém, esta lei não definia o tipo de competências surgindo, por isso, o Decreto-lei 100/84 de 29 de Março que, embora vago, reforçou o papel dos municípios.

Dois anos depois surge a Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE (Decreto-Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro) que tem como principal objectivo, o planeamento da rede de estabelecimentos escolares, a diminuição das assimetrias locais e regionais em termos de oportunidade de educação e ensino. Para tal, a LBSE contempla:

- O planeamento de um equipamento integrado tendo suficiente flexibilidade para a adaptação das alterações dos diferentes níveis de ensino;
- A estrutura dos edifícios que deve contar, para além das actividades escolares, com o desenvolvimento de actividade de ocupação de tempos livres;
- A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares que devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos para o bom funcionamento escolar;
- A escolha de equipamentos perante as necessidades especiais;
- E a gestão dos espaços como um contributo ao sucesso educativo e escolar dos alunos.

Posteriormente, são várias as disposições legais que prevêem a participação dos municípios nas áreas educativas até ao momento, exclusivamente, reservadas ao Estado, nomeadamente, o Decreto – Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto, o Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho e o Decreto – Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

É, em 1999, com a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro – Artigo 19º - que se estabelecem, finalmente, as atribuições e competências das autarquias na área educativa, assim, " é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios":

a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.

É igualmente da competência dos órgãos municipais:

a) Elaborar a carta escolar a integrar nos Planos Directores Municipais;
b) Criar os conselhos locais de educação.

Compete ainda aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública:

a) Assegurar os transportes escolares;
b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do ensino básico;
c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente, em residências, centros de alojamento e colocação familiar;
d) Comparticipar no apoio às crianças da educação Pré-Escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;
e) Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação Pré-Escolar e no ensino básico;
f) Participar no apoio à educação extra-escolar;
g) Gerir pessoal não docente de educação Pré-Escolar e do 1º ciclo do ensino básico".

Quatro dias depois surge a Lei 169/99 de 18 de Setembro que vem aumentar a responsabilidade das autarquias ao nível da educação referindo que estas devem: "apoiar ou comparticipar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei" (Art.º 64, n.º1, l), "organizar e gerir os transportes escolares" (art. 64, n.º1, m) e "deliberar em matéria de acção escolar,

[3] No presente caso, a legislação consultada encontra-se em Anexo.

designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes" (art. 64,n.º4, d). A lei n.º 5-A/2002 estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias alterando, assim, a Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Por último, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro veio reforçar a necessidade da transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, com o objectivo de criar um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, com vista à melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento económico e demográfico de cada município. Pretende, ainda, valorizar poderes periféricos, mobilizar actores locais e educativos e devolver competências às escolas nos domínios pedagógico, administrativo e financeiro, reforçando os níveis de autonomia em que o Conselho Municipal de Educação deverá deliberar sobre o ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos.

1.2.3 - Política Educativa Municipal

Face a esta constante transferência de competências para as autarquias houve necessidade de implementar uma Política Educativa Municipal (PEM) que garantisse um correcto planeamento e ordenamento da rede educativa do Município. A estrutura organizacional adoptada pela Política Educativa Municipal é composta por 4 níveis distintos, de forma a fornecer o sustentáculo político, representativo, técnico-educativo, operatório e consultivo. Assim temos:

1. O nível de decisão política – A decisão política e a estruturação das finalidades da PEM, bem como, a adjudicação de recursos financeiros, cabe ao executivo municipal por proposta do pelouro da educação e, em última instância e em conformidade com a lei, do Presidente da Câmara Municipal.
2. O nível representativo – O Conselho Municipal de Educação (CME) é o órgão representativo das várias instituições educativas municipais, de todos os níveis de ensino, tanto de natureza pública, como privada e de solidariedade social. Dela farão parte, também, representantes da autarquia, das associações de pais e encarregados de educação, dos sectores económicos, sociais, culturais e desportivos. Terá funções de

aconselhamento político-educativo. Será o espaço de debate, reflexão, articulação, negociação e contratualização, entre os parceiros atrás referidos, da PEM.

3. O nível técnico-educativo – A decisão técnico-educativa, a estruturação e coordenação dos projectos, bem como a responsabilidade da sua implementação caberá a uma equipa técnica-educativa. Esta estrutura funcionará na dependência da decisão política. Será uma estrutura flexível funcionando em torno de realizações e projectos concretos. Possuirá os serviços de apoio julgados necessários pela decisão política, por proposta da equipa técnico-educativa. Esta estrutura terá, ainda, as funções de fornecer aconselhamento político-educativo aos decisores políticos.

4. O nível consultivo – A equipa técnico-educativa criará uma bolsa informal de consultores, baseada no voluntariado, cuja finalidade será a de fornecer aconselhamento técnico-pedagógico e científico sobre os múltiplos aspectos da educação municipal. A bolsa será composta por pessoas ligadas aos vários ciclos de ensino, mas também às diversas áreas científico-pedagógicas e à formação dos profissionais da educação. Da bolsa de consultores farão ainda parte pessoas ligadas à vida social, económica, cultural e desportiva municipal. A escolha das pessoas que integrarão esta bolsa obedecerá a critérios de idoneidade e competência científico-pedagógica ou de relevância na vida do município.

1.3 - Rede Escolar – Critérios de Planeamento

O parque escolar de hoje "traduz as marcas e as opções, por vezes contingentes, que, ao longo dos anos foram sendo tomadas em contextos de permanente evolução social, científica, económica e política" (DGOTDU, 2002).

Porém, este parque escolar necessita, com urgência, de repensar a rede existente, uma vez que, há necessidade de adaptá-la em função das transformações socio-económicas mas, sobretudo, demográficas. Este é um dos principais desafios da actual política de educação.

A redefinição dos critérios de planeamento permite, assim, responder às diferentes "(...) realidades regionais, quer demográficas quer socio-económicas, associando e articulando, numa determinada área territorial, os vários equipamentos educativos e sociais por forma a racionalizar a oferta educativa, tendo em vista o cumprimento dos objectivos pedagógicos definidos pela LBSE" (Critérios de Reordenamento da Rede Educativa).

As orientações da política educativa expressas no "Pacto Educativo para o Futuro" são também fundamentais, pois vêm reforçar os princípios definidos pela LBSE, tanto no sentido de integração e articulação de recursos, como na construção de um processo educativo contínuo e relacionado com o desenvolvimento social e local.

1.3.1- Educação Pré-Escolar

O Ensino Pré-Escolar é a primeira etapa da educação e é complementar à acção educativa das famílias. Este primeiro contacto com a educação destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico (até aos cinco anos). A sua frequência é facultativa e é concretizável, tanto em estabelecimentos estatais como privados, sendo o número de crianças por sala determinado tendo em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade, embora, cada sala deva ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças (DGOTDU, 2002).

O Estado tem o dever de criar condições para tornar efectivo o direito de acesso à Educação Pré-Escolar em condições de igualdade. Além disso, é responsável pela

criação de uma rede pública de Educação Pré-Escolar apoiando, ao mesmo tempo, a criação de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar por outras entidades da sociedade civil. Está ainda incumbido de definir normas nos aspectos organizativo, pedagógico e técnico, assegurar o seu cumprimento e aplicação através do acompanhamento, avaliação e fiscalização, dando apoio especial às zonas com mais carências.

Além da rede pública e privada, as redes de Educação Pré-Escolar, contemplam, ainda, a educação de infância itinerante – onde o educador se desloca às zonas de difícil acesso ou com reduzido número de crianças – e a animação infantil comunitária – onde se realizam actividades adequadas ao desenvolvimento de crianças que vivem em zonas carenciadas, em instalações cedidas pela comunidade local.
No entanto, as tipologias mais frequentes para os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar são:
- Jardins-de-infância (JI);
- Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EB 2,3/JI)

1.3.2 - Ensino Básico

O Ensino Básico (EB) é considerado como "universal, obrigatório e gratuito" (DGOTDU, 2002) e é constituído por três ciclos sequenciais (o 1º Ciclo com 4 anos, 2º Ciclo com 2 anos e o 3º Ciclo com 3 anos).

Com a LBSE surgiu uma nova proposta de reconfiguração da rede educativa, que visa acima de tudo, "assegurar a sequencialidade dos seus três ciclos, proporcionar a toda a população escolar a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade no acesso a uma educação de qualidade, combatendo o abandono precoce e esbatendo as disparidades e desigualdades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento" (DGOTDU, 2002).

No entanto, as áreas desvitalizadas em virtude da grande dispersão populacional e difícil acessibilidade constituíram-se como os principais obstáculos ao reordenamento e reconfiguração da rede educativa. No sentido de contrariar ou contornar estes problemas têm sido postas em prática medidas que passam, normalmente, ou pelo agrupamento de escolas ou pela concentração de alunos em estabelecimentos de maior dimensão. Note-se que a LBSE tem apostado na EB de 1º, 2º e 3º Ciclos com JI, ou seja, a Escola Básica

Integrada – EB1, 2, 3/JI. " O princípio definido na LBSE de evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem, nos últimos anos, vindo a ser posto em prática (...) como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que, entretanto, ficaram sub-ocupados devido ao decréscimo de frequência".

O Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, formaliza "a existência das escolas básicas integradas a funcionar, desde 1991, em regime de experiência pedagógica, actualiza a tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino de acordo com os princípios introduzidos pela LBSE e uniformiza as suas denominações". Este Decreto-Lei define as tipologias em vigor para os estabelecimentos de ensino básico (Tabela 1).

Tabela 1 – Tipologias Estabelecimentos de Ensino Básico

Tipo de Estabelecimento	**Níveis, Ciclos e Modalidades de Educação e Ensino**	**Designação**
Escola Básica	1º Ciclo de ensino básico com educação Pré-Escolar	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
	1º Ciclo do ensino básico	Escola Básica do 1º Ciclo (EB1)
	2º e 3º Ciclos do ensino básico	Escola Básica do 2º Ciclo e 3º Ciclo (EB2,3)
	1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico	Escola Básica Integrada (EBI)
	1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico com educação Pré-Escolar	Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância (EBI/JI)

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

1.3.3 - Agrupamento de Escolas

A constituição dos Agrupamentos de Escolas, elaborados com o objectivo de permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, deverá sempre respeitar o conceito de "Território Educativo".

Com o intuito de promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, tal como a gestão eficaz dos recursos educativos disponíveis, visa-se a garantia de uma coerência da rede educativa com a política urbana do município, pois constitui uma unidade organizacional de órgãos próprios de administração e gestão, organizada por estabelecimentos de educação Pré-Escolar e de mais níveis e ciclos de ensino, com as seguintes finalidades:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangido pela escolaridade obrigatória, numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos;
- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.

Deste modo, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em rede de equipamentos concebidos (...) tanto no plano interno como nos das relações com a comunidade" (Ministério da Educação – Departamento de Avaliação e Prospectiva do Planeamento; p.17). É neste contexto que surgem os "Territórios Educativos", uma organização espacial da rede escolar, com o objectivo de racionalizar e harmonizar o funcionamento das estruturas educativas. Constituindo um espaço geográfico em que é assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória num funcionamento integrado, o "Território Educativo" deve fomentar o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, tendo em conta:

- O sucesso escolar dos alunos
- O funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, abrangendo todos os estratos etários;
- A racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos;
- Maior facilidade de contacto e articulação entre os docentes;
- Organização local coordenada e desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente.

Assim, existem dois tipos de Agrupamentos de Escolas: o Agrupamento Horizontal, constituído por estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e o Agrupamento Vertical que integra estabelecimentos de educação Pré-Escolar, de 1º Ciclo do Ensino Básico e de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

1.3.4 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano

No ensino secundário, as Câmaras Municipais não têm qualquer tipo de responsabilidade em termos de planeamento e gestão, visto que este nível de ensino não está incluído na escolaridade obrigatória. Mas os municípios não deverão "demitir-se" de definir e oferecer percursos formativos, após a conclusão da escolaridade obrigatória, no entanto, devido aos elevados custos dos equipamentos específicos para determinadas áreas (laboratórios, oficinas, etc.) e ao reduzido número de alunos interessados em determinadas áreas, os equipamentos escolares deste nível de ensino deverão ser equacionados numa perspectiva de complementaridade supra municipal. A tipologia dos estabelecimentos de ensino secundário é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 314/97de 15 de Novembro.

Ao nível do ensino recorrente, com forte implementação no município, a Carta Educativa deverá analisar e quantificar a população alvo, de modo a optimizar a utilização dos espaços, equipamentos e recursos físicos e humanos existentes numa determinada localidade, isto é, concentrar este nível de ensino numa escola ou no menor número de escolas possível, desde que sejam asseguradas as condições de transporte e compatibilidade dos horários de modo a viabilizar a sua frequência por parte dos interessados.

No que concerne à educação extra-escolar, a Carta Educativa deverá propor medidas estratégicas no sentido de: proceder à reorganização da oferta tendo em vista articular os vários níveis de ensino com actividades formais e informais de educação e formação profissional; diversificar as entidades de formação de modo a alargar as oportunidades de formação (contínua, recorrente e alternância) e organizar parcerias abrangendo diversos actores sociais, nomeadamente escolas, autarquias, colectividades, associações profissionais e empresariais.

3 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

A rede educativa de um município, enquanto motor do seu sistema educativo, é entendida pela conjugação dos diferentes níveis de ensino que a compõem (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Superior) com o espaço em que se insere. Para tal, as conectividades territoriais (cujas acessibilidades assumem particular destaque) e o grau de articulação espacial e organizacional com os municípios vizinhos tornam-se cruciais para obter os patamares estabelecidos.

3.1 - A procura da educação e do ensino

A caracterização da procura é fundamental para (re)ordenar a rede educativa municipal. Esta rede inclui todos os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e cooperativa solidária, incluindo a concretização da acção social escolar no município, o que implica, à partida, a análise de um significativo conjunto de indicadores. No entanto, antes de avançar com qualquer análise, é importante perceber a forma como o território educativo de Gavião se encontra organizado.

Durante os últimos anos lectivos, o território educativo do município tem sofrido grandes alterações devido a mudanças na procura. A redução que se verificou na procura de equipamentos escolares levou ao encerramento, no ano lectivo 2004/05, de 3 estabelecimentos de ensino e 5 valências (Tabela 15). As valências suspensas estavam localizadas 3 na freguesia de Margem e 2 na freguesia de Comenda. Nestes estabelecimentos 3 leccionavam o 1º ciclo (1 na Comenda e 2 na Margem) e 2 funcionavam também como EBM's e localizando-se um em cada freguesia.

Após estes encerramentos, existem, em funcionamento, 7 estabelecimentos de ensino que asseguram aos residentes no município a conclusão da escolaridade obrigatória. A EBI/JI de Gavião, a escola sede do único agrupamento de escolas existente no município, assegura a continuidade de todos os ciclos de ensino do pré-escolar ao 3º ciclo. Para além deste estabelecimento, existem mais 3 estabelecimentos do pré-escolar e 3 estabelecimentos do 1º ciclo. De entre todos estes estabelecimentos, apenas o Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia – Sagrada Família pertence à rede privada.

Existem, actualmente, 2 estabelecimentos (1 pré-escolar e 1 do 1º ciclo) que, devido ao reduzido número de crianças/alunos que os frequentam, merecem especial atenção para que se consiga garantir uma maior eficácia e funcionalidade da rede escolar do município.

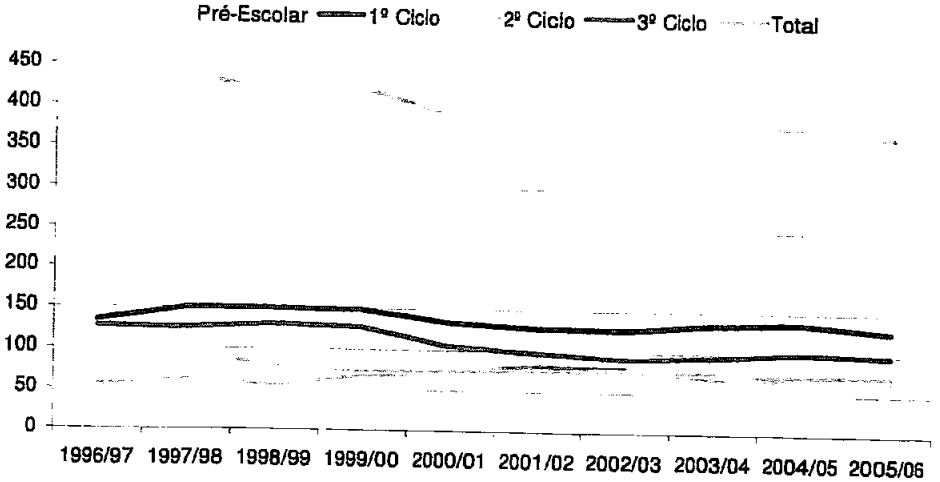
Tabela 15 – Distribuição numérica dos alunos, por nível de ensino, de 2002/03 a 2004/05

	Freguesia	Estabelecimento	Ano lectivo 2003/04	Ano lectivo 2004/05	Ano Lectivo 2005/06
Pré-escolar	Comenda	JI de Comenda	12	13	12
	Gavião	EBI/JI de Gavião	25	25	25
		JI da Santa Casa da Misericórdia (Sagrada Família)	25	26	29
	Margem	JI de Moinho do Torrão	9	10	8
1º CEB	Belver	EB1 de Belver	9	7	13
	Comenda	EB1 de Comenda	21	23	22
		EB1 de Ferraria	4	-	-
	Gavião	EBI/JI de Gavião	83	90	79
	Margem	EB1 de S. Bartolomeu	3	-	-
		EB1 de Vale de Gaviões	13	18	15
		EB1 de Vale da Vinha	2	-	-
2º CEB	Gavião	EBI/JI de Gavião	62	64	67
	Comenda	EBM de Comenda	12	-	-
	Margem	EBM de Vale de Gaviões	2	-	-
3º CEB	Gavião	EBI/JI de Gavião	96	102	99
TOTAL			378	378	369

Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março 2005
Inquérito indirecto, Abril 2005

O número de alunos inscritos tem, desde 1996/97, vindo a diminuir lentamente e apresentou, entre 1996/97 e 2005/06, uma variação negativa de cerca de 13,6%. Apesar disso, nem todos os ciclos de ensino seguiram a mesma tendência. No caso do pré-escolar, registou-se, neste período, uma variação positiva de 32% justificada por uma crescente consciencialização de que este nível de ensino é cada vez mais importante no desenvolvimento das crianças. No 1º ciclo registou-se uma variação ligeira, ainda que negativa, de 4%. Nos 2º e 3º ciclos verificaram-se variações negativas significativas de 32 e 22,6%, respectivamente.

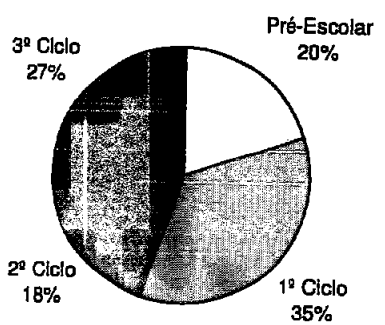
Gráfico 21 – Variação do número de inscritos por ciclos de ensino entre 1996/97 e 2005/06



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março 2005
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

A distribuição dos alunos por nível de ensino apresenta uma maior percentagem de alunos no 1º ciclo de ensino com 35% do total, segue-se o 3º ciclo com 27%, o pré-escolar com 20% e, finalmente, o 2º ciclo com 18%.

Gráfico 22 – Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2005/06 (Município de Gavião)



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março 2005
Inquérito indirecto, Abril 2005

3.1.1- Educação pré-escolar

A educação pré-escolar abrange as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, idade com que ingressam no ensino básico, e visa o desenvolvimento físico e intelectual destas crianças, sendo, por isso, a sua importância cada vez mais reconhecida. Devido a esta crescente importância, os esforços das entidades responsáveis têm sido no sentido de tentar facultar o acesso a este nível de ensino a todas as crianças. Embora se verifique uma constante quebra na natalidade, a procura destes estabelecimentos tem vindo a aumentar devido a diversos factores sociais (entrada da mulher no mercado de trabalho, redução do tempo disponível para cuidar dos filhos, entre outros).

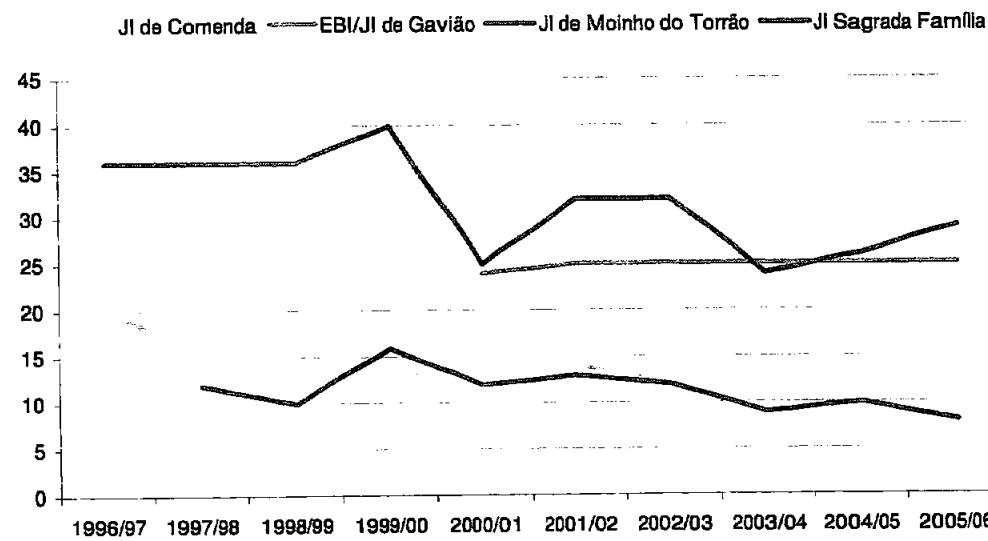
No ano lectivo 2005/06, encontravam-se inscritas, no pré-escolar deste município, 74 crianças, das quais 43 estavam inscritas nos estabelecimentos da rede pública e 29 na rede privada.

Como referido anteriormente, durante o período entre 1996/97 e 2005/06, o número de crianças inscritas no pré-escolar registou um aumento significativo. Este aumento resultou também da abertura dos Jardins-de-Infância de Comenda, Moinho do Torrão e da EBI/JI de Gavião que vieram responder às necessidades existentes deste tipo de equipamentos.

A evolução do número de inscritos na educação pré-escolar encontra-se representada no Gráfico 23. Até à abertura da EBI/JI, em 2000/01, os alunos do pré-escolar das freguesias de Gavião, Belver e Atalaia estavam cobertos pelo JI Sagrada Família, o único estabelecimento privado existente no município. Nesse ano, este estabelecimento privado sofreu uma diminuição de 57,5% do número de inscritos em relação ao ano lectivo anterior, em consequência da transferência de algumas das crianças para a EBI/JI Gavião. No ano lectivo 2003/04, a EBI/JI do Gavião teve, pela primeira vez, um número de inscritos superior ao registado no JI da Sagrada Família (25 e 24 alunos respectivamente). Esta situação alterou-se, novamente, a partir do ano lectivo 2004/05 com o JI Sagrada Família a ter 26 inscritos e a EBI/JI Gavião apenas com 25 inscritos. Já no ano lectivo 2005/06, a situação manteve-se com o JI Sagrada Família a ser frequentado por 29 crianças e o JI da EBI/JI do Gavião continuou a ser frequentado por 25 crianças.

No período em análise, os restantes estabelecimentos do pré-escolar apresentaram uma tendência para a redução do número de inscritos. Desta forma, no JI da Comenda a variação foi de 20 para 12 inscritos e no JI de Moinho do Torrão foi de 12 para 8 inscritos.

Gráfico 23 – Evolução do número de alunos da educação pré-escolar

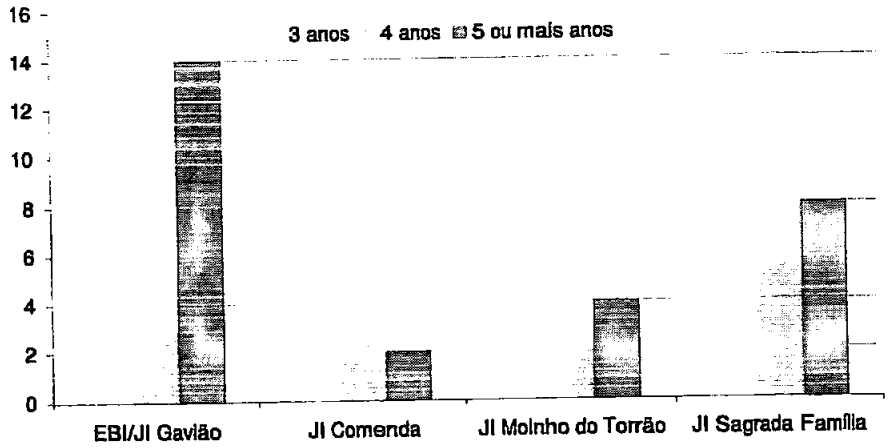


Fonte: DREA, Março 2005
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

O ensino pré-escolar abrange crianças com idades compreendidas entre 3 e os 5 anos e, em casos especiais, de crianças com 6 ou mesmo 7 anos (Gráfico 24). Desta forma, na EBI/JI Gavião estavam inscritos 8 crianças com 3 anos, 3 com 4 anos, 12 com 5 anos e 2 crianças com 6 anos, todas inseridas na mesma turma. No caso do JI da Sagrada Família, eram as crianças com 3 anos que se encontravam em maior número. Assim, estavam inscritos, no ano lectivo 2005/06, 10 crianças com 3 anos, 9 com 4 anos e 7 com 5 anos, a que se juntam 1 criança com 6 anos. Neste estabelecimento, estas crianças encontram-se distribuídas por duas salas.

Os restantes Jardins-de-Infância possuem números de inscritos mais reduzidos do que as anteriores. No caso do JI da Comenda, estavam em maioria as crianças com 4 anos (7 inscritos) e existiam 2 crianças com 5 anos e 3 com 3 anos, todos inseridos numa turma. No JI do Moinho do Torrão estavam inscritas 2 crianças com 3 e 4 anos e 4 crianças com 5 anos.

Gráfico 24 – Número de Alunos no Pré-escolar, por idades (2005/06)



Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

3.1.2- 1º Ciclo do ensino básico

Devido a ser um dos ciclos integrantes da escolaridade obrigatória, o 1º ciclo do ensino básico apresenta, em relação ao pré-escolar, um número de inscritos superior. Relativamente a este ciclo de ensino, o município do Gavião apresentou, entre 1996/97 e 2005/06, algumas oscilações no número de inscritos que resultaram numa ligeira redução, passando de 135 para 129 alunos. Esta tendência acompanhou a diminuição do número de alunos do 1º ciclo que se fez sentir, tanto a nível regional, como nacional. Porém, segundo o INE e o Ministério da Educação, prevê-se que o número de alunos, neste ciclo de ensino, aumente a partir de 2006.

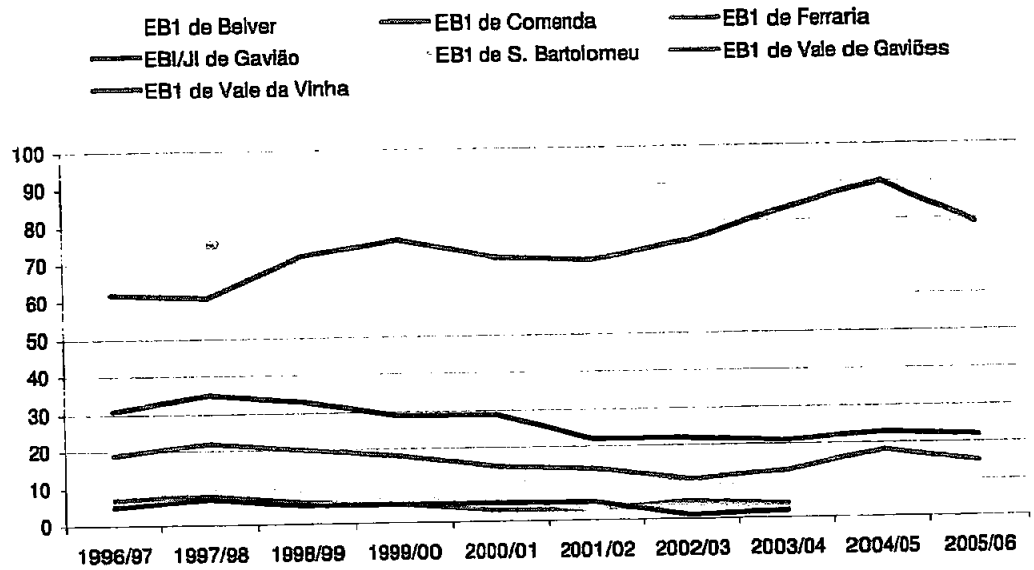
Actualmente, no município de Gavião, o 1º ciclo do ensino básico é leccionado em 4 estabelecimentos. No entanto, a rede de estabelecimentos do 1º ciclo sofreu grandes alterações nos últimos anos lectivos. Em 2003/04, existiam, em funcionamento, 7 estabelecimentos que ministravam o 1º ciclo mas, no ano lectivo seguinte, 3 desses estabelecimentos encerraram a sua actividade. Estes estabelecimentos foram a EB1 de S. Bartolomeu, a EB1 de Ferraria e a EB1 de Vale de Vinha que encerraram devido ao reduzido número de alunos que as frequentavam. Os alunos da EB1 de Ferraria foram transferidos para a EBI/JI de Gavião, enquanto os alunos das outras duas escolas, na freguesia da Margem, foram transferidos para a EB1 de Vale de Gaviões, que passou a ser a única escola desse ciclo na freguesia.

Mantêm-se em funcionamento a EBI/JI de Gavião, a EB1 de Comenda, a EB1 de Vale de Gaviões e a EB1 de Belver. No entanto, encontra-se previsto o encerramento da EB1 de Belver já a partir do ano lectivo 2006/07. Desde 1996/97 até 2005/06, a evolução do número de alunos em cada um dos estabelecimentos não seguiu a mesma tendência (Gráfico 25). Assim, na EBI/JI de Gavião, escola nuclear e sede do agrupamento de escolas do município de Gavião, verificou-se um aumento passando de 62 para 79 alunos, possuindo 61% do total dos alunos que estão inscritos neste ciclo de ensino no município de Gavião.

No que diz respeito aos restantes estabelecimentos de ensino, a EB1 de Comenda apresentou uma tendência de diminuição passando de 31 para 22 alunos representando, em 2005/06, 17% dos alunos do município no 1º ciclo. A evolução da EB1 de Vale de Gaviões apresentou uma tendência para a diminuição do número de alunos, passando de 19, em 1996/97, para 13 alunos, em 2003/04. No entanto, no ano lectivo 2004/05, devido ao encerramento das EB1 de S. Bartolomeu e EB1 de Vale de Vinha e transferência dos alunos para a EB1 de Vale de Gaviões, passaram a estar inscritos neste estabelecimento 18 alunos. Já em 2005/06, este valor voltou a diminuir passando para 15 alunos inscritos.

Finalmente, a EB1 de Belver, durante o período em análise, este estabelecimento raramente teve mais de 10 alunos inscritos mas, no ano lectivo 2005/06, estavam inscritos no estabelecimento 13 alunos. Apesar disso, de acordo com o DL 35/88 de 4 de Fevereiro (artigo 70, nº 3) que diz que todas as escolas que no próximo ano lectivo tenham 10 ou menos alunos deverão ser suspensas e, baseado no número de alunos que frequentavam o estabelecimento em anos anteriores, foi previsto, pelo Ministério da Educação, o encerramento da EB1 de Belver a partir do ano lectivo 2006/07, sendo os alunos transferidos para um estabelecimento de outras dimensões e com melhores condições.

Gráfico 25 – Evolução do número de alunos no 1º ciclo do ensino básico

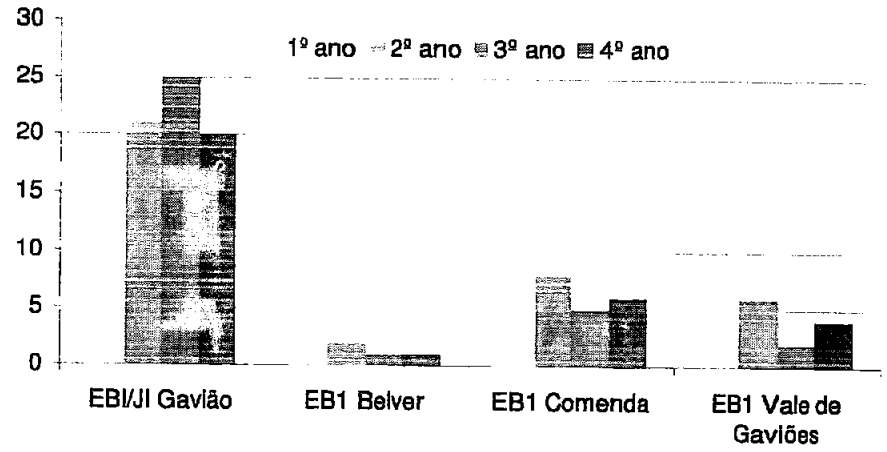


Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Julho de 2003
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006.

Em relação à distribuição dos alunos pelos diversos anos de escolaridade (Gráfico 26), verifica-se, mais uma vez, o maior número de alunos na EBI/JI do Gavião que possui uma turma para cada ano de escolaridade. O 1º ano é o que tem menos alunos inscritos (14 alunos) mas os restantes apresentam alunos em número superior ou igual a 20, sendo que o 2º ano tem 20 alunos, o 3º ano 25 alunos e o 4º ano com 20 alunos.

Nas restantes escolas não existem anos de escolaridade com mais de 10 alunos e, por essa razão, em todos os estabelecimentos existe apenas uma turma que reúne todos os alunos. Na EB1 de Belver, o ano de escolaridade com mais alunos é o 1º ano com 9 alunos. Já na EB1 de Comenda e na EB1 de Vale de Gaviões, o 2º ano é aquele com mais inscritos possuindo 8 e 6 alunos, respectivamente.

Gráfico 26 – Número de Alunos no 1º Ciclo, por anos de escolaridade (2005/06)



Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

3.1.3- 2º e 3º ciclos do ensino básico

O 2º ciclo do ensino básico é constituído pelos alunos que frequentam o 5º e 6º anos de escolaridade, que, em condições normais, possuem alunos com 10 e 11 anos.

Até ao ano lectivo 2003/04, existiam, no município do Gavião, 3 estabelecimentos que leccionavam o 2º ciclo. Destes estabelecimentos, dois constituíam postos de ensino mediatizado: a EBM nº 194 de Comenda e a EBM nº 47 de Vale de Gaviões. Esta forma de ensino visou assegurar o acesso a este nível de ensino, a alunos que residiam em zonas rurais mais isoladas até que o parque escolar permitisse acolhê-los em estabelecimentos de ensino directo.

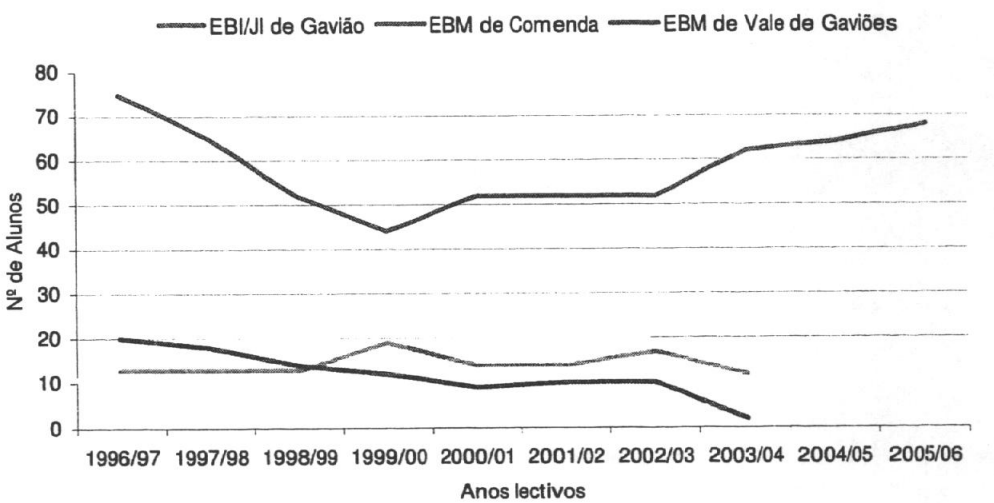
Este método de ensino foi considerado desajustado pelo Ministério da Educação e, devido às baixas ocupações dos estabelecimentos (em muitos casos inferiores a 10 alunos), foi decidido o encerramento destes estabelecimentos até 2005. As EBM do município de Gavião deixaram de leccionar o 5º ano de escolaridade no ano lectivo 2003/04 mantendo apenas o 6º ano de escolaridade para permitir a conclusão aos alunos que o frequentavam. Assim, a partir do ano lectivo 2004/05, estes estabelecimentos encerraram e a EBI/JI de Gavião passou a ser o único estabelecimento do município a leccionar o 2º ciclo.

Como referido anteriormente, o número de inscritos no 2º ciclo tem apresentado uma tendência para a diminuição. Analisando a evolução nos diversos estabelecimentos

(Gráfico 27), verifica-se que nos dois estabelecimentos do ensino mediatizado nunca existiram mais de 20 alunos inscritos em cada um. No que se refere à EBM de Vale de Gaviões, assistiu-se a uma diminuição gradual do número de alunos, mais acentuada entre 2002/03 e 2003/04 quando o estabelecimento deixou de assegurar o ensino do 5º ano. No caso da EBM de Comenda, o número de inscritos oscilou entre os 12 e os 19 alunos com o máximo a ser registado em 1999/2000 e o mínimo em 2003/04, quando esta EBM deixou de leccionar o 5º ano de escolaridade.

Na EBI/JI de Gavião assistiu-se a uma redução do número de alunos até ao ano 1999/2000, passando de 75 para 44 alunos. Seguiu-se um período em que se mantiveram 52 alunos que deu lugar a aumentos para 62 alunos, em 2003/04, e 64 alunos, em 2004/05, que corresponderam ao encerramento gradual das duas EBM que funcionavam no município. Já para o ano lectivo 2005/06, manteve-se o aumento do número de alunos neste ciclo de ensino, passando a estar inscritos 68 alunos.

Gráfico 27 – Evolução do número de alunos no 2º ciclo do ensino básico



Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro de 2006.

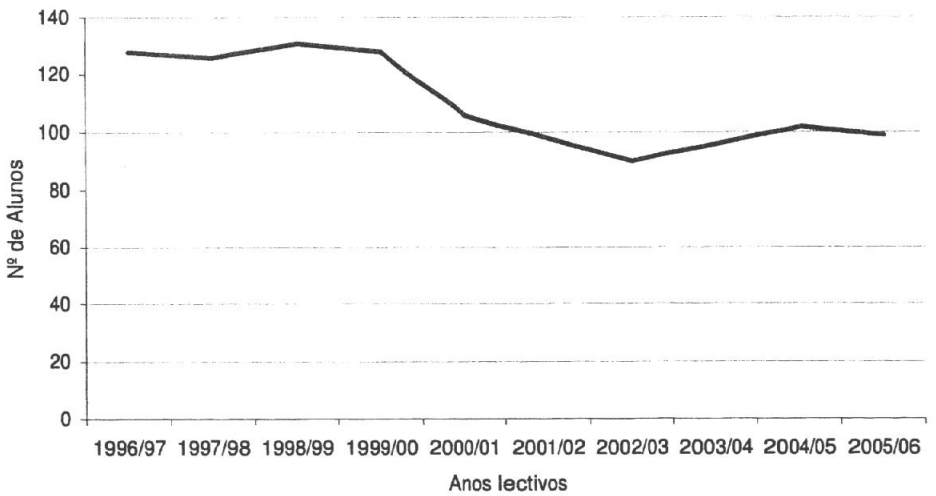
O 3º ciclo do ensino básico é o último ciclo do ensino básico e engloba os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade destinados, em condições normais, aos alunos com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos.

Em consequência, do art.º 13 da Proposta de Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, discutida em Maio de 2003, este ciclo de ensino deixará de existir e passará a constituir os primeiros anos do ensino secundário. O

ensino básico passará apenas a ser constituído por dois ciclos, sendo o primeiro de quatro anos e o segundo de dois anos.

A nível nacional e da NUT II Alentejo registaram-se, nos últimos anos lectivos, reduções no número de alunos inscritos no 3º ciclo. No município de Gavião esta tendência nacional e regional foi contrariada com aumentos nos anos lectivos 2003/04 e 2004/05 (Gráfico 28). Desta forma, entre 2002/03 e 2003/04 ocorreu um aumento de 6 alunos (90 para 96 alunos) e entre 2003/04 e 2004/05 ocorreu, igualmente, um aumento de 6 alunos (96 para 102 alunos). No entanto, no ano lectivo 2005/06 também no município de Gavião o número de inscritos no 3º ciclo sofreu uma ligeira redução passando a estar inscritos 99 alunos.

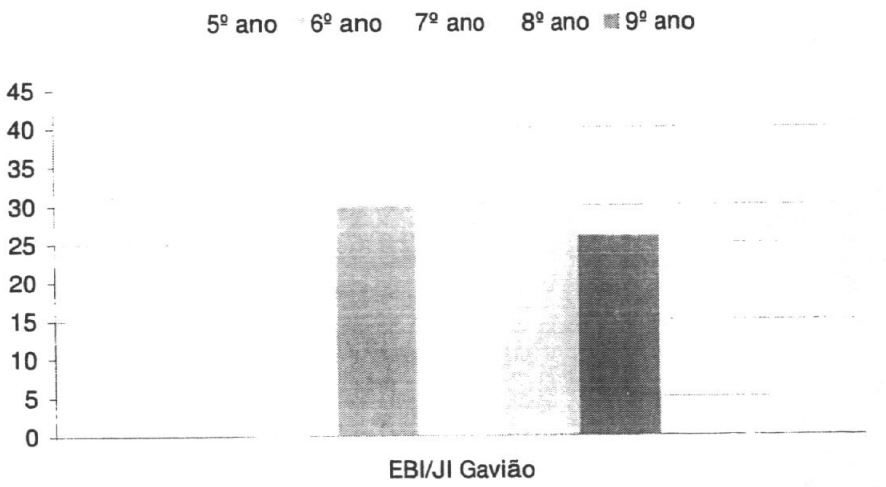
Gráfico 28 – Evolução do número de alunos no 3º ciclo do ensino básico (EBI/JI Gavião)



Fonte: Inquérito Indirecto, Fevereiro 2006.

Quanto ao número de alunos por anos de escolaridade nos 2º e 3º ciclos (Gráfico 29), verifica-se que o 7º ano é o que apresenta um número mais elevado de inscritos (40 alunos). Na posição inversa encontra-se o 9º ano que possuía, em 2005/06, apenas 26 alunos inscritos. Entre as justificações para estas diferenças podem encontrar-se factores relacionados com o abandono escolar durante o 3º ciclos, retenções nos 7º e 8º anos ou, simplesmente, com factores relacionados com a dinâmica demográfica, como por exemplo, a natalidade.

Gráfico 29 – Número de Alunos nos 2º e 3º Ciclos, por anos de escolaridade (2005/06)



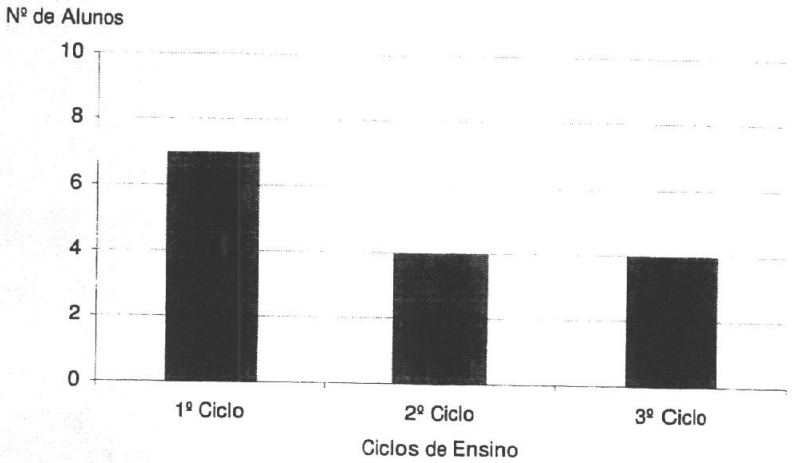
Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

3.1.4 - Ensino e Educação Especial

No município de Gavião, os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) encontram-se integrados no ensino regular embora beneficiem de apoio educativo especial. No ano lectivo 2005/06, estavam inscritos no município de Gavião 15 alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) (Gráfico 30). Estes alunos encontravam-se inscritos na EBI/JI de Gavião.

Este estabelecimento, como sendo a escola nuclear do município, apresenta melhores condições para o acolhimento destes alunos. No 1º ciclo estão inscritos 7 alunos NEE que apresentam deficiências ao nível cognitivo (4) e problemas emocionais/ personalidade (3). No 2º ciclo encontram-se inscritos 4 alunos com NEE que apresentam problemas emocionais/ personalidade (3) e deficiência auditiva (1). No 3º ciclo encontram-se inscritos 4 alunos com NEE que apresentam todos problemas emocionais/ personalidade.

Gráfico 30 – Alunos NEE (2005/06)



Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006.

3.1.5 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano

Ensino Secundário

A frequência do Ensino Secundário é, actualmente, facultativa, no entanto, com a Proposta de Alteração à Lei de Bases do Sistema de Ensino – Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, este nível de ensino poderá vir a ser, a partir do ano lectivo de 2005/2006 "universal, obrigatório e gratuito e terá a duração de seis anos" divididos em dois ciclos de três anos cada[5]. Actualmente, o Ensino Secundário corresponde ao 10º; 11º e 12º anos de escolaridade e, além disso, é feita neste ciclo de ensino a escolha de uma área de interesse pessoal, ou seja, a matéria leccionada deixa de ser igual para todos como acontece até ao 9º de escolaridade.

Actualmente, no município de Gavião não existe nenhum estabelecimento de ensino que assegure aos munícipes a frequência do ensino secundário, existindo por isso a necessidade de deslocação para os municípios vizinhos.

Ensino Recorrente e Extra-escolar

O Ensino Recorrente é vocacionado para formar indivíduos que já se encontram em idade adulta. A existência deste tipo de ensino significa dar uma nova oportunidade àqueles que, por diversos motivos, não frequentaram ou abandonaram o 1º, 2º ou 3º Ciclos de Ensino Básico. Por sua vez, a Educação Extra-Escolar abrange um conjunto de actividades educativas – formais ou não formais – que se processam fora do sistema de ensino não tendo por objectivo a obtenção de um diploma escolar.

Actualmente, Portugal é um dos países da Europa que maior taxa de iliteracia apresenta e, por isso, a presença destas formas de educação são fundamentais para a formação da população. Em Gavião, a taxa de analfabetos com mais de 10 anos e dos indivíduos sem nenhum nível de ensino atinge proporções elevadas e, por isso, também aqui a presença deste tipo de ensino se reveste de grande importância.

Desta forma, os indivíduos que se integram no mercado de trabalho sem a formação base adequada, podem frequentar os cursos do ensino recorrente e adquirir conhecimentos e

[5] Número 1 do Artigo 16 "
a) No primeiro ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, que integre coerentemente áreas vocacionais diversificadas, podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudos e à obtenção de formações complementares em regime de um professor por grupo de disciplinas;

competências fundamentais para o exercício de uma profissão e para uma melhor integração na vida em sociedade.

As formas de acesso e os planos e métodos de estudos estão organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados. A organização em unidades capitalizáveis permite rentabilizar a experiência de vida pessoal, as habilitações escolares, as competências, os conhecimentos teóricos e práticos dos adultos e, ainda, estimular os tempos de aprendizagem conforme os seus ritmos e disponibilidades.

Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, concede também um certificado de qualificação profissional desde que o aluno obtenha aprovação na componente técnica. Têm acesso a está modalidade de ensino os indivíduos: ao nível do ensino básico indivíduos a partir dos 15 anos, e ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

Já a Educação Extra-Escolar abrange o conjunto das actividades educativas – formais ou não formais – que se processam fora do sistema de ensino, distinguindo-se do Ensino Recorrente pela amplitude dos programas e conteúdos, e por não constituir um processo dirigido à obtenção de um diploma escolar. Os cursos de educação extra-escolar destinam-se prioritariamente a indivíduos com baixos níveis de escolaridade que já não se encontram em idade normal de frequência do ensino regular. O objectivo da educação extra-escolar é permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência. A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e continuidade da acção educativa.

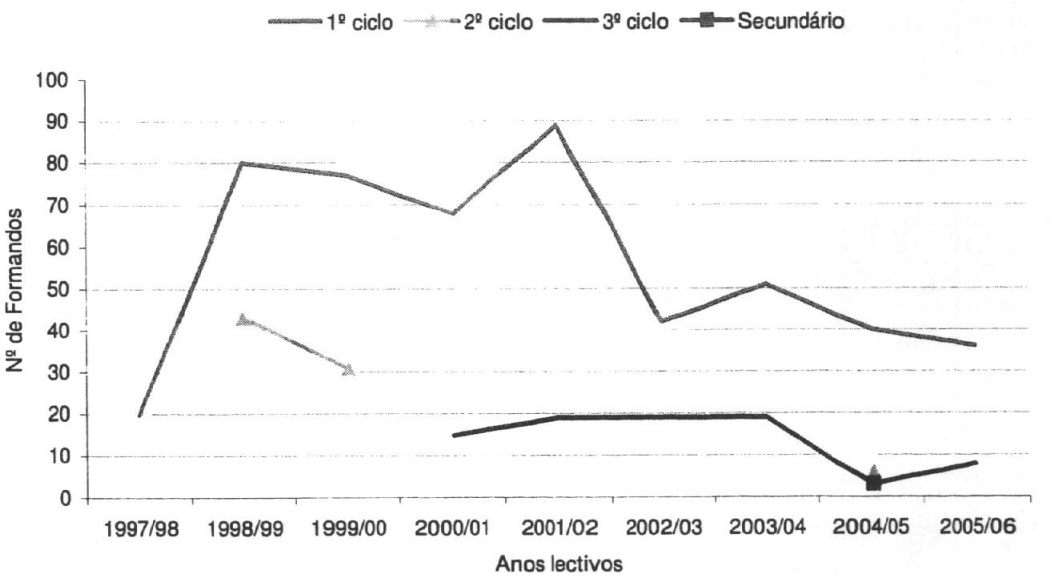
Apesar de se verificar uma elevada necessidade de formação da população neste município, o número de inscritos no ensino recorrente tem vindo a diminuir gradualmente (Gráfico 31). Desta forma, enquanto em 1998/99 existiam 123 inscritos, em 2005/06, estavam inscritos apenas 44 formandos, o que representa uma diminuição de cerca de 64%. Dos 44 inscritos em 2005/06, a maioria frequentavam o 1º ciclo (36 inscritos) estando a frequentar o cursos de Alfabetização ou 1º Ciclo que decorrem na EBI/JI de

b) No segundo ciclo o ensino organiza-se por disciplinas podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo e à obtenção de formações complementares, e desenvolve-se predominantemente em regime de um professor por disciplina".

Gavião (11 inscritos), na Associação Cultural de Domingos da Vinha (11 inscritos) e na Associação Cultural de Torre Cimeira (14 inscritos).

Os restantes 8 inscritos em 2005/06, frequentavam Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis para o 3º Ciclo leccionado na EBI/JI de Gavião.

Gráfico 31 – Evolução do número de alunos do ensino recorrente



Fonte: Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, Maio 2005
Inquérito Indirecto, Fevereiro 2006.

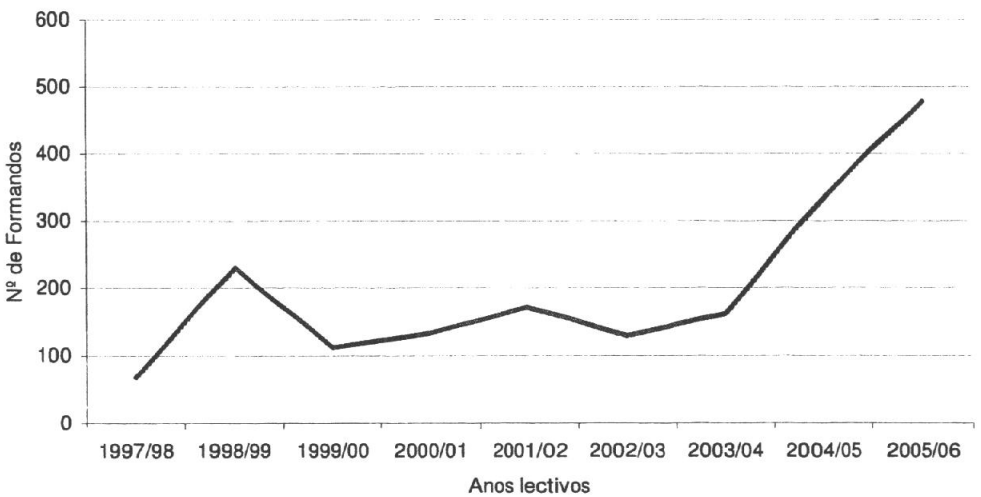
A evolução do número de formandos na educação extra-escolar sofreu, desde 1997/98 até 2005/06, algumas oscilações, mas apresentou nos últimos anos um crescimento muito elevado (Gráfico 32). Assim, em 1997/98 existiam apenas 69 formandos e no ano seguinte este número aumentou para 231 formandos. A partir daí o número de alunos oscilou entre os 113 e os 172 formandos. Já nos anos lectivos 2004/05 e 2005/06, registaram-se aumentos elevados do número de formandos que passou para 346 (2004/05) e para 479 (2005/06).

Tabela 16 – N.º de alunos inscritos no 1.º ciclo do ensino recorrente, por localidade, entre os anos lectivos de 2001/02 e 2005/06 no município de Gavião

Tipo/Curso	Localidade	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
1º Ciclo	Atalaia	10	0	0	0	0
	Gavião	10	0	0	6	11
	S. Bartolomeu	10	0	0	0	0
	Domingos da Vinha	12	12	14	12	11
	Outeiro	12	11	12	0	0
	Arriacha	15	-	13	12	0
	Torre Cimeira	10	11	12	10	14
	Vale da Vinha	10	8	0	0	0
Total		89	19	51	40	36

Fonte: Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, Maio 2005.
Inquérito Indirecto, Fevereiro 2006.

Gráfico 32 – Evolução do número de formandos da educação extra-escolar



Fonte: Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, Maio 2005.
Inquérito Indirecto, Fevereiro 2006.

Em 2005/06, funcionaram diversos cursos sócio-educativos que visam, fundamentalmente, a formação cultural, cívica ou para o trabalho, em diversas localidades do município (Tabela 17).

Tabela 17 – Número de formandos inscritos nos cursos da educação extra-escolar, no município de Gavião, no ano lectivo 2005/06

Cursos Sócio-Profissionais/Educativos	Localidade	N.º de formandos	Totais
Manutenção Física	Comenda	22	138
	Moinho do Torrão	15	
	Vale de Gaviões	17	
	Ferraria	17	
	Gavião	17	
	Belver	16	
	Arriacha	16	
	Comenda	18	
Saberes de Antanho - Curso Itenerante	Domingos da Vinha	15	104
	Vale de Gaviões	24	
	Outeiro	18	
	Arriacha	15	
	Vale de Coelho	16	
	Torre Fundeira	16	
Oficina de Artes	Outeiro	16	16
Pintura Decorativa/ Tela	Domingos da Vinha	16	16
Artes Plásticas	Vale de Coelho	16	16
Pintura Decorativa	Torre Fundeira	15	30
	Ferraria	15	
Pintura a óleo/ carvão	Gavião	12	12
Pintura em tela	Vale de Gaviões	12	29
	Belver	17	
Iniciação à natação	Gavião	60	60
Bordados à Mão	Torre Cimeira	15	15
Bainhas Abertas	São Bartolomeu	23	23
		Total	459

Fonte: Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar, Maio de 2005.
Inquérito Indirecto, Fevereiro 2006.

3.2 - Cenário Prospectivo da População Escolar até ao ano lectivo 2010/11

Para promover o correcto (re)ordenamento da rede escolar é necessário ter em conta vários factores. A realização de projecções, nomeadamente, à população em idade escolar, é um dos factores fundamentais porque possibilita prever o número de alunos que existirá no futuro e, assim, desencadear acções que permitam adequar a procura à oferta.

As projecções apresentadas tem como horizonte temporal o ano 2010/11 e são baseadas nos dados publicados pela DREA – "Projecções Demográficas da População Escolar", (DREA, 2004).

A metodologia utilizada para este estudo foi a do Cohorte-Survival controlada pelos níveis das Tábuas-Tipo de Princeton. As projecções apresentadas são efectuadas de acordo com a seguinte fórmula – PR= A +/- SR +/- ST – na qual "PR" representa a População Real; "A" os Abandonos; "SR" o Saldo de Retenções e "ST" o Saldo de Transferências. Foram tidos como dados de base, o número de alunos inscritos nos anos lectivos 2001/02, 2002/03 e 2003/04, nos diversos níveis de ensino, e, a partir daí, foi calculada a evolução dos alunos para os anos lectivos seguintes.

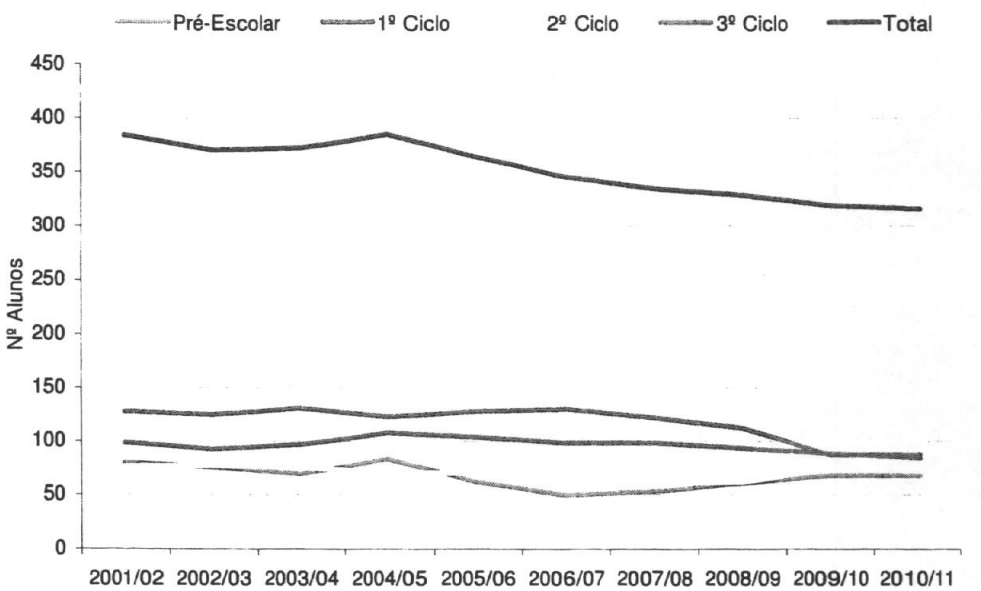
Não foram elaborados cenários alternativos que pudessem representar diferentes evoluções possíveis da população. Foi construído apenas um cenário com base numa tendência pesada. Esta tendência pressupõe que a evolução para o futuro se fará da mesma forma que se fez até ao presente momento.

De acordo com as projecções (Gráfico 33), o número de alunos irá sofrer algumas oscilações, mas apresentará uma tendência para diminuir passando de 385 para 317 alunos.

Comparando o número de alunos nos ciclos de ensino entre 2001/02 e 2010/11, verifica-se que todos os ciclos vão registar uma diminuição do número de inscritos. Em alguns dos ciclos, a diminuição é mais sentida como o caso do 1º ciclo que perderá 40 alunos (128 para 88 inscritos). Noutros a redução será mínima, como o caso do 2º ciclo, que, após algumas oscilações, passará de 77 para 76 inscritos.

Nos casos do pré-escolar e do 3º ciclo, as diminuições serão mais ligeiras do que no caso do 1º ciclo. Assim, no caso do pré-escolar a diminuição será de 81 para 68 inscritos e, no caso do 3º ciclo, de 99 para 85 alunos.

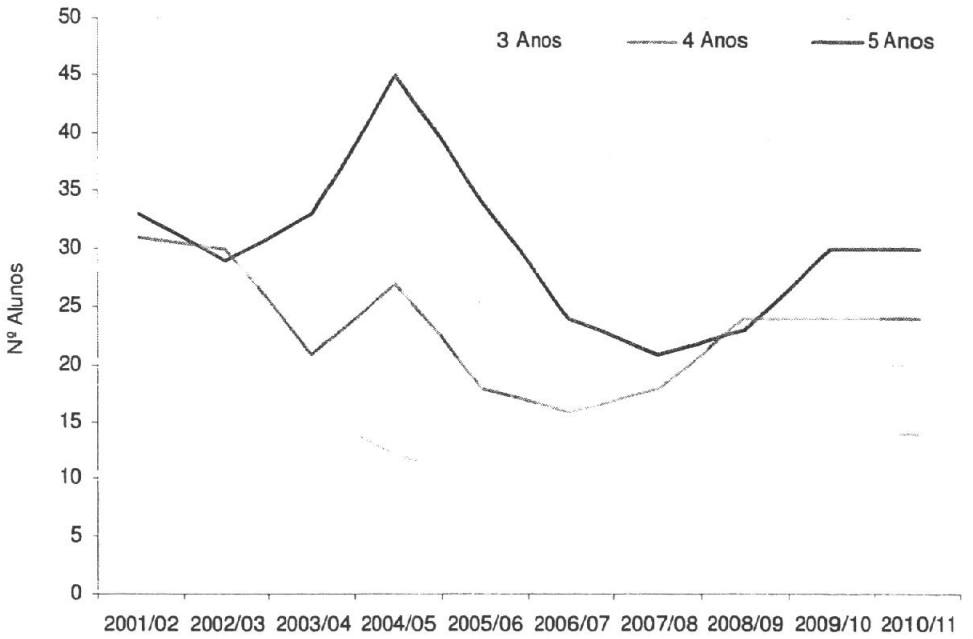
Gráfico 33 – Projecção do número de alunos, por ciclos, até ao ano lectivo 2010/11



Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004.

Dentro de cada ciclo de ensino foram também calculados os números de alunos que frequentarão os anos que constituem esse ciclo de ensino, até ao ano lectivo 2010/11 (Gráficos 34, 35, 36 e 37). Como referido anteriormente, no pré-escolar verificar-se-á uma diminuição de 13 alunos (Gráfico 34). Apesar de nas projecções existirem alguns picos, como o pico previsto para os 5 anos em 2004/05, todos os anos sofrerão reduções até 2010/11. Nem sempre as projecções acertam no valor real. No caso do referido pico, em 2004/05, ia ficar-se a dever, possivelmente, a transferências que eram esperadas, no entanto, isto não se verificou e o nº de crianças que realmente estavam inscritos foi bastante inferior ao número de alunos projectados. De acordo com as projecções, em 2004/05, existiriam 45 crianças com 5 anos quando na realidade foram inscritos apenas 24 crianças.

Gráfico 34 – Projecção do número de crianças inscritas no pré-escolar até ao ano lectivo 2010/11



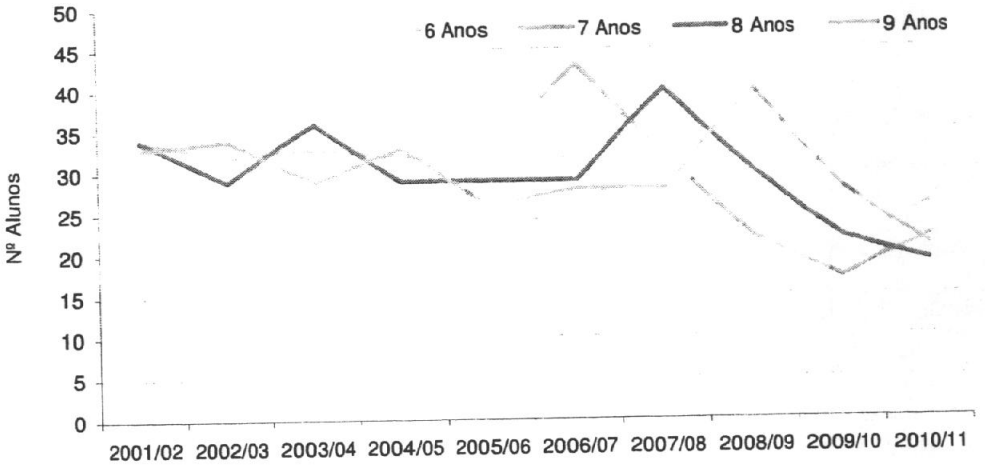
Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

No que se refere ao 1º ciclo, como referido anteriormente, está projectada uma diminuição acentuada até 2010/2011 com a perda de cerca de 40 alunos. No entanto, as diminuições não serão iguais em todos os anos de escolaridade que compõem o 1º ciclo (Gráfico 35). Desta forma, no 1º ano (correspondente às crianças com 6 anos), apesar do máximo que se prevê para 2005/06, projecta-se que a partir desse ano o número de alunos diminua gradualmente até voltar a aumentar, ligeiramente, nos anos lectivos 2009/10 e 2010/11. No total, para este ano de escolaridade, está projectado que, no período em análise, ocorra uma diminuição de 1 aluno.

O ano de escolaridade para que se prevê uma maior diminuição é o 3º ano (correspondente aos 8 anos) que, no período em análise, perderá cerca de 15 alunos. Ainda assim, deverão ocorrer diversas oscilações no número de alunos atingindo-se um máximo de 40 alunos, em 2007/08, e um mínimo de 19 alunos, em 2010/11.

Analisando a evolução global dos diversos anos de escolaridade, a projecção indica que existirão diversas oscilações e que, em todos os anos de escolaridade do 1º ciclo, após um valor máximo de alunos ocorre uma diminuição gradual para valores inferiores aos registados em 2001/02.

Gráfico 35 – Projecção do número de crianças inscritas no 1º ciclo até ao ano lectivo 2010/11

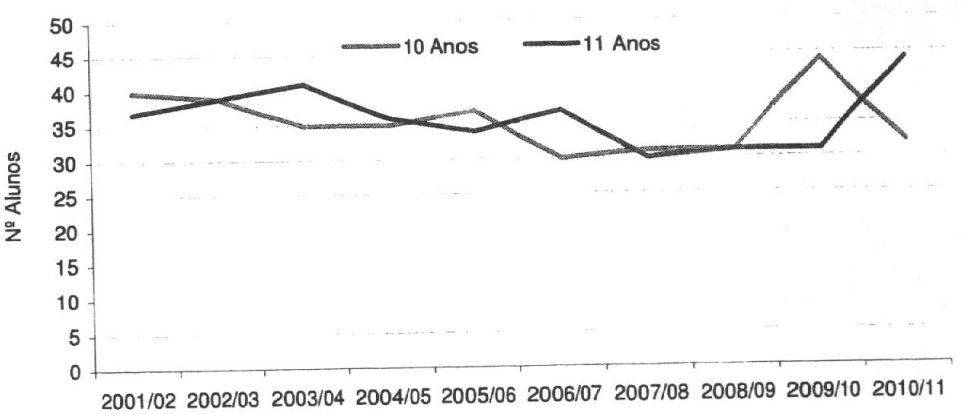


Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

Para o 2º ciclo (Gráfico 36) a projecção realizada prevê comportamentos distintos para os dois anos de escolaridade que o compõem, apesar de ambos apresentarem constantes oscilações. Assim, enquanto se prevê que o 5º ano (alunos com 10 anos) diminua, passando de 40 para 32 alunos, para o 6º ano (alunos com 11 anos) prevê-se que o número de inscritos aumente de 37 para 44 alunos (mais 7 inscritos).

Das variações, nestes dois anos de escolaridade, resulta a variação negativa na globalidade do ciclo de ensino. Tal como foi referido anteriormente, para o período projectado, está prevista uma diminuição de 1 aluno, passando de 77 para 76 inscritos.

Gráfico 36 – Projecção do número de crianças inscritas no 2º ciclo até ao ano lectivo 2010/11



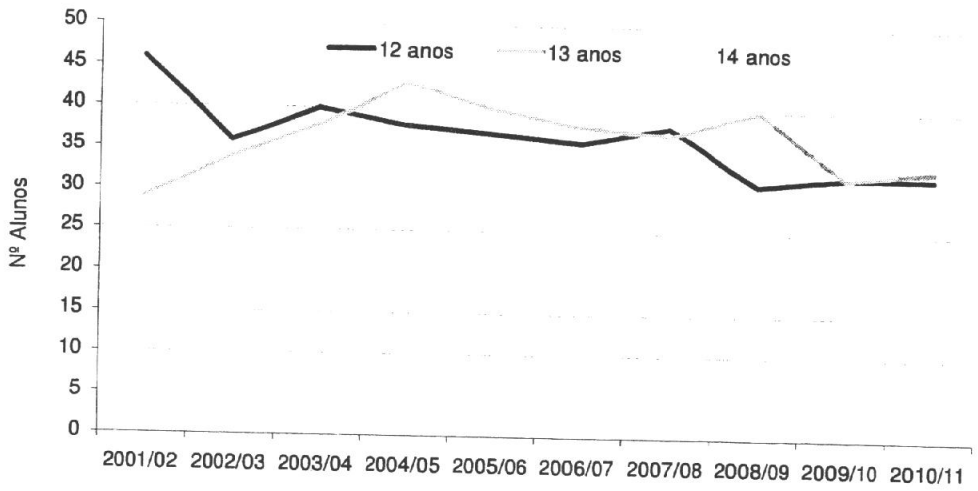
Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

No 3º ciclo verifica-se que os anos que o constituem vão apresentar evoluções diferentes (Gráfico 37). Analisando o gráfico verifica-se que o 9º ano (correspondente aos 14 anos) é o ano que menos inscritos apresenta, situação explicada pelo abandono escolar que afecta este último ano da actual escolaridade obrigatória. Para o 9º ano estão projectadas diversas oscilações que, no fim do período projectado, resultarão numa diminuição de 4 alunos.

Também o 7º ano possui uma projecção que aponta para uma diminuição do número de alunos até ao ano lectivo 2010/11. Desta forma, está previsto que o número de inscritos neste ano diminua em 14 alunos, passando de 46, em 2001/02, para 32, em 2010/11.

Ao contrário dos anteriores, para o 8º ano prevê-se que o número de alunos sofra um acréscimo de 4 alunos passando de 29 para 33 alunos. Com este aumento este ano de escolaridade passará a ser o ano com maior número de inscritos. Apesar do aumento esperado para o 8º ano, como foi referido anteriormente, este ciclo de ensino vai sofrer uma redução de 14 alunos inscritos até ao ano lectivo 2010/11.

Gráfico 37 – Projecção do número de crianças inscritas no 3º ciclo até ao ano lectivo 2010/11



Fonte: DREA, Projecções da População Escolar, 2004

As projecções da população em idade escolar são determinantes para programar a rede escolar e garantir o seu sucesso, mas, estas projecções estão sujeitas a variações que dependem de vários factores. Os factores demográficos (como é o caso da natalidade) influenciam as projecções, porém, também os económicos, sociais e culturais contribuem para alterar e influenciar a forma como a população em idade escolar evolui.

Em suma, através da projecção, prevê-se um ligeiro decréscimo da população escolar no município de Gavião. Ainda assim, quando se analisa os ciclos de ensino em separado, verifica-se que existem alguns que são mais afectados por este decréscimo do que outros e, por isso, é determinante que se tomem decisões para optimizar os recursos existentes e que se criem condições para que o ensino ministrado nos estabelecimentos existentes seja de qualidade.

É neste sentido que a Carta Educativa se assume como um documento fundamental no planeamento e reordenamento da rede educativa, não só pela análise da situação educativa do município, mas também pela formulação de propostas de melhoria que serão apresentadas, mais adiante, no Ponto 5.

3.3- A oferta de educação, ensino e formação

O território educativo do município de Gavião é constituído por apenas um agrupamento, correspondente aos limites do município, que inclui 7 estabelecimentos que asseguram aos residentes no município a frequência da escolaridade obrigatória e da educação pré-escolar. Destes estabelecimentos 6 pertencem à rede pública e apenas 1, o JI da Santa Casa da Misericórdia, se integra na rede particular e cooperativa.

A rede educativa[6] do município de Gavião, no ano lectivo de 2005/2006 (Tabela 18), era constituída pelos 7 estabelecimentos, anteriormente referidos, sendo que 4 asseguram o pré-escolar, 4 o 1º ciclo do ensino básico, e 1 que assegura o 2º e 3º ciclos.

Tabela 18 – Rede de equipamentos de educação e ensino do município de Gavião, no ano lectivo 2005/06

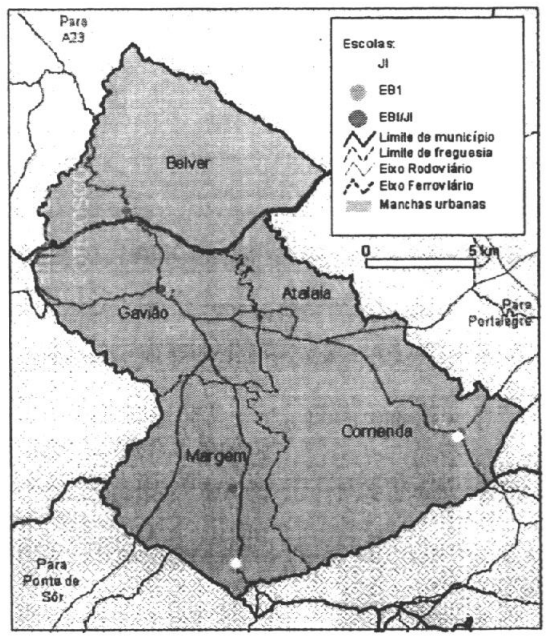
Freguesia	Estabelecimentos de educação e ensino
Educação pré-escolar	
Comenda	Jardim-de-infância de Comenda
Gavião	EBI/JI de Gavião
	Jardim Infantil Sagrada Família da St.ª Casa da Misericórdia de Gavião
Margem	Jardim-de-infância de Moinho do Torrão
1º Ciclo do ensino básico	
Belver	EB1 de Belver
Comenda	EB1 de Comenda
Gavião	EBI/JI de Gavião
Margem	EB1 de Vale de Gaviões
2º Ciclo do ensino básico	
Gavião	EBI/JI de Gavião
3º Ciclo do ensino básico	
Gavião	EBI/JI de Gavião

Fonte: Inquérito indirecto, Maio 2005.

[6] Entende-se por "rede educativa a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando à sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro de correcção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino de todas as crianças e alunos" (art. 13, Decreto-Lei n.º 7/2003).

Analisando a distribuição dos estabelecimentos por freguesias (Mapa 4), verifica-se que existem 3 freguesias que possuem dentro dos seus limites 2 estabelecimentos: Gavião, Comenda e Margem. No entanto, apenas na freguesia do Gavião está assegurada a frequência dos 3 ciclos da escolaridade obrigatória e do ensino pré-escolar. Assim, os residentes das freguesias de Margem e Comenda, para frequentarem os 2º e 3º ciclos, têm de se deslocar para a EBI/JI na sede do município.

Mapa 4 – Rede pública de estabelecimentos de ensino no município de Gavião



Fonte: IGP **Elaboração:** AMNA

Na freguesia de Belver existe apenas oferta do 1º ciclo do ensino básico, sendo por isso necessário proceder ao transporte dos alunos quer para frequentar o pré-escolar, quer os 2º e 3º ciclos na EBI/JI de Gavião. Na freguesia de Atalaia não existem quaisquer estabelecimentos de ensino, por isso, os alunos residentes têm, obrigatoriamente, de serem transportados para as escolas de outra freguesia.

3.3.1 - Educação Pré-escolar

Apesar de facultativa, têm sido realizados esforços para tornar esta primeira etapa da educação universal e em condições de igualdade independentemente dos rendimentos familiares auferidos.

Actualmente, a programação destes equipamentos visa cobrir, apenas, 90 %, das crianças deste grupo etário, no entanto, no município em estudo existe uma cobertura de 100 %, já que não existe, segundo a DREA, qualquer criança em lista de espera, o que não significa que todas as crianças frequentem este tipo de estabelecimentos (podem estar com mães e/ou familiares ou ainda em amas).

Do universo de estabelecimentos de educação/ensino existentes no município de Gavião, quatro proporcionam à população o acesso à educação pré-escolar: EBI/JI de Gavião (Figura 1), o Jardim-de-infância de Comenda (Figura 2), o Jardim-de-infância de Moinho do Torrão (Figura 3) e o Jardim Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Gavião.

Figura 1 – **EBI/JI Gavião**

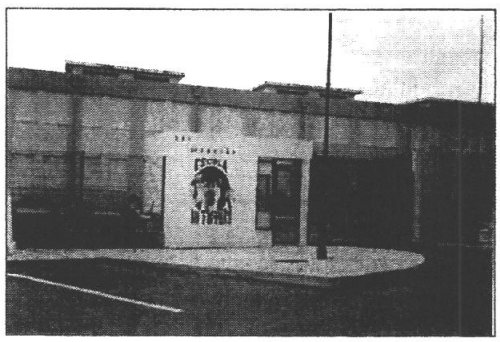


Figura 2 – **JI de Comenda**

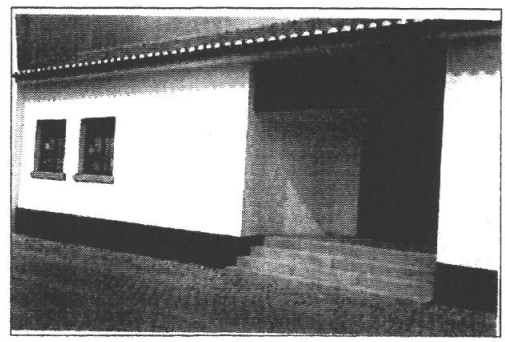
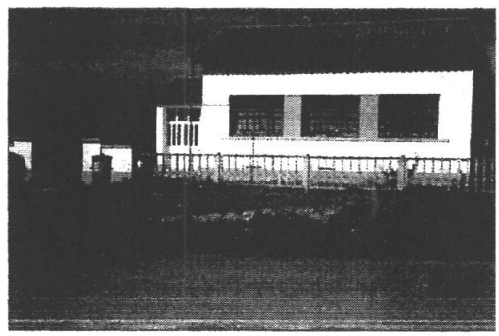


Figura 3 – **JI Moinho do Torrão**



O Jardim-de-infância de Comenda, a EBI/JI de Gavião e o Jardim-de-infância de Moinho do Torrão são instituições de tutela pública fazendo parte da rede pública de educação pré-escolar constituída pelos estabelecimentos de educação pré-escolar dependentes da

administração central e local. Por seu lado, o Jardim Infantil Sagrada Família, tutelado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, pertence à rede privada desenvolvida a partir de iniciativas de instituições particularidades de solidariedade social, dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e de outras instituições sem fins lucrativos.

Estes dois tipos de rede materializam-se na rede nacional de educação pré-escolar que de acordo com o Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho visa o desenvolvimento de uma educação pré-escolar de qualidade e efectivar a sua universalização a todas as crianças em idade de a frequentar.

A área de irradiação dos diversos estabelecimentos é distinta (Tabela 19). Os Jardins-de-infância localizados na sede de município (EBI/JI de Gavião e Jardim Infantil Sagrada Família), para além de servirem a população da freguesia em que se localizam, servem a população das restantes freguesias, principalmente das freguesias de Atalaia e Belver que não possuem nenhum estabelecimento que proporcione o pré-escolar.

Quanto aos restantes estabelecimentos, o JI de Comenda destina-se às crianças da freguesia onde se localiza enquanto o JI Moinho do Torrão serve a população da freguesia de Margem e da localidade de Ferraria na freguesia de Margem.

Tabela 19 – JI's de Gavião: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação

Freguesia	Estabelecimento	Tutela	Regime de funcionamento	Área de irradiação
Gavião	EBI/JI de Gavião	Público	Normal	Município
	JI Santa Casa Misericórdia	Privado	Normal	Município
Comenda	JI da Comenda	Público	Normal	Freguesia
Margem	JI Moinho do Torrão	Público	Normal	Freguesia

Fonte: Inquérito indirecto, Março 2005

3.3.1.1 - Caracterização física dos estabelecimentos de educação pré-escolar

Analisando o estado de conservação dos estabelecimentos verifica-se que, apesar de alguns deles terem sido construídos há diversos anos, as condições de conservação variam entre o razoável e o bom (Tabela 20).

A EBI/JI de Gavião é o estabelecimento de construção mais recente (1997) funcionando em instalações próprias que apresentam ainda um bom estado de conservação, quer interior, quer exterior.

Outro estabelecimento que apresenta boas condições de conservação é o JI da Santa Casa da Misericórdia do Gavião que, embora tenha sido construído em 1989, mantém um bom estado de conservação interior e exterior.

Os restantes JI em funcionamento no município de Gavião funcionam em instalações adaptadas para o efeito. Assim, o JI de Comenda instalou-se no edifício actual em 1993 enquanto o edifício onde funciona o JI do Moinho do Torrão foi construído em 1958, nessa época com o objectivo de alojar a EB1 de Moinho do Torrão. Apesar das intervenções realizadas para a adaptação dos edifícios, actualmente estes dois estabelecimentos apresentam estados de conservação razoáveis.

Tabela 20 – JI's de Gavião: Instalações, Ano de Construção e Estado de Conservação

			Estado de Conservação	
Estabelecimento	**Instalações**	**Ano de Construção**	**Interior**	**Exterior**
EBI/JI de Gavião	Próprias	1997	Bom	Bom
JI Santa Casa Misericórdia	Próprias	1989	Bom	Bom
JI da Comenda	Adaptadas	1993 (Adapt.)	Razoável	Razoável
JI Moinho do Torrão	Adaptadas	1958	Razoável	Razoável

Fonte: Inquérito indirecto, Março 2005.

Para além das condições físicas do próprio estabelecimento de ensino, é necessário ter outros elementos em consideração. A existência de instalações complementares é também determinante para assegurar a qualidade do ensino e o sucesso da educação.

A EBI/JI de Gavião destaca-se dos restantes estabelecimentos de educação e ensino deste município Norte Alentejano pela qualidade do seu parque escolar. É dotada de todas as infra-estruturas essenciais à realização de actividades pedagógicas, actividades de convívio, práticas desportivas, satisfação de necessidades básicas, e necessidades de conforto, higiene e segurança do seu corpo discente.

Tal como sucedia com a conservação interior e exterior do património edificado, os espaços de apoio (recreio; jardim; bar; cozinha; refeitório/cantina; biblioteca; sala de convívio), das suas instalações desportivas (ginásio; campo polidesportivo descoberto; balneários) apresentam-se em boas condições. Apenas para utilizarem o tanque de aprendizagem, as crianças têm de se deslocar, semanalmente, à Piscina Municipal do Gavião que se localiza nas imediações do estabelecimento.

Os restantes estabelecimentos apresentam algumas carências no que se refere a espaços de apoio e instalações desportivas. Desta forma, os estabelecimentos apenas possuem recreio e refeitório/cantina. Apesar disso, nem todos destes equipamentos se encontram em boas condições, como o recreio do JI da Comenda que se encontra em mau estado de conservação. Nos casos do JI da Santa Casa da Misericórdia e do JI do Moinho do Torrão, estes espaços de apoio são considerados razoáveis, tal como sucede com o refeitório/cantina do JI da Comenda.

Para utilizarem instalações desportivas, as crianças de todos os estabelecimentos do Pré-Escolar deslocam-se semanalmente ao Pavilhão Municipal ou à Piscina Municipal no Gavião, sendo transportados gratuitamente pela Câmara Municipal. No caso do Pavilhão Gimnodesportivo, este equipamento, inaugurado no ano lectivo 2003/04, serve, não só a população escolar, mas é igualmente utilizado semanalmente pela comunidade local, com base no Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a EBI/JI de Gavião.

Na sequência do Despacho nº 16795/05 de 3 de Agosto, existem, no município de Gavião, 2 espaços de prolongamento de horário, no âmbito do acordo celebrado entre a DREA e o Município de Gavião, um na EBI/JI de Gavião e outro no JI da Comenda.

No que se refere ao saneamento e redes de infra-estruturas (sanitários, água, electricidade, esgotos e ar condicionado) todos os estabelecimentos apresentam boas condições com a excepção dos sanitários no JI da Comenda que apenas foram classificados como razoáveis.

As redes de comunicações (telefones, computadores e Internet) (Tabela 21) apresentam algumas debilidades que devem ser combatidas. Com a excepção da EBI/JI de Gavião, nenhum dos estabelecimentos possui ligação à Internet. Quanto ao número de computadores todos os estabelecimentos possuem um computador destinado a ser utilizado em actividades com as crianças que frequentam Pré-escolar. Apesar disso, no JI do Moinho do Torrão, o único computador existente encontra-se desactualizado.

Outra situação que merece alguma atenção, para tentar garantir melhores condições de segurança em caso de um hipotético acidente, é a inexistência de um telefone no JI da Comenda. Os restantes estabelecimentos possuem este equipamento.

Tendo em conta a necessidade crescente de maior integração das crianças na Sociedade de Informação, verificam-se algumas carências, principalmente em termos de número de computadores e ligações à Internet, que devem ser tidas em conta com o objectivo de melhorar a qualidade do ensino. A solução para alguns destes casos pode passar pela celebração de protocolos com outras instituições, como poderia ser o caso do JI da Comenda e o Orfeão da Comenda.

Tabela 21 – Redes de Comunicações (Telefone, Computadores e Ligação à Internet)

Estabelecimento	Telefone	Computadores	Ligação à Internet
EBI/JI de Gavião	Sim	1	Sim
JI Santa Casa Misericórdia	Sim	1	Não
JI da Comenda	Não	1	Não
JI Moinho do Torrão	Sim	1 (Desactualizado)	Não

Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

3.3.1.2 - Segurança, acessibilidade e corpo docente

A nível de segurança relacionada com a protecção à integridade física dos alunos e corpo docente e a protecção do património construído, verificam-se, no município do Gavião, situações muito graves.

O JI da Comenda e o JI Moinho do Torrão apresentam as situações mais graves do município. Desta forma, em termos de segurança no acesso das crianças a estes estabelecimentos, o JI da Comenda apenas possui passadeiras, enquanto o JI do Moinho do Torrão não possui nem passadeiras, nem sinalização nas suas imediações. Em caso de algum acidente que obrigue à evacuação das crianças e do corpo docente, não estão definidas nem saídas de emergência, nem um plano de emergência. Finalmente, em relação à protecção do património construído, nenhum destes edifícios está equipado com sistema de alarme.

O JI da Santa Casa da Misericórdia de Gavião não apresenta condições de segurança muito melhores do que os anteriores. Assim, este estabelecimento apenas possui passadeiras nas suas imediações que permitem um acesso com maior segurança às crianças que o frequentam.

No caso da EBI/JI de Gavião, a situação verificada é bastante melhor. Este estabelecimento possui sinalização e passadeiras que proporcionam um acesso com maior segurança, está equipado com um sistema de alarme e tem um guarda nocturno que garante a integridade do edificado no período nocturno e tem definidas as saídas de emergência para o caso de haver necessidade de evacuação. A única falha em termos de segurança neste estabelecimento é a inexistência de um plano de emergência. No entanto, este plano encontra-se já elaborado estando apenas à espera de ser aprovado.

Os tempos de deslocação das crianças para os quatro estabelecimentos do pré-escolar do município de Gavião, indicados na Tabela 22, apresentam alguns valores acima dos recomendados para as crianças do pré-escolar.

Tendo em conta que o tempo de deslocação máxima para as crianças do pré-escolar deve ser 15 ou 20 minutos conforme se a pé ou em transporte. Como se pode verificar em termos de deslocações pedonais apenas o JI da Santa Casa da Misericórdia apresenta valores superiores ao recomendado, ou seja, 20 minutos.

Já no caso do tempo que demora a deslocação por transporte, verificam-se mais caso em que as deslocações demoram mais do que o recomendado. Desta forma, apenas o transporte para o JI da Comenda demora menos tempo do que o máximo recomendado, e, no caso da EBI/JI de Gavião, o transporte demora o dobro do recomendado.

Tabela 22 – Tempos de deslocação pedonal e de transporte dos JI do município de Gavião

	Pedonal		Transporte	
Estabelecimento	**Mínimo**	**Máximo**	**Mínimo**	**Máximo**
EBI/JI de Gavião	5	10	30	40
JI Santa Casa Misericórdia	2	20	-	-
JI da Comenda	5	10	5	10
JI Moinho do Torrão	10	15	15	30

Fonte: Inquérito indirecto, Março 2005

Quanto a pessoal docente e pessoal auxiliar, os estabelecimentos possuem, normalmente, 1 educadora e 1 auxiliar ou assistente de acção educativa por cada sala. Assim, na EBI/JI de Gavião encontra-se uma assistente de acção educativa ligada ao Pré-escolar (funcionária da CM Gavião), o JI da Comenda tem uma auxiliar colocada pelo Ministério da Educação, situação que se verifica igualmente no JI do Moinho do Torrão. No JI da Santa Casa da Misericórdia encontram-se, para além das duas educadoras para duas salas, duas auxiliares.

3.3.1.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

A capacidade é determinada em função do número de espaços de ensino instalados em edifícios de raiz. Partindo do valor de capacidade definido, a taxa de ocupação é determinada pela relação entre a capacidade do edifício escolar, em regime normal de funcionamento, e o número de alunos que o frequentam em período diurno. Tendo em conta que a capacidade dos estabelecimentos de educação pré-escolar deve ser no mínimo 20 e no máximo 25 crianças por sala, foi assumido como capacidade dos estabelecimentos o valor máximo (25 crianças por sala). No entanto, no caso do JI da Santa Casa da Misericórdia foi indicado que a capacidade máxima do estabelecimento é de 29 crianças, visto que uma das salas tem capacidade para 17 crianças e a outra para apenas 12 crianças. Tendo estas condições foram calculadas as taxas de ocupação dos estabelecimentos da educação pré-escolar no município de Gavião, no ano lectivo 2005/06 (Tabela 23).

No município do Gavião existem 104 vagas em estabelecimentos da educação pré-escolar mas apenas 74 delas se encontram preenchidas, o que resulta numa taxa de ocupação de 71,2%. Esta taxa de ocupação, embora esconda as diferentes realidades

dos estabelecimentos, deixa antever que, em alguns casos, poderá existir alguma sub-ocupação e sub-aproveitamento do parque escolar do pré-escolar neste município.

Analisando as taxas de ocupação dos estabelecimentos verificam-se duas realidades distintas. De um lado temos a EBI/JI de Gavião e o JI da Santa Casa da Misericórdia cuja ocupação se encontra no limite máximo (100% de ocupação) e do outro os restantes dois estabelecimentos em que se verifica um subaproveitamento do parque escolar com taxas de ocupação inferiores a 50%.

Tabela 23 – Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação nos JI do município de Gavião, no ano lectivo 2005/06

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Inscritos 2005/06	Capacidade	Taxa de ocupação (inscritos/capacidade) *100
Comenda	Jardim-de-infância de Comenda	1	12	25	48%
Gavião	EBI/JI de Gavião	1	25	25	100%
	Jardim Infantil da Santa Casa da Misericórdia	2	29	29	100%
Margem	Jardim-de-infância de Moinho do Torrão	1	8	25	32%
Total		5	74	104	71,2%

Capacidade: Mínimo 20, Máximo 25 crianças/sala

Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

Assim, n o JI da Comenda tem uma ocupação de 48% e o JI do Moinho do Torrão apresenta apenas uma ocupação de 32% com 8 crianças a ocuparem as 25 vagas disponíveis.

3.3.2. - 1.º Ciclo do Ensino Básico

Actualmente, existem, no município de Gavião, 4 estabelecimentos destinados ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos da escolaridade universal, obrigatória e gratuita (1.º ciclo do ensino básico). Estes estabelecimentos, que se localizam um em cada freguesia do município, com a excepção da freguesia da Atalaia, são a EB1 de Belver (Figura 4), a EB1 da Comenda (Figura 5), a EBI/JI de Gavião (Figura 6) e a EB1 de Vale de Gaviões (Figura 7).

Figura 4 – EB1 de Belver

Figura 5 – EB1 de Comenda

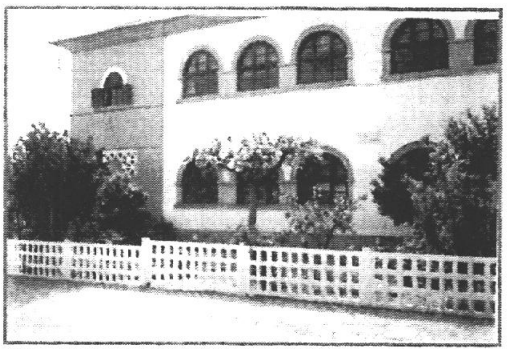


Figura 6 – EBI/JI Gavião

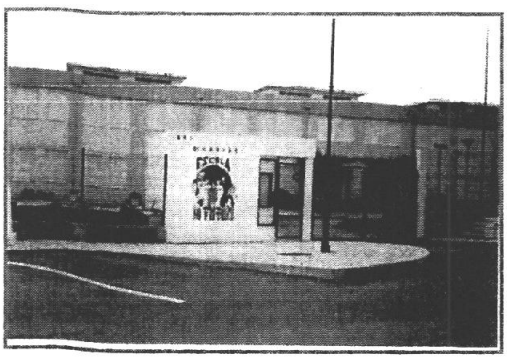
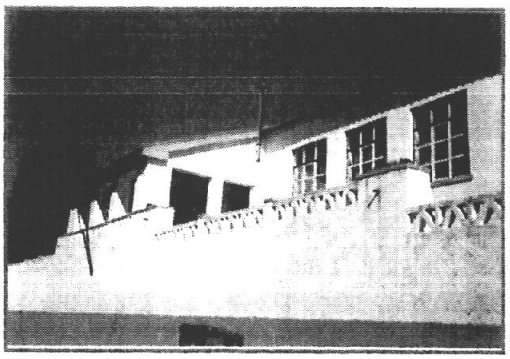


Figura 7 – EB1 de Vale de Gaviões



Estes quatro estabelecimentos são de tutela pública e possuem áreas de irradiação distintas. Assim, a EBI/JI de Gavião é o único estabelecimento cuja área de irradiação ultrapassa a freguesia onde se localiza, servindo os alunos das freguesias de Gavião e de Atalaia e a localidade de Ferraria na freguesia da Comenda. Os restantes estabelecimentos servem os alunos das freguesias em que se localizam.

Tabela 24 – EB1's de Gavião: Tutela, regime de funcionamento e área de irradiação

Freguesia	Estabelecimento	Tutela	Regime de funcionamento	Área de irradiação
Gavião	EBI/JI de Gavião	Público	Normal	Município
Margem	EB1 de Vale de Gaviões	Público	Normal	Freguesia
Comenda	EB1 de Comenda	Público	Normal	Freguesia
Belver	EB1 de Belver	Público	Normal	Freguesia

Fonte: Inquérito indirecto, Março 2005.

3.3.2.1 - Caracterização física do parque escolar

Estes estabelecimentos funcionam em instalações próprias para o efeito e, com a excepção da EBI/JI de Gavião que data de 1997, foram construídos há mais de 30 anos (Tabela 25). Desta forma, a EB1 da Comenda foi construída em 1958 e a EB1 de Belver em 1969, ambas com base no projecto do Plano dos Centenários. No que se refere à EB1 de Vale de Gaviões, desconhece-se o ano de construção e o projecto de construção.

Apesar da idade avançada de alguns destes estabelecimentos, o parque escolar do 1º ciclo no município de Gavião apresenta boas condições de conservação. Como se pode verificar, tanto o interior, como o exterior dos estabelecimentos, se encontram em boas condições de conservação, com a excepção do exterior da EB1 de Belver que é considerado apenas como razoável.

Tabela 25 – EB1's de Gavião: Instalações, Ano de Construção, Projecto e Estado de Conservação

				Estado de Conservação	
Estabelecimento	**Instalações**	**Ano de Construção**	**Projecto**	**Interior**	**Exterior**
EBI/JI de Gavião	Próprias	1997	-	Bom	Bom
EB1 de Vale de Gaviões	Próprias	-	-	Bom	Bom
EB1 de Comenda	Próprias	1958	Centenários	Bom	Bom
EB1 de Belver	Próprias	1969	Centenários	Bom	Razoável

Fonte: Inquérito indirecto, Março 2005.

Actualmente e cada vez mais, as instalações escolares têm de possuir ou permitir aos alunos acesso a espaços auxiliares e complementares de convívio, estudo e investigação, audiovisuais, educação física, refeitório entre outros.

Como as instalações complementares da EBI/JI de Gavião foram apresentados em pontos anteriores, aquando da caracterização física dos estabelecimentos do pré-escolar, agora serão apenas apresentadas as instalações complementares dos restantes estabelecimentos.

Na generalidade, os estabelecimentos do 1º ciclo no município de Gavião possuem poucas instalações complementares. Quanto aos espaços de apoio, todas elas possuem recreio em estado razoável, e apenas a EB1 de Belver e a EB1 de Comenda possuem

jardim. A EB1 de Comenda possui ainda um refeitório (em estado razoável) e uma biblioteca (em bom estado) que funciona no Centro de Recursos.

Para utilização de instalações desportivas, tão importantes para o desenvolvimento dos alunos, existe a necessidade de efectuar deslocações à sede de município onde, quinzenalmente, os alunos utilizam a Piscina Municipal e o Pavilhão Gimnodesportivo da EBI/JI de Gavião.

No que se refere ao saneamento, redes de infra-estruturas e comunicações, todos os estabelecimentos do 1º ciclo apresentam boas condições. Todos os estabelecimentos apresentam sanitários e esgotos, abastecimento de água e electricidade e ar condicionado em boas condições. Já no que diz respeito às redes de comunicações (Tabela 26), verifica-se que todos os estabelecimentos possuem telefone e computadores. A EBI/JI de Gavião possui 5 computadores que são utilizados pelos alunos que frequentam o 1º Ciclo no estabelecimento e a EB1 de Vale de Gaviões e a EB1 de Belver contam, cada uma, com 1 computador que servem a turma única em funcionamento. Por último, na EB1 de Comenda existe também 1 computador que serve as duas turmas em funcionamento no estabelecimento.

Para além da existência de computadores num número razoável, todos os estabelecimentos se encontram equipados com ligação à Internet, tendo este processo sido gradual e ficado concluído no ano lectivo 2005/06, com a ligação na EB1 de Comenda.

Para além do acesso a computadores durante o horário normal, os alunos têm acesso a computadores prolongamento de horário estabelecido no ano lectivo 2005/06.

Tabela 26 – Redes de Comunicações (Telefone, Computadores e Ligação à Internet)

Estabelecimento	Telefone	Computadores	Ligação à Internet
EBI/JI de Gavião	Sim	5	Sim
EB1 de Vale de Gaviões	Sim	1	Sim
EB1 de Comenda	Sim	1	Sim
EB1 de Belver	Sim	1	Sim

Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

3.3.2.2 - Segurança, acessibilidade e corpo docente

As questões de segurança dos alunos que frequentam os estabelecimentos, do seu corpo docente e do edificado não estão asseguradas, em muitos dos casos, nas escolas do 1º ciclo do município do Gavião. Esta situação é mais evidente nas escolas que se localizam fora da sede do município.

Nos casos da EB1 de Comenda e da EB1 de Vale de Gaviões não existem, nem passadeiras, nem sinalização que permita aos alunos um acesso ao estabelecimento com maior segurança, não estão definidas saídas de emergência, nem plano de evacuação para alguma situação de perigo e não está instalado um sistema de alarme, nem existe um guarda-nocturno que vigie e proteja o edificado durante o período nocturno.

Na EB1 de Belver, a situação não é muito melhor existindo apenas sinalização nas proximidades do estabelecimento, que permite alguma segurança no acesso ao estabelecimento, mas são negligenciadas as restantes questões de segurança.

No caso da EBI/JI de Gavião, como foi referido aquando da caracterização do 1º ciclo, apenas não está definido o plano de emergência (à espera de aprovação), estando asseguradas as restantes questões de segurança.

A acessibilidade às EB1 em funcionamento no município de Gavião, nomeadamente, o tempo de deslocação dos alunos no trajecto casa escola apresenta condições óptimas, tendo em conta os critérios de programação destes estabelecimentos. Estes critérios definem que a deslocação a pé deve demorar no máximo 30 minutos (sendo o recomendado 15 minutos) e a deslocação em transporte público deve de durar no máximo 40 minutos.

Nenhum dos estabelecimentos possui tempos de deslocação que excedam estes valores (Tabela 27). No que se refere à deslocação pedonal, todos os alunos demoram apenas 10 minutos a chegar aos respectivos estabelecimentos, ou seja, ainda menos do que o tempo considerado preferencial.

No caso das deslocações realizadas por transporte público, verifica-se que na EB1 de Belver não existe necessidade de deslocação por transporte público, sendo os alunos transportados por transporte camarário, e na EB1 de Vale de Gaviões, para estas deslocações, são utilizados táxis que realizam o percurso em 15 minutos. Na EB1 de

Comenda, as deslocações são muito rápidas, demorando apenas entre 5 e 10 minutos. No caso da EBI/JI de Gavião, as deslocações são um pouco mais demoradas (entre 30 e 40 minutos) visto que os alunos residentes na freguesia da Atalaia e localidade da Ferraria também frequentam este estabelecimento. No entanto, tento em conta que o máximo recomendado é de 40 minutos, o tempo de deslocação situa-se dentro dos limites definidos.

Tabela 27 – Tempos de deslocação pedonal e de transporte das EB1 do município de Gavião

	Pedonal		Transporte	
Estabelecimento	**Mínimo**	**Máximo**	**Mínimo**	**Máximo**
EBI/JI de Gavião	5	10	30	40
EB1 de Vale de Gaviões	5	10	15 (Táxi)	-
EB1 de Comenda	5	10	5	10
EB1 de Belver	5	10	-	-

Fonte: Inquérito indirecto, Março 2005

O pessoal docente e auxiliar afecto ao 1º ciclo no município é constituída por 2 professores (as) e 1 auxiliar de acção educativa na EB1 de Comenda; e por 1 professor (a) e 1 auxiliar de acção educativa na EB1 de Vale de Gaviões e EB1 de Belver. A EBI/JI de Gavião, sendo a escola com o maior número de alunos, é também a que possui maior número de pessoal docente e auxiliar, contando com 4 docentes (1 para cada turma) e 1 auxiliar de acção educativa.

3.3.2.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

A capacidade dos estabelecimentos do 1º ciclo deve ser no mínimo 20 e no máximo 25 crianças por sala. Para o cálculo das taxas de ocupação (Tabela 28), foi assumida como capacidade dos estabelecimentos o valor máximo (25 crianças por sala).

Tabela 28 – Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação das EB1 do município de Gavião, no ano lectivo 2005/06

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Inscritos 2005/06	Capacidade	Taxa de ocupação (inscritos/capacidade) *100
Comenda	EB1 de Comenda	2	22	50	44
Gavião	EBI/JI de Gavião	4	79	100	79
Belver	EB1 de Belver	1	13	25	52
Margem	EB1 Vale de Gaviões	1	15	25	60
Total		8	129	200	64,5

Capacidade: Mínimo 20, Máximo 25 alunos/sala

Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

Existem, nos estabelecimentos do 1º ciclo no município de Gavião, 8 salas disponíveis para o 1º ciclo. No caso da EB1 de Vale de Gaviões, embora existam duas salas no estabelecimento, apenas uma sala se encontra a ser utilizada e a outra sala funciona como sala de prolongamento de horário. Nos restantes estabelecimentos todas as salas estão a ser utilizadas pelas turmas existentes. No caso da EB1 de Belver, o prolongamento de horário funciona no Centro Comunitário.

Os estabelecimentos do 1º ciclo possuem uma capacidade para 200 alunos mas existem apenas 129 inscritos, o que resulta numa taxa de ocupação de 64,5%, deixando antever, tal como sucedia no pré-escolar, alguma sub-ocupação e sub-aproveitamento do parque escolar.

Analisando os vários estabelecimentos em separado, verificam-se realidades muito distintas. A EBI/JI de Gavião é o único estabelecimento que apresenta uma taxa de ocupação elevada (79 %). Os restantes estabelecimentos apresentam taxas de ocupação próximas dos 50% e, consequentemente, existe um sub-aproveitamento do parque escolar. Na EB1 de Comenda e na EB1 de Vale de Gaviões, as taxas de ocupação são de 44 e 60%, respectivamente.

No caso da EB1 de Belver, como foi referido anteriormente, este estabelecimento tem o seu encerramento previsto, por decisão do Ministério da Educação, para o final do ano lectivo 2005/06, baseado no número de alunos reduzido que o estabelecimento teve em anos lectivos anteriores. Ainda assim, no ano lectivo 2005/06, o número de alunos sofreu

um aumento e estavam inscritos 13 alunos o que se reflectia numa taxa de ocupação de 52%.

3.3.3 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Actualmente, no município de Gavião apenas uma escola assegura aos residentes o acesso ao 2º e 3º ciclos do ensino básico: a EBI/JI de Gavião. Este estabelecimento funciona também como sede do agrupamento vertical de escolas do município.

A EBI/JI de Gavião insere-se numa tipologia criada pelo Despacho 45/SEEBS/SERE/92 que segundo o Ministério da Educação possibilita um conjunto de vantagens:

- "A criação duma nova cultura de escola;
- A existência duma dinâmica interactiva nos alunos dos vários níveis de ensino-partilha das responsabilidades, de conhecimentos, de actividades e espaços de convívio;
- Os benefícios resultantes da implicação de todos num projecto educativo conjunto;
- As vantagens do acesso de todos aos mesmos serviços e recursos: refeitório, papelaria, biblioteca, laboratórios, entre outros;
- O interesse do apoio dado aos alunos do 1º ciclo nas áreas da música, da educação física e na sensibilização ao estudo duma língua estrangeira;
- A maior possibilidade de fomento da participação dos alunos na vida da escola;
- A interacção dos professores dos diversos ciclos proporcionando outras oportunidades de formação, melhor articulação vertical e horizontal de conteúdos e metodologias, descoberta de novas experiências pedagógicas envolvendo professores e alunos;
- A maior rentabilização de espaços, dos equipamentos, dos recursos humanos;
- O melhor envolvimento dos pais e encarregados de educação no processo educativo;
- Novos estímulos para o desenvolvimento da colaboração com os restantes parceiros educativos (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações de Pais e Outras Entidades Públicas de Apoio Social) para a realização quer de actividades da escola, quer de actividades de intervenção comunitária" (Ministério da Educação - Departamento de Programação e Gestão Financeira, Escolas Básicas Integradas, pág. 18).

Figura 8 – EBI/JI de Gavião

Este é um estabelecimento de tutela pública, funciona em regime normal e cuja área de irradiação, como sendo o único estabelecimento que lecciona o 2º e 3º ciclos, corresponde ao município.

3.3.3.1. - Caracterização do parque escolar

Como referido durante a caracterização do pré-escolar e do 1º ciclo, a EBI/JI de Gavião funciona em instalações próprias que foram construídas em 1997 e encontram-se em boas condições quer interiores, quer exteriores.

Outro factor, cada vez mais importante, para assegurar a qualidade e o sucesso do ensino é a existência de outras infra-estruturas essenciais à realização de actividades pedagógicas, actividades de convívio, práticas desportivas, satisfação de necessidades básicas, e necessidades de conforto, higiene e segurança do seu corpo discente.

Como uma escola moderna e sede de agrupamento, o parque escolar deste estabelecimento conta com diversas instalações complementares. Está equipada com recreio, jardim, bar, cozinha, refeitório/cantina, biblioteca e sala de convívio e, no que diz respeito a instalações desportivas, possui ginásio, campo polidesportivo descoberto e balneários. O tanque de aprendizagem funciona na piscina municipal, nas proximidades do recinto escolar, e é utilizado diariamente pelos alunos.

As redes de saneamento, infra-estruturas e comunicações apresentam também boas condições neste estabelecimento. Assim, os sanitários e esgotos, abastecimento de água e electricidade e aquecimento encontram-se em boas condições. Quanto à rede de comunicações, a escola está equipada com telefone e 45 computadores com ligação à

Internet. Ainda assim, não se pode esquecer o facto que estes computadores servem os alunos de todos os ciclos de ensino leccionados no estabelecimento.

3.3.3.2. - Segurança, Acessibilidade, Corpo Docente

A segurança dos alunos e corpo docente, bem como do edificado da escola, são questões que neste estabelecimento foram tidas em conta. Como referido anteriormente, a EBI/JI de Gavião apenas não tem definido um plano de evacuação, contando, ainda assim, com sinalização e passadeiras, que asseguram um acesso mais seguro à escola, saídas de emergência, em caso de necessidade de evacuação, e sistema de alarme e guarda-nocturno, para protecção do edificado.

As deslocações para este estabelecimento, como referido em pontos anteriores, são no máximo de 10 e 40 minutos conforme são realizadas a pé ou em transporte. Para os 2º e 3º ciclos, o tempo de deslocação pedonal recomendado é de 30 minutos e o máximo aceitável de 45 minutos, enquanto em transporte público, a deslocação deve durar no máximo 60 minutos. Comparando os tempos de deslocação dos alunos com os critérios definidos, verifica-se que o tempo das deslocações casa-escola dos alunos se encontra em conformidade com os valores definidos.

O corpo docente afecto aos 2º e 3º ciclos, neste estabelecimento, é composto por 11 docentes para o 2º Ciclo e 17 docentes para o 3º Ciclo (dos quais 2 prestam apoio ao 2º e 3º Ciclo. No caso das auxiliares de acção educativa, desempenham funções no estabelecimento 11 auxiliares de acção educativa afectas, não só ao 2º e 3º Ciclos, mas também ao 1º Ciclo do Ensino Básico.

3.3.3.3. - Capacidade e Taxas de Ocupação

Na EBI/JI de Gavião existem 13 salas para o 2º e 3º ciclos (Tabela 29) e funcionavam, em 2005/06, 9 turmas destes ciclos de ensino (4 turmas de 2º ciclo e 5 turmas de 3º ciclo). Os critérios de planeamento, definidos pelas Normas de Programação de Equipamentos, indicam que a cada sala de aula deve corresponder 1 turma e o número de alunos preferencial é 24 alunos por turma. Tendo em conta estes critérios, verifica-se que existem no estabelecimento 312 vagas para os 2º e 3º ciclos, mas somente 167 delas se encontram preenchidas, o que equivale a uma taxa de ocupação de 53,5%.

De uma forma geral, verifica-se uma sub-ocupação e sub-aproveitamento do parque escolar destinado a estes ciclos, ao contrário do que se tinha verificado nos restantes ciclos de ensino leccionados neste estabelecimento.

Tabela 29 – Salas, capacidade, número de alunos inscritos e taxa de ocupação da EBI/JI de Gavião, no ano lectivo 2005/06.

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Inscritos 2005/06	Capacidade	Taxa de ocupação (inscritos/capacidade) *100
Gavião	EBI/JI de Gavião	13	167	312	53,5

Capacidade: 1 turma por sala e 24 alunos/turma

Fonte: Inquérito indirecto, Fevereiro 2006.

4- Diagnóstico da situação educativa no município

4. 1- Taxa de cobertura

A taxa de cobertura da educação pré-escolar descreve a relação existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5 anos).

Antes de iniciar a análise às taxas de cobertura é necessário referir que devido à inexistência de dados não foi possível realizar os cálculos para o presente ano lectivo (2005/06). Foi pedido, a todas as freguesias e à CM de Gavião, o número de crianças residentes no município por anos de idade, no entanto, apenas as freguesias de Gavião e Belver enviaram os dados solicitados.

As taxas de cobertura do pré-escolar, no município de Gavião, no ano lectivo 2001/02 (Tabela 30), demonstram que todas as crianças, com idades compreendidas entre os 3-5 anos que residiam no município, frequentavam os estabelecimentos de ensino pré-escolar existentes em Gavião. A taxa de cobertura do pré-escolar era, em 2001/02, mesmo superior a 100%, o que indica que, para além das crianças residentes no município, existem crianças de outros municípios que frequentam o pré-escolar em Gavião.

A tendência evidenciada revela que, o número de crianças inscritas no pré-escolar, tem vindo a aumentar devido às mudanças socio-económicas que se têm manifestado no seio das famílias portuguesas. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, muitas crianças passaram a frequentar os JI's e, no caso do município de Gavião, a oferta de transporte a todas as crianças, por parte da autarquia, favorece ainda mais esta realidade. Importa, no entanto, salientar que, por lei, a taxa de cobertura definida para este tipo de estabelecimento é de 90 % visto não ser de frequência obrigatória. Ainda assim, e face à crescente procura, têm sido realizados esforços para que o território apresente uma cobertura de 100 %, situação que, em 2001/02, já se verificava no município de Gavião.

Tabela 30 – Taxa de Cobertura do Pré-Escolar no Município de Gavião

	2001/02			2005/06		
Idade	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**
3 Anos	26	-	-	-	23	-
4 Anos	26	-	-	-	21	-
5 e + Anos	25	-	-	-	28	-
Total	77	84	109,09	-	72	-

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

4. 2- Taxa bruta de escolarização

As taxas de escolarização são indicadores que permitem avaliar o grau de cobertura do sistema educativo relativamente a um determinado universo populacional, ou seja, permite estabelecer a relação entre o número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população residente no município com a idade normal de frequência desse ano de escolaridade.

As taxas de escolarização podem ser brutas ou líquidas, consoante o método utilizado para o seu cálculo. Assim, enquanto que as taxas líquidas estabelecem a relação entre o número de inscritos num determinado ano de escolaridade e a população residente com idade normal de frequência desse mesmo ano de escolaridade, a taxa bruta de escolarização é obtida a partir da relação entre o total de alunos que frequenta um ciclo de ensino e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo.

A falta de dados referida na análise à taxa de cobertura também se reflectiu na taxa de escolarização. Apenas as Juntas de Freguesia de Gavião e Belver enviaram os dados solicitados e que permitiriam o cálculo da taxa de escolarização.

Este cálculo transmite-nos uma imagem aparente do nível de escolarização da população analisada, na medida em que não tem em conta a repetência, nem o abandono escolar e, além disso, podem existir alunos que residem noutros municípios e que frequentam um estabelecimento de ensino do município em estudo.

No que concerne às taxas de escolarização, verifica-se que o 1º ciclo do ensino básico (Tabela 31) apresentou, em 2001/02, uma taxa bruta de escolarização de 106.6 % porque, apesar de existirem 121 residentes, existiam 129 alunos inscritos nos vários estabelecimentos do 1º ciclo de Gavião. Esta situação pode ser explicada por vários factores, nomeadamente, pelas retenções existentes ou porque alguns alunos poderão, eventualmente, vir de outro município devido à proximidade ou facilidade de transporte.

Tabela 31 – Taxa de Escolarização do 1º Ciclo

	2001/02			2005/06		
Idade	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**
6 Anos (1º ano)	-	-	-	-	29	-
7 Anos (2º ano)	-	-	-	-	37	-
8 Anos (3ºano)	-	-	-	-	33	-
9 Anos (4º ano)	-	-	-	-	31	-
Total	121	129	106,61	-	130	-

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

No caso do 2º ciclo do ensino básico (Tabela 32), a taxa bruta de escolarização foi, em 2001/02, de 113,24 % uma vez que existiam 68 crianças residentes, no município em estudo, com 10 e 11 anos e neste ciclo de ensino encontravam-se matriculadas 77. Mais uma vez, esta situação poderá encontrar a sua explicação nas taxas de repetência e/ou vinda de alunos de outros municípios.

Tabela 32 – Taxa de Escolarização do 2º Ciclo

	2001/02			2004/05		
Idade	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**
10 Anos (5º ano)	-	-	-	-	38	-
11 Anos (6º ano)	-	-	-	-	30	-
Total	68	77	113,24	-	68	-

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

A taxa bruta de escolarização do 3º ciclo (Tabela 33) – 104,21 % – demonstra que existe maior número de alunos inscritos neste ciclo de ensino – 99 – do que jovens em idade de o frequentar – 95. Tal como foi referido nas análises anteriores, a existência de situações de repetência poderá explicar o facto do número de inscritos seja superior ao número de residentes. Além disso, poderão existir alunos de outros municípios a frequentar as escolas de Gavião.

Tabela 33 – Taxa de Escolarização do 3º Ciclo

	2001/02			2005/06		
Idade	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de cobertura**	**População Residente**	**Nº de alunos inscritos**	**Taxa de Cobertura**
12 Anos (7º ano)	-	-	-	-	40	-
13 Anos (8º ano)	-	-	-	-	33	-
14 Anos (9º ano)	-	-	-	-	26	-
Total	95	99	104,21	-	99	-

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

O conhecimento das taxas de cobertura e escolarização é importante para reordenar a rede educativa de um município. Para o presente ano lectivo (2005/06) não foi possível, no entanto, determinar o valor dos dados devido à falta de dados (Tabela 97).

Tabela 34 – Taxa de Cobertura/Escolarização por níveis de ensino (2005/06)

		Ensino Básico				
Idade	**Pré-escolar**	**1º ciclo**	**2º ciclo**	**3º ciclo**	**População residente**	**Taxa bruta de escolarização**
3-5 anos	72				-	-
6-9 anos		130			-	-
10-11 anos			68		-	-
12-14 anos				99	-	-

Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Julho de 2003
Inquérito indirecto, Fevereiro 2006

4.3 - Taxas de Aproveitamento, Taxas de Reprovação e Taxas de Abandono

Nos gráficos que se seguem, serão apresentadas as taxas de aproveitamento, reprovação e abandono por níveis de escolaridade no município de Gavião no período entre 2000/01 e 2004/05.

Através das taxas de aproveitamento[7], por anos de escolaridade e por estabelecimentos de ensino, e número de abandonos ocorridos (número de alunos que deixaram de estar matriculados num determinado ano lectivo e estabelecimento de ensino), foi possível estabelecer a relação entre número de abandonos e o total de inscritos (taxas de abandono) e a relação entre aqueles que não tiveram aproveitamento e o total de inscritos (taxas de reprovação).

Nos anos lectivos apresentados, não se registaram situações de abandono escolar nos anos de escolaridade que constituem o 1º ciclo (Gráfico 38).

Analisando o aproveitamento, nestes anos lectivos, por anos de escolaridade, verifica-se que, no 1º ano, não existiram reprovações, com a excepção de quatro alunos da Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Gavião que, no ano lectivo 2004/05, não conseguiram obter aproveitamento.

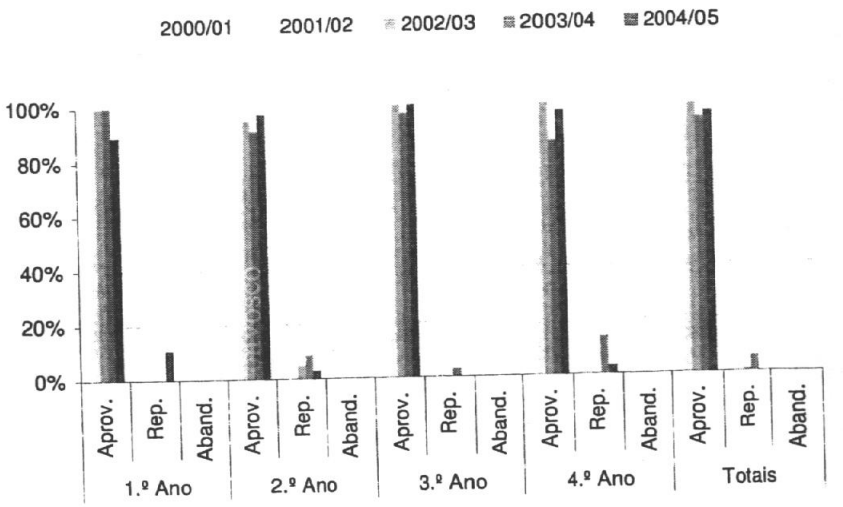
Comparando os restantes anos de escolaridade, o 4º ano apresentou, entre 2000/01 e 2003/04, uma tendência para a diminuição do aproveitamento, tendência esta inversa aos restantes anos de escolaridade. Após ter sido o ano com maior aproveitamento em 2000/01 (99%), o aproveitamento do 4º ano de escolaridade decresceu e foi de apenas de 86%, em 2003/04. Esta situação voltou a alterar-se no ano lectivo 2004/05, tendo-se registado uma taxa de aproveitamento de 97%.

No 2º e 3º anos verificou-se uma tendência para o aumento da taxa de aproveitamento que passou, no período entre 2000/01 e 2004/05, de 90 para 97%, no 2º ano, e de 84 para 100%, no 3º ano.

[7]Isto é, a relação entre o número de alunos que obtiveram aproveitamento num determinado ano lectivo e o total de inscritos nesse mesmo ano lectivo.

Na globalidade do 1º Ciclo, as taxas de aproveitamento aumentaram, gradualmente, no período em análise. Neste período entre 2000/01 e 2004/05, a taxa de aproveitamento aumentou de 84% para 96% e atingiu um valor máximo de 99% em 2002/03.

Gráfico 38 – Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, entre 2000/01 e 2004/05



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março de 2006.

No que se refere às taxas por estabelecimentos de ensino, em todos os estabelecimentos verificou-se um aumento das taxas de aproveitamento ao longo dos anos. No caso da EB1 de Belver, após um ano de 2000/01 com apenas 73% de aproveitamento (correspondentes a 8 aprovações em 11 matrículas), todos os anos seguintes apresentaram um aproveitamento de 100%.

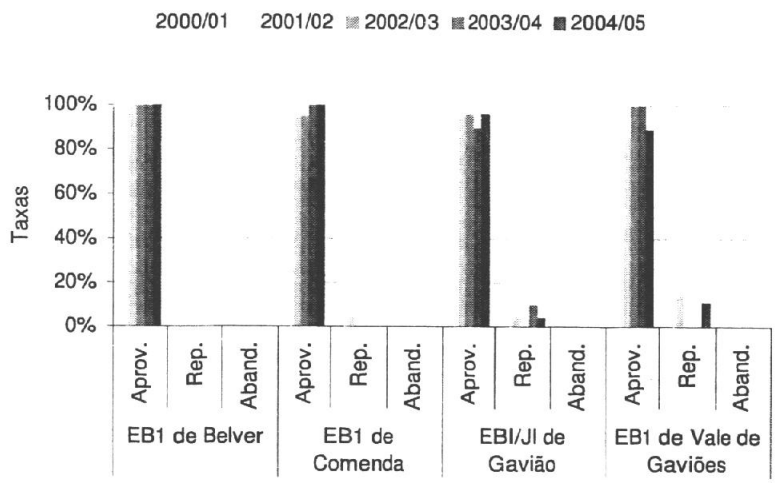
Na EB1 de Comenda, a evolução positiva da taxa de aproveitamento ocorreu de forma gradual. Desta forma, na EB1 de Comenda, em 2000/01, o aproveitamento foi de 86% (25 aprovações em 29 matrículas) e nos anos de 2001/02 e 2002/03 de 95% (21 aprovados em 22 inscritos). Já nos anos lectivos de 2003/04 e 2004/05, o aproveitamento foi de 100% em 21 e 23 alunos inscritos, respectivamente.

Na EB1 de Vale de Gaviões, verificaram-se, em 2000/01 e 2001/02, taxas de aproveitamento muito semelhantes com 87 e 86%, respectivamente. Estas taxas corresponderam, no caso de 2000/01, a 13 aprovados em 15 inscritos e, no caso de 2001/02, 12 aprovados em 14 inscritos. Em 2002/03 e 2003/04, todos os inscritos foram aprovados, o que perfaz a taxa de aproveitamento de 100%. Em 2002/03, estavam

inscritos 11 alunos e, em 2003/04, estavam inscritos 13 alunos. No ano lectivo 2004/05, a taxa de aproveitamento sofreu um decréscimo tendo sido aprovados 16 dos 18 alunos inscritos no estabelecimento, o que corresponde a um aproveitamento de 89%.

Por último, no que se refere à EBI/JI de Gavião, durante o período em análise, nunca se registou uma taxa de aproveitamento de 100%. Ainda assim, a taxa de aproveitamento apresentou uma estabilidade entre os 95 (2000/01 e 2001/02) e os 96% (2002/03 e os 2004/05). A única excepção foi o ano lectivo 2003/04 em que a taxa de aproveitamento foi de 90%.

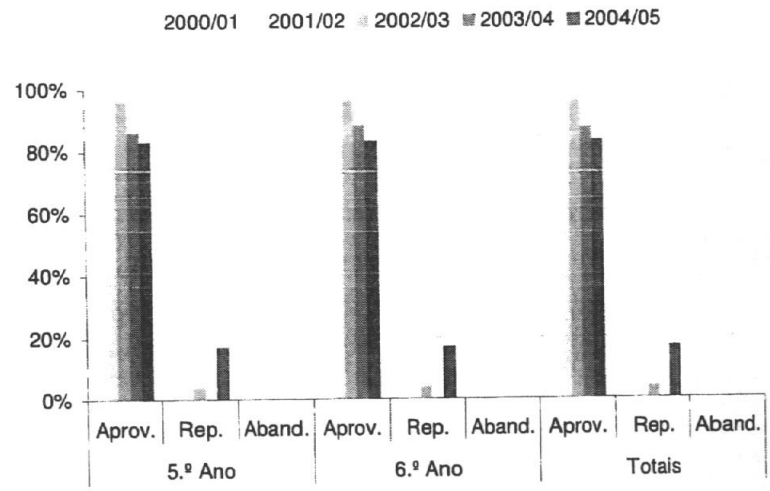
Gráfico 39 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 1.º ciclo do ensino básico, por estabelecimentos de ensino



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março de 2006

No caso do 2º ciclo do ensino básico (Gráfico 40), verificaram-se dois momentos de evolução distintos da taxa de aproveitamento. Desta forma, entre 2000/01 e 2002/03, a taxa de aproveitamento apresentou uma tendência crescente passando de 81%, em 2000/01, para 96%, em 2002/03. A esse período de aumento do aproveitamento, seguiram-se anos lectivos com uma tendência inversa. Desta forma, a taxa de aproveitamento passou de 96% para os 83% entre 2002/03 e 2004/05. As taxas de aproveitamento foram ligeiramente superiores no 6º ano de escolaridade, sendo as únicas excepções os anos lectivos em que se registou uma igualdade como os casos de 2001/02 (83%), 2002/03 (96%) e 2004/05 (83%).

Gráfico 40 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 2.º ciclo do ensino básico, na EBI/JI de Gavião



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março 2006.

Em comparação com os restantes ciclos de ensino, o 3º ciclo é claramente aquele em que se regista o maior número de reprovações. O ano de escolaridade com valores mais elevados de aprovação foi, ao longo do período em análise, o 9º ano. Em 2000/01, registou-se uma taxa de aproveitamento de 70% que correspondeu a 33 aprovações em 47 inscritos. Para os anos seguintes, o aproveitamento aumentou, mas apresentou também algumas oscilações, registando-se 100%, em 2001/02 (24 aprovações), 78% em 2002/03 (18 aprovações em 23 inscritos), 94% em 2003/04 (17 aprovações em 18 inscritos) e 79% em 2004/05 (23 aprovados em 29 inscritos).

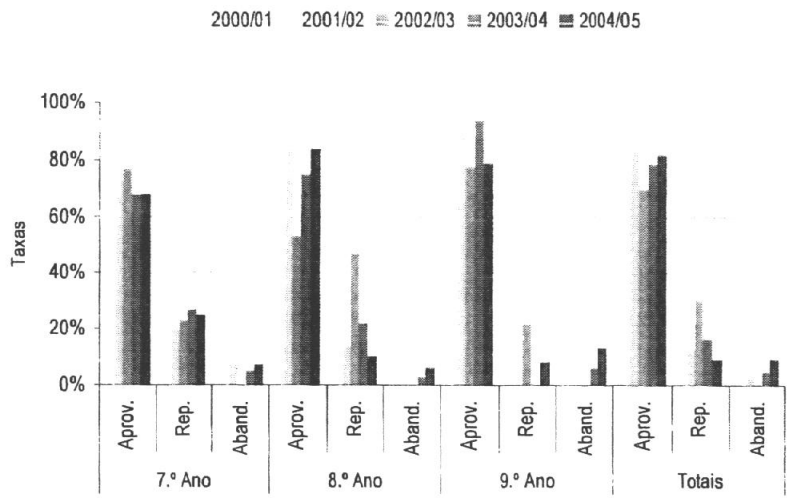
No 7º ano de escolaridade ocorreram diversos casos de elevadas taxas de reprovação. O expoente máximo desta situação foi o ano lectivo de 2000/01 em que se registou uma taxa de 41% correspondente a 16 reprovações em 39 inscritos. Nos restantes anos lectivos ocorreu uma diminuição das taxas de reprovação tendo-se situado os valores entre os 20% (2001/02) e os 27% (2003/04).

Também o 8º ano registou igualmente elevadas taxas de reprovação em alguns dos anos lectivos. O valor mais elevado de reprovação verificou-se em 2002/03 com uma taxa de reprovação de 47%, correspondente a 15 retenções em 32 inscritos.

O abandono escolar é outro indicador a que se deve de prestar alguma atenção dentro do 3º Ciclo do Ensino Básico visto que, no período entre 2000/01 e 2004/05, se verificou um aumento gradual das situações de abandono tendo ocorrido o valor máximo de abandono

em 2004/05 quando um total de 9 alunos abandonaram o ensino. Destes alunos 3 frequentavam o 7º ano, 2 frequentavam o 8º ano e 4 frequentavam o 9º ano.

Gráfico 41 – Taxas de aproveitamento, taxas de repetência e taxas de abandono no 3.º ciclo do ensino básico, na EBI/JI de Gavião



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo, Março de 2006

4.4 - Acção Social Escolar

A acção social escolar visa a compensação educativa dos alunos economicamente mais carenciados. Segundo o n.º 4 do art. 12 do Decreto-Lei n.º 7/2003, "a carta educativa deve incidir, (...) sobre a concretização da acção social escolar do município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades". São competências dos municípios, em termos de Acção Social Escolar as presentes nos Decretos-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro e n.º 299/84 de 5 de Setembro.

O Decreto-Lei n.º 7 de 15 de Janeiro de 2003 revoga os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro e os artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro extinguindo, respectivamente, os Conselhos Consultivos de Acção Social Escolar e os Conselhos Consultivos de Transportes Escolares.

Através do Despacho n.º 13224 de 2003 do Ministério da Educação é criada a figura do empréstimo de longa duração de manuais escolares. A alínea 7) do artigo 6 diz que "no âmbito do reforço da sua autonomia, as escolas, em articulação com as bibliotecas escolares, asseguram a gestão de fundo de manuais afectos ao empréstimo de manuais escolares de longa duração; quanto ao primeiro ciclo do ensino básico haverá necessária articulação com as autarquias locais, considerando as competências destas no âmbito da acção social escolar".

Antes de proceder à analise dos gastos totais, efectuados pela CM do Gavião, é importante referir que na base destes custos estão as despesas relacionadas com: Transportes Escolares; Alimentação; Apoio ao Material Escolar e Material de Desgaste, Apoio ao Prolongamento de Horário e Limpeza dos Estabelecimentos de Ensino. Ao analisar estes gastos constata-se que, entre 2003/04 e 2004/05, a Câmara confrontou-se com um aumento na ordem dos 22.000 euros, passando 94.987,29 € para 116.955,89 € (Tabela 35). Para o ano lectivo 2005/06, não foi possível aferir os valores gastos com os transportes escolares que, como poderemos constatar mais adiante, foram os gastos mais avultados para a autarquia, em termos de Educação, em anos lectivos anteriores.

Tabela 35 – Evolução dos Gastos Totais da C.M. Gavião

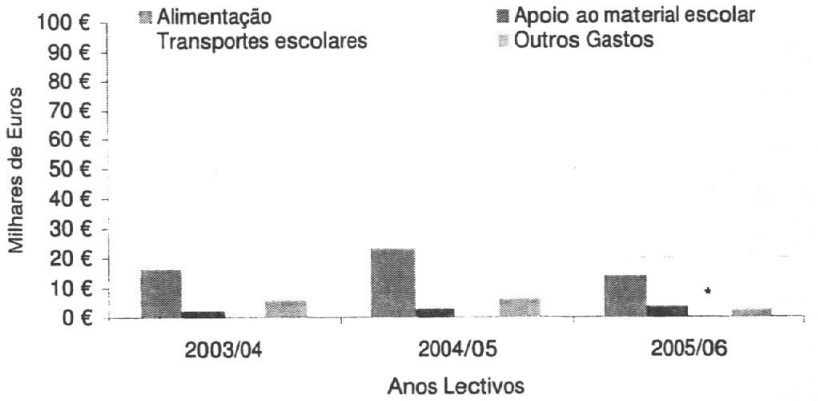
	2003/04	2004/05	2005/06
Gastos Totais	94.987,29 €	116.955,89 €	19.722,02 €*

Nota: *Nos Gastos para o ano lectivo 2005/06 não se encontram incluídos os gastos com os transportes.
Fonte: Câmara Municipal de Gavião, Março 2006.

Numa análise mais pormenorizada verifica-se que, entre 2003/04 e 2004/05, todas as variáveis que constam nos gastos totais aumentaram (Gráfico 42). As despesas efectuadas pela Câmara aumentaram, sobretudo, nos campos da alimentação e do transporte escolar – 40,6 % e 20,1 % – respectivamente. Embora o maior aumento registado estivesse relacionado com a alimentação, os custos foram mais elevados no que concerne ao transporte já que no ano lectivo 2004/05 foram gastos cerca de 84.747 euros.

Para o ano lectivo 2005/06, embora não fosse possível obter os dados relativos aos gastos com os transportes escolares, podem verificar-se as evoluções das restantes rubricas. No caso da alimentação, registou-se um decréscimo tendo os gastos diminuído de 23.155,90€, em 2004/05, para 13.923,48€, em 2005/06. Os gastos com o material escolar, para a Câmara Municipal de Gavião, sofreram um ligeiro acréscimo, tendo passado de 2.720 € (2004/05) para 3.422,54 € (2005/06). Também os Outros Gastos, tal como sucedia com os custos de Alimentação, sofreram um decréscimo entre os anos lectivos 2004/05 e 2005/06.

Gráfico 42 – Evolução dos gastos com as diferentes modalidades de acção social escolar (2003/04 – 2005/06)



Nota: * Não foi possível aferir os gastos relativos aos transportes escolares para o ano lectivo 2005/06.
Fonte: Câmara Municipal de Gavião, Março 2006.

Em relação custos de transporte, para além do referido aumento entre 2003/04 e 2004/05, verificou-se que o custo médio por aluno também aumentou – 30.91 € – passando de 412,79 €, em 2003/04, para 443,70 €, em 2004/05 (Tabela 36). O número de alunos transportados foi superior e, por isso, os custos associados às deslocações dos alunos teve também de aumentar neste período.

Para além dos custos de transporte indicados existem ainda outros custos que não estão quantificados como o transporte dos alunos para a Piscina e para o Pavilhão e o transporte que é proporcionado pela Câmara Municipal de Gavião às crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar.

Tabela 36 – Custos de Transporte; Nº de Alunos e Custo Médio por Aluno

	Custos de transportes	Nº Alunos	Custo Médio
2003/04	70.587,36 €	171	412,79 €
2004/05	84.747,06 €	191	443,70 €
2005/06	-	-	-

Fonte: Câmara Municipal de Gavião, Março 2006.

No que se refere aos transportes escolares, de acordo com o Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro, compete às Câmaras Municipais assegurarem o transporte escolar de todos os alunos do ensino pré-escolar, 1º, 2º, e 3º ciclos do ensino básico, ensino mediatizado e secundário, oficial ou particular e cooperativo, entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino, quando os alunos residem a mais de

3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respectivamente com ou sem refeitório. O transporte escolar é gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória, que se encontrem nas situações referidas anteriormente. No caso específico do município de Gavião, as crianças e alunos são transportados mesmo que se encontrem a menos de 3 km do estabelecimento de ensino.

Actualmente, existem no município 351 alunos inscritos nos vários ciclos de ensino e, destes, 153 recorrem a transporte para realizarem o percurso casa-escola e escola-casa. No que respeita à forma como é realizada essa deslocação, constata-se que as crianças que frequentam o Pré-escolar e o 1º ciclo no Gavião utilizam a carrinha da câmara e, assim, são transportados gratuitamente nesta carrinha cerca de 21 crianças/alunos todos os dias. As crianças/alunos que se deslocam para os estabelecimentos localizados em Comenda, Moinho do Torrão, Belver e Vale de Gaviões são transportados numa carrinha de aluguer. Por último, os alunos que frequentam os 2º e 3º ciclos (95 alunos) deslocam-se para a EBI/JI do Gavião através do transporte público rodoviário.

Tabela 37 – Síntese dos circuitos de transporte de alunos realizados em 2005/06

Tipo de Circuito	Localidades	Nº de Alunos Transportados	Horário de Partida/Chegada
Carrinha da CMG	Cadafaz – **Gavião** (Vice-versa)		8.45h / 8.55h 16.05h /16.15h
Carrinha da CMG	Atalaia – Degracias – **Gavião** (Vice-versa)		8.40h / 8.55h 16.05h / 16.15h
Carrinha da CMG	Vale Feiteira - **Comenda** (Vice-versa)		9.00h / 9.15h 15.35h / 15.50h
Carrinha da CMG	Comenda - Polvorosas (Vice-versa)		8.40h / 8.55h 15.35h / 15.50h
Carrinha da CMG	Belver – **Gavião** (Pré-Escolar) (Vice-versa)		9.00h / 9.15h 16.45h / 17.00h
Carrinha da CMG	Ferraria - **Gavião** (Vice-versa)		8.40h / 9.00h
Aluguer	Torre Fundeira/Cimeira - **Belver** (Vice-versa)		8.25h / 8.55h 15.05h / 15.35h
Aluguer	Vale Pedro Dias/ Outeiros - **Belver** (Vice-versa)		8.20h / 8.55h 15.05h / 15.35h
Aluguer	Moinho do Torrão/ Vale da Madeira/ Vale do Gato – **Vale de Gaviões** (Vice-Versa)		8.30h/ 8.55h 15.35h/ 16.00h
Total			

Fonte: Câmara Municipal de Gavião, Março 2006.

5 - Propostas de Ordenamento da Rede Escolar

Uma carta educativa é um documento de afirmação de várias forças de pressão, nomeadamente pais, alunos, professores, órgãos autárquicos, administração regional e central. É um documento que surge do confronto e disputa de diferentes visões, de diferentes interesses ainda que, a visão que predomina acaba por ser aquela que a autarquia define, em articulação com o Conselho Municipal de Educação.

Desta forma, a primeira proposta vai no sentido de haver um maior debate público e um maior apelo à participação pública sempre que se proceder à actualização da carta educativa ou sempre que houver necessidade de reorganizar a rede escolar. A reestruturação da rede escolar deve ainda ter subjacente um carácter estratégico e prospectivo, isto atendendo ao diagnóstico e projecções realizadas.

Existe ainda a necessidade de se encontrarem soluções para antigas escolas. Nestes casos, defende-se que o uso das mesmas deva ser reconvertido podendo passar a ser, por exemplo, um espaço de convívio, entre os habitantes locais, uma sede de associações culturais e recreativas, entre outros usos possíveis. O importante é que este espaço não esteja ao abandono e que represente no final uma mais valia para todos. Também se torna necessário proceder à recuperação do parque escolar, ou seja, é preciso continuar a investir e a melhorar as condições de ensino.

Um dos pressupostos da reconfiguração da rede escolar será melhorar o actual estado da educação, isto é, reconfigurar para melhorar a utilização dos recursos existentes, para garantir uma melhor qualidade de ensino, para permitir uma maior sociabilização da população escolar, para possibilitar um maior empenhamento de alunos, professores e funcionários e para assegurar também um maior envolvimento da comunidade. Assume-se também como essencial, a integração (sempre que possível) de diferentes níveis de ensino (melhor gestão de recursos).

Assim, e considerando o atrás referido, propõem-se aqui um projecto de reestruturação da rede educativa municipal, ao nível do pré-escolar e do ensino básico, assente nos seguintes conceitos:

- **Integralidade do percurso escolar.** Os estabelecimentos de ensino deverão conjugar os vários ciclos de ensino assegurando o desenvolvimento do percurso escolar dos alunos dentro de cada um dos Territórios Educativos. No caso de Gavião, o Território Educativo de Vale de Gaviões, o Território Educativo de Comenda e o Território Educativo de Gavião e Belver.
- **Espírito de comunidade.** Os estabelecimentos de ensino não deverão ter um número reduzido de alunos, para que estes, no seu processo de socialização, ultrapassem os estreitos limites de família ou da aldeia/bairro. Os alunos deverão aprender o sentido de comunidade na escola, experimentando relacionar-se com alunos provenientes de outras áreas: sejam bairros, sejam aldeias. A comunidade escolar deverá fazer a conexão entre a família e a pequena comunidade local (aldeia e /ou bairro) e o município, visto como globalidade política, a região, o país, a União europeia e o mundo.
- **Complementaridade entre freguesias.** A criação de escolas básicas do 1.º ciclo com jardim-de-infância deverá, sempre que possível e necessário, resultar de uma compreensão do carácter complementar que deverá caracterizar a relação entre freguesias de um município.
- **Gestão racional de recursos.** A implementação das novas escolas deverá obedecer a princípios rigorosos de gestão dos recursos, procurando maximizar a relação entre o investimento e o público-alvo beneficiário desse investimento.
- **Adequação e modernização dos recursos.** As novas escolas deverão obedecer a uma lógica de modernização e adequação do parque escolar às necessidades de ensino do século XXI. Deverão ser dotadas de recursos que respondam às necessidades colocadas pela sociedade da informação.
- **Clima Securizante.** As novas escolas deverão obedecer a critérios de maximização do clima de conforto, bem-estar, higiene e segurança.
- **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ambiente de trabalho.** A escola deverá ter em conta as TIC e estas deverão ser entendidas não como meros instrumentos de apoio ao trabalho lectivo, mas como ambiente vital onde os alunos deverão aprender a viver e a operar.

Apresentam-se, em seguida, as propostas para o reordenamento da rede educativa do município de Gavião por estabelecimento de ensino, cujas fichas de intervenção completas poderão ser consultadas em anexo.

5.1 – Propostas para a EB1 da Comenda

Para os estabelecimentos de ensino da Comenda, devido à diminuição do número de crianças e alunos no Jardim-de-Infância e na Escola Básica do 1º Ciclo da Comenda, e com o objectivo de maximizar a utilização dos recursos existentes, as propostas apontam para a conversão da EB1 num centro escolar com a tipologia EB1 com JI. Este Centro Escolar contribuiria para quebrar o isolamento das turmas dois estabelecimentos com um maior intercâmbio e troca de experiências entre os dois níveis educativos.

Para que esta conversão de tipologia possa ser realizada, é necessário proceder a algumas intervenções para criar todas as condições imprescindíveis a uma educação de qualidade e algumas intervenções ao nível da segurança para a comunidade escolar.

Desta forma, as propostas para os estabelecimentos de ensino da freguesia da Comenda podem ser resumidos nos seguintes pontos:

1 – **Criação de um Centro Escolar (EB1 com JI)** nas instalações da EB1 da Comenda com a integração das crianças do JI da Comenda e respectiva alteração de tipologia.
2 – **Ampliação da EB1,** de forma a receber os alunos do JI e poder oferecer novos espaços como sala polivalente, refeitório, sala de professores, recreio coberto, campo de jogos e parque infantil.
3 – **Melhoria das condições de Segurança**, com instalação de passadeiras, implementação do plano de emergência e instalação de um sistema de alarme.

Com a transformação da EB1 numa EB1 com JI, o actual JI da Comenda poderá vir a ser aproveitado como um espaço para Actividades de Tempos Livres nos períodos não lectivos.

5.2 – Propostas para a EBI com JI de Gavião

Para a EBI com JI de Gavião, devido à elevada taxa de ocupação que a EBI com JI de Gavião apresenta actualmente, com o encerramento e transferência dos alunos da EB1 de Belver e com a possibilidade de encerramento, num futuro próximo, de outros estabelecimentos das freguesias rurais do município, torna-se necessário ampliar e realizar outras intervenções na EBI com JI de Gavião.

Com estas intervenções pretende-se ampliar o estabelecimento para responder às novas necessidades, melhorar e efectuar a manutenção das instalações tudo com o objectivo final de proporcionar uma educação e ensino com cada vez melhor qualidade.

Assim, as propostas para a EBI com JI de Gavião podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1 – **Ampliação da EBI com JI de Gavião** tendo em conta as seguintes necessidades:
   - Necessidade de salas de aula para acolher o crescente número de alunos;
   - Necessidade urgente de um espaço de recreio coberto visto que o espaço existente é demasiado reduzido e a realização de actividades nesse espaço perturba o funcionamento das turmas que se encontram nas salas;
   - Criação de uma sala polivalente;

2 – **Melhoria e manutenção das instalações**
   - Remover e renovar o piso do Parque Infantil pois o existente não permite uma higiene adequada e pode causar lesões. O novo piso deve ser fácil de limpar, amortecer as quedas das crianças e permitir brincadeiras no chão.
   - Remodelar o espaço de prolongamento de horário, que funciona em duas salas separadas, através da demolição da parede que as separa tornando o espaço mais amplo. O piso deveria igualmente ser alterado para um piso que permitisse um maior bem-estar às crianças visto que o existente é de mosaico cerâmico.
   - Implementação do Plano de Emergência

5.3 – Propostas para o JI da Santa Casa da Misericórdia

Para o JI da Santa Casa da Misericórdia, as principais necessidades de intervenção prendem-se com a melhoria das questões de segurança e a melhoria do acesso a novas tecnologias e a um espaço de leitura, intervenções estas que pretendem atingir uma melhoria continua da oferta a toda a comunidade educativa.

As propostas podem, assim, ser resumidas nos seguintes pontos:

1 – **Melhoria das condições de segurança**

- Instalação de Sinalização nas proximidades do estabelecimento;
- Definição das saídas de emergência e do plano de evacuação;
- Instalação de um sistema de alarme;

2 – **Proporcionar acesso a uma Biblioteca**, para o desenvolvimento de actividades educativas.

3 – **Melhoria do acesso às tecnologias de informação**

- Aumentar o nº de computadores disponíveis
- Estabelecer ligação à Internet.

5.4 – Propostas para o JI de Moinho do Torrão e da EB1 de Vale de Gaviões

Para os estabelecimentos de educação e ensino da freguesia da Margem (JI do Moinho do Torrão e da EB1 de Vale de Gaviões), não se propõem, por enquanto, intervenções de melhoria e conservação do estabelecimento. No entanto, será necessário monitorizar a evolução do número de alunos e crianças nestes estabelecimentos pois, caso o seu número se torne demasiado reduzido, será necessário encontrar soluções que poderão passar ou pela constituição de um Centro Escolar com a tipologia EB1 com JI em Vale de Gaviões (com a necessidade de adaptação das instalações da EB1 de Vale de Gaviões a essa nova realidade), ou pela transferência de todas as crianças do Pré-Escolar e todos os alunos do 1º Ciclo para a EBI com JI de Gavião.

5.5 – Proposta para Criação de Actividades de Tempos Livres para as interrupções lectivas

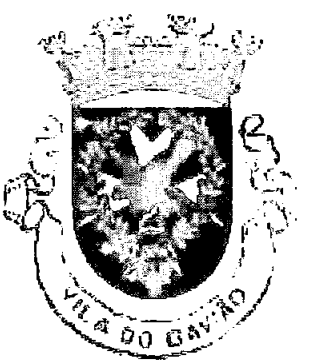
Os encarregados de educação de algumas das freguesias do município, nomeadamente das freguesias de Margem e Belver, demonstraram alguma preocupação com o facto de, durante as interrupções lectivas, terem dificuldade de ocupar os seus educandos, em segurança, durante o seu horário de trabalho. Com o objectivo de responder a estas preocupações dos encarregados de educação, propõe-se a criação de Actividades de Tempos Livres nas freguesias de Margem e Belver durante os períodos de interrupção lectiva.

Assim, as propostas no âmbito das Actividades de Tempos Livres para o município de Gavião são as seguintes:

1 – **Criação de Actividades de Tempos Livres**, para os períodos de interrupção lectiva, que sirvam as crianças/ alunos residentes na **freguesia da Margem**

2 – **Criação de Actividades de Tempos Livres**, para os períodos de interrupção lectiva, que sirvam as crianças/ alunos residentes na **freguesia de Belver**, ou estudar a possibilidade de estas crianças/ alunos frequentarem estas actividades na sede do município.

Carta Educativa do Gavião



Adenda

Outubro de 2006

Adenda à Carta Educativa de Gavião
(Outubro de 2006)

Atendendo ao surgimento de um novo modelo de ofertas educativas e formativas e com a preocupação de adaptar as propostas da Carta Educativa do Município de Gavião a essa nova realidade, foi elaborada esta Adenda ao referido documento.

Este novo modelo de ofertas educativas e formativas materializa-se nos Cursos de Educação e Formação (CEF). Estes cursos têm por objectivos proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais que sejam, em ambos os casos, certificadas. Através deste curso os jovens podem obter o Certificado de conclusão do 1º, 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico ou do Ensino Secundário e um Certificado de Qualificação Profissional de nível 1, nível 2 ou de nível 3.

Os Cursos de Educação e Formação destinam-se principalmente aos jovens que se encontrem nas seguintes condições:

- Que possuam idade igual ou superior a 15 anos;
- Que não possuam habilitações do 1º, 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário;
- Que não possuam qualificação profissional;
- Que se encontrem em risco de abandono escolar precoce;
- Que não pretendam, de momento, prosseguir os estudos;

Existem diversas áreas e cursos de formação que podem ser desenvolvidos no Município de Gavião, os quais devem ser definidos através de um estreito diálogo entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Gavião, tendo sempre presentes a realidade existente no município e as necessidades de formação mais relevantes. No entanto, existe uma lista de áreas de formação definida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional a partir da qual se podem escolher as áreas a promover no município:

- Audiovisuais e produção dos media;
- Artesanato;
- Comércio;
- Gestão e Administração;
- Ciências Informáticas;
- Metalurgia e Metalomecânica;

- Electricidade e Energia;
- Electrónica e Automação;
- Construção e Reparação de Veículos a Motor;
- Têxtil, Vestuário, Calçado e Couros;
- Materiais;
- Construção Civil;
- Produção Agrícola e Animal;
- Floricultura e Jardinagem;
- Silvicultura;
- Pescas;
- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens;
- Hotelaria e Restauração;
- Serviços ao Domicílio;
- Cuidados de Beleza;
- Protecção ao Ambiente.

Para que estes cursos possam vir a ser implementados com sucesso existem diversas necessidades ao nível de espaços e equipamentos básicos que devem ser analisadas. Caso se verifique que os espaços existentes nos estabelecimentos de ensino do município não possuem as condições necessárias para o desenvolvimento das actividades será necessário encontrar uma solução que poderá passar pela construção de novos espaços. No caso do equipamento, visto que o vasto leque de áreas de formação pressupõe diversos equipamentos distintos, será necessária, após a definição dos cursos a promover, adquirir o equipamento básico necessário.

A informação referente à nova proposta integrada nesta Adenda à Carta Educativa do Município de Gavião, encontra-se sintetizada na Ficha de Intervenção que se apresenta em anexo.

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE GAVIÃO

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

005/Gavião

Designação:

Promoção dos Cursos de Educação Formação

Descrição:

Procurando alargar a oferta educativa no município de Gavião e proporcionar currículos alternativos à toda a população do município, propõe-se a **Promoção de Cursos de Educação e Formação.**

Os cursos de Educação e Formação a serem desenvolvidos nos estabelecimentos de ensino do município de Gavião terão de ser definidos num diálogo conjunto entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Gavião tendo em conta a realidade municipal e as formações mais pertinentes.

Para que estes cursos possam ser leccionados com todas as condições que garantam o seu sucesso têm de ser tidas em conta algumas necessidades:

- Existência de Espaços com condições apropriadas ao desenvolvimento das actividades (caso não existam instalações nos estabelecimentos de ensino do município com as condições necessárias para as actividades poderão ter de ser criados esses espaços);
- Aquisição de equipamentos básicos necessários para leccionar os diversos cursos;

Estratégias em que se insere:

Diversificação da Oferta Educativa e Formativa do Município

Articulações:

Prioridade:

2

Responsabilidade:

Município de Gavião Ministério da Educação

Investimento Previsto:

Informações Complementares:

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE GAVIÃO

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

005/Gavião

Designação:

Obras de conservação/requalificação da Escola Básica Integrada / JI de Gavião

Descrição:

Ampliação de espaços , relativos a salas de aula , refeitório/ sala polivalente e espaços exteriores.

Conservação geral da Escola.

Estratégias em que se insere:

Requalificação e manutenção do Parque Escolar

Articulações:

Prioridade:

2

Responsabilidade:

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO

Investimento Previsto:

€ 500.000,00

Informações Complementares: